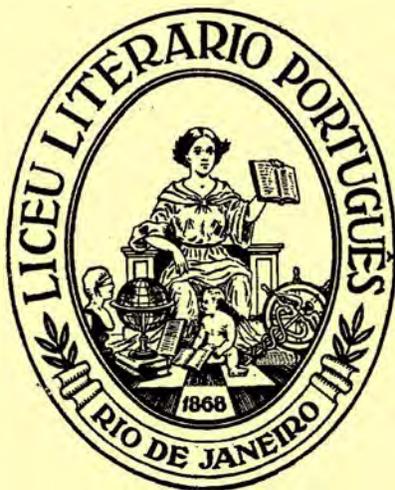


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.ºs 17 e 18 - 1999 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.ºs 17 e 18 - 1.º e 2.º semestres de 1999 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 1999/2000

DIRETORIA

Presidente: Manuel Paulino
Vice-presidente: Francisco Gomes da Costa
1.º Secretário: Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
2.º Secretário: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Tesoureiro: José Ferreira Jorge Neto
2.º Tesoureiro: Manuel José Vieira
1.º Procurador: Henrique Loureiro Monteiro
2.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
Diretora Bibliotecária: Maria Lêda de Moraes Chini
Diretor Cultural: Luiz Fernando Ribeiro Matos
Diretor Escolar: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
Diretor de Divulgação: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Edison Chini
1.º Secretário: Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário: Carlos Jorge Airosa Branco

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Rui Martins Castanheira

Suplentes: Antonio da Silva Correia
Afonso Henrique Saraiva Gomes da Costa
Agostinho da Rocha Ferreira dos Santos

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Gladstone Chaves de Melo

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

SUMÁRIO

	Pág.
Homenagem a Sílvio Elia	7
À Língua Portuguesa (SÍLVIO ELIA)	8
Apresentação (ANTÔNIO GOMES DA COSTA)	9
Sílvio Elia: retrato e bibliografia (HILMA RANAURO)	11
 DOIS DEPOIMENTOS	
De uma filha a seu pai (MARIA CRISTINA ELIA)	35
Sílvio Elia (EVANILDO BECHARA)	44
Nota da Redação	47
 SÍLVIO ELIA DE CORPO INTEIRO	
A – LINGÜÍSTICA, FILOGIA, CRÍTICA LITERÁRIA	
1) O estágio atual da Língua Portuguesa no mundo	48
2) Um modernista	55
3) Vossler e o Idealismo Lingüístico	57
4) Palavras do Natal	60
5) Nosso contemporâneo Luís de Camões	63
6) A barba comprida	67
7) Forma e conteúdo nas letras medievais	70
8) A ortodoxia do Poeta	77
9) O pecado original do Acordo	79
10) Mário de Andrade e a língua brasileira	83
11) Em defesa da língua e de uma grafia comum	94
12) Mário de Andrade, gramático	100
13) Um mestre de luso-brasilidade	104
14) O Português no mundo	108
15) As línguas de cultura no limiar do 3.º milênio	111
16) O enigma da <i>Arte de Furtar</i>	119
 B – FILOSOFIA	
1) O Existencialismo e o Brasil	128
2) Camões filosófico	131
3) Noam Chomsky, metafísico frustrado da linguagem	133
 C – EDUCAÇÃO, DIDÁTICA	
1) A fiscalização das leis de ensino	146
2) O método no ensino do Latim	148
3) Horários e programas	151
4) A língua francesa no após-guerra	155
5) Espírito universitário	158
6) O Latim	160
7) Camões nas escolas	161

8) Burla no ensino	163
9) Evasão de professores da rede de ensino	165
10) Resgate do Professor	166
11) Eleição de diretores de escola	167
12) Professores	168
13) A escabrosa situação do ensino	169
14) Paulo Freire	169
15) A entrevista de Paulo Renato	171

D – CIDADANIA

1) Carta ao Presidente Figueiredo	173
2) O governo e a nova lei do IR	175
3) Tumulto nas declarações de IR	177
4) Mensalão	178
5) O Sr. Justino Rezende protesta	178
6) Inquérito parlamentar... proibidade	179
7) Sobre plebiscitos	181
8) Baixos salários	182
9) Comentário a artigo de Fernando Pedreira	183
10) A absolvição de Collor pelo STF	184
11) Otimismo... nosso governo da República	185
12) Novo governo... palavras mágicas	186
13) Abre-se mais uma legislatura	187
14) Infeliz reforma do sistema previdenciário	189
15) Aids	190
16) Aids x carnaval	190
17) Combate à Aids	191
18) Show milionário no Ano Novo	192
19) Previdência	193
20) A ALERJ extingue 787 cargos	194
21) Aposentados	194
22) O BC e o RJU	195
23) Plano de Cargos e Salários para o BC	196
24) A inflação de 96 é... ..	197
25) FH dá aumento de 170%... aos DAS	198
26) Aumento de aposentados 7,76% é enganoso	199
27) Venda de férias... pagamento de taxa extra	200
28) Imposto de Renda	201
29) FHC x Classe média	202
30) Declínio da popularidade de FHC	203
31) STF ganho de causa de 28,86%	203

E – VARIA

1) Ao nível original	205
2) Anchieta e a evangelização do Brasil	207
3) 500 anos de Brasil	222

4) Hamílton Nogueira	251
5) Missão Interamericana de Direitos Humanos	253
6) Frei Betto	254
7) O sociólogo Emir Sader	255
8) Extrema-direita na PUC	256
9) Frei Leonardo Boff	257
10) Villas-Bôas Corrêa está coberto de razão	259
F – RESENHAS CRÍTICAS	
A Dialética da Colonização	263
Murilo Mendes na ed. de Luciana S. Picchio	272
RESENHAS CRÍTICAS	294
NOTICIÁRIO	299
ÍNDICE DA CONFLUÊNCIA 1 A 16	
(FÁTIMA GRANDIN ARMOND)	307
COLABORADORES DESTE NÚMERO	327

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Manuel Paulino

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Manuel Paulino (Presidente)
Gladstone Chaves de Melo (Vice-Presidente)
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Antônio Geraldo da Cunha
Carlos Alberto Short Nunes
Fernando Ozório
Jayr Calhau
Ricardo Cavaliere
Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ
<http://www.lucerna.com.br>

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 21031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 220-5495 / 220-5445 - Fax: (021) 533-3044

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da TAP – Air Portugal

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
SÍLVIO ELIA**



**SÍLVIO EDMUNDO ELIA
(1913 – 1998)**

À LÍNGUA PORTUGUESA

Sílvio Elia

Viandante das plagas apeninas,
Cantar quiseste em terra lusitana:
Ecos sutis de vozes femininas,
Chorando ais na álgida fontana.

Em oitavas de Homero mais que dinas
Troar fizeste a tuba soberana;
E aos suspiros da amada entre boninas
Juntaste a dor da lança mauritana.

Palavras deste à gente missionária
Na luta pela fé e pela grei,
Às almas do gentio necessária.

Tua fala semeaste em chão alheio,
Ensinaste do Verbo a sacra lei,
E de teus sons tornaste o mundo cheio.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1988

APRESENTAÇÃO

Dr. Antônio Gomes da Costa

O presente número (duplo) da *Confluência* é uma homenagem ao Prof. Sílvio Edmundo Elia. Reunir alguns de seus estudos e lições nesta revista, era a melhor forma de manifestar a nossa admiração e reconhecimento ao Mestre e ao Amigo.

Isso só foi possível graças ao Prof. Evanildo Bechara, que vem acumulando tarefas crescentes no Instituto de Língua Portuguesa e nos distinguido com uma colaboração inestimável. Ao ilustre gramático e linguista, considerado um dos maiores especialistas do Idioma, devemos a compilação, seleção e arrumação dos textos. E se desde o 1.º número da *Confluência*, já era sua responsabilidade o preparo de cada edição, desta vez, porque se tratava de uma homenagem a um Amigo tão próximo e muito especial, foi-nos dado perceber a preocupação e o capricho de Evanildo Bechara para que tudo estivesse ao agrado e ao gosto do Mestre – atenuava o negrito do vocábulo, mais tarde mudava a “arte” da capa, revia as provas, introduzia correções, etc. Como se porventura Sílvio Elia pudesse, como fazia antes, pedir ao editor para lhe enviar a “boneca” da revista, ainda no forno, para depois, os dois juntos, com mais um retoque e menos uma dobra, liberarem a impressão.

Não há dúvida que a morte de Sílvio Elia representou uma perda imensa para o Brasil, para Portugal, para a Cultura, para a Universidade, para o Liceu Literário Português, para a sua Família, enfim, para todos os que o conheceram e aprenderam com ele. Se em a vida a sua erudição e simplicidade nos impressionavam, tanto quanto a inteireza de caráter e o gosto pelo magistério, depois de sua morte ficou-nos o peso na consciência das dívidas de que foi credor e que permanecem por resgatar. Talvez do Brasil oficial, que nunca lhe rendeu os tributos merecidos; talvez de Portugal, que nas últimas décadas pareceu esquecido daquela geração de brasileiros que tanto defendeu a sua Cultura e os valores lusíadas, a Língua e o espaço da lusofonia no mundo; talvez da Universidade e das Academias... Mas, com certeza, ficou uma dívida imensa por parte dos portugueses

do Brasil, das nossas instituições culturais que ele serviu exemplarmente – o Liceu Literário Português, o Real Gabinete Português de Leitura, o Centro Luso-Brasileiro, a Academia Luso-Brasileira de Letras, etc. Não tinha obrigação nenhuma de fazer por elas – mas como fez! Não tinha tantos motivos assim para gostar tanto de nós – mas como gostou!

Ficou-nos a dívida da gratidão – e ficou-nos sobretudo a saudade de um grande Amigo e de um Mestre admirável.



Reunião de trabalho do Instituto de Língua Portuguesa, no Liceu Literário Português. Da esquerda para a direita: Dr. Luiz Fernando Ribeiro Matos, Prof. Evanildo Bechara, Prof. Sílvio Elia, Dr. Manuel Paulino, Dr. Antônio Gomes da Costa, Prof. Gladstone Chaves de Melo e Prof. Maximiano de Carvalho e Silva.

SÍLVIO ELIA: RETRATO E BIBLIOGRAFIA

Hilma Ranauro

As recompensas podem não ter sido proporcionais e, às vezes, mesmo decepcionantes. Resta, porém, a satisfação íntima de se procurar manter fiel à missão elegida.

Sílvio Elia

Sílvio Elia elegeu o magistério e o exerceu e exercitou em vários níveis, em vários e variados cargos e funções. Lecionou no Instituto de Educação (RJ), no Colégio Pedro II, em que estudara, na FAHUPE, UFF, UFRJ, PUC/RJ, Universidade de Brasília, dentre outras instituições de ensino de 2.º e 3.º Graus (Graduação e Pós-Graduação). Filólogo, latinista, linguista, participou de inúmeros Congressos, nacionais e internacionais (Alemanha, Itália, Espanha, França, Portugal), lecionou, por dois anos, nas Universidades de Lisboa e de Coimbra, participou, incontáveis vezes, de Bancas Examinadoras, de concursos de provas e títulos, de defesa de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência, muitas vezes como presidente dessas Bancas. Inúmeras foram as dissertações de Mestrado e teses de Doutorado por ele orientadas. Era constantemente convidado a dar pareceres sobre instituições de ensino, projetos de pesquisa e publicações (CNPq, FAPERJ, CAPES...). Em *Memorial*, datado de 09/08/1980, por ele apresentado para o concurso para Professor-Titular de Língua Portuguesa da UFRJ, lê-se: “Até hoje, em minha vida que se vai alongando (*quosque tandem?*), não tenho sido outra coisa senão professor”.

Inúmeras foram as ocasiões em que veio a manifestar seu desencanto e indignação com referência ao descaso e desrespeito com que são os professores tratados no Brasil. Ao falar-me da maneira pela qual veio a passar à condição de *estatutário*, pela UFF, e, como tal, aposentado compulsoriamente, ironizou: “A justiça tardou e falhou”. Em texto com que buscou homenagear-me quando da publicação de *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro* (1997), vem a dizer que nós, os professores de Letras, somos “oficiantes de uma religião leiga”, afirmando que, “ao embarcarmos na nau do magistério, já sabíamos que não iríamos chegar aos postos de opulência, da ânsia de mandar, dos privilégios e aplausos

massificados” e que o nosso legado seria imaterial, a ser “repartido entre os que viriam almejar os mesmos horizontes, aos quais oferecemos os nossos ombros para que possam ver mais longe e melhor. A *gloria mundi* não é nosso objetivo senão a sementeira em solo fértil” (RANAURO, 1997, p.69).

SÍLVIO ELIA E OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

A tradição propriamente científica em relação aos estudos lingüísticos no Brasil, com exceção de alguns precursores, se iniciou com Manuel Said Ali, João Ribeiro, Maximino Maciel e prosseguiu com Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Augusto Magne. À terceira geração de estudiosos pertenceu Sílvio Elia, juntamente com Ernesto Faria, Mattoso Camara Jr., Serafim da Silva Neto, Teodoro Maurer Jr., Celso Cunha, dentre outros. Essas gerações se fizeram contemporâneas em muitos momentos, em situações diversas de desempenho acadêmico, em congressos, seminários, publicações.

Sílvio Elia afirmava não haver tradição quanto aos estudos lingüísticos no Brasil, por não haver “raízes nossas”, posto que esses estudos sempre foram e são tributários da cultura estrangeira. “Absorve-se nem sempre bem, quase sempre precipitadamente, para demonstrar vanguardismo de idéias”, afirmou. As “idéias” são de autores estrangeiros, as fontes são sempre do exterior, e muitas vezes mal digeridas, sem que se busque contextualizá-las, adequá-las, confrontá-las com o já feito ou em processo de realização, pesquisa e aplicação. Predomina entre nós, no mais das vezes, diante das novidades (às vezes não tão novas assim), “uma atitude de auto-suficiência diante de tudo o mais”, temos de reconhecer, com ele concordando.

As diretrizes dos estudos de Sílvio Elia, como ele mesmo afirmou em Memorial, foi sempre a constante humanística, na busca de nunca separar a ciência da linguagem da realidade humana, e, em nosso caso, da realidade brasileira, principalmente a da língua portuguesa do Brasil. (RANAURO, 1997, p. 75). Era constante a ênfase que imprimia à afirmação da língua como realização do espírito humano na história, sujeito às conjunturas históricas (substrato, adstrato, etc.): a língua, enquanto língua, em seu caráter coletivo, fruto da vocação de uma comunidade, a criar padrões de mediação cultural. Situava o fenômeno lingüístico entre a *cultura* e a *natureza humana*. Para ele, “enquanto poder de criação, em seu momento absoluto, linguagem e poesia se identificam” (RANAURO, 1997, p.76).

FORMAÇÃO

As primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras nas Universidades Brasileiras foram criadas na década de 30. Foram elas as primeiras instituições de nível universitário destinadas aos estudos de humanidades. Até então, o principal centro de estudo de humanidades no Brasil fora o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Nele, tal como Sílvio Elia, estudaram e vieram a lecionar nossos mais importantes filólogos de gerações passadas.

Para a sua formação humanística, Sílvio Elia afirmava muito dever aos seus professores do Colégio Pedro II, onde concluiu igualmente o 6.º ano, opcional, oferecido somente por aquele colégio, tido como padrão. Quem o concluísse bacharelava-se em Ciências e Letras. Até então, as faculdades existentes, criadas no começo do séc. XIX, dedicavam-se às carreiras ditas profissionais (Engenharia, Medicina, Direito...), sem espaço para os estudos humanísticos. Sílvio Elia optou por Direito por não haver, à época, cursos superiores em Letras. Foi no Colégio Pedro II que seu interesse pelos estudos lingüísticos, literários e filológicos se manifestaram.

Doutorou-se pela Faculdade de Letras da UFRJ em 8/05/1973.

INFLUÊNCIAS

O idealismo lingüístico, na sua forma vossleriana, foi a primeira tendência lingüística a ser divulgada na América Latina, onde, como teoria, alargou o campo dos estudos de linguagem, acrescentando à matéria filológica nova área de conhecimentos: a Estilística. Sílvio Elia sempre foi, declarada e assumidamente, um idealista. Sua primeira grande influência, costumava dizer, foi Vossler.

Nos primórdios de sua formação (década de 30), predominava entre nós a cultura francesa: Meillet, Vendryès, Bally, Grammont e, principalmente, Saussure. Era pequena a influência americana, que se fazia quase que exclusivamente através de Bloomfield e Sapir. Os autores alemães chegavam através das traduções espanholas (a princípio da Labor, depois da Gredos).

A influência de Vossler se fez mais marcante que a de qualquer outro estudioso alemão devido não só às traduções espanholas, mas também por suas contribuições em periódicos latino-americanos. Quando Sílvio Elia leu Saussure (*Curso de Lingüística Geral*) já havia tomado contato com a obra de Vossler. “O idealismo de Vossler veio ‘arejar’ a lingüística”, costumava dizer lembrando Meillet. Das dicotomias saussureanas logo o impressionou a inicial

entre *langue* e *parole*, por nela identificar a oposição humboldtiana entre o *produto* e o *produzir*, o *érgon* e a *enérgeia*. Entre a *Lingüística da langue* e a *Lingüística da parole*, suas preferências sempre penderam para a segunda, que, na linha vossleriana, identificava com a Estilística. “Contudo”, esclareceunos, “não me dediquei aos estudos estilísticos; na verdade, a oposição maior que abracei foi entre Idealismo (identificado como força do intelecto, que dá vida e movimento à linguagem) x Positivismo (o estudo meramente factual das línguas)”. Não mais “os dados”, mas “o criador dos dados”, não mais o exclusivo aspecto descritivo do fenômeno de/da língua, mas o seu aspecto explicativo, interpretativo.

Quando publica *O Problema da Língua Brasileira* (1940), Sílvio Elia situa a divergência entre o português padrão de Portugal e o do Brasil no nível do “estilo”: haveria uma língua comum e *estilos* diversos. Essa opinião, partilhada, à época, por outros estudiosos, veio a ser por ele revista na 2.^a edição daquela obra (1961). Não mais *estilos* diferentes, mas *normas* diversas, não mais “estilo nacional”, mas “norma brasileira”, não mais a unidade na *diversidade*, mas a unidade na *variedade* (variedades diastráticas, diatópicas e diafásicas de Coseriu). Para essa nova interpretação, contribuíra o conhecimento da distinção estabelecida por Eugenio Coseriu, assumidamente sua terceira grande influência, entre *sistema* e *norma*, a qual veio ampliar a distinção saussureana entre *langue* e *parole*. “O que distingue as línguas”, afirmou-nos em entrevista, “são as culturas, e a norma é a *parole* realizada historicamente na língua”. No Brasil, não se teria, assim, uma diferença de *estilo* (caráter criativo), mas de *norma* (caráter coletivo). Ao falar de Eugenio Coseriu, desabafou esperançoso: “Gostaria que Coseriu fosse mais mentalista”.

Ao reportar-se aos professores que teriam contribuído para seu interesse pelos estudos de língua e literatura, lembrou Nelson Romero, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro e José Oiticica.

FÉ

Sílvio Elia era católico praticante. Atribuía sua iniciação na prática religiosa à sua mãe. Participou, quando universitário (década de 30), da AUC (Ação Universitária Católica), associação integrada à Coligação Católica Brasileira, presidida por Alceu Amoroso Lima. O Cristianismo sempre se fez marcante em sua vida, como crença e filosofia de vida. Em seu discurso de posse como catedrático de latim, no Colégio Pedro II, em 1964, vem a reportar-se “àquele pequeno e grandioso evento da obscura Galiléia”, ressaltando que “episódios tão modestos em sua origem não podiam produzir a repercussão

universal que tiveram se não houvesse a insuflá-los a força irresistível do sobrenatural” (RANAURO, 1997, p.3-5). Lamenta ele, nesse discurso, a perda dos valores cristãos pelo homem moderno, mais precisamente pelo jovem moderno. Fora do Cristianismo, para ele, “com dialética ou sem dialética, o que temos é a economia fechada da natureza, onde nada se cria, tudo se transforma”. Para dar sentido a essa transformação, alega, “somente uma abertura para o Alto, um *élan* espiritual, capaz de deixar entrar à larga o sopro que redime e retempera. Isto é, só a força sobrenatural do Espírito”. “Este mundo”, afirma ainda, “não é sede de prazeres, mas caminho de redenção” (RANAURO, 1997, p.39 e 77).

CRÍTICA DE IDÉIAS

ROMANTISMO/NATURALISMO: “Se se pode dizer que o Romantismo foi *libertário e separatista*, o Naturalismo, que lhe sucedeu, foi *conservador e unitário*. Ao movimento de diástole romântica sucedia a reação de sístole naturalista”.

ROMANTISMO/MODERNISMO: O Modernismo, para ele, fora “uma espécie de Segundo Romantismo Brasileiro”, “evado de nacionalismo”, tornando-se a brasilidade “o *leitmotiv* de muitas obras e discursos”. “Quem viria fazer *pendant* no movimento modernista ao Alencar da fase romântica foi o escritor paulista Mário de Andrade”. “Se o Modernismo não chegou a uma revolução na linguagem, há de se reconhecer que ele muito contribuiu para arejar a nossa forma culta de escrever. Exorcizou o sortilégio dos ‘clássicos’, o que já foi muito”. Com ele, “a língua escrita aproximou-se um pouco mais do tom coloquial da fala brasileira”. “A onda modernista esbateu-se na praia, não, porém, sem deixar vestígios e até marcas indeléveis”.

NATURALISMO/FORMALISMO: “O Naturalismo do século passado já foi, felizmente, superado, mas para ser substituído por um formalismo que recria o homem à imagem e semelhança de um robô”.

ESTRUTURALISMO: Sílvia Elia manteve posição crítica em relação ao estruturalismo, americano ou europeu, apesar de reconhecer “seus inegáveis valores metodológicos”. A filosofia dessa corrente de estudos, dessa escola lingüística é basicamente contrária, ou divergente, da do idealismo/mentalismo por que veio a nortear seus estudos e sua maneira de encarar e estudar o fenômeno lingüístico.

GERATIVISMO: “O falar em mentalismo”, afirmou-nos em entrevista (1995), “nos aproxima de Chomsky”. E historiou: “Com a ascensão, no após Guerra Mundial, da Lingüística norte-americana, a estrela de Chomsky passou

a brilhar, por vezes até ofuscadoramente, nos céus da segunda metade do século”. Os primeiros livros de Chomsky (*Aspectos, Cartesian Linguistics, Language and Mind*) ele os classificou de “poderosos”, ponderando, porém, que o mal do chomskyano era o seu contínuo transformacionalismo, posto que “Chomsky não fazia alterações em sua doutrina por *aprofundamento* (com base em Maritain), mas vai até a substituição”. E acrescentou: “Chomsky, contudo, nega ter havido ruptura. Aliás, o que, a princípio, foi apresentado enfaticamente como *mentalismo* acabou na afirmação de que a mente humana é um organismo como outro qualquer”, concluindo: “Confusões filosóficas que tais me levaram à rejeição decisiva do... do gerativismo”.

ANÁLISE DO DISCURSO: Para Sílvia Elia, nada mais se estava fazendo que a Linguística da *parole* (hoje, *discurso*) de Saussure, “que o mestre genebrino não teve tempo de fazer”. “A análise do discurso é contrária ao estruturalismo”, esclareceu, ponderando que “há sempre um movimento pendular. Outras gerações penderão para a fala”. Para ele, no que se refere ao problema pedagógico em si, a Análise do Discurso “não corrige os vícios que busca corrigir”, pois que “antes da fala, estão o *sistema* e a *norma*. Há criação sim, mas dentro de ambos”. E advertiu: “Infringir a norma é o ‘normal’ (sem trocadilho), porém infringir o sistema é mudar a língua”. Quanto aos *atos da fala*, questionou: “Até que ponto se pode sistematizá-los?” “No vir-a-ser fica mais difícil”, considerou.

A RETÓRICA: A “reencontrada retórica”, como a classificou, “busca ser criativa, mas carrega uma contradição em si mesma”, “não está afinada, é um comentário do que já foi feito. Essa nova onda não se liberta da lei, das normas, das regras. Buscam colocar regras nos conceitos da conversação, colocar regras no que surgiu para fugir das regras”. “Há vários métodos para o estudo da *parole*: o retórico, o estilístico, o pragmático (este sim, ligado à realidade”, acabou por considerar. Após certo silêncio, meio que se cobrando acrescentou: “É, preciso escrever sobre isso”.

*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIA, Sílvio. “O Português do Brasil”, in *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Herausgegeben von Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt, Band/Volume VI, 2, Galegisch, Portugiesisch. Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1994. p. 559-575.

_____. “O Romantismo em face da Filologia”, Conferência pronunciada em 16/04/1956, no Anfiteatro da Faculdade de Filosofia da UFRGS, integrando a série “Estudos sobre o Romantismo”, promovido pelo Diretório de Letras. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, Divisão da Cultura, Secretaria de educação e Cultura/Ed. Globo. 1956.

RANAURO, Hilma. “Sílvio Elia e os estudos científicos da linguagem no Brasil – os rudimentos do seu pensamento lingüístico”, in *Anais do V Congresso de Estudos da Linguagem. Perspectivas, memórias e atualidades*, realizada de 18 a 20 de outubro de 1995, na UFF. Rio de Janeiro, Associação de Estudos da Linguagem (ASSEL)/UFRJ, 1995. p. 655-663.

_____. *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/FEUC, 1997. p. 17-86.

_____. “Sílvio Elia e *O Problema da Língua Brasileira*”, comunicação apresentada no III Encontro Setorial do GT Historiografia da Lingüística Brasileira, realizado em 9 de junho de 1998, na Universidade de Campinas. Sessão de comunicações de pesquisas e projetos em desenvolvimento.

Outras Fontes: Entrevistas, correspondências enviadas à autora (1994/1995).

*

DADOS BIOGRÁFICOS

Sílvio Elia nasceu no dia 4 de julho de 1913, às 20:00h, numa casa situada na rua Itapiru, no Rio de Janeiro. Filho de Luciano Elia, italiano, e Paulina Pacheco Elia, natural de Alagoas, foi o segundo dos quatro filhos do casal. Casou-se, em 9 de julho de 1938, com Maria José da Fonseca Elia, brasileira, natural do Rio de Janeiro. Tinha 8 filhos, 24 netos e 10 bisnetos. Faleceu nos primeiros minutos do dia 16 de novembro de 1998. Seu enterro ocorreu no mesmo dia, às 17:00h, no cemitério São Francisco Xavier, no Caju. Estava internado desde o dia 3 de novembro do mesmo ano, quando veio a sentir-se mal em sua residência, no Leme, Rio de Janeiro.

SÍLVIO ELIA – PUBLICAÇÕES

A relação apresentada em RANAURO, Hilma. *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro/FEUC, 1997, é aqui atualizada e em muito ampliada.

LIVROS

- O Problema da Língua Brasileira*, Prefácio de Nelson Romero, Rio de Janeiro, Pongetti Editores, coleção “Temas Atuais”, 1940. Com esta obra veio a receber o prêmio João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, em 1941, na Categoria “Ensaio e Erudição”.
- 50 Textos Errados e Corrigidos*, em co-autoria com Hamilton Elia, edição financiada por ambos, Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1940. Esta obra, em 1979, ano do falecimento de Hamilton Elia, já com o título de *100 Textos Errados e Corrigidos - como escrever corretamente* (de acordo com a Nomenclatura Gramatical), encontrava-se em sua 26.^a edição, pela J. Ozon Editor.
- Método de Latim*, 1.^o vol. para as 1.^a e 2.^a séries ginásiais, em co-autoria com João Pedro de Oliveira e Orlando Carneiro, Rio de Janeiro, Ed A Noite, 1949.
- “*Compêndio de Língua e de Literatura .Gramática, Literatura e Antologia*”, em co-autoria com Jeanete Budin, para o 2.^o e 3.^o ano das Escolas Normais, Instituto de Educação e Colégios, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1951.

- Dicionário Gramatical*, parte geral e referente à língua portuguesa (“uma súmula, em ordem alfabética, de conceitos lingüístico-gramaticais aplicados à língua portuguesa”, como se lê na apresentação da obra, em sua 3.^a edição, em 1962), Porto Alegre, Ed. Globo, 1953.
- Compêndio de Língua e de Literatura. Gramática, Literatura e Antologia*, em co-autoria com Jeanete Budin, 1.^o vol..., para o 1.^o ano do Curso Colegial e para os candidatos a exame Vestibular às Faculdades de Filosofia, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1953. Esta obra, composta de três volumes, foi publicada, até a 1.^a edição, em co-autoria com Jeanete Budin, que era responsável pelos 2.^o e 3.^o volumes, parte referente à Literatura. O 1.^o volume, sob a responsabilidade de Sílvio Elia, reportava-se à parte gramatical (fatos da língua).
- Orientações da Lingüística Moderna*, Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica, 1955.
- O Romantismo em face da Filologia*, Cadernos do Rio Grande, n.º 01, conferência pronunciada em 16/04/1956, na Faculdade de Filosofia da UFRGS, integrando a série “Estudos sobre o Romantismo”, promovidos pela Diretoria de Letras da Divisão de Cultura, Rio Grande do Sul, Livraria do Globo S/A/ Instituto Estadual de Livro/ Divisão de Cultura, Secretaria Estadual de Educação e Cultura. 1956.
- O Ensino do Latim. (Doutrinas e Métodos)*, Biblioteca de Cultura Pedagógica, Rio de Janeiro, Agir, 1957.
- A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira – exemplos e comentários*, em co-autoria com Hamilton Elia, 8.^a e 9.^a edições, aumentadas, Rio de Janeiro, J. Ozon, 1962.
- Dicionário Gramatical*, Rio de Janeiro, Editora Globo, 1962
- Ensaio de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1963. Esta obra, aumentada, vem a ser publicada, com o título de *Ensaio de Filologia e Lingüística*, em 1975. (ver 1975).
- Língua e Literatura*, 4.^a ed., revista e muito aumentada de acordo com a nova ortografia, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971.
- Preparação à Lingüística Românica*, col. Biblioteca Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1974.
- Ensaio de Filologia e Lingüística*, Rio de Janeiro, Grifo/MEC., 1975.
- Augusto Frederico Schmidt. Seleta em prosa e verso. Organização, seleção e notas.* Organização, estudos e notas de Sílvio Elia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- A Unidade Lingüística no Brasil. Condicionamentos Geo-econômicos*, Rio de Janeiro, Padrão, 1979 – Prêmio Fundação Cultural do Distrito Federal, em 1981, na categoria “Estudos Brasileiros”.
- A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira – exemplos e comentários*, em co-autoria com Hamilton Elia, Rio de Janeiro, J. Ozon Editor, 1979.

- Esta obra foi aprovada pelo MEC para uso em todas as escolas.
- As Poesias de Anchieta em Português. Estabelecimento do Texto e Apreciação Literária*, em co-autoria com Leodegário A. de Azevedo. Coleção Antares Universitária, Rio de Janeiro, Editora Antares/ INL/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- Sociolinguística Uma Introdução*, Rio de Janeiro, Padrão / EDUFF, 1987. Com esta obra veio a receber o Prêmio “Antenor Nascentes” da Associação Brasileira dos Críticos Literários, Rio de Janeiro, 1988.
- O Português no Mundo*, São Paulo, Ática, Série “Princípios”, 1989.
- El Portugués en Brasil. História Cultural*, Colección Idioma Ibero Americana, estudo em comemoração aos 500 anos do descobrimento da América, Madrid, Ed. Mapfre, 1992.

VERBETES

- “Gramática Latina”, in *Enciclopédia Delta Larousse*, vol. VI, Rio de Janeiro, 1964.
- “Linguagem”, “Linguística” e outros verbetes, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol.12, Lisboa, Ed. Verbo, 1971.

ARTIGOS E ENSAIOS

- “Mylas” in *Corrièrre Italiano*, dez./1930 – 1.º de seus trabalhos, publicado aos 17 anos.
- “Providência Inadiável”, in *Diário de Notícias*, “Coluna do Centro”, Rio de Janeiro, 1937.
- “Restauração Metafísica”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30/08/1946.
- “Educação Democrática”, in *A Manhã*, seção “Questões Atuais”, p.04, Rio de Janeiro, ed. de 10/12/1946.
- “O Existencialismo e o Brasil”, in *A Manhã*, Suplemento Panamericano, seção “Pensamento da América”, Rio de Janeiro, 26/01/1947.
- “Um Modernista”, in *O Globo*, 09/04/1947.
- “A Fiscalização das Leis do Ensino”, jornal não identificado, edição de 14/06/1947.
- “Existencialismo e Cristianismo”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 04/01/1948.
- “Gramática e Estilo”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12/01/1948.
- “Possível solução da questão ortográfica”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12/05/1948.
- “O Método do Ensino do Latim”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 06/08/1948.
- “Horários e Programas”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 20/08/1948.

- “Vossler e o Idealismo Lingüístico”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15/04/1949.
- “A Língua Francesa no Após – Guerra”, in *Diário de Notícias*, Suplemento Letras & Artes, p.14, Rio de Janeiro, 12/06/1949.
- “Didática e Estilo”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 07/08/1949..
- “Resposta a um gramático”, Rio de Janeiro, in *Diário de Notícias*, Suplemento Letras & Artes, 21/12/1952.
- “Unidade Lingüística do Território Brasileiro”, in *Anais do Congresso Brasileiro de Línguas Vernáculas*, realizado no Rio de Janeiro no período de 21 a 29 de outubro de 1957, edição comemorativa do centenário de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1957.
- “Serafim da Silva Neto (06/06/1917 - 23/09/1960)”, in *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 05, tomos I e II, 1959 – 1960, p. 09-13, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1959.
- “A Morte do Lidador”, in *Revista Verbum*, tomo XVII, fascículo 04, pp. 389-404, organização de Leodegário A. de Azevedo Filho, Rio de Janeiro, Universidade Católica, dez/1960.
- “Raízes Portuguesas da Alma Brasileira”, in *Revista de Portugal*, vol. XXVI, série “A Língua Portuguesa”, p.319-332, Lisboa, 1961.
- “Palavras do Natal”, *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, seção “Filologia e Mística”, Rio de Janeiro, 22/12/1963.
- “Inquéritos Lingüísticos”, in *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 23/02/1964.
- “Léxico da Semana”, in *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 29/03/1964.
- “A Pronúncia Carioca”, in *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 19/04/1964.
- “O Sinal Lingüístico (uma questão de nomenclatura), in *Miscelânea em homenagem a Clóvis Monteiro*, p.157-169, Rio de Janeiro, Editora do Professor, 1965.
- “O Português do Brasil. Aspectos Coloniais”, in *Homenagem. Estudos de Filologia e História Literária Luso-Brasileira e Ibero Americana*, p.185-208, publicados para celebrar o terceiro lustro do Instituto de Estudos Hispânicos, Portugueses e Ibero Americanos da Universidade de Utrecht, Alemanha, (Van Goor Zonen, A Haia), 1966.
- “A difusão das línguas européias e a formação das variedades ultramarinas em particular dos Crioulos (Aplicação especial ao português do Brasil)”, in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. III, p.44, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1966.
- “A Contribuição Filológica de Serafim de Silva Neto”, in *Estudos Filológicos em homenagem a Serafim da Silva Neto*, organização de Leodegário A de Azevedo Filho, p. 231-262, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

- “Objeto Indireto”, in *Correio Brasiliense*, Brasília, 16/03/1968.
- “Linguística e Semântica”, in *Vozes*, ano 63, n.º 04, p.333-341, Petrópolis, Vozes, 1968.
- “Diacronía e Expressivismo Fónico”, in *Actas del XI Congreso Internacional de Lingüística e Filología Románicas*, Madrid, 1965, p.1091-1104, Madrid, C.S.I.C., 1969.
- “Presença Portuguesa no Simbolismo Brasileiro”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, n.º 13, p. 5-20, Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, Pedrulha, Coimbra, Tipografia de Atlântida, J.A.R.L.I., 1971.
- “Discurso de posse na Cátedra de Latim”, in *Romanitas*, p.141-158, Rio de Janeiro, Romanitas Livraria Editora Ltda., 1971
- “A filosofia da gramática transformacional”, in *Anais do III Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, p. 47-77. Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1972.
- “Os estudos lingüísticos na América Latina”, in *Littera*, n.º 08, p. 05-24, Rio de Janeiro, Ed. Grifo, 1972.
- “Etimologias de Camões em *Os Lusíadas*”, in *Anais do IV Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, p.83-105, Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1972.
- “O Verso Românico. Indagações Históricas”, in *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11/02/1973.
- “Nosso Contemporâneo Luís de Camões”, in *Jornal do Brasil*, Suplemento *Livros*, Rio de Janeiro, edição de 09/03/1974.
- “A Doutrina dos Primeiros Gramáticos Portugueses”, in *Romanitas*, vol.12 e 13, p. 90-109, Rio de Janeiro, Romanitas Livraria e Editora Ltda.
- Obs: Este estudo veio a ser incluído em *Ensaio de Filologia e Lingüística* com o título de “Cultura e Gramática”.
- “Antenor Nascentes” (1886-1973), in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI, 1972-1973, p.789-792, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, 1976,
- “Camões, épico de um povo”, in *jornal Voz de Portugal*, Especial “Camões”, p. 25, Rio de Janeiro, 1977.
- “A Barba Comprida”, in *A Voz de Portugal*, Especial – Bahia, Rio de Janeiro, 08/06/1979.
- “A Filosofia de Camões”, in *Convergência Lusíada*, revista cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, ano IV, n.º 7, p.23-30, Rio de Janeiro, Julho de 1979 – dezembro de 1980.
- “Para uma Semântica Coseriana”, in *Dacoromania – Jahrbuch für östliche latinität*, vol.5, 1979-1980, Herausgegeben von Paul Miron, Verlag, Karl Alber – Freiburg/ München, 1980.
- “Camões nas Escolas”, in *Voz de Portugal*, Suplemento - Camões, Rio de Janeiro, edição de 13/06/1980.
- “De l’Ars Grammatica à la Grammatica Especulativa”, in *Logos Semantikos*.

- Studia Linguística in Honorem Eugenio Coseriu*, vol.1, p. 167-176, (Madrid, Gredos), Walter de Gruyter, Berlim - New York, 1981.
- “Crepúsculo Matinal”, in *Enfoque - Ciências da Linguagem*, n.º 1, p. 82-87, Rio, FAPERJ/ABF, 1981.
- “Anchieta e a Evangelização do Brasil”, in *Revista de Letras*, 4/5 (2/1), p.01-18, Fortaleza, julho/dezembro/1981 - janeiro/junho/1982.
- “A Linguagem de Casimiro de Abreu”, in *Revista Studia*, ano XII, n.º12, pp. 137-150, dezembro, 1982.
- “A pronúncia quinhentista do português”, in *Atti XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza* (Napoli, 15-20 Aprile 1974), p. 197-219, Napoli, Gaetano Macchioroli – John Benjamin B. V., 1982.
- “Por uma cultura luso-brasileira”, in *OMNIA*, Revista da Sociedade Educadora Pedro II, Rio de Janeiro, Sesp, 1982.
- Parecer sobre o Currículo Mínimo para os Cursos de Letras encaminhado ao Conselho Federal de Educação para apreciação. In *Jornal do Brasil*, Caderno B, p. 02, ed. de 25/05/1983.
- “Aspects sociolinguistiques du portugais du Brésil”, in *Actes du XVII^{ème} Congrès International de Linguistique et Philologie Romane* (Aix en Provence, 30 août – 3 septembre, 1983), p. 62-72, Université de Provence, Jeanne Lafite, 1984.
- “Uma poesia dramática de Anchieta (em português)”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 31, p. 413-430, Coimbra, Coimbra Editora Ltda., 1984.
- “Camões filósofo”, in *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, edição de 14 a 20 de junho de 1985.
- “Mário de Andrade e a Língua Brasileira”, in *Suplemento Literário do Minas Gerais*, p. 06-08, Belo Horizonte, edição de 06/12/1986.
- “A Ortodoxia do Poeta”, in *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, ed. 13 a 19 de junho de 1986.
- “As Cantigas de Pero Veer”, in *Romanica Europaea et Americana*, pp.166-174, Festschrift für Harri Meier, 8 Januar, 1980 – Herausgegeben von Hans Dieter Bork, Artur Greive, Dieter Woll – Bouvier Verlag Herbert Grundmann-Bonn, 1986.
- “O Brasil e a língua portuguesa”, in *Publicação do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*, realizado em Lisboa em 1983, vol. II, p. 203-221, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- “O Português Literário de Angola”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXIII, Homenagem a Paul Teyssier, pp. 209-223, Lisboa - Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- “O Horaciano Ricardo Reis”, comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos, realizados em São Paulo no período de 26 a 29 de abril de 1987. In *Boletim Bibliográfico – Biblioteca Mário de*

- Andrade*, Vol. 48, n.º 1-4, p.41-59, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, jan/dez. de 1987.
- “Fernando Pessoa, Poeta da Mensagem”, in *Biblos*, vol. LXIV (1988), Coimbra, Imprensa de Coimbra, Limitada, 1988. p.238-254.
- “Mário de Andrade e a língua brasileira”, in *Revista do Brasil: a nossa língua*, ano 5, n.º 12, 1990.
- “Falares Crioulos Portugueses”, in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Número Especial dedicado ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa, p. 40-51, Rio de Janeiro, Grafit Gráfica e Editora Ltda./ MEC/Fundação Nacional Pró-Memória/INL, 1990.
- “Em defesa da língua e de uma grafia comum”, in *Jornal de Letras, seção “Idéias”*, p. 06 –07, Rio de Janeiro, edição de 05/03/1991.
- “O Lirismo Medieval”, in *Estado de São Paulo*, p. 10, São Paulo, 25/05/1991.
- “Crítica Textual - resumo”, in *Livro de Resumos do III Encontro de Ecdótica e Crítica Literária*, p. 26, Fortaleza, Universidade Federal da Paraíba, 1991.
- “Mário de Andrade, Gramático”, in *O Estado de São Paulo*, p. 06, São Paulo, edição de 09/03/1991.
- “Antenor Nascentes, o dialectólogo”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 01, p. 21-36, Rio de Janeiro, Marcelo Gráfica e Editora Ltda., 1.º semestre de 1991.
- “O Existencialista Bernardo Soares”, in *Estudos Portugueses. Homenagem a Luciana Stegagno Picchio – Memória e Sociedade*, Série Especial, p. 719-740, Lisboa Difel/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação Oriente/ Secretaria de Estudo e Cultura, 1991.
- “Pomerode. Um caso de bilingüismo”, in *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filología Románicas*, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, vol. III Lingüística Pragmática e Sociolingüística, p. 199-208, publicados por Ramón Lorenzo, A Coruña, “Fundación Pedro Barrié de La Maza, Conde de Fenosa”, 1992.
- “Um mestre de luso-brasilidade”, in *Jornal de Letras*, p.06-07, Rio de Janeiro, 28/01/1992.
- “Jackson Figueiredo e o Modernismo Brasileiro”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXI, p.777-797, Lisboa – Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- “Sobre as Novas Gramáticas”, in *Confluência*, Revista do Instituto da Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 3, p. 43-51, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 1.º semestre/1992.
- “Para uma teoria sintática”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, vol. 4, p. 09-17, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 2.º semestre 1992.

- “O português no mundo”, in *Jornal de Letras*, seção “Perspectivas Lingüísticas”, p. 06, Rio de Janeiro, edição de 02/03/1993.
- “Mestre Alberto Caeiro ou a Filosofia do Impossível”, in *Estudos Universitários de Língua Portuguesa, em homenagem a Leodegário A. de Azevedo Filho*, p.399-421, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.
- “Amadeu Amaral”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 07, p.09-17, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 2.º semestre de 1994.
- “Portugiesisch Brasilianisch – O português do Brasil”, in *Lexicon der Romanistischen Linguistik*. Herausgegeben von. Edité par Gunter Holtus, Michael Metzelin. Christian Schmitt Band/ vol.VI, 2- Galegisch, Portugiesisch (Gallego, Português), p. 559-575, Max Niemeyer Verlag. Tübingen-1994.
- “Camilo na Cultura Brasileira”, in *Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos*, p. 253-264, Coimbra, Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, 1994.
- “Sobre a Crítica Genética. I-Antecedentes”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 09, p.83-97, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 1.º semestre de 1995.
- “Sobre a Crítica Genética-II: GRÉSILLON, Almuth (1994)”, *Eléments de Critique Génétique (Lire les manuscrites modernes)*, Paris, PUF, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 10, p.77-91, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1994.
- “Um século de separação ortográfica”, in *Flores Verbais*, Miscelânea de estudos em homenagem à Prof.^a Eneida do Rego Monteiro Bomfim, organizada por Jürgen Heye, p. 309-312, Rio de Janeiro, Editora 34, associada à Editora Nova Fronteira, 1995.
- “Uma cantiga de amor de Pero Veer”, in *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários in Memoriam de Celso Cunha*, organizada por Cilene Cunha e Paulo Pereira, p. 561-572, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.
- “A face galega do trovador português”, in *Para Segismundo Spina. Língua, Filologia e Literatura*, p.17-28, São Paulo, Iluminuras/FAPESP/EDUSP, 1995.
- “Houaiss, de professor a professor”, in *Antônio Houaiss: uma vida*, homenagem de amigos e admiradores, em comemoração aos seus 80 anos, coordenação de Vasco Mariz, p.22-30, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- “Reforma da Previdência”, in *Jornal do Brasil*, seção “Opinião dos Leitores”, Rio de Janeiro, edição de 08/02/1995.
- “As línguas de cultura no limiar do terceiro milénio”, in *Jornal de Letras*, seção “Ensaio”, p.38 – 39, Rio de Janeiro, edição de 03/01/1996.

- “Porque a Comunidade”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 12, p.157-164, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1996.
- “Os Jesuítas e a Implantação da Língua Portuguesa. no Brasil”, in *Atti Congresso Internazionale il Portogallo e i Mari: Un Incontro tra Culture*, (Napoli, 15-17 dicembre/1994), vol. I, Atti a cura di Maria Luisa Cusati, p. 601-618, Napoli, Instituto Universitario Orientale, I. U.O. Liguore Editore, 1997.
- “A Negatividade em Português”, palestra apresentada na primeira Semana de Estudos de Língua Portuguesa, 24-27 de outubro de 1995, Liceu Literário Português, publicada em *Confluência*, n.º 16, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 17 p. 31-39. Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 2.º semestre de 1998.
- Obs.: “Hamilton Nogueira”, in *Jornal do Brasil*, seção “Questões Atuais”, Rio de Janeiro – edição não identificada.

NA PONTA DA LÍNGUA

- Foram inúmeras as contribuições de Sílvio Elia para a seção “Na ponta da língua” do jornal *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, de 1990 a 1998.
- 1990 – “Sujeito regido de preposição” – 24/maio; “Na onda do anglicismo” – 21/junho; “A Palavra” (I), (II) e (III) – 05 e 26/ julho, 23/ agosto; “Escrever certo e escrever bem” (I), (II) e (III) – 13/set., 05/out. e 28/dez.; “Renato Mendonça” – 30/nov.; “Escrever certo e escrever bem (IV)” – 28/dez.
- 1991 – “Sintaxes espúrias” (I) e (II) – 11 e 25/ jan.; “Sobre anacoluto 2”, corrigido por Sílvio Elia para “Sintaxes espúrias (III)”, em recorte de jornal por nós pesquisado – 08/fev; “Escrever certo e escrever bem V: a crase” – 28/março; “Escrever certo e escrever bem: ainda a crase” – 03/maio; “Ainda uma vez a crase” – 07/ junho; “O momento é de união” – 05/ julho; “Foi-se Rocha Lima” – ed. de 02 de agosto; “Escrever bem” (I) e (II) – 06 e 27/set.; “Camões lírico” – 25/out.; “Escrever bem”(III) – 15/nov.; “Escrever bem (IV): o vocabulário” – 13/dez.; “Escrever bem(V): erros semânticos” – 27/dez.
- 1992 – “Escrever bem (VI) – A vida das palavras”, 10/jan.; “Escrever bem (VII) – Variedades lexicais”, 31/jan.; “Pacotinhos de erros” – 03/abril; “Pacotinhos de erros (mais alguns)” – 17/abril; “Pacotinhos de erros” (conclusão) – 08/maio; “Poderia-se” – 22/maio; “Portugal nos Descobrimientos” – 19/junho; “A Frase” – 03/julho; “A construção da frase (I)” – 24/julho; “A língua portuguesa literária” – 21/agosto; “A construção da frase” (II), (IV) e (V) – 04 e 25/set., 30/out. e 04/dez. respectivamente.

- 1993 – “A construção da frase (VI)” – 01/jan.; “Linguagem jornalística” (I) e (II) – 22/jan. e 05/fev.; “O português do Brasil” – 05/março; “Linguagem jornalística (III)” – 19/março; “A posição do acento tônico” – 26/março; “Linguagem jornalística” (IV), (V) e (VI) – 16/abril, 14/maio e 21/maio; “O ensino da língua portuguesa” (I), (II), (III), (IV), (V), (VI), (VII) e (VIII), edições de 04 e 18/junho, 02, 23 e 30/julho, 20/agosto, 08/out. 26/nov.; “O futuro de língua portuguesa” – 03/dez.; “Pronúncias deturpadas (I) – 10/dez.
- 1994 – “Pronúncias deturpadas” – 28/jan.; “Quem não sabe arte...” – 25/fev.; “Os ‘arcaísmos’ de Nelson Rodrigues” – 11/março; “A questão ortográfica”, “A questão ortográfica” (III) e (IV) – 08/abril, 03 e 24/junho; “O Ensino do Tupi-Guarani” (I) e (II) – 11/agosto e 08/set.; “Ensino do Tupi-Guarani” (conclusão) – 11/agosto; “Sobre o palavrão” – 29/set.; “A censura lingüística e as outras” – 20/out.; “Quem tem medo da crase?” – 27/out.; “Brasileirismos” – 10/nov.; “Erros da imprensa” – 08/dez.; “A grafia dos antropônimos estrangeiros” – 15/agosto.
- 1995 – “Erros da imprensa” II, III, IV e V – 12, 19 e 26/jan., 09/fev.; “Dois brasileirismos” I, II, III, IV, V e VI (final) – 20/abril, 18/maio, 01 e 22/junho, 06 e 20/julho; “Inculta e bela” – 24/agosto; “Sobre a gramática” – 31/agosto; “O português, língua de cultura” – 28/set.; “Os erros continuam” – 26/out.; “Louve-se-o” – 16/nov.; “Mais erros” – 30/nov.; “Louve-se-o” – 07/dez.
- 1996 – “Mais erros” (II) – 11/jan.; “De ortografia” – 01/fev.; “Mais erros” (III) – 08/fev.; “Escrita e pronúncia dos antropônimos estrangeiros” – 07/março; “Cacófatos” – 11/abril; “Mais erros da imprensa” – 09/maio; “Recursos haveriam?” – 23/maio; “Novos erros da imprensa” – 13/junho; “O verbo ‘haver’” – 11/julho; “A grafia dos antropônimos estrangeiros” – 15/agosto; “O nome e as coisas”, “O nome das coisas” (II), (III), (IV) e (V) – 12 e 19/set., 31/out., 28/nov., 19/dez.
- 1997 – “A língua literária” (I), (II), (III), (IV) e (final) – 16 e 23/jan., 06 e 13/março e 03/abril; “Neologismos semânticos” – 06/fev.; “Onomatopéias” (I), (II), (III), e (IV – conclusão) – 05/junho, 17/julho, 18/set., 02/out.; “Salve o Liceu!” – 09/out.; “Brasileirismos. 1 – EU LHE VI” (I) – 23/out.; “Brasileirismos 1 – Eu lhe vi” (V) e (VI – conclusão) – 12 e 19/março; “Brasileirismos 2: Eu vi ele” (I) – 18/junho.
- 1998 – “1 – Eu lhe vi” (II) – 01/jan.; “Brasileirismos: 1 – Eu lhe vi” (V) e (VI – conclusão) – 12 e 19/março; “Brasileirismos 2: Eu vi ele” (I), (II), (IV) e (V – conclusão) – 18/junho, 06 e 20/agosto, 03/set.; “50 anos de luso-brasilidade” – 10/set.; “Gramatiquices” – 01/out.; “Estrangeirismos” – 15/out.; “Estrangeirismos” – 29/out.; “Estrangeirismos” (II) – 05/nov.

RESENHAS CRÍTICAS

- Jacques Raimundo, *A Língua Portuguesa no Brasil* (expansão, penetração, unidade e estado atual) – Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941, in *Bibliografia Filológica I*, Sílvio Elia e Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, 1943. p.3-7.
- Joaquim Mattoso Câmara Jr., *Linguística Geral*, F. Briguiet & Cia. Editores, Rio de Janeiro, 1941, in *Bibliografia Filológica I*, Sílvio Elia e Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, 1943. p.14-18
- Jônatas Serrano – *Antologia Brasileira* – Livraria Martins – 1943, in *Bibliografia Filológica I*, Rio de Janeiro, 1943. p.22-23.
- Karl Vossler – *Filosofia del Lenguaje. Ensayos. Traducción y notas de Amado Alonso y Raimundo Lida com la colaboración del Autor*. Editorial Losada, S.A. - Buenos Aires, 1943, in *Bibliografia Filológica III*, de Sílvio Elia e Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, 1944. p.3-11.
- Obs.: Essa *Bibliografia Filológica*, de autoria de Sílvio Elia e Serafim da Silva Neto, em poucas páginas, grampeadas, além de resenhas de autoria ora de Sílvio ora de Serafim, dava notícia das “Últimas Novidades” e de obras “A sair brevemente”, como na última página, p. 10, do vol. III. Nesta página, ao final de cada uma daquelas seções, lê-se: “Pedidos a Livros de Portugal, rua de Gonçalves Dias, 62, Serviço de Reembolso”.
- “Alencar e a língua brasileira”, resenha a MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a Língua Brasileira*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, 143p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento Livro, ed. de 31/03/1973.
- “Ao Nível Original”, *Dicionário de Linguística*, de Jean Dubois, Mathée Giacomo, Louis Guespin, Christiane Marcellesi, Jean-Baptiste Marcellesi e Jean-Pierre Mevel, trad. Frederico P. Barros, Gesuina D. Ferretti, John R. Schmitz, Leonor S. Cabral, Maria E. L. Salum, e Valter Khedi. São Paulo, Cultrix, 1978. 653p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento Livro, Rio de Janeiro, 26/08/1978.
- SCHMIDT, Siegfried J. *Linguística e Teoria do Texto*, trad. de Ernesto F. Schurmann, São Paulo, Ed. Pioneira, 1975. 221p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento Livro, ed. de 18/11/1978.
- “Jakobson, Linguísta e Filólogo”, resenha a HOLENSTEIN, Edmar. *Introdução ao Pensamento de Jakobson*, tradução de Roberto Cortes de Lacerda, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, 204p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento “Livro”, edição não identificada.
- “Doutrina Circular”, resenha a SILVA, Carlos de. *Gramática Transformacional: uma visão global*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A, 1979. 287p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento Livro, ed. de 09/06/1979.

- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da. “Os mais antigos documentos escritos em português”, Separata de *História*, tomo XII, Coimbra, 1979, in *Cultura Lingüística*, n.º 1, p.81–82, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Colégio Pedro II/Círculo Lingüístico/RJ, 1982.
- TEYSSIER, Paul. *Histoire de la langue portugaise*, Paris, PUF, 1980, (Col. Que Sais-Je?), in *Cultura Lingüística*, n.º 01, p.83-87, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Colégio Pedro II / Círculo Lingüístico / RJ, 1982.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de Lingüística Geral*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A, 1980, 130p., in *Cultura Lingüística*, n.º 01, p. 89-96, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Colégio Pedro II/ Colégio Pedro II, 1982.
- Obs.: Os originais destas três últimas resenhas datam de 1980: 23 de outubro, 10 de dezembro e 23 de outubro, respectivamente.
- AZEVEDO, Leodegário A. *Lírica de Camões*. 2 Sonetos. tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1989. In *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 01, p.93, Rio de Janeiro, Marcelo Gráfica Editora Ltda., 1.º semestre de 1991.
- COSERIU, Eugenio. *Introducción a la Linguística*, Madrid, Gredos, 1986, 2.ª ed. revista pelo autor e preparada por José Polo. 178 p., in *Confluência*, n.º 01, p. 94-98, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, Rio de Janeiro, Marcelo Gráfica Editora Ltda., 1.º semestre de 1991.
- PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*, São Paulo, Ática, 1986, 80p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 01, p.101, Rio de Janeiro, 1.º semestre de 1991.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*, Fortaleza, Editora da Universidade Federal do Ceará (UFCE), 1986, 218 p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 02, p.91-94, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1991.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*, 2.ª ed., São Paulo, Ática, 1988. 109p. in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário do Português, n.º 02, p. 91-94 Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1991.
- KHÉDI, Valter. *Morfemas do Português*, São Paulo, Ática, 1990. 72p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 02, p. 95-97, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 2.º semestre de 1991.
- FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de Morfologia*, Rio de Janeiro, Presença, 1991. 157p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 02, p. 99-103, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2.º semestre de 1991.

- CAMINHA, Pero Vaz de. (1992). *Lettera sulla scoperta del Brasile*, edição italiana de Vera Lúcia de Mello Rodrigues, Palermo, Sellerio, 82p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 05, p. 84-88, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 1.º semestre de 1993.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1992). *O Português do Brasil*, “Apêndice ao livro de ILARI, Rodolfo, *Linguística Românica*, São Paulo, Ática, 185p. In *Confluência* Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 05, p. 88-104, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 1.º semestre de 1993.
- SIMÕES, Manuel. (1991). *II Canzoniere di D. Pedro, Conte di Barcelos*. Edizione critica, com introduzione, note e glossario, Roma, Japadro Editore, L’Aquila, 133p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 06, p.101-104, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1993.
- GONÇALVES, Elza. *Poesia de Rei: três notas dionisinas*, Lisboa, Cosmos, 79p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 06, p. 105-111, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1993.
- ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (orgs.) *Português brasileiro; uma viagem diacrônica*. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1993. In *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 06, p. 83-92, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1993.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A, 1995. *Lírica de Camões*, vol.03, tomo 1, Canções, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 11, p. 109-113. Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda. 1.º semestre de 1996.
- MOLLICA, Maria Cecilia(1995). *(De) que falamos*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 112p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 11, p. 107-108, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 1.º semestre de 1996.
- VOGT, Carlos & FRY, Peter (1996). *Cafundó (A África no Brasil)*, São Paulo, Companhia das Letras, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 13, p.95-102, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 1.º semestre de 1997.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo (1996). *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, reprodução de 1783, com introdução e notas do Acadêmico Armando Torres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Lite-

rário Português, n.º 13, p.107-109, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 2.º semestre de 1997.

PEREIRA, Maria Teresa G. (org.). *Língua e Linguagem em Questão*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 14, p. 118-125, Rio de Janeiro, 2.º semestre de 1997.

PRETI, Dino (org.), *O Discurso Oral Culto*, São Paulo, Humanitas Publicações, FFLCH/USP, 1977, 173p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 14, p.116-118, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2.º semestre de 1997.

CARTAS PARA JORNAIS

“Espírito Universitário”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 21/09/1951.

“O Latim”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas dos leitores, Rio de Janeiro, edição de 13/08/1972.

“Burla no Ensino”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 06/03/1981.

“Uma Festa Russa”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 20/02/1983.

“Reflexões”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 04/05/1983

“Cronista do País”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 04/05/1984.

“Vitalidade”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 31/10/1985.

“Soberania”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 25/02/1989.

“Tratamento Indigno”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 19/01/1990.

“Mensalão”, in *O Globo*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 30/04/1990.

“AIDS”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 04/09/1991.

“Baixos Salários”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 09/01/1994.

“Sobre plebiscitos”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição de 01/04/1993.

Carta comentando afirmações do secretário de Educação, Noel de Carvalho, sobre os baixos salários pagos pelo Estado aos seus professores, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 09/01/1994.

“Funcionalismo”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 22/01/1995.

“Reforma da Previdência”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 08/02/1995

“Combate à Aids”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 13/05/1995.

“Resgate do Professor”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição de 07/08/1995.

“Previdência”, in *O Globo*, seção “Cartas do leitores”, Rio de Janeiro, edição de 07/04/1996.

“Aposentados”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição de 14/10/1996.

“Professores”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, ed. de 30/08/1996.

“Paulo Freire”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, ed. de 19/05/1997.

“Ao bem humorado Chico Ranzinza”, in *O Mundo Português*, seção Cartas dos Leitores, Rio de Janeiro, edição de 11/12/1997.

“Imposto de Renda”, in *O Globo*, seção “Cartas do leitores”, ed. de 14/03/1998.

O *Jornal do Brasil*, na ed. de 20 de dezembro de 1992, na p.10, publica carta em que Sílvio Elia tece comentários sobre notícia vinculada pela “Coluna do Castello”, publicada no *Jornal do Brasil*, ed. de 06/12/1992, p. 2. Nesta coluna, são apresentados trechos de correspondência enviada pelo escritor Autran Dourado a José Aparecido, futuro Embaixador do Brasil em Portugal. Dentre outras coisas, afirma Autran Dourado: “Quem faz a língua são duas entidades bastantes livres: o povo e os bons escritores. Gramáticos e filólogos são posteriores a esse trabalho, nada têm a ver com ele, a não ser que sejam bons escritores”.

Obs.: “Aids x carnaval”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição não identificada.

Acrescente-se:

“Minha polêmica com José Oiticica”, carta enviada a Hilma Ranauro em 21/02/1995, publicada, com sua autorização, em RANAURO, Hilma. *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro*, p.79-80, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/FEUC, 1997.

TRABALHOS SEM REFERÊNCIA À PUBLICAÇÃO
(ALGUNS POSSIVELMENTE INÉDITOS)

Achamos por bem registrar relação de trabalhos a nós apresentados por Sílvio Elia, em 1995, em folhas por ele datilografadas. Não soube ele informar se haviam sido publicados ou não. Àquela relação acrescentamos trabalhos a nós enviados por Maria José e Maria Cristina, viúva e filha de Sílvio Elia, em fevereiro de 1999.

- “Machado de Assis e a Língua Portuguesa” – 71p.
- “A Nasalidade em Português” – 44 p.
- “Um caso de Semântica Cultural – a palavra ‘civilização’” – 16 p.
- “Os Estudos Lingüísticos no Medioevo” – 27p.
- “Sobre a Natureza das Leis Fonéticas” – 17p.
- “Sobre a Unificação Ortográfica Brasil-Portugal” – 9p.
- “Erritos e Tolices” – 5p. Datado de 20/03/1913.
- “Sobre a Língua das Classes Dominantes” – 8p.
- “O Português sem Lágrimas” – 3p.
- “A Teoria Gramatical na Antiguidade” – 7p.
- “A Nasalidade no séc. XVI” – 14p.

Foram-me encaminhados por Maria José e Maria Cristina, viúva e filha de Sílvio Elia, respectivamente, em fevereiro de 1999, os trabalhos:

- “O Bilingüismo Luso-Espanhol” (particularmente no período da Monarquia Dualista).
- “História Cultural de Portugal e do Brasil” – 15p.
- “Forma e Conteúdo nas Letras Medievais”, resenha a PICCHIO, Luciana Stegagno. *A Lição do Texto. Filologia e Literatura. I – Idade Média.*, tradução de Alberto Pimenta, Lisboa, Edições 70, 1979. (Rio de Janeiro, 29/09/1979)
- “O Estágio Atual da Língua Portuguesa no Mundo” – 8p. (Belo Horizonte, 13/08/1987)
- “PICCHIO, Luciana Stegagno. *Murilo Mendes. Poesia Completa e Prosa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994. 24 p. (datado de 30/08/1994).
- “500 anos de Brasil” – 21 p. (texto de conferência proferida por ocasião do lançamento do “*Programa 500 anos de Brasil*”, Fórum de Ciência e Cultura, UFRJ, 18/09/1995).
- “O Enigma da Arte de Furtar” – 13 p. (novembro 1996).
- “Filologia: caminhos e descaminhos” – 14 p.
- “Cumpra-se Portugal!” – 6p. (1.º de janeiro de 1994).

“Prefácio” – 6p., datado de 1.º de março de 1988. Prefácio à reedição de *Juramentos de Estrasburgo*, por iniciativa, “altamente meritória”, no dizer do S. E., do Prof. Junito de Souza Brandão.

TRABALHOS INACABADOS

Em 1998, fui informada que o nome de Sílvio Elia constava da relação de pesquisadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Liguei imediatamente para o mestre, que, sem dar detalhes sobre sua pesquisa, informou que estava preparando um CD ROM. Na época, acreditei tratar-se do trabalho que realizara com o título de “500 anos de Brasil”. De modo a atualizar ao máximo a pesquisa que ora envio para publicação em *Confluência*, vim a saber que “Os jesuítas e a implantação da língua portuguesa no Brasil” é o título da pesquisa que vinha sendo realizada por Sílvio Elia.

Às vésperas de sentir-se mal e vir a ser internado, o que ocorreu no dia 3 de novembro de 1998, Sílvio Elia preparava o Prefácio à edição de *A arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil – o tupi-guarani*, de José de Anchieta, obra a ser editada em Madri. Esse Prefácio, que lhe fora encomendado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), já com 6 páginas e ainda sem título, fica inacabado.

DE UMA FILHA A SEU PAI

Maria Cristina da Fonseca Elia

Por que porta entrar num mundo de lembranças muitas e diversas que guardo de meu pai? Confesso meu embaraço que se deve não só à multiplicidade de aspectos que compõem esse universo de recordações, mas também ao receio de mostrar-me piegas. Como falar de alguém tão íntimo e tão querido sem cair facilmente na cilada do sentimentalismo?

O professor devotado – ouvi-o dizer certa vez, em homenagem que lhe foi prestada na UERJ, que de todos os títulos que possuía, este, o de professor, era aquele do qual mais se orgulhava – o escritor e mestre da língua portuguesa – como o chamavam seus pares – não me atrevo a evocar. Seus colegas de magistério e da investigação lingüística o farão com melhores condições de avaliar sua contribuição e seu mérito. Com toda certeza não tenho a competência que tal tarefa exige e – vamos a mais uma confissão – nós, familiares, sabemos pouco de sua obra. Não se vá pensar tratar-se aqui de indiferença. Não. Trata-se de um traço de personalidade já registrado por vários de seus amigos: a modéstia do Sílvio. Se dependesse dele, não conheceríamos seu valor no âmbito dos estudos lingüísticos. Em casa, papai – gosto de chamá-lo assim, como todos nós, filhos, o chamávamos – quase nada dizia de suas realizações no trabalho. É claro que o víamos em atividade, escrevendo sempre, promovendo reuniões e encontros, organizando congressos, preparando suas aulas, telefonando para seus amigos e conversando com eles; líamos vez ou outra um artigo seu, uma carta publicada em jornais, mas é tudo, ou quase tudo. Não era do feito de meu pai pôr à vista o que produzia.

Preferindo, portanto, evocar o convívio familiar e a maneira como ele exerceu sua cidadania, sacrificarei o comedimento e me arriscarei naquela “cilada”, deixando-me levar pelo sentimento e pela saudade, ao trazer à luz algumas boas lembranças que tenho de meu pai. Se conseguir ir além do efeito catártico (para mim) desse singelo memorial, poderei dar ao conhecimento de seus amigos e colegas um perfil risonho e curiosos de meu pai que provavelmente ignoravam.

O pai amigo e carinhoso

Papai gostava de cinema. Aos domingos, levava-me, às vezes, às matinês do Metro Tijuca para assistir ao “Festival Tom e Jerry”. Ele se divertia, dava gostosas risadas e, certamente quando julgava necessário, explicava-me, durante a sessão, pontos cruciais para o entendimento da trama daquelas intermináveis perseguições. Em tempo: eu devia ter em torno de cinco ou seis anos.

Quando papai ia ao cinema com minha mãe, geralmente à noite – mamãe dava aulas num curso noturno e meu pai ia encontrá-la na escola – trazia-nos, para Guida e eu, um “drops” de hortelã “Dulcora” que colocava delicadamente debaixo de nossos travesseiros. De manhã, ao acordar, a primeira coisa que eu fazia era verificar se ele não se esquecera da prenda. Não se esquecia, o “drops” estava sempre lá.

Esse lado brincalhão, alegre e bem humorado não se recolhia durante o carnaval. De um jeito um tantinho moderado, como convinha, “caía na folia”. Comprava-nos serpentinas e confetes. Com as serpentinas enfeitava nossa sala, passando-as de um lado a outro, prendendo-as como podia, nos quadros, na luz, nas plantas. Não se incomodava com aqueles confetes espalhados no chão. Pelo contrário, acho que até gostava de ver o chão colorido. Leva-nos ao baile infantil e nos ensinava a lançar a serpentina por cima das cabeças dos foliões. Era sempre ele quem acabava lançando as serpentinas.

Muito tempo depois, quando cabia a mim levar meus filhos ao baile infantil, meu pai gostava de me acompanhar. Equipava-se com um colar de havaiano pendurado ao pescoço, sentava-se nas cadeiras do salão, e se alegrava, dedinhos no ar, quando ouvia algumas marchinhas eternas. “Se você fosse sincera, ô ô ô Aurora...” Na quarta-feira de cinzas, findo o carnaval, varríamos os confetes e guardávamos o colar de havaiano. Nesse dia ele não comia carne e ouvia, atento, a mensagem do Papa.

Sempre de olho no calendário, papai gostava de festejar as datas. Além do carnaval, a Páscoa, São João, Natal e Ano Novo, sem falar nos aniversários de todos e de tudo, eram celebrados por ele com esmero e afeição. O ano transcorria dos confetes às rabanadas, passando pelos ovos de chocolate, balões, bandeirinhas e fogos de São João.

Havia, na altura dos anos 60, um parque de diversões na Quinta da Boa Vista. Papai levou-me lá. Gostamos tanto, que voltamos algumas vezes. Ele decidia em qual “brinquedo” nós íamos “andar”. Lembro-me de que o “autopista”, carrinhos que davam trombadas entre si, era sempre escolhido. Como minha perna não chegava ao acelerador, ele cuidava dessa parte, e a mim cabia a direção do “carro” isto é, desviar ou não dos outros. “Vamos bater naquele

lá” sugeria ele, ou “Agora vira para cá que vem um em cima de nós”. Minha opinião já era, naquela época, a de que ele se divertia muito naquele parque! Eu não precisava pedir muito. Às vezes eu nem pedia, ele já ia dando a idéia...

É claro, esse passeio, quando acontecia, era sempre num domingo, após a *macarronada familiar*. Era o dia dele na cozinha. Desde o sábado, papai fazia as compras. Tudo tinha que ser escolhido cuidadosamente: a lingüiça calabresa, o queijo parmesão, as azeitonas e... a massa! Ah! A massa... É uma das imagens mais marcantes que guardamos dele, tenho certeza. Papai diante daquele panelão fumegando, colher de pau na mão, provando a massa de vez em quando, dando-lhe o ponto. Depois a escorria e trazia, o rosto feliz de contentamento, aquela imensa travessa de macarrão para a mesa em torno da qual nos sentávamos; à cabeceira ficava ele de onde comandava a folia, ou melhor, o almoço. Passávamos momentos de alegre convívio.

Papai gostava mesmo de passear. Sempre nos deu a impressão de alguém de bem com a vida, que tinha gosto de vivê-la e dela aproveitar cada instante. Em dias de sol e céu azul (desde que não fosse de calorão infernal), era comum ouvi-lo dizer: “Se eu dirigisse e tivesse um carrinho, ia fazer um passeio. Num dia desses não se fica em casa”. Mas às vezes exagerava! Houve uma ocasião – isso deve ter sido nos inícios dos anos 60 – em que ele deveria comparecer a uma cerimônia da Universidade Católica de Petrópolis (talvez fosse uma formatura) que se realizaria no Hotel Quitandinha, num fim de tarde de domingo. Lá fomos nós, um de meus irmãos, habilitado na época, pilotando um Ford. Saímos pela manhã pois primeiro papai queria “dar uma passadinha” por Volta Redonda (nada a ver com a estrada de Petrópolis) para visitar minha irmã que lá morava. Almoçamos em Volta Redonda, voltamos à Avenida Brasil e rumamos para o Quitandinha... Ele achava isso o máximo!

Quando moramos em Lisboa, em 1965 – papai, mamãe e os três filhos menores de então, dentre os quais eu me incluía – não raras vezes saíamos repentinamente numa sexta-feira bem cedinho para voltar no domingo bem tardinho. Nosso destino? Percorrer a Península. Havia um amigo nosso, brasileiro, que tinha um carro, também gostava de dar umas voltas nos fins de semana e procurava companhia. Era só juntar a fome com a vontade de comer... O Galvão – esse era o nome de nosso amigo – aparecia numa quinta-feira à noite e dizia, por exemplo, “Vamos sair amanhã bem cedo para Madrid? Voltamos domingo”. Pronto! Tudo se acertava bem rápido, fazíamos nossas bagagens e partíamos descobrindo um “novo mundo” para nós. Mais tarde juntou-se ao grupo o Gilberto Mendonça Teles.

Em Lisboa também não ficava quieto. Levava-nos para conhecer a cidade, seus monumentos, as touradas, os arredores e as festas locais. Inesquecível

uma noite que passamos todos juntos na Feira Popular comendo sardinhas assadas na brasa com vinho verde! Em outras ocasiões, era a vez de nos levar a conhecer a noite lisboeta, a Mouraria, as casas de fado, o caldo verde e o bacalhau.

Devo a meu pai, nessa fase de Lisboa, o meu despertar para algumas coisas de que gosto e que até hoje cultivo sempre que a oportunidade se apresenta: ouvir o fado, degustar de uma boa mesa e de um bom vinho e pegar carona numa cauda de foguete.

Ele gostava de dançar. Dancei muito com ele. E na festa de seus oitenta e cinco anos, em 4 de julho de 1998, por sua iniciativa, dançamos um tango! (ou melhor, fizemos de conta). Querendo provocar a “platéia” entusiasmada com a “ousadia”, papai disse assim para mim: “Agora vamos dar uma corridinha”.

Assim como deixava que a alegria de viver se misturasse a seus sérios estudos, papai também permitia que o prazer de ler e o amor às letras invadissem um passeio, se este se revelasse enfadonho. Certa vez, em Madrid, – num dos passeios com o Galvão – fomos assistir a uma tourada. Domingo à tarde, mês de maio, Praça de Touros repleta. Estávamos nas arquibancadas. Na arena, seis touros seriam picados e mortos um a um, e os garbosos toureiros, a cada vitória sobre o pobre animal, seriam ovacionados pelo público em delírio. Começa o espetáculo monótono e colorido de sangue. Quando o terceiro touro entrou na arena, papai virou-se para mim e perguntou: “Aquele livrinho que te pedi para guardar ainda está na tua bolsa?” Esta foi a senha para que eu lhe desse o tal livrinho (de lingüística) que ele se pôs a ler, absorto, alheio à multidão barulhenta e exaltada. Certamente não foi embora porque nós, filhos, estávamos gostando da festa espanhola. De minha parte achava o espetáculo vibrante e os toureiros galantes e charmosos.

A calma e a serenidade eram, sem dúvida, traços essenciais de sua personalidade. Morder não fazia parte de seu figurino, mas se necessário fosse, sabia mostrar os dentes. “Não levava desaforo pra casa”. Papai devia ter uns quarenta e poucos anos quando “partiu pra cima” de um vizinho, tipo “valentão covarde” que empurrara meu irmão por “não querer que se andasse de patins em sua calçada”. Papai levou a melhor.

Os laços que o prendiam a sua prole levavam-no ainda mais longe do que meter-se em conflitos de vizinhança. O exemplo citado é, aliás, o único nessa categoria de luta, lembrado justamente por sua raridade. A canção que ele cantava para nos adormecer é a expressão do que ele não cessou de fazer a vida toda: velar a nosso lado. “Dorme/ e sonha comigo/ o teu doce amigo/ lá lá lá lá/ Dorme/ que eu fico a teu lado/ velando acordado/ lá lá lá lá”.

A vida muitas vezes nos convida a enfrentar combates de outra ordem, difíceis e dolorosos. São os tais momentos de mudanças, de decisões, de travessia, verdadeiras batalhas que temos de travar em nossa existência. Nessas horas, papai, sempre acompanhado de mamãe, estava a nosso lado, dizendo: “Meu filho, estamos aqui”. Não se afastava enquanto as espadas estavam erigidas. Consolava-nos, aconselhava-nos e nos apoiava sem ser indulgente quando precisava ser rigoroso. Exatamente como aquele “amigo de fé” do Roberto Carlos, dizia “a verdade com frases abertas” e era “o amigo mais certo das horas incertas”. Nas noites de tempestade e mar agitado, sempre ao lado de mamãe que o fortalecia, era o porto seguro e iluminado onde queríamos ancorar o nosso barco. A riqueza e a solidez de sua vida moral lhe permitiam nos trazer com frequência palavras de conforto, nos dar régua e compasso para traçarmos um caminho em meio a situações que nos pareciam caóticas. Era a bússola que nos guiava.

Há uma coisa que ele procurou nos ensinar com insistência: não temer nunca o adversário e a adversidade. Essa uma grande lição que nos legou.

O cidadão indignado

Papai possuía um aguçado sentido de cidadania. Exercia-a sem cessar. Com olhos fixados nos grandes valores clássicos e o ouvido atento à atualidade, fazia da máquina de escrever sua trincheira. Não se calava diante dos desmandos e da desordem da República. É opulenta sua coleção de cartas enviadas a jornais de grandes circulação – nem todas publicadas – onde analisa decisões governamentais, enxerga suas maléficas conseqüências, denuncia injustiças e, sobretudo, clama contra o aviltamento do ensino, exige, das autoridades, o reconhecimento devido ao professor e o respeito que merece o cidadão cumpridor de seus deveres. Tais cartas revelam as inquietações que sombrearam seus últimos anos de vida. Nesses, em face da abundância de medidas nefastas ao bem-estar da nação brasileira, ouvi meu pai dizer a cada vez que os jornais anunciavam providências “milagrosas” para “salvar” o Brasil: “Está tudo errado! Ainda quero escrever um livro, *O país que dá certo*”. Cito este presumível título sem muita certeza. Mas era alguma coisa nessa linha. Ele queria escrever um livro para mostrar a incompetência dos tecnocratas e sua insensibilidade perante o sofrimento do povo, e propor medidas simples, legais e eficazes. Papai não tinha pretensão alguma de “salvar” o Brasil, é claro! No fundo, seu projeto era, penso eu, mostrar que com honestidade e seriedade muitos males poderiam ser banidos do cotidiano brasileiro, só isso.

Por tratar-se de um aspecto de sua personalidade observado não só por seus familiares mas também por amigos e colegas, gostaria de destacar alguns

trechos de cartas enviadas aos jornais. Não tenho como afirmar se as citações pertencem às cartas publicadas, pois não encontrei ainda (deve existir) o seu arquivo ou pasta das publicações na sessão *Cartas aos Leitores*. Mas posso afirmar que todas pertencem a cópias assinadas por meu pai (já consegui reunir em torno de trinta, datilografadas por ele). Verificar-se-á que os assuntos são variados, havendo, porém, forte predominância na questão do magistério. Selecionei uma dúzia de exemplos.

1 - Em face de uma questão jurídica que causava polêmica nacional, enviou o cidadão Sílvio Elia, em 21/12/94, uma carta aos jornais onde se lê: *“O Supremo não pode ser reduzido a um instituto de opinião pública. Como guardião da Constituição não deve ser conduzido por um suposto clamor público, mas agir de acordo com a consciência de seus ministros”*.

2 - Por ocasião da entrada em exercício de um novo governo, em janeiro de 1995, Sílvio Elia comenta o ambiente de *“forte otimismo”* e a *“inebriante euforia”* com palavras *“mágicas (e vãs)”* que entram no espaço político. E adverte: *“Por isso mesmo precisam as recém-empossadas autoridades responsáveis pelo destino desta infortunada República acautelar-se urgente e prontamente contra a sensação crescente de déjà vu que vai tomando conta de expressivas camadas da população. (...) Na verdade, o essencial faz (talvez porque dê trabalho) (...)”*.

3 - A propósito de uma comissão criada para *“investigar desrespeitos à dignidade humana”* na região amazônica, diz ele em 10/11/95: *“Note-se que, na Amazônia, foram demarcados espaços enormes (maiores que alguns de nossos estados) em terras de fronteira, para a deambulação de alguns milhares de indígenas. Enquanto isso, no Sul, centenas de sem-terra clamam por um pedaço de chão para trabalhar e produzir. Não seria mais justo dividir esses vastos espaços demarcados entre os sem-terra e os indígenas?”*.

4 - Em 18/01/96, sobre o *“show milionário que nosso alcaide fez realizar na entrada do Ano Novo”* qualificou a iniciativa de *“desastrosa”*, principalmente pela *“divulgação dos elevados cachês pagos aos participantes do espetáculo”* que *“chocaram a gente carioca, num momento em que a saúde e o ensino andam ao descabro no município e no estado, com médicos e professores miseravelmente pagos, sob a alegação de falta de recursos”*.

5 - Comentando salários da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, referentes a cargos que seriam extintos (R\$6.000,00 o nível mais alto e R\$1.600,00 o menor) pagos a agentes de segurança e a operadores de serviços diversos, Sílvio Elia pede que se compare este piso salarial com o teto salarial de um professor do ensino médio. *“O mesmo Estado que paga no Legislativo um piso salarial mínimo de R\$1.600,00 remunera os seus professores de ensino*

médio, no fim de carreira, com um teto salarial máximo de R\$247, 59. Note-se que o professor de 1.º e 2.º graus é um profissional de nível superior, pois, para o exercício da docência, dele se exige diplomação universitária. Mais, para ser admitido no magistério do Estado, tem de submeter-se a concurso de provas e títulos. Dessa precária situação salarial decorre a inevitável evasão de professores e a deplorável falta de mestres nas salas de aula. Só não vê quem não quer. Nunca as condições do ensino no Rio de Janeiro, que já foi espelho para todo o país, chegaram a esse nível de abastardamento e deterioração”.

6 - A carta acima data de 11/04/96, e já em 30 de agosto desse mesmo ano, em outra carta (esta com certeza publicada em *O Globo*) dirá “*Os professores do estado entraram em greve porque se tornou impossível continuar trabalhando com o salário indigno que recebem mensalmente de R\$247,59 para o piso do mais alto posto da carreira. O resultado conhecido é o da evasão de mestres, faltas ao trabalho. Queda do nível de ensino”.*

7 - Em defesa dos aposentados (também publicada em *O Globo* em 14/10/96) denunciou a “*ilegalidade*” e a “*iniquidade do ato pelo qual o Executivo da União mandou que fossem reduzidos os proventos dos aposentados*”. Ao terminar a carta dirige-se ao presidente: “*Ainda é tempo, senhor presidente, de devolver aos maltratados velhinhos a parte de seus proventos, que lhes está sendo surrupiada*”.

8 - A respeito de uma adequação salarial que seria feita no Banco Central em favor de seus funcionários, Sílvio Elia escreveu em 10/12/96 uma carta conclamando o leitor a analisar tal adequação. Sua argumentação se baseia na comparação dos salários inicial e final da carreira de magistério superior com os mesmos salários do funcionário do Banco Central. “*A carreira do magistério superior começa com o cargo de professor auxiliar, vencimento-base R\$424,65 e tem, no topo da hierarquia, o cargo de professor titular, com vencimento-base de R\$1.219,00. Com as gratificações de praxe, esses salários poderão dobrar; (...) Compare-se agora o salário inicial do funcionário do BC já adequado, R\$2.770,00, com o salário final na hierarquia universitária e tiremos nossas singelas conclusões. E, note-se, para alcançar o topo de Professor Titular, há que vencer os seguintes obstáculos: a) curso superior (graduação); b) título de Doutor (pós-graduação); c) aprovação em concurso público de provas e títulos. Como explicar a disparidade (a isonomia foi pelos ares)? Talvez porque passamos do regime jurídico da lei para o das medidas provisórias e já deixamos de ser uma democracia para tornar-nos uma oligarquia”.*

9 - Se dermos um salto para janeiro de 1997, vamos encontrá-lo indignado com a campanha promovida pelo governo contra o funcionário público, atri-

buindo-lhe a causa da situação falimentar do país. Bradou Sílvio Elia: *“Ora, todo mundo sabe que o descabro administrativo de prefeituras, estados e da própria União tem outra origem: está no clientelismo, na fraude, na sonegação. Esses os vilões que têm de ser enfrentados e não o indefeso funcionalismo de carreira (isto é, aquele que ingressa no serviço público mediante concurso), com arrocho salarial, demissões voluntárias (e custosas) ou compulsórias, perda de estabilidade, etc. Contudo, as fontes dos males acima apontadas, porque não estancados, continuarão a jorrar”*.

10 - Ainda em defesa dos aposentados humilhados pelo discurso oficial, criticou argumento defendido pelo Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Sousa. *“Cruelmente injusto é o argumento apresentado por S. Excia. No que diz respeito à situação do aposentado.”* E a seguir cita as palavras do Ministro: *“Ele [determinado professor] se aposentou com salário integral e será reajustado sempre que os professores da ativa o forem. Isso não existe em nenhum sistema previdenciário. O Governo tem que pagar hoje outro professor para pagar a aula que ele não dá”*. Comenta então Sílvio Elia: *“Essa, perdoe-me S. Excia., é de cabo-de-esquadra. Põe abaixo todo sistema previdenciário. O aposentado estaria sempre usurpando o salário que o Governo se vê obrigado a pagar ao funcionário que vier a ocupar o seu lugar! (...) Na verdade o aposentado está recebendo os proventos de uma aposentadoria que já pagou antecipadamente”*. Esta carta é de 07/04/98. Quase um ano antes, em 05/06/97 ele terminava assim outra carta na qual criticava os *“benefícios”* do INSS: *“E assim o Governo embolsa alguns milhões retirados dos minguados proventos dos assalariados, que nunca sonegaram a contribuição devida ao INSS. Cumpre-se, pois, o triste fadário do presente Governo: os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres”*.

11 - Já nos aproximando de uma de suas últimas cartas, Sílvio Elia, em 21/05/98, veio em defesa da classe média contra a qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso cultivava uma *“animosidade notória”* acentuada, então, por sua afirmação explícita de que *“os privilégios”* estariam nesta classe social. Contra-ataca Sílvio Elia: *“Como o Estado não produz bens materiais, que geram riqueza, é claro que eles provêm do trabalho da omitida classe média, que paga impostos”*. E termina: *“Eis a classe privilegiada que o nosso Presidente, intencionalmente, ou não, expôs à execração pública”*.

12 - Em 10/06/98, um exemplo da capacidade de Sílvio Elia em transformar sua indignação em uma tirada de bom-humor. Estávamos em plena campanha para a sucessão presidencial e ele vem propor, na sessão *Carta aos Leitores* (não sei se foi publicada) uma pequena minuta de programa eleitoral àqueles que pretendessem correr no páreo com o então pré-candidato à reeleição Fernando Henrique Cardoso. *“Embora não seja nem cientista nem analista*

político, pareceu-me de bom alvitre vir trazer aos interessados aquilo que se me afigura como pontos sensíveis da atual conjuntura socio-política, a fim de que se apresentem os remédios capazes de devolver saúde ao corpo um tanto combalido da sociedade brasileira. Ei-los:

a) reforma administrativa: contra o funcionalismo público.

b) reforma da Previdência: contra os idosos e aposentados.

c) caos: invasão de propriedades alheias, saques de estabelecimentos comerciais, assaltos nas estradas a veículos de transporte de carga.

d) conseqüências nefastas: desemprego, corrupção, criminalidade.

A lista não é exaustiva, mas já dá para bom começo”.

Nas eleições de outubro do ano passado, Sílvio Elia foi votar apesar de estar isento pela idade e pelo estado de saúde. Fui com ele, levei-o de carro à sua sessão. Teve de subir um andar na Escola São Tomás de Aquino. Subiu e votou. De volta para casa, comentou no carro: “Não sei porque, agora, ando um pouquinho e já fico cansado”. Em 3 de novembro de 1998 foi internado e o resto dessa história já conhecemos. Foi cidadão até os últimos instantes de sua vida.

O filme acabou e as luzes do infinito se acenderam

Escrevendo e passeando, passeando e escrevendo deixou-nos também muitas recordações afetuosas por escrito. Todos nós temos cartas e postais que nos enviava das viagens. Nelas se mostra sempre interessado nas coisas que por cá continuavam, indaga, faz sugestões e recomendações. E principalmente mostra-se próximo, gentil e meigo. Pela suavidade de suas palavras, vou transcrever o postal mais antigo que tenho guardado, enviado de São Paulo em 6/VII/53 (assim está escrito por ele). A imagem é a de um bebê gordinho e rosado esticando os braços para pegar uma flor. O texto: “*Tina, Eu sei que você é teimosa e há de agarrar a flor. Mas para que existem as flores senão para te causarem alegria? Você está com saudades minhas? Não tão grandes, porém, como as que sinto. Calma que já vou chegar. Beijocas do Paizinho”.*

Paizinho, não há maneira de agradecer tudo o que você fez por nós. Que você esteja envolvido em muita luz e em plena paz na Casa do Pai, e de lá continue a velar por nós e a nos enviar afáveis mensagens.

Um beijo grande da Tina
Rio de Janeiro, março de 1999

SÍLVIO ELIA

Evanildo Bechara

Silenciou uma das vozes mais autorizadas não só desta seção mas também dos estudos lingüísticos e filológicos do Brasil. No dia 16 de novembro último faleceu o amigo, o mestre, o referencial de quantos com ele tivemos a felicidade de conviver, dividindo as horas de uma companhia cuja lembrança ficará para sempre. O amigo a quem nos socorríamos para o conselho proveitoso e experiente; o mestre de quem nos aproximávamos para discutir e aprender as questões técnicas no domínio dos estudos da linguagem; o referencial como exemplo de dignidade do homem e do profissional que, apesar das adversidades a que levaram o magistério os governos responsáveis pela educação e ensino deste país (de cujas medidas desastrosas e injustas tanto reclamava em libelos dirigidos a seções de *Cartas dos leitores* de jornais desta cidade, muitos dos quais não foram publicados), nunca deixou de acreditar na ação redentora da cultura e no trabalho competente do professor preparado.

Quem quer que ocupe o seu lugar à frente do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português estará sempre aquém do entusiasmo e da assiduidade que imprimia às iniciativas desse órgão de cultura, cultor e defensor da unidade lingüística da lusofonia, particularmente dos destinos da língua escrita, exemplar, nas pegadas das lições de mestres da envergadura de José Leite de Vasconcelos, Paiva Boléo, Herculano de Carvalho, em Portugal, e Antenor Nascentes, Mário Barreto, Sousa da Silveira, Clóvis Monteiro, Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo, entre nós. Disto deu prova desde suas primícias lingüísticas com o livro *O problema da língua brasileira* (1940), que, no mesmo ano, mereceu o Prêmio João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, continuando e desdobrando-se em duas obras mais recentes: *A unidade lingüística do Brasil* (1979) e *El português en Brasil, Historia Cultural* (1992).

Com o livro *Orientações da lingüística moderna* (1955; 2.^a ed. 1978) Sílvio Elia trabalha num domínio da reflexão que lhe era muito caro: a discussão do estatuto epistemológico das idéias e correntes lingüísticas, dada a sua particular inclinação à especulação filosófica, como ainda são exemplos disto, entre outros, as comunicações internacionais *Para uma semântica coseriana*

(1979-1980, Friburgo/Munique), e *De l'Ars Grammatica à la Grammatica Speculativa* (1981, Madri).

Preocupou-se também com a variedade social e geográfica do Português, o que o levou a escrever o livro *Sociolinguística. Uma introdução* (1987), além de artigos esparsos em revistas e comunicações em congressos nacionais e internacionais como, por exemplo, *A Geografia Linguística no Brasil* (1980, Palma de Mallorca), *A pronúncia quinhentista* (1974, Nápoles), *O português literário de Angola* (1987, Lisboa-Paris), *A difusão das línguas européias e a formação das variedades ultramarinas, em particular dos crioulos. Aplicação especial ao português* (1966, Coimbra), *Por uma cultura luso-brasileira* (1982).

A sua excelente formação linguística e filológica não se limitava ao domínio do português; professor de latim que era, catedrático do Colégio Pedro II, levou-o a escrever trabalhos sobre a língua de Cícero e Virgílio (*Curso de latim*, em colaboração; *Gramática latina*) e, estendendo-se ao campo da Romanística, elaborou uma superior *Preparação à linguística românica* (1.ª ed. 1974, 2.ª ed. 1979).

A sua atividade magisterial de 1.º e 2.º graus estimulou-o a redigir os compêndios *Língua e literatura* em colaboração, e a preparar a parte de Língua Portuguesa do *Dicionário gramatical* da Editora Globo, de Porto Alegre (1962), onde o professor, o especialista e o aluno muito encontram de conceituação teórica e exposição prática do idioma. Neste domínio da produção didática preparou com seu querido irmão Hamilton Elia os *Cem textos para corrigir*. É de particular relevância sua contribuição à *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura – Verbo*, editada em Portugal, redatando importantes verbetes nas áreas de sua especialidade.

Ao especialista aliava-se a sensibilidade do leitor de textos literários, como dão prova sua seleta em prosa e verso de Augusta Frederico Schmidt (1975), e o artigo *A linguagem de Casimiro de Abreu* (1982).

Intimamente ligada a esta atividade linguístico-filológica situa-se a sua colaboração com Leodegário A. de Azevedo Filho, em *As poesias de Anchieta em português* (1984).

Tinha Sílvia Elia a grande preocupação de congregar colegas para a troca de saber e experiência. Fruto disto foi a idéia de criar o Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, que conheceu dez anos de permanentes reuniões e conferências, ensejando, com o apoio da Universidade Federal da Paraíba, o 1.º Congresso Nacional de Sócio e Etnolinguística (1978), realizado em João Pessoa.

Foi esta mesma preocupação que o levou, com o apoio incondicional da alta administração do Liceu Literário Português e dos seus colegas do Instituto

de Língua Portuguesa, a concretizar vários congressos e encontros nacionais e internacionais.

É este mestre competente, é esta referência constante, é este amigo dileto, é este homem combatente das boas causas e sempre cordial que hoje homenageamos, na certeza de que entrou para a galeria dos imortais.

(Publicado na seção “Na ponta da língua” do *O Mundo Português* de 17/12/98)



Cerimônia na PUC-Rio. Entrega da Medalha Alceu Amoroso Lima ao Prof. Sílvio Elia pelo Magnífico Reitor Pe. Laércio, S.J.

NOTA DA DIREÇÃO

Ao apresentarmos este número da *Confluência* totalmente dedicado às atividades intelectuais do nosso saudoso Amigo e Colega Sílvio Elia foi nossa intenção traçar-lhe o retrato por inteiro, sem omitir nenhuma vertente do seu pensamento, quer no âmbito dos diversos domínios das ciências da linguagem que cultivou, quer no perfil do filósofo e do cidadão preocupado com o destino dos brasileiros e do Brasil como instituição.

Está claro que neste extenso quadro de atividades e preocupações nosso homenageado proclamou lições e emitiu pareceres que nem sempre tiveram, têm e terão unanimidade e aceitação entre os especialistas e o público em geral. Mas esta adesão às suas opiniões, de um lado, e esta crítica a elas, de outro, são naturais no mundo das idéias, e é isto que estimula à reflexão, à pesquisa e ao magistério.

Quem conheceu Sílvio Elia sabe que, no confronto de opiniões, nunca saiu da esfera das idéias e dos ideais para enveredar pelo campo do desmerecimento e da descompostura às pessoas.

É justamente esse cavaleiro andante em defesa do que considerou as boas e nobres causas que procuramos retratar neste número a ele dedicado, como exemplo do homem, do intelectual e do cidadão que soube cumprir sua missão. Enfim, um padrão neste País.

*

SÍLVIO ELIA DE CORPO INTEIRO

A – LINGÜÍSTICA, FILOLOGIA, CRÍTICA LITERÁRIA

O estágio atual da língua portuguesa no mundo

A exemplo do que se fez com o topônimo ROMANIA, irei chamar LUSITANIA o espaço geolingüístico ocupado pela língua portuguesa, na sua *unidade e variedades*. Esse será o espaço próprio da *lusofonia*; os seus usuários são os *lusofalantes*. Como “estágio atual da língua portuguesa no mundo”, considerarei a situação da Lusitânia após a 2.^a Guerra Mundial.

Nessa perspectiva, vejo quatro faces da Lusitânia, que denominarei *Lusitânia antiga*, *Lusitânia nova*, *Lusitânia novíssima* e *Lusitânia perdida*.

A Lusitânia antiga compreende Portugal, Madeira e Açores.

A Lusitânia nova é o Brasil.

A Lusitânia novíssima abrange as cinco nações africanas conseqüentes ao processo da “descolonização”: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé-e-Príncipe.

Lusitânia perdida são as regiões da Ásia ou Oceania onde a língua portuguesa já não tem esperanças de sobrevivência.

Passemos agora à caracterização sociolingüística de cada uma dessas faces da Lusitânia.

Portugal continental é o berço da língua portuguesa. Aí foi que ela se formou, como um dos ramos mais viçosos do idioma latino. Goza, portanto, de um prestígio especial no domínio da lusofonia, fonte que é de todos os falares que lhe usam o gentílico. Trata-se do “prestígio da protovariante”, para usar de uma expressão do lingüista russo Stepanov e aplicada às comunidades hispanofalantes, trazida à baila pelo Prof. Celso Cunha, em seu opúsculo *Língua, Nação, Alienação* (p. 17).

Incluímos Madeira e Açores na Lusitânia antiga, em virtude de terem sido povoadas e colonizadas por gente portuguesa, pois se tratava de ilhas desérticas. Madeira e Açores são rebentos das navegações henriquinas: a Madeira foi achada em 1419 e os Açores, em 1427. Esse grupo de ilhas sempre

esteve muito unido ao Portugal metropolitano, política e culturalmente, e, mesmo hoje, após a descolonização, continua fielmente vinculado à *terra mater*. Podemos, pois, dizer que a Lusitânia antiga é o Portugal europeu.

Portanto traço sociolingüístico n.º 1 do português europeu: *língua-berço*. E acrescentemos algo muito importante como característica desse traço: o seu *exclusivismo*, pois é restrito ao português europeu.

O segundo traço sociolingüístico do português europeu é o seu caráter de *língua materna*. Com efeito, todos os cidadãos portugueses não ouvem em sua pátria, desde o dia do nascimento até o do final da jornada, senão as mesmas vozes que, de Camões a Fernando Pessoa, percorreram os ares da terra natal. Em Portugal existe mesmo sensível unidade da língua; os chamados dialetos, na verdade falares, pouco diferem entre si.

O terceiro traço a somar é o de *língua oficial*. O primeiro passo foi dado por el-rei D. Dinis, o fundador da Universidade portuguesa, com o nome de Estudos Gerais (1290), ao decretar que fosse a língua portuguesa adotada nos atos e documentos públicos. E é a única que o Estado português reconhece como válida em seus atos políticos e administrativos.

O português é também a língua *nacional* do povo lusitano. Quer isso dizer que é falada sem contrastes em toda a extensão do Portugal continental e insular, partes integrantes do português europeu. Não se encontram em Portugal línguas minoritárias de paridade de direitos em face do idioma maior.

Outro traço característico do português europeu é o seu caráter de *língua de cultura*. Língua de cultura, como o nome está a indicar, é aquela que dá acesso ao conhecimento intelectual, seja ele filosófico, científico ou literário. Isso, se entendermos por cultura o patrimônio de saberes que o Ocidente vem acumulando através dos tempos, desde o nascedouro greco-latino até os nossos dias, com passagem pelo Medievo judaico-cristão. Esse acúmulo de saberes só se tornou possível, graças a uma longa tradição escrita, onde se alinham papiros, pergaminhos, folhas de papel, páginas impressas. Por outras palavras, língua de cultura e tradição gráfica são frutos inconfundíveis. Cabe ainda salientar que é através do prisma cultural que as línguas se tornam adultas. Muito oportunas, portanto, estas reflexões do filólogo Antônio Houaiss:

Há barreiras metodológicas que não nos autorizam a admitir certas hipóteses. Dou um só exemplo: temos de aceitar – pelo menos por ora – a isonomia estrutural das línguas e sua heteronomia cultural, vale dizer, temos que admitir que virtualmente todas as línguas são capazes de exprimir o que quaisquer outras exprimem, mas, ao mesmo tempo, temos que admitir que algumas atingiram um estágio cultural qualitativa e quantitativamente mais apto a exprimir o que outras não exprimem ainda (ou, por acaso históricos,

não exprimirão jamais, pois desaparecerão antes). (*A crise de nossa língua de cultura*: 12-13)

Em conseqüência desse caráter cultural, as línguas de cultura tornam-se a *língua-padrão* de uma nação politicamente organizada. É a que se ensina nas escolas e se usa em todas as atividades da sociedade a que se pode aplicar o adjetivo “alto”: nas relações internacionais, nos textos jurídicos, nas academias e universidades, na grande imprensa escrita ou falada, no parlamento, nas obras didáticas e destinadas normalmente ao ensino e à difusão do saber, de modo geral. A ela recorrem todas as pessoas cultas de um determinado país, o que faz com que se sobreponham às variedades regionais e sociais. Para falar como o Prof. Coseriu: deve ser sintópica e sinstrática.

Portanto o português europeu, próprio da Lusitânia antiga, possui os seguintes traços sociolingüísticos: *língua-berço*, *língua materna*, *língua oficial*, *língua nacional*, *língua-padrão*, *língua de cultura*.

Passemos agora à Lusitânia nova, ou seja, ao Brasil. Veremos que todos esses traços, menos um, se aplicam também ao idioma pátrio. O traço que nos falta é obviamente o de *língua-berço*, pois não foi em plagas americanas que o português nasceu. Para aqui foi trazida, com o processo dito de colonização. Trata-se, portanto, de uma *língua transplantada*. Não era a terra descoberta *res nullius*, por isso que os seus “descobridores” a encontraram povoada de várias tribos indígenas. Entretanto não se poderá dizer que fosse o tupi a língua autóctone desta parte do Novo Mundo, como às vezes se pensa. Ao contrário, à época dos Descobrimentos, eram muito numerosos os falares indígenas brasileiros. O Prof. Júlio Cezar Melatti, em seu livro *Índios do Brasil*, apresenta uma classificação de línguas indígenas brasileiras, onde distingue as seguintes famílias (que, naturalmente, se subdividem em vários falares): tupi-guarani, mundurucu, juruna, ariquéim, tupari, rارانana, mondé, jê, maxacali, cariri, bororo, aruaque, arauá, caribe, macu, ianoama, tucano, catuquina, mura, pano, txapacura, nambiquara, guaicuru. Nenhuma delas pode aspirar ao título de língua brasílica por excelência. Houve, na verdade, durante o período colonial a constituição de uma *koiné* de base tupi com o nome de “língua geral”. Contudo, mesmo essa língua geral, esse tupi jesuítico, segundo expressão de Mattoso Camara Jr., se diversificou em nosso território. São palavras do mestre brasileiro:

Ao mesmo tempo, como “língua geral”, esse Tupi jesuítico se implantou no norte do Brasil, na zona do rio Negro, onde sofreu uma evolução; o que é fatal, porque, uma vez que uma língua franca se torna a língua nativa de uma comunidade, fica sujeita às contingências da língua como “fato histórico”. (*Introdução às línguas brasileiras*: 105)

Surgiram assim duas espécies de “língua geral”: ao Norte, no vale do Rio Negro, o *nheengatu*, mais corrompido ou evoluído, como prefere dizer M. Camara Jr.; ao Sul, o *abanheenga*, mais disciplinado gramaticalmente e que serviu de veículo escrito para uma literatura jesuítica de catequese.

Ao nível culto, foi a língua portuguesa que serviu de *koiné*, já vivida literariamente na pena de um Bento Teixeira em Pernambuco ou na pena e na boca de um Gregório de Matos na Bahia. Portanto, desde o século dos quinhentos, ia a língua portuguesa se convertendo de língua transplantada em língua implantada.

O segundo traço sociolingüístico do português no Brasil é o de ser *língua nacional*, isto é, língua de toda a nação. É realmente a única língua praticada em todo o território brasileiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. As línguas indígenas, como vimos, não encontraram condições de sobrevivência. Acresce que as tribos indígenas sofreram triste processo de dizimação, que acarretou naturalmente o desaparecimento de numerosos falares autóctones. Marília Carvalho de Melo e Alvim, num dos capítulos da *História da Cultura Brasileira*, obra coletiva, assim escreve: “Na atualidade,... , falam-se, no Brasil, 120 a 150 línguas ameríndias, e esse número representa, possivelmente, a metade do total de línguas vivas por ocasião do descobrimento” (1, 40). Falam-se hoje apenas em bolsões isolados como terras demarcadas.

Também as línguas africanas foram sendo absorvidas progressivamente pela língua portuguesa, de padrão cultural superior. Ainda na época de Independência, falava-se o quimbundo nos mercados do Valongo e o jeje e nagô na Bahia, lembra Ovídio da Cunha (*Fundamentos da Lusobrasileiridade*: 83). Na Bahia, o falar negro de maior difusão foi o nagô, que se expandiu juntamente com a religião que adotavam. Edson Carneiro, em *Ladinos e Crioulos*, diz o seguinte:

Como reflexo do estado social que haviam atingido na África e do conceito que deles se fazia no Brasil, os nagôs da Bahia logo se constituíram numa espécie de elite e não tiveram dificuldade em impor à massa escrava, já preparada para recebê-la, a sua religião, com que esta podia manter fidelidade à terra de origem, reinterprestando à sua maneira a religião católica oficial. (p.125)

Tornou-se assim o nagô uma espécie de “língua geral” dos negros da Bahia. Opina José Honório Rodrigues que “A diferença é que a língua geral indígena foi criada pelos jesuítas, e a língua geral negra foi por eles mesmos criada” (*História Viva*: 29). A respeito dessa afirmação, cremos caber duas ponderações: a primeira é a de que o termo “criada” é excessivo (“disciplinada”, “trabalhada”, “gramaticalizada” seria melhor); a segunda é a de que a língua geral indígena era, por assim dizer, mais geral que a língua geral africana.

Enquanto esta se restringia ao território baiano, a língua geral indígena espalhava-se por larga porção do território brasileiro. Melhor seria, portanto, falar em duas *koinés*, uma afro-baiana e outra índio-brasilica. Ambas, porém, foram cada vez mais cedendo espaço à língua portuguesa, de padrão cultural superior, a única que assumiu historicamente o papel de língua nacional. Os falares indígenas recuaram para o interior do território, e das línguas africanas só temos alguns remanescentes, particularmente nos xangôs do Nordeste e nos tambores do Maranhão.

A imigração estrangeira trouxe para o Brasil contingentes humanos praticantes de outras fônias: italianos, alemães, poloneses, sírios, armênios, japoneses. Várias dessas línguas são portadoras de uma cultura de alto nível, como o italiano, o alemão, o japonês. A assimilação pelo português se afigurava assim mais difícil e, sem dúvida, por vezes se tem encontrado resistência. Mas o normal é que, com o passar das gerações, os descendentes desses troncos culturais se vão pouco a pouco integrando no meio social que os acolheu. A terceira geração já é praticamente de brasileiros natos e aculturados. Destarte pode-se dizer que é o português a *língua materna* de todo o nosso povo.

É também a nossa *língua-padrão*, aquela que aprendem os que desejam ascender à categoria de cultos e é a que está descrita em todas as nossas boas gramáticas, ou seja, aquelas que expõem as regras depreendidas da norma culta brasileira. *Língua-padrão, norma culta, língua de cultura* são traços que praticamente se identificam. Podemos, pois, enumerar assim os traços sociolinguísticos da Lusitânia nova: *língua transplantada, língua materna, língua oficial, língua nacional, língua-padrão, língua de cultura*.

Na Lusitânia novíssima, a situação é um pouco diferente. Nela o processo civilizatório caminhou com desigual velocidade. Em certos lugares, como Angola e Moçambique, principalmente Angola, foi mais rápido; em outros, como Guiné-Bissau e São Tomé-e-Príncipe foi mais lento. Cabo Verde ocupa uma posição intermediária.

Dos contatos do português com o falar nativo da ilha, desenvolveu-se em Cabo Verde um dialeto crioulo, que Baltasar Lopes da Silva julga ter sido a base do crioulo guineense. Em Angola e Moçambique predominam, a nível popular, os falares nativos. Contudo, em todas essas regiões, o português possui um caráter comum: é *língua transplantada*. A esse caráter se juntam outros dois: o de *língua oficial* e o de *língua de cultura*. Suprimimos os de *língua materna* e de *língua nacional*.

A língua materna é, em geral, a língua da tribo a que pertencem os seus integrantes. E porque essas tribos são numerosas, nenhuma delas pertence a toda a nação. Não se pode, pois, falar em língua nacional, nem para Angola,

nem para Moçambique, nem para Guiné-Bissau. Quanto ao português, foi declarado por essas novas repúblicas *língua oficial*. É, pois, a língua do Estado, em suas relações internas e externas. E, em virtude da dispersão dos falares nativos, tende a tornar-se também *língua veicular*, vale dizer, a língua que procura servir de denominador comum à intercomunicação entre os falantes nativos, pelo menos na sua parte mais escolarizada. Mais importante ainda é o seu papel como língua de cultura, que, principalmente na sua forma escrita, eleva o cidadão do curso primário à Universidade. Entrementes se vai forjando uma produção literária, que até já começa a impor-se, como a de Angola.

Temos assim os seguintes traços lingüísticos nos domínios da Lusitânia novíssima: *língua transplantada*, *língua oficial*, *língua de cultura*. Não lhe podemos, porém, pelo menos por enquanto e em proporção reduzida, lhe atribuir os caracteres de *língua materna* e de *língua nacional*. Mas pensamos que o destino da língua portuguesa nesses jovens Estados, com a sua constante e progressiva integração no mundo ocidental, sem perda dos atributos essenciais de sua identidade cultural, vai no sentido de uma crescente expansão e consolidação.

Voltemo-nos agora para a Lusitânia perdida.

Em Goa, o português sempre gozou do *status* de língua culta. Leite de Vasconcelos, por exemplo, em sua *Esquise*, fala em *português de Goa*, mas classifica os falares de Damão e Dio como dialetos crioulos. A partir de 1961, quando esses enclaves lusitanos foram incorporados *manu militari* ao Estado da Índia, os falares de base portuguesa entraram num processo de deperecimento. Nesses enclaves, diz-nos a Prof. Graciete Nogueira Batalha, o português já não pode competir nem com a universalidade do inglês, nem com a vivência dos falares locais. As novas gerações já desconhecem o português; por enquanto ainda é a língua dos pais... ou dos avós.

Quanto a Macau, após quatro séculos de ocupação portuguesa, será entregue à administração chinesa. Aí, dia a dia mais se impõe o cantonês; o macaísta está com os seus dias contados.

Penso que, ao término desta modesta exposição, cabem algumas reflexões sobre o futuro da língua portuguesa. Futuro que já se delinea nas condições ditadas pelos acontecimentos sociais e políticos do presente.

No que diz respeito ao destino das línguas no mundo atual, cumpre pôr em destaque a importância do fator tecnológico. Os poderosos meios de comunicação de massa levam instantaneamente a qualquer parte do globo o som e a imagem daqueles que dispõem desses poderosos veículos de transmissão em ondas hertzianas. Ninguém ignora, por exemplo, o imenso poder de penetração da língua inglesa na fatia ocidental do planeta. Está no vídeo, nas telas, nas

lojas, nos aeroportos, na linguagem técnica e científica, até nas camisetas que jovens e não-jovens ostentam pelas ruas. Pense-se que mesmo a *doublage* pode vir a ser suprimida, com vagar embora, nos filmes exibidos no cinemas ou projetados em televisores. Há, no momento, um transbordamento idiomático que ameaça as línguas que não disponham de recursos para enfrentar o embate. Há, pois, que empreender um novo movimento “em defesa da língua”. E somente as línguas que possuem um suporte humano e cultural bastante se acham aptas para entrar na competição. O português está nesse caso, pois é uma das seis línguas de cultura mais faladas no mundo, ao lado do inglês, do russo, do chinês, do árabe, do espanhol.

Em nosso mundo ocidental, as línguas já passaram por três estágios típicos, que podemos exemplificar excelentemente com o latim. A língua do Lácio foi *imperial* com os romanos, *cultural* (sob a forma de baixo latim) na Idade Média, e *nacional*, na feição neolatina, nos tempos modernos. Hoje, porém, quando o conceito de soberania se vai cada vez mais relativizando, as línguas também ultrapassam as fronteiras nacionais e se vão convertendo em *transnacionais*. Ora, essa transacionalidade se casa perfeitamente com a língua portuguesa. Se nos unirmos ao velho tronco lusitano e às verdes ramificações africanas, seremos cento e cinquenta milhões de lusofalantes a fazer vibrar nos ares as páginas mudas de um Luís de Camões, um Antônio Vieira, um Machado de Assis e tantos outros imortalizaram nos textos impressos. A Galáxia de Gutenberg não chegou ao fim, mas tem de conviver cada vez mais com a oralidade. Se soubermos impor-nos ao fascínio de Orfeu com a mesma galhardia com que vencemos o desafio da “arte da imprimissão”, é certo que não capitularemos. Para isto fomos convocados.

(BH, 13/08/1987)

Autores citados:

- BATALHA, Graciete Nogueira (1982). *Língua e cultura portuguesa em Goa. Estado actual*. Edição dos Serviços de Educação e Cultura de Macau.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso (1979). *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- CARNEIRO, Edson (1964). *Ladinos e Crioulos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CUNHA, Celso (1981). *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CUNHA, Ovídio da (1987). *Fundamentos da Luso-Brasildade*. Edição particular.
- HOUAISS, Antônio (1983). *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MELATTI, Júlio Cezar (1983). *Índios do Brasil*, 4.^a ed. São Paulo, Hucitec.
- MELO E ALVIM, Marília Carvalho de (1973). *História da cultura brasileira* 1. MEC/CFC/FENAME.
- RODRIGUES, José Honório (1985). *História Viva*. São Paulo, Global Universitária.
- SILVA, Baltasar Lopes da (1957). *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1970). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 2.^a ed. Com adiatamentos e correções do Autor, preparada com base no exemplar conservado no Museu Etnológico "Dr. Leite de Vasconcellos", por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos (a 1.^a ed. é de 1901).

*

Um Modernista

Difícilmente se apagará da memória de quantos tiveram a felicidade de assistir às magníficas provas de concurso prestadas por Alceu Amoroso Lima a elevação dos debates, a correção da banca examinadora e a singular capacidade e competência do candidato. O concurso, formalidade para a efetivação de um professor interino, que já era mestre incontroverso muito antes de ser candidato, transformou-se naquilo que o bom senso reclamava: uma consagração da maior figura literária do Brasil contemporâneo. Uma consagração e uma reparação, porquanto esta não foi a primeira ocasião que o ilustre autor dos "Estudos" bateu às portas da Universidade do Brasil. Das outras vezes, o ambiente intelectual acha-se intoxicado de paixões sectárias, e o caráter de extrema lealdade que Amoroso Lima empresta aos seus trabalhos encontrou obstinado empeco na rasa mediocridade de seus frágeis oponentes. Agora, porém, comparecendo perante juizes de horizontes mais amplos, houve um esplêndido triunfo, não diremos apenas seu, mas da própria cultura nacional. E cremos até que a defesa da tese da tarde de sábado iniciou nova feição em provas dessa natureza. Em vez da clássica preocupação de invalidar o estudo do candidato, tivemos oportunidade de presenciar uma espécie de "mesa redonda", em que juizes e candidato, numa atmosfera de superior cordialidade, procuravam alternadamente fixar idéias a respeito de altíssimos problemas de estética e crítica literária. Enquanto ouvia, com raro prazer, o desenvolvimento dos debates, ia-se-me formando no espírito a convicção de que o movimento modernista ganhara mais um recinto. Realmente ninguém desconhece os vínculos que prendem Amoroso Lima ao discutido movimento. E, sem dúvida alguma, a expressão "crítico do modernismo" qualifica muito bem, dentro das nossas perspectivas literárias, a obra do intelectual Tristão de Ataíde. Podemos, pois, afirmar tranquilamente que o candidato de 1947 não desmentiu de modo algum o moço entusiasta que em 1922 desafiou o prestígio de Coelho Neto erguendo nos ombros aquele incorrigível agitador literário que foi o inquieto Graça Aranha.

A tese que apresentou, por exemplo, "O Crítico Literário", pouco se assemelha ao que a tradição assim tem considerado: de começo proposições para debate, as teses de concurso se foram convertendo em demonstrações de força, em que o candidato procurava concentrar nalgum tema predileto as suas

mais poderosas baterias culturais. E lá vinham longas citações de autores; quase sempre estrangeiros, com algum condimento de erudição germânica. A tese de Amoroso Lima é, entretanto, “outra coisa”. Não possui bibliografia, o que, para muitos, talvez se afigure pecado capital. Também não traz, no fecho do volume, as conclusões de esperar. A um censor extra, que lhe fez tal reparo, observando que o livro não apresentava conclusões “no fim”, respondeu com espírito o Autor que as conclusões estavam “no meio...”. Razão teve, pois, e muita, o sr. Pedro Calmon, ao declarar: “V. Excia. não fez esse trabalho com 25 livros e sim com 25 anos”.

Outro caráter da tese reside na subjetividade das suas fontes. Geralmente uma obra desse teor se orienta para as pesquisas mais impessoais. Amoroso Lima, porém, fez do seu trabalho quase um depoimento. Depois de muito ter lido, meditado, escrito; depois de ter lançado novos cidadãos na república das letras, de ter feito numerosos e fiéis admiradores, a par de um inexpressivo conglomerado de adversários maldizentes, decidiu-se a extrair da sua longa e rica experiência ensinamentos que os livros certamente não lhe poderiam dar.

A base do trabalho que apresentou não a encontraríamos, pois, na bibliografia, ostensivamente ausente, e sim na substância de sua própria vida. Fez, para usar de um termo em moda e também empregado pelo Autor, uma tese existencialista. Enganar-se-ia, porém, aquele que julgasse “O Crítico Literário” mero jogo de palavras, redigido com a superficialidade impressionista de um amável diletante. Para os que não conheciam ainda Amoroso Lima, a defesa de tese produzida demonstrou que, atrás das menores afirmações, estava uma prodigiosa cultura, impregnada das grandes verdades que desde a filosofia helênica, ou quiçá de antes, tiveram por objetivo decifrar o mistério da alma humana e do seu destino na face da Terra. Essa preocupação do “humano”, que o fez acabar por descobrir o “Divino”, é o sopro de profunda intuição que passa em todas as páginas de sua extraordinária tese.

Ao deixar o anfiteatro da Faculdade de Filosofia, veio-me, entretanto, uma reflexão melancólica. Não fora a feliz inspiração do ex-ministro Gustavo Capanema em chamar para o novo instituto de curso superior que acabara de ser fundado a pessoa por todos os títulos notável de Alceu Amoroso Lima, e a estas honras a mocidade de nossa terra estaria privada de ouvir, numa escola do Estado, a palavra inadjetivável de um mestre excepcional. Um artigo de lei mal formulado e pior interpretado lhe houvera tolhido a inscrição no concurso...

Para alegria nossa, porém, e honra da inteligência brasileira, felizmente tal catástrofe não se verificou.

(09/04/1947)

Vossler e o Idealismo Lingüístico

Pela profundidade e valor singular de sua obra de lingüista que não perdeu o contato com a renovação das idéias gerais, o nome de Karl Vossler impôs-se à justa admiração de seus contemporâneos. O livro com que iniciou o combate em prol de uma interpretação mais inteligente dos fenômenos lingüísticos – “Positivismo e Idealismo na Ciência da Linguagem”, Heidelberg, 1904, trouxe-lhe de golpe, fama e desafeições. Numa época em que as teorias dos neogramáticos dominavam quase sem contraste, se excetuarmos alguns nomes isolados, como o de Schuchardt, por exemplo, não é de admirar, conforme observa Iorgu Iordan na “Introdução à Linguística Românica”, que um autor então muito jovem tivesse encontrado, em vários círculos lingüísticos, indignação, incredulidade ou desprezo, e isso por haver ousado apelar para a intuição, como fator explicativo dos fenômenos lingüísticos, considerado à época mero fator subjetivo e, como tal, inteiramente anticientífico.

Vossler, porém, não se deixou abater pela hostilidade dos filólogos e lingüistas educados nos princípios positivistas e prosseguiu, com redobrado entusiasmo, na sua tarefa reformadora. Não se limitou à pregação de novos métodos e doutrinas novas. Em “Cultura Francesa no Espelho de sua Evolução Lingüística”, publicado em 1913, estuda a história do francês literário desde as origens até o período clássico, aproximando o gênio da língua do gênio do povo. Deste livro houve segunda edição em 1929 sob o título: “Cultura e Língua da França”, à qual Vossler acrescentou três capítulos destinados a incluir no trabalho o francês literário moderno. Esse livro, fundamental na bibliografia do mestre de Munique, foi recentemente traduzido para o italiano com o título “Civiltà e Língua de Francia”, 1948. É a primeira tradução da obra que sai do prelo.

Vossler discutiu também vários problemas teóricos, numa série de artigos, depois enfiados em volume, que denominou: “Ensaio sobre Filosofia da Linguagem”, Munique, 1923. Dessa coletânea há cuidadosa tradução espanhola, devida à pena dos lingüistas Amado Alonso e Raimundo Lida, publicada em 1943, em Buenos Aires.

A esses trabalhos deve-se acrescentar “Espírito e Cultura na Linguagem”, Heidelberg, 1925, traduzido em 1932 para o inglês por O. Oeser, com o título “The Spirit of Language in Civilization”.

Restringimo-nos à atividade de Vossler apresentada em livros, mas, da miscelânea de estudos vinda a lume em 1932, em regozijo pelo transcurso de seu sexagésimo aniversário, constam 481 artigos escritos no período que vai de 1897 a 1932.

Se, como dissemos, foi cerrada, no começo, a hostilidade a Vossler, todavia o perpassar dos anos permitiu ficasse evidenciado a superioridade da sua posição. Na tradução inglesa da famosa obra do lingüista romeno Iorgu Iordan relativa às escolas e mestres de filologia românica, publicada em 1937, lê-se o seguinte: Por ter (Vossler) dado a devida atenção aos fatores psíquicos da linguagem, entraram a circular vida nova e ar puro no campo da pesquisa lingüística, onde, em virtude a enorme quantidade de material acumulado, particularmente fonético, a atmosfera vinha sendo, demasiado frequentemente, a de um depósito”. O próprio Meillet, apesar da mentalidade arraigadamente positivista, um dos mais lúcidos espíritos do seu tempo, não se furtou a declarar que devemos a Vossler “haver contribuído amplamente para abrir uma janela e arejar a lingüística”. Mais recentemente, A. Tovar, num apêndice à obra de Wilhelm Thomsen intitulada “História de la Lingüística”, aluda à “escola idealista de Munique fundada pelo genial romanista Carlos Vossler”.

Diante desses depoimentos e de outros que poderíamos aduzir, assumem a feição de nota desafinada opiniões como esta, que José Pedro Machado, sob tantos aspectos digno do maior apreço, deixou escapar na sua “Breve História da Lingüística”: “O papel dos idealistas está nisto: erros de método, alguns casos de falsificação de doutrinas e até desejos de lançar trevas onde havia luz.” (p. 93).

Já é tempo, porém, de dizer algo a respeito dos princípios defendidos por Vossler.

Como precursor do movimento, deve-se citar o alemão Guilherme de Humboldt, criador do conceito de “innere Sprachform”, ou seja, *forma interior da linguagem*. Trata-se de uma espécie de arcabouço intelectual comum a toda uma coletividade a que Humboldt atribuía caráter étnico, mas que nós somos livres de considerar de natureza cultural. Da “innere Sprachform” de Humboldt podemos aproximar a “elementare Verwandtschaft”, o parentesco elementar, de Schuchardt.

Afirmando que a elocução consiste apenas numa exteriorização verbal desse arcabouço, Humboldt lançava os fundamentos do método idealista, que não se contenta com as vestes exteriores da linguagem, meros escalões numa viagem mais profunda em direção da própria estrutura psíquica do ser humano.

A fonte mais próxima de Vossler é, porém, o sábio filósofo italiano Benedetto Croce, cujo livro “Estética come Scienza delle Espressione e Linguistica Generale”, Palermo, 1902, representa uma das mais vigorosas florações do gênio latino. Para Croce “o conhecimento humano tem duas formas: é conhecimento *intuitivo* ou conhecimento *lógico*; conhecimento por *imaginação* ou conhecimento pela *inteligência*; conhecimento do *individual*,

ou conhecimento do *universal*; das coisas ou das suas relações; é, em suma, um produtor de imagens ou produtor de conceitos”. Diz ainda Croce que “uma ciência do conhecimento intelectual é conhecida e muito antiga: é a lógica, mas uma ciência do conhecimento intuitivo dificilmente é admitida e timidamente, por muito poucos homens”.

Para Croce *intuição* e *expressão* se identificam. Assim procedendo, reúne num só conceito *intuição* e *arte*. Sendo, porém, a estética a “Ciência da expressão”, há de confundir-se necessariamente com a linguística geral, pois linguagem é expressão. “Os linguistas ou glotólogos filosoficamente dotados, conclui Croce, que souberam melhor aprofundar as questões da linguagem, acham-se na condição dos trabalhadores de um túnel: chegados a certo ponto devem ouvir a voz dos companheiros, os estetas, que começaram do outro lado”.

Vossler aceita de Humboldt o princípio de que a língua se faz de dentro para fora, e não de fora para dentro como queriam, ou pareciam querer, os positivistas. Linguagem, por conseguinte, é sempre expressão e, como tal – aqui intervém Croce – intuição. Nunca dizemos duas vezes a mesma frase, da mesma forma que – a imagem é clássica – jamais são as mesmas as águas do mesmo rio. É que a cada expressão corresponde uma forma particular de sentimento das coisas e na perquirição do nexos causal que prende a segunda à primeira é que reside o verdadeiro objeto da ciência da linguagem. A esse estudo Vossler dá muito acertadamente o nome de “estilística”, que passa a ser a verdadeira face da ciência da linguagem.

Distingue dois momentos na criação da linguagem. O primeiro é o *progresso absoluto*, caracterizado pela atividade teórica individual; o segundo é o do *progresso relativo*, decorrente da atividade teórico-prática da coletividade, que aceita as inovações individuais, podendo até modificá-las, corrigi-las ou reforçá-las. Essa distinção está na base da dupla perspectiva com que os fatos linguísticos se apresentam a Vossler: linguagem como criação e linguagem como evolução. Entenda-se, porém, que explicação causal só o primeiro momento pode oferecer.

Ponto controvertido é aquele em que Vossler procura determinar a natureza da ciência que deve explicar finalmente os fenômenos linguísticos. Segundo os ensinamentos de Croce, Vossler arrimou-se à estética porquanto, também a seu ver, linguagem é expressão, caindo, pois, sob a soberania daquela ciência. Todavia aqui tanto Vossler como Croce exageram, dado que não é acertado abstrair das artes, em geral, nem da linguística, em particular, o elemento semântico, ou seja, o conteúdo. A afirmação de Croce de que “o fato estético é nada mais que forma” soa falso em linguística. Essa hipertrofia da regulação estética é o maior pecado do genial renovador dos estudos linguísticos.

A matéria é longa e controversa. O que deixamos dito, basta para um julgamento sereno da obra do sábio de Munique. Embora não isenta de crítica, a sua doutrina foi a que mais profundamente revolveu o terreno lingüístico, numa época em que não faltaram grandes nomes de estudiosos e desbravadores, como Gilliéron, Meillet ou Trubetzkoy. Os impropérios que ouviu no início de sua campanha e os ecos dos mesmos que atualmente, entre nós, só querem, em vão, prolongar, ao invés de escurecer-lhe o mérito peregrino, vincam-lhe melhor a personalidade de homem de luta e privilegiada visão.

(15/06/1949)

*

Palavras do Natal

O Ano Litúrgico da Igreja Católica se inicia com o “Ciclo de Natal”, que se compõe de duas partes: o *tempo do Advento* e o *tempo do Natal*. A festa do Natal é o ponto culminante do ciclo e, portanto, o ponto de interseção dos dois tempos.

Advento é palavra latina que significa “chegada”. Vem do verbo *venire* precedido do prefixo *ad*, que exprime “direção para, aproximação”. É o próprio Deus que vai chegar ao mundo e, por isso, o povo se prepara para recebê-lo, purificando-se, praticando penitência, jejuando, adornando o espírito e não o corpo, para o momento da transcendental recepção.

A palavra “natal” também é de origem latina. Prende-se ao radical do verbo depoente *nascor*, que significa “nascer”. Trata-se de um adjetivo: “natalis”, muito usado na expressão “dies natalis”, dia do nascimento. Depois o adjetivo se substantivou e passou a assumir sozinho o significado da expressão inteira. Com tal valor já encontramos o antigo adjetivo num sermão de Santo Agostinho: “natalem domini hesterna die celebravimus”.

A palavra que propriamente denota o dia natalício é o substantivo “natividade” que também pode empregar-se para o dia do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas normalmente se usa para designar a festa com que celebramos a vinda ao mundo da Mãe Santíssima de Jesus: *Natividade de Nossa Senhora*, comemorada no dia 8 de setembro.

Muito ligada ao Natal é a festa de *Epifania*, que se celebra no dia 6 de janeiro, popularmente conhecido como “Dia de Reis”.

A palavra “epifania” é de origem grega e, hoje, na liturgia da Igreja, significa “a aparição ou manifestação do menino-Deus ao mundo”. O fato local, que se passou anonimamente na pequena gruta de Betlém, toma as dimensões

do universo. Cristo não é mais um cidadão de modesta aldeia judaica, mas se converte no que realmente é: o Redentor do Mundo.

Mas, nos começos da vida da Igreja, as coisas não estavam assim tão claras. Houve na verdade duas correntes: uma ocidental e outra oriental. A festa do Natal é, na origem, uma comemoração surgida no Ocidente, mais particularmente em Roma e no norte da África. O próprio nome, *natalis*, mostra esse caráter latino-ocidental. A festa da Epifania, ao contrário, teve berço no Oriente, e significava simplesmente “a manifestação da Divindade”. Nela se comemoravam os *tria miracula*: adoração dos Magos, o batismo do Senhor e a transformação da água em vinho nas bodas de Caná. A junção das duas festividades no mesmo Ciclo do Natal, permitiu à Igreja emprestar-lhe o profundo sentido religioso que hoje possui.

Epifania quer dizer, portanto, “aparição, manifestação”. A princípio os tradutores latinos hesitaram quanto ao termo por que deviam transpor o nome grego. Encontramos, por exemplo, *inluminatio*, *mustratio*, *ostensio*, *evidentia*, *manifestio*, *visio*, *praesentia Dei*. Mas acabam por predominar *apparitio* ou *manifestatio*.

Todo esse intrincado problema da palavra e suas implicações religiosas foi estudado, com a competência e profundidade de sempre, por Cristina Mohrmann, em artigo intitulado *Epifania*, que se pode ler em seus excelentes *Estudos sobre o Latim dos Cristãos*, publicados em Roma, em 1958.

A Epifania transporta para o plano sobrenatural o sentido da apresentação de Jesus aos ditos reis magos. No Evangelho que escreveu, diz-nos São Mateus que “nos dias do rei Herodes eis que do Oriente vieram uns Magos a Jerusalém”.

Que “Magos” eram esses?

A palavra *mago* é de origem persa. Constituíam os magos entre os medo-persas uma casta sacerdotal muito respeitada, que se dedicava principalmente à adivinhação, à astrologia e à medicina. O termo, sob a forma grega *mágos*, já se encontra em Heródoto. O sentido da palavra foi, aos poucos, evoluindo para o de *feiticeiro*. “São Mateus”, comenta L. Pirot, “tem a palavra por título honorífico e tais personagens como estrangeiros importantes”. Os magos eram, portanto, sábios para a época, mas nada nos autoriza a considerá-los reis, como está na tradição do povo. São Mateus diz apenas *magos* e não *reis magos*.

Também nada nos diz o evangelista sobre o número desses personagens. Aceita-se que sejam três, por causa do número dos presentes que trouxeram: ouro, incenso e mirra. Cada um teria trazido um desses presentes. Mas há outras razões para determinar tal número: as de natureza mística, por exemplo. Os sírios e os armênios contavam até doze. Logo os magos não eram reis, nem, provavelmente se limitavam a três.

Os nomes por que são conhecidos também variam. O venerável Beda os chama Gaspar, Melquior e Baltazar, e assim ficaram conhecidos no Ocidente.

Trouxeram como já se disse, ouro, incenso e mirra. O simbolismo dessas dádivas não é rígido. São Jerônimo, informa-nos ainda Pirot, já citava os versos de Juvenco, cujo simbolismo impregnou a piedade dos fiéis: o incenso desinava-se ao Deus, o ouro ao Rei e a mirra ao Homem. Ou, no texto latino:

Auro rex agnoscitur
Homo myrrha colitur,
Thure Deus gentium.

Entre os dias 25 de dezembro (Natal) e 6 de janeiro (Epifania) a Igreja coloca outra data santificada: o 1.º de janeiro.

Nas comemorações profanas, o 1.º de janeiro, por ser a data com que se inicia o ano civil, é festejado como o “Dia da Fraternidade Universal”. Mas, liturgicamente, é dia santo de guarda dedicado à “Circuncisão do Senhor”.

A circuncisão é um hábito judaico a que se submetem as crianças do sexo masculino, completados oito dias após o nascimento, segundo nos diz o evangelista São Lucas. Consiste num corte no prepúcio do recém-nascido.

A palavra “circuncisão” também é de origem latina. Contém o radical do verbo *caedere*, que significa “cortar”, o qual aparece ainda em *incisão* (e *precisão*, *concisão*, *decisão*...) e *censura*, por exemplo. O prefixo é *circum*, latino, que significa “em volta de”. Logo *circuncidar* quer dizer “cortar em volta de”.

A Igreja relembra respeitosamente o primeiro sangue derramado por Cristo, gotas daquele mesmo sangue sagrado que iria redimir o Mundo.

No citado Evangelho, acrescenta São Lucas que “puseram-lhe o nome de Jesus, como lhe havia chamado o Anjo, antes que fosse concebido no seio materno”.

O nome do Senhor não foi, portanto, como se dá normalmente entre os homens, resultado da livre escolha dos pais, mas uma imposição dos Céus.

Jesus é palavra de origem hebraica e significa “Iavé é a salvação”. Mais sucintamente é o “Salvador”. A palavra em hebraico não tem “s” final, o qual representa uma desinênciade de nominativo grego. Em latim encontramos *Iesus*, mais comum, ou *Iesu*. Nos clássicos portugueses também ocorre a forma *Jesu*.

Quanto a *Cristo*, ensina Nascentes no segundo volume do seu *Dicionário Etimológico*, é o nome pelo qual a Versão dos Setenta traduziu o hebraico *machiyahh*, palavra a que corresponde a forma grega *Messias*, que usamos assim mesmo em nossa língua. *Cristo* significa propriamente “o Ungido”, isto

é, ungido pelo Senhor. Por ser um especificativo e não um sobrenome, Cristo pode ser precedido do artigo definido. Já ensinava João Ribeiro: “Dizemos *Jesus* e não *o Jesus*; poderemos, todavia, dizer *Cristo*, ou o *Cristo Jesus*. A palavra Cristo é um adjetivo e significa *o ungido*”.

Também recebeu o menino-Deus o nome hebraico de *Emanuel*, que se vulgarizou sob a forma de *Manuel*. O nome *Emanuel*, esclarece o dr. Henrique Fontes, em suas *Digressões Antroponímicas*, vem do hebraico *Immânu-El*, que quer dizer “Deus conosco”, nome que fora anunciado pelo profeta Isaías. Também se lê em Mateus, I, 23: “Ecce virgo in utero habebit et pariet filium, et vocabunt nomen eius Emmanuel, quod est interpretatum nobiscum Dei”.

Acrescente-se, para finalizar, que o grande poeta português Bocage, cujo prenome era *Manuel*, então grafado *Manoel*, fez com a palavra o anagrama *Elmano* (*Elmano Sadino* era o seu nome arcaico) que foi bem aceito pela gente de língua portuguesa. Hoje em dia, além dos vários *Emanuéis* e numerosos *Manuéis*, ainda existem alguns *Elmanos*, o que vem aumentar a progênie dos que desejam estar com Deus.

Ainda bem.

Especial para o SL do “DN”

(22/12/1963)

*

Nosso contemporâneo Luís de Camões

A passagem, em 1972, do quarto centenário da publicação da maior epopéia em língua portuguesa e uma das primeiras em todo o mundo ensejou numerosas comemorações, não só nas duas pátrias da mesma língua, ou seja, Portugal e Brasil, mas em qualquer lugar onde os valores da cultura humanística não entraram em processo de esvaziamento.

Iniciativas das mais louváveis foi a que procurou reviver a leitura do texto de *Os Lusíadas*, através de edições categorizadas que, mantendo-se fiéis ao texto original, contivessem ainda contribuições capazes de revitalizar a narrativa, tornando-a acessível, em seu sentido geral e pormenores, ao leitor moderno. Dentro dessa linha programática, vieram a lume, em Portugal e no Brasil, três edições, das quais queremos dar notícia neste artigo.

A primeira foi publicada pelo Departamento de Assuntos Culturais do nosso Ministério da Educação e Cultura. Foi obra da Comissão Brasileira desig-

nada pelo Ministro Jarbas Passarinho para, em âmbito nacional, promover as comemorações camonianas. Trata-se, quanto ao texto, de uma “reedição”. Mas reedição de um livro esgotadíssimo e que é um marco nos estudos da obra do imortal épico: *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias.

Desse trabalho, havia saído duas edições: a primeira, em 1910, em dois volumes, no Porto. A segunda, também do porto, tem as seguintes datas: 1.º volume, 1916; 2.º volume, 1918.

Outro ilustre camonista, o Dr. José Maria Rodrigues fizera alguns reparos ao texto e comentários da primeira edição em trabalho publicado na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II-IV, 122 pp. (de que há separata, 1915), sob o título *Algumas Observações a uma Edição Comentada dos Lusíadas*. Voltou à carga, relativamente à segunda edição numa série de artigos com o título geral de *Estudos sobre os Lusíadas*, estampados na nossa *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire (de março de 23 a março de 25). Epifânio Dias, já muito doente, tomou conhecimento das críticas à primeira edição através de informações de terceiro(s) e “creio que ainda chegou a aproveitar na projetada segunda edição de *Os Lusíadas* algumas, das *Observações*”, depõe o Dr. Leite de Vasconcelos na “oração de sapiência” dedicada ao estudo da vida e do labor científico do grande mestre desaparecido, “o mais completo e importante estudo sobre a vida e a obra de Epifânio Dias”, di-lo com a sua grande autoridade o editor responsável pela edição brasileira, prof. Maximiano de Carvalho e Silva.

Evidentemente que o trabalho de Epifânio não é perfeito; mas, na perspectiva em que se colocou e tendo em vista os objetivos colimados, pode-se considerá-lo “definitivo”, isto é, definiu os pressupostos filológicos do texto e suas componentes histórico-culturais. Desse ponto de vista, pode-se dizer que há uma *leitura* de *Os Lusíadas* anterior a Epifânio Dias e outra que lhe é posterior.

Trata-se, pois, de obra realmente indispensável, que há de ser lida e relida constantemente por quem ostente o título honroso e invejável, mas por isso mesmo carregado de responsabilidades, de professor de língua portuguesa.

O prof. Maximiano de Carvalho e Silva não quis que a reimpressão brasileira fosse “simplesmente” uma reedição. E a rigor não o é. Daí a indicação, na capa, que se trata da 3.ª edição. Cumpre, por conseguinte, ressaltar os caracteres que a individualizam.

Além do *Prefácio* do prof. Artur César Ferreira Reis, presidente da Comissão Brasileira, onde se diz dos motivos pelos quais a Comissão optou pelo trabalho do notável mestre português, temos seguro, criterioso e sábio estudo do prof. Maximiano de Carvalho e Silva, titular de Língua Portuguesa e diretor

do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, intitulado *Epifânio Dias e a sua Edição d'Os Lusíadas*, a respeito do qual não podemos estender-nos por falta de espaço. Acompanha o volume um estudo comparativo dos textos das duas edições, trabalho cuidadoso da prof.^a Marlene Mendes Veloso, da Universidade Federal Fluminense, que muito valoriza a edição brasileira.

Creio que não preciso dizer mais para realçar todo o alcance cultural da iniciativa da Comissão Brasileira.

Acrescento que esse livro se acha no momento fora do comércio, mas que as pessoas e entidades interessadas podem dirigir-se, para obtê-lo, à Casa de Ruy Barbosa, na Rua São Clemente, 134, Botafogo, Rio de Janeiro.

A outra edição de *Os Lusíadas*, também resultado da programação brasileira é a “comemorativa do IV Centenário da Publicação do Poema”, de que também se encarregou o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. Consta de uma *Apresentação*, do prof. Artur César Ferreira Reis, de uma nota introdutória (*Esta Edição*) do prof. Gladstone Chaves de Melo, de uma *Introdução* (notável estudo) do mesmo prof. Chaves de Melo e do texto completo da epopéia, integralmente comentado. A edição foi chamada “popular”, porque não se destina somente a especialistas, mas a todo brasileiro possuidor de cultura geral. Na referida “Nota Introdutória”, diz o prof. Gladstone, responsável pela edição: “Trata-se de uma edição *popular*: não discute, pois, interpretações, não abriga erudição, não alinha opiniões conflitantes, não se perde em filigranas.”

Por ser popular foi o livro dedicado “Ao Povo Brasileiro”.

Coube ao prof. Gladstone Chaves de Melo o estudo inicial – verdadeira apresentação da obra num sentido moderno – a diagramação do trabalho e a seleção dos colaboradores. Coube-lhe ainda a tarefa bastante espinhosa de fixação do texto camoniano. Tomou por base a edição de 1572 que tem, no alto da portada, o colo do pelicano voltado para a esquerda do observador. Atualizou a ortografia, mas respeitaram-se escrupulosamente os fatos de linguagem da época. Neste ponto é que o trabalho se torna delicado. Por exemplo, logo no 1.º Canto na 1.ª estrofe: *ocidental* ou *occidental*? O prof. Gladstone optou pela conservação das geminadas. Mas já na edição portuguesa – de que a seguir falaremos – o que se lê é a palavra com apenas um *c*. Por outro lado na edição brasileira o adjetivo está com inicial minúscula, ao passo que na portuguesa se conservou a maiúscula... A lição a tirar é que, na crítica textual, se há de proceder com cautela e sem dogmatismos.

Os colaboradores (comentadores) foram os seguintes: Hamilton Elia, cantos I e IX; Albino de Bem Veiga, canto II; Raimundo Barbadinho Neto, cantos III e X; Sônia de Lima Cavalcanti, canto IV; Amália Beatriz Cruz Costa,

canto V; Maria Amélia Pontes Vieira, canto VI; Carlos Eduardo Falcão Uchoa, canto VII. Para os comentários do Canto IX, tomou-se por base edição anterior do prof. Antenor Nascentes, homenagem da Comissão ao insigne e pranteado Mestre.

O alto nível dos colaboradores, todos mestres universitários ou laureados por contribuições comprobatórias da sua capacidade filológica e lingüística e que tiveram o privilégio de encontrar na pessoa do prof. Gladstone Chaves de Melo o *scholar* ideal para a direção dos trabalhos, mostra o acerto da Comissão Brasileira ao programar a edição popular de *Os Lusíadas*. Esta edição também se acha fora de comércio; mas os interessados podem obtê-la no Departamento de Assuntos Culturais do MEC, 5.º andar do Palácio da Cultura.

Deixei para o final, por ser a mais recente, a edição portuguesa. É igualmente comemorativa do IV Centenário e foi publicada pelo instituto de Alta Cultura de Lisboa. O responsável pela edição foi o prof. Alvaro Júlio da Costa Pimpão, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que preparou para o volume “leitura, prefácio e notas”.

Para a “leitura”, tomou o prof. Costa Pimpão também por base o texto da edição de 1572 em que o pelicano tem o colo voltado para a esquerda do observador, tal como o fez o prof. Gladstone Chaves de Melo. O prof. Pimpão não o diz expressamente, mas é o que se deduz da sua afirmação de que essa é a verdadeira edição *princeps* (p. XXXV). A orientação que tomou cremos que poderia igualmente ser subscrita pelo professor brasileiro. Eis, por exemplo, estas lúcidas considerações da p. XLII:

Teria sido impossível, por escrúpulo de exatidão, elaborar uma edição de *Os Lusíadas* com a pontuação e a ortografia que Camões adotou ou deixou adotar no seu poema. Para se ter uma idéia de forma como o poeta escreveu e pontuou existem as edições fac-similadas. Para o público não podemos pensar numa edição desta natureza. Quisemos, no entanto, dar-lhe uma edição fiel, em que se respire um ar camoniano e isso só se consegue evitando dar ao poeta uma linguagem que não era a sua nem a do seu tempo: se ele só conheceu a forma *despois*, não há que impor-lhe a forma *depois*.

No entanto, apesar da identidade de objetivos e da similitude de critérios, ainda assim, como já vimos, ocorrem divergência nos dois textos. Por exemplo (p. XLVII) diz prof. Pimpão rejeitar formas como *adquerir*, *dezia*, *mesturar*; *pilouro*, *rezão*, *tremolar*, que foram mantidas na edição brasileira. Isso mostra uma vez mais como é cheia de escolhos uma edição que se pretende fidedigna e como, nesse terreno, a figura do zoilo está a tornar-se anacrônica.

Na edição portuguesa, além do conteúdo, superiormente garantido pelo aval da reconhecida competência do prof. Costa Pimpão, ainda há

que ressaltar a boa apresentação do volume, aliás uma tradição da arte portuguesa de imprimir.

Essas três edições quase contemporâneas, testemunham teimosamente que as criações do espírito são as únicas que resistem às injúrias do tempo (*aere perennius*). Ninguém discute o valor da tecnologia. Mas se trata de uma atividade *secundum quid*. O robô não é o novo homem, nem a réplica do homem; é o anti-homem. Porque falta-lhe a alma. Poderíamos, parodiando, dizer: *Chassez le spirituel; il revient au galop*. A perenidade de *Os Lusíadas*, malgrado as previsões de todas as cassetas, identifica-se com a perenidade da própria poesia. E onde houver poesia há esperança.

Bibliografia:

- 1- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. 3.ª ed. Reprodução fac-similada da 2.ª ed. Iniciativa da Comissão Brasileira designada para organizar as comemorações do IV centenário do poema. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1972.
- 2- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição brasileira comemorativa do IV centenário da publicação do poema. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1972.
- 3- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972.

Jornal do Brasil (Suplemento Livro)
9/3/1974

*

A barba comprida

Na estrofe 71, do Canto IV, Camões, aludido ao famoso sonho profético de D. Manuel, personifica em dois velhos “de aspeito venerando” os maiores rios da antiga Índia, o Ganges e o Indo. E assim os apresenta:

“A cor da pele baça e denegrída;
A barba hirsuta, intonsa, mas, comprida.”

A palavrinha *mas* é que tem dado motivo a discussões. Barba *hirsuta* é “de pelos longos, duros e bastos”, diz Nascentes no respectivo verbete do seu *Dicionário da Língua Portuguesa*. *Hirsuto* vem do latim *hirsutus*, que significa “de pelo eriçado e grosseiro”. Quanto a *Intonso*, o sentido é de “não tosquiado, não cortado”. Portanto ambos os velhos tinham barbas não tratadas, que deviam ser longas e toscas. No entanto o Poeta diz que a barba dos anciãos era “hirsuta, intonsa, *mas comprida*”. Parece-nos ilógica a afirmação. Uma barba intonsa,

isto é, não cortada, deve crescer e por conseguinte, tornar-se comprida. Como entender então a adversativa? O que se havia de esperar era “intonsa, logo comprida” e não “mas comprida”.

Em conhecida edição do poema, o filólogo português Epifânio Dias nenhum comentário trouxe à dificuldade, o que levou o seu duro crítico, o não menos competente José Maria Rodrigues a dizer que, aceitando *ex silentio* o *mas* como adversativa, o douto editor do poema admitira ter Camões perpretado um disparate. Entendia então o Dr. José Maria Rodrigues que *mas* estaria por *mais* e que se devia atribuir a esse *mais* o sentido de “muito”.

O nosso categorizado filólogo, Prof. Evanildo Bechara, em bem fundado estudo vindo a lume no volume 4, tomos I-II, da excelente *Revista Brasileira de Filologia*, cedo desaparecida, contestou, com sólidas razões, a interpretação do saudoso José Maria Rodrigues, pois se trataria de exemplo isolado nos *Lusíadas* (onde sempre ocorre *mais* e não *mas*), além de que o normal na língua é encontrar a conjunção *mas* gravada *mais* e não contrário. Também rejeita com razão, o parecer do Dr. Cláudio Basto, que viu em *mais* lapso tipográfico por *mui*. Suprimir a dificuldade não é resolvê-la.

Maior atenção lhe mereceu o entendimento que do passo obscuro o sempre lembrado Sousa da Silveira expusera numa de suas *Notas soltas de linguagem*, publicada na também extinta *Revista de Cultura*. São palavras do eminente Mestre nesse artigo;

O *mas* será adversativo, e haverá oposição, uma oposição, por assim dizer simétrica da que vemos acima: “aspecto, inda que agreste, venerando”, isto é, “aspecto agreste, mas venerando”.

É que tomo o adjetivo comprida com o significado de “cheia”, “de aspecto distinto, nobre”, “bonita”. O verso terá, assim, este sentido:

“A barba hirsuta, intonsa mas de aspecto distinto” ou, simplesmente, “mas bonita”.

Em abono de sua interpretação, alega Sousa da Silveira que no *Poema do Cid* (séc. XII) ocorre o adj. *complido* várias vezes, com sentidos que se prendem à significação primária de “cheio” que tinha *complido*, uma vez que acrescentamos, se prende ao verbo latino *complere* “encher inteiramente”. Lembra também que esse mesmo significado é o de *comprido* no ptg. arcaico. Aliás, salienta ainda Souza da Silveira, o notável pensador que foi Alfonso Reys traduziu, do mesmo *Poema*, “barba tan complida” por “la hermosa barba”.

O prof. Evanildo Bechara, porém, não aceitou o ponto de vista de mestre Sousa da Silveira. No seu entender o *complida* do *Poema* se assemelha ao *velido* de nossos cancioneiros medievais, o que, aliás não favorece muito a sua

argumentação, pois *velido* significa precisamente “bonito” do lat. *bellus*. Então a *barba comprida* (= complida) seria mesmo a “barba bonita”, como diz Sousa da Silveira. Contudo, parece que o Prof. Bechara julga não se poder destacar o adj. *complido* do sintagma “barba complida”, com que o autor do Poema designaria o próprio Cid. Remete, nesse ponto, para Menéndez Pidal. Acrescenta que esse sentido de “complido” foi “prática de linguagem que desapareceu antes de nascerem os nossos escritores quatrocentistas e quinhentistas”.

Apresenta então o seu modo de ver. Considera o *mas* conj. adversativa, o que, nos parece incontroverso. Recorda a seguir que Camões procurava caracterizar os rios pelos naturais da região. Por isso tinham os velhos “cor baça e denegrida”. Cita mais um trecho do *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco pereira (séc. XVI), onde esse navegador distingue duas Etiópias, uma inferior e outra superior, a qual “começa no rio Indo”... “do qual a Índia este nome tomou” e cujos habitantes “são negros, mas não já em tanta quantidade como os da Etiópia baixa, e têm os cabelos corredios e compridos, como os dos homens brancos”. Opõe-nos assim aos habitantes da Etiópia inferior, que “têm os cabelos curtos e crespos”. Conclui daí o prof. Bechara que *comprida*, no texto camoniano, é o oposto de *curta*. E pondera que, em “barba hirsuta e intonsa”, “estes dois últimos adjetivos não pressupõem que a barba fosse comprida”. Logo, no sentir do ilustre mestre patricio, no passo dos *Lusíadas*, o adj. *comprido* teria o sentido de “longo” que atualmente possui.

Não nos parece porém, que, no referido lanço camoniano, o adj. *comprido* possua o mesmo sentido que lhe damos em nossos dias, *ou seja*, valer como antônimo de curto. Mais viável seria a hipótese, implícita na argumentação de Bechara, de que provavelmente, no trecho citado, *comprido* se oporia semanticamente a *crespo*, *encaracolado*. No entanto, o próprio Duarte Pacheco Pereira não estimula essa interpretação pois fala em “cabelos corredios e compridos”... cremos, pois, que devemos buscar outro rumo. E, na verdade, o melhor caminho, afigura-se-nos, é retornar à exegese Sousa da Silveira.

Alega o Prof. Bechara que os nossos (literariamente também são nossos) escritores dos sécs. XV e XVI desconheciam esse emprego de *comprido* como “cheio, bonito”. E considera a tradução de A. Reyes de *complida* por *hermosa* como “muito livre”.

Quanto a este último ponto, relembro outra “tradução”: a de Francisco López Estrada, que nos apresenta o seu trabalho como “texto íntegro en versión métrica” (*Poema del Cid*, 6.ª edição Editorial Castalia “Odres Nuevos”, Madrid, 1969). No v. 274 aparece “barba vellida”, que López Estrada moderniza em “barba florida”. E a “barba complida” do v. 268 é vista como “barbas crescidas”. Na verdade, são “barbas cheias”, “de boa aparência”. Diz ainda Bechara que

“O *barba complida* (que poderia ser também *barba vellida*) do texto espanhol designa o herói do poema”. E remete para a ed. de Menéndez Pidal. Contudo, só ao comentar o “barba velida” é que Mestre Pidal diz tratar-se de um “epíteto del Cid”. *Barba velida* é “barba cuidada, bonita”; *barba complida* é “barba cheia, vistosa”. Logo uma *barba complida* pode ser *velida*, como no passo camoniano.

Relativamente ao uso quatrocentista ou quinhentista, penso tratar-se de um sintagma literário: *barba complida*, isto é, “barba cheia, vistosa”. Como diz Horrent (*Historia y poesía en torno al “Cantar del Cid”*, Barcelona, Ariel, 1973), o adj. *conplido* “no califica nunca a *Campeador*, sino a su barba” (p. 220). Pensamos, pois, que *barba comprida* ou *barba complida* (ou *conplida*) é um *topos* da literatura medieval e clássica, o que justificaria a sua presença na estrofe camoniana. Mas sabemos que estamos no campo da opinião e não da certeza. Por isso é natural que o tema ainda dê muita água pela barba.

Voz de Portugal

RJ, 08/06/1979

*

Forma e conteúdo nas letras medievais

A Prof. Luciana Stegagno Picchio é personalidade por demais conhecida em nossos meios cultos, particularmente no das letras. Todavia, para uma camada mais ampla e sempre renovada, é grato recordar os traços marcantes de seu perfil intelectual.

Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Roma, vem-se dedicando com proficiência, gosto e talento ao estudo da língua e da literatura portuguesa (incluindo-se nesta a brasileira, em virtude da identidade idiomática). É atualmente uma das maiores autoridades mundiais em literatura portuguesa arcaica, tendo-nos mesmo dado, em 1968, notável edição crítica das poesias do trovador Martin Moya, a que juntou comentário e glossário. Fez aturadas pesquisas sobre o teatro português, do que resultaram dois soberbos livros: *Storia del teatro portoghese* (1964) e *Ricerche sul teatro portoghese* (1969). Em 1972, em alentado volume de quase setecentas páginas, publicou solidamente fundamentado estudo sobre *La letteratura brasiliana*, indispensável na bibliografia de qualquer pesquisador universitário, o qual dedicou ao seu amigo (e grande Poeta) Murilo Mendes. Colabora nas mais importantes revistas da especialidade e tem continuamente estado presente em Congressos Internacionais (e por isso já mais de uma vez veio ao Brasil), onde a sua voz de filóloga e mestra consagrada se torna imperiosa. A aproximação com o valor e a cultura

da saudosa Carolina Michaelis de Vasconcelos é quase inevitável. Partindo do patrimônio elaborado por seus antecessores, pôde Luciana Stegagno Picchio, dispendo de outros recursos trazidos pelo progresso das ciências da linguagem, fazer avançar sensivelmente os estudos da língua e literatura portuguesas.

O presente volume reúne estudos publicados no *Arquivo Cultural Português* (1975), in *Cultura Neolatina* (1962), in *Studi di letteratura spagnola* (1966), in *Cultura Neolatina* (1966), in *Annali Ist. Univ. Orientale* (1960 - 1.^a publicação), in *Studi sul Palmerín de Olivia* (1966), in *Studi Mediolatini e Volgari* (1960). O penúltimo estudo – *O método filológico* – é uma comunicação apresentada no Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, realizado em Niterói (1973); em letra de forma sai, pela primeira vez, no presente volume.

À coletânea intitulou Luciana Stegagno Picchio expressivamente *A lição do texto*. Todos os trabalhos versam aspectos filológicos ou literários da Idade Média portuguesa.

São os seguintes os títulos dos estudos (ou “pesquisas”, como prefere dizer a autora, na ordem em que se sucedem: *O papagaio e a pastora: filtros de hoje para textos medievais*; *As cantigas de amor de Vidal judeu de Elvas*; *Os alhos verdes* (uma cantiga de escanho de Johan de Gaya); *Entre pastorelas e serranas: a serrana de Sintra*; *O filão jogralesco no teatro medieval português e o problema do arremedilho*; *Proto-história dos Palmeirins: a Corte de Constantinopla do Cligès ao Palmerín de Olivia*; *O método filológico e À margem da edição de textos portugueses arcaicos*. Todos assuntos do mais alto interesse para quantos se dedicam ao amanho generoso solo medieval português.

O primeiro estudo (A pastorela do papagaio) foi provocado pela leitura de um texto do poeta Giuseppe Ungaretti, que lecionou Literatura Italiana na Universidade de São Paulo. Deparou-se ao mestre-poeta famosa cantiga de D. Dinis, em que o rei-trovador, observando *ũa pastor ben talhada*, viu que *Ela trazia na mão / Um papagaio mui fremoso* (que o Poeta entendeu como um “pappagallo molto agitato”, ligando conotativamente *fremoso* a *frêmito*, como salienta LSP). O que despertou a atenção do mestre italiano foi a presença da ave oriental, pois, como escreveu: “não encontrei na poesia provençal, mãe da lusitana, nem da árabe, da qual a provençal é filha, nos cantares deste tipo, senão falcões, falcões falantes”. No entanto, conforme ressalta LSP, o filólogo terá de contrariar a opinião do Poeta, pois é indubitável a fonte provençal do “monstrum-papagay”. E prossegue a Mestra italiana:

O filólogo demonstrou desde há muito tempo (pela boca de Lang e depois pela de Savy Lopez) a derivação (talvez) direta deste papagaio cortês *bels parliers* das provençais *Novas del papagay*, assinadas por Arnaut de Carcasses.

E, na página seguinte:

Não esqueçamos todavia que, como lembra Savy Lopez, já toda a Idade Média francesa é assinalada pela presença ambígua do papagaio. Um papagaio saúda Carlos Magno nos desertos da Grécia e fá-lo em ótimo grego; e um papagaio serve para qualificar exatamente como “cavaleiro do papagaio” o rei Artur. Sem contar que aparece como ingrediente exótico, ao lado da calhandra, no esmalte verde do *Roman de la Rose*; que combate com o rouxinol no *Mainet* e na *Altercatio Phillidis et Florae* e que, por fim, se transforma, como na nossa cantiga, num mensageiro real de amor na *Messe des Oiseaux* de Jean de Condé.

Nenhuma dúvida, portanto, de que o papagaio trovadoresco é medieval e provençal. Então por que procurar ler com “estranhamento” (mesmo num sentido russo) o texto dionisino? LSP fala num “achatamento em sincronia”; mas, é claro, a sincronia pode (e talvez deva) ser também medieval (com o que o relevo sucederia ao achatamento).

A autora aceitou a proposta do poeta patrício seu de ler o texto medieval “como um monstro barroco, manifestando aos vários níveis, formais e de conteúdo, a sua natureza monstruosa”. A grande Mestra que é LSP empreende então uma análise descritiva do discurso em superfície, à maneira de Jakobson, na tentativa de, afinal, definir, dentro da tradição, a sua diversidade e a sua individualidade. Fá-lo com o brilho e competência costumeiras, mas, a rigor, não sabemos dizer se fez realmente uma leitura “barroca”. E quase ao terminar o estudo, nas conclusões, põe a seguinte reflexão:

Substituindo ao conceito de Barroco o de *Kitsch*, poder-se-ia talvez ler como produto *kitsch avant la lettre* esta pastorela que une o brilho do exótico ao sabor do popularismo indígena, e a recuperação lingüística e poética local à magia da recuperação no plano do divertimento do provençalismo de exportação.

Não será levar longe demais o conceito de “obra aberta”? Um D. Dinis medieval e não barroco, em que pese a Ungaretti, é mais autêntico... e mais poético. Somente a cultura e erudição de uma Luciana Stegagno Picchio poderia transformar uma posição tão “estranha” no soberbo estudo com que felizmente nos brindou.

Quanto ao texto, uma tímida sugestão. Não estaria melhor “amigo lontano”, como se lê em B, pois se quadra melhor ao sentido que “amigo loução”? E não será B superior a V, conforme supôs Colocci e parece concordar Tavani? (e não só em quantidade).

Também em V penso estar “ergedolhos” e não “ergedolho”.

O estudo sobre as cantigas de amor do judeu de Elvas são um modelo de pesquisa para todos os medievalistas.

O terceiro estudo versa sobre uma cantiga de escárnio de Johan de Gaya, onde o sintagma *alhos verdes* tem sido sistemática e indevidamente substituído por *olhos verdes*. “Emenda que até hoje tem parecido óbvia aos estudiosos mais argutos da poesia galego-portuguesa, da qual, no entanto, será conveniente prescindir, para desse modo se restituir de todo, a um texto, o seu originário e autêntico sabor”, comenta judiciosamente LSP.

Os mss. registram claramente *alhos* e não *olhos* e se trata, evidentemente, de uma paródia, à época “cantiga de seguir”. A esse respeito convém ler a comunicação apresentada pelo professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais, Wilton Cardoso, ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro, 1977, intitulado *Da cantiga de seguir no Cancioneiro Peninsular da Idade Média*, já impressa (Belo Horizonte, 1977). Wilton Cardoso inclui o texto de João de Gaia (p. 84/87), mas ainda se atém à interpretação “olhos verdes”, apoiando-se em D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Duas pequenas observações:

1.^a – De acordo com a estrutura tradicional de provérbios, não seria de esperar (p. 106) “Onde alhos há, vinho haverá”? Até o hiato repugna.

2.^a – Lembro a expressão *vinha-de-alhos* (cfr. p. 107), pronunciada correntemente à portuguesa *vinhadalhos*, que Aulete define como “molho de conserva feito de vinagre com alhos, loiro e pimenta”.

O estudo sobre “a serrana de Sintra” é simplesmente notável.

Argumentação cerrada, criteriosa, solidamente fundada. É uma das mais saborosas “lições do texto”.

Na leitura filológica, devo confessar preferir a primeira interpretação da A.: *à terra* e não *acerca*; esta última, sugestão de Mestre Lapa, que nem sempre doma a sua brilhante imaginação. Igualmente parece-me mais fiel ao texto *têedes* do que *treedes* (v. 7), pois nos mss. se lê *tenetes* (que Lapa propôs se entendesse *ceãdes*...). Igualmente estranho é ter D. Carolina substituído *serrana* por *pastora*; a Ecdótica não permite tais extremos.

A argumentação apresentada, como disse, não deixa nenhuma casa vazia. Contudo repousa numa trave central: a realidade cronológica. A “serrana” consiste numa “pergunta que fez Álvaro Afonso, cantor do senhor Infante, a hũu escolar”. Luciana Stegagno Picchio indentifica o cantor Álvaro Afonso com o Mestre de Capela Álvaro Afonso do tempo do infante D. Pedro, regente durante a menoridade de Afonso V (1438-1448). Conquistou logo duas respeitáveis adesões: a de Rodrigues Lapa e a de Giuseppe Tavani. Então o cantar seria “um texto quatrocentista, infiltrado na tradição manuscrita da lírica

galego-portuguesa” e assim “desaparece desta também o presumido gênero da *serrana* peninsular, cujos primeiros testemunhos ficariam então a ser as *cantigas de serrana* de Juan Ruiz” (p.139).

Nesse particular Luciana Stegagno Picchio se opõe a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que partia do pressuposto de que “os três Cancioneiros portugueses, tanto o da Ajuda (A), do séc. XIV, como os dois apógrafos italianos do séc. XVI (B e V), continham apenas produções pertencentes ao período da chamada poesia galego-portuguesa” (p. 115). Todavia para LSP “a *serrana* de Sintra é um texto tardio, um texto que, em vez de inserir-se na tradição estilística da poesia galego-portuguesa, obedece já plenamente ao gosto de *Baena* ou dos cancioneros peninsulares posteriores”. (p. 115).

Sem dúvida é possível aceitar essa infiltração na tradição manuscrita da poesia galego-portuguesa, desde que V é uma cópia do séc. XVI. Mas confesso em relutar a aceitar tal infiltração, pois,, apesar de hipótese muito bem articulada, abre-se uma brecha por onde poderá querer entrar algum regato poluído.

A contestação do “arremedilho” (estudo seguinte) como primeiro gênero dramático português está igualmente terçada com as melhores armas da técnica de indagação histórica. Pareceu-me, porém, que ambas as partes, se assim me posso expressar, mais concordam que discordam. Não se tratará (o arremedilho) de um gênero definido, com suas regras e estruturação explicitadas, nem de algo específico do *modus vivendi* português. Mas seriam (ou “eram”?) de fato representações diferenciadas, de menor categoria, sem dúvida, consistindo essencialmente de arremedos. Tanto que tinham os seus profissionais, os mimos. De onde será lícito concluir que houve, na Idade Média um tipo de espetáculo de puro divertimento que em Portugal se chamou “arremedilho”.

Quanto a momo, mais que simples máscara, tenho para mim tratar-se da própria veste do mascarado, inclusive a máscara; ou seja, aquilo que no Brasil costumamos denominar “fantasia”. Daí a expressão *momus quadratus*. No tocante a *larva*, afigura-se-me ter também o sentido de “mascarado” e não apenas de “máscara”. Como o disfarce do mascarado tende para o disforme, a palavra adquiriu o sentido de trasgo que atemoriza as crianças, ou seja, o bicho-papão.

O estudo sobre as raízes estruturais e temáticas do *Palmerim de Olívia*, somente pela imponente mole de informação histórica, se afirmaria cientificamente. Mas, é óbvio, a erudição entra aqui como meio e não como fim. O objetivo da A. foi depreender a trama última que dá sentido às novelas de cavalaria, quer medievais quer renascentistas.

Uma das constantes básicas é a que opõe o Ocidente ao oriente. Na Idade Média a oposição fôra política: imperador do Ocidente x imperador do Oriente (simbolizado este na cidade de Constantinopla). Com a queda da capital

do Oriente em mãos dos turcos (1453), a oposição toma caráter religioso: Cristandade x Islamidade. Constantinopla continuou como símbolo do maravilhoso oriental. *O Palmerim de Olívia* pertence a esta segunda fase.

A parte 4 do vol. é de outra natureza: questões gerais e teóricas e não mais específicas e factuais. Pequena retificação: a comunicação não foi programada para o Congresso Internacional de Filologia Românica (Rio de Janeiro, 25 a 30/07/77) e sim para o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa (Niterói, 12 a 18/11/73).

Do teor da comunicação muito aproveitei para a minha *Preparação à Linguística Românica*. Mas não resisto à tentação de retomar alguns fios da belíssima argumentação da Autora.

O tema central será, sem dúvida, o da “leitura filológica”. O adjetivo já faz pressupor outros tipos de leitura: *leitura gramatical* e *leitura poética*, p. ex.

A leitura gramatical (melhor: interpretação gramatical) é intrafrasal e é aquela que nos permite captar o sentido sintático-semântico da frase. A leitura filológica é interfrasal e tem por finalidade reimmergir o texto na situação cultural de onde emergiu. A tarefa do filólogo está maximamente em, se não vencer, pelo menos abafar o ruído do tempo. É, por definição, uma atitude historicista. O filólogo continuará a considerar o texto um documento da experiência humana. A Filologia, portanto, não é uma disciplina, mas uma interdisciplina aplicada. Na prática talvez pudéssemos equacioná-la assim: Ecdótica + aparato crítico.

A terceira leitura será poética; mas aqui, penso, já estamos fora do alcance do filólogo. A “aventura de palavras”, *hélas!* transporta-se a outros cenários. É que a “função poética” não é simplesmente *uma* das funções da linguagem enquanto processo de comunicação. Ela pressupõe a função comunicativa e a transcende, porque se projeta em outro plano. O texto aqui é um “appareil translinguistique que (ou *qui?*) redistribue l’ordre de la langue”; a leitura poética, mais do que sintagmática, como parece se depreender da citação de Kristeva, é “transfrasal”.

Talvez me esteja tornando um tanto dogmático; convém, portanto, deter-me.

O último estudo é de máximo interesse para os operários da mesa filológica portuguesa. Os acrescentos ao trabalho de Maria Adelaide Valle Cintra ficam desde logo incorporados ao texto comentado. Por outro lado, a enumeração dos vários critérios que têm presidido aos diferentes sistemas que editores de textos arcaicos vêm adotando serve de roteiro a futuros pesquisadores. “O que resta ainda fazer” é um chamamento para os jovens que se

iniciam na ciência e na arte da transposição de velhos manuscritos para novos textos impressos. O tom geral do capítulo vale por um ato de amor à literatura medieval portuguesa, onde todos somos companheiros – uns mais graduados, outros menos – mas onde não há lugar para “estrangeiros”; pertencemos igualmente a uma só pátria, que é a grei filológica luso-brasílica.

Sobre esse capítulo final, apenas a título de lembrança, registro o seguinte:

1– A parte brasileira tanto da *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, de Bouterwerk (trad. De Walter Koch), como do *De la littérature du Midi de l'Europe*, de Sismonde de Sismondi, foi publicada por iniciativa de Guilhermino César, ambas em Porto Alegre, Lima, 1968.

2– Embora o texto da A. seja de 1960 (mas acrescido de uma Apostila de 1978), recorro a ed. De Pero Meogo por Leodegário A. de Azevedo Filho, Rio, Gernasa, 1974, já a caminho de 2.^a ed.

3– De 1970 é *Vida e Feitos de Júlio César*, edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista de “Li fet des Romains”, por Maria Helena Mira Mateus, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Claro que tudo isso é matéria sabida e ressabida pela cultura exaustivamente informada de Luciana Stegagno Picchio. Acrescentei... por acrescentar.

Livros como esse mostram como Lingüística e Filologia podem não só conviver, mas caminhar de braços dados. Uma não chegou para matar a outra. E nesse entrelaçamento poucos poderão trabalhar com a *aisance* de Luciana Stegagno Picchio.

O livro traz ainda excelente *Introdução* de Alberto Pimenta.

RJ, 29/12/1979

Bibliografia:

PICCHIO, Luciana Stegagno. *A lição do texto. Filologia e literatura. I - Idade Média*. Lisboa, Edições 70, 1979. Tradução de Alberto Pimenta.

*

A ortodoxia do Poeta

Em volume póstumo de 1980, Edições 70, sob o título *Trinta anos de Camões*, deixou isto escrito o incansável estudioso que foi Jorge de Sena:

Experiência pessoal, filosofia platônica, concepção esotérica e pitagórica do universo, uma tremenda e bem digerida sucessão de alusões e mitos clássicos, um cristianismo extremamente pessoal e espiritualizado (nunca ou quase nunca os dogmas, práticas e devoções da Igreja Católica são mencionados nas suas obras de qualquer maneira relevante, contrariamente ao que a tradição reacionária tem acentuado, ao tentar fazer de Camões um grande poeta da fé católica) e modelos de forma e expressão petrarquista... tudo isto junto, e harmoniosamente combinadas, é o fundamento ideológico e estético da sua criação poética. (p.290).

Nesse trecho, afirma-se: a) que Camões tinha uma concepção esotérica e pitagórica do universo; b) que o seu cristianismo era extremamente pessoal; c) que Camões não foi um grande poeta da fé católica.

Ora, o que uma leitura descompromissada e atenta dos textos camonianos nos revela é exatamente o oposto do que aí se afirma. Bem sabemos que “a obra é aberta”, que o texto admite mais de uma leitura interpretativa etc. O próprio crítico nos adverte que o Poeta possui “extraordinárias profundidades”, que vai procurar dizer alguma coisa do que “dessas profundezas, *Os Lusíadas* nos revelam, naquilo mesmo que escondem”, sem, contudo, deixar de nos alertar contra certos “mergulhos psicanalíticos que felizmente já vão passando de moda” (p. 282-83). Mas também há outros mergulhos, não menos perigosos, como os aritmossóficos, principalmente quando se chocam com a hialineidade dos textos; pois, como lá dizem os juristas, *interpretatio cessat in claris*. E não há nada mais claro nos textos camonianos do que a manifestação ortodoxa de sua fé católica.

Em recente trabalho, *Camões no Portugal de Quinhentos*, é este um ponto que o Prof. J. S. da Silva Dias faz questão de acentuar.

Diz a respeito:

Num livrinho de fortuna, o Prof. Mendes dos Remédios procurou mostrar a conexão do texto e contexto ideológico camonianos com a fé católica. A prova dessa conexão não pode aqui ser aprofundada (...), mas as conclusões da nossa análise confluem, em geral, com as daquele estudioso. (p. 45).

E as provas são as diferentes passagens da épica e da lírica em que o Poeta revela, com segurança teológica, a sua fé cristã. É algumas delas que iremos transcrever, utilizando para a epopéia a edição brasileira MEC/DAC e, para a lírica, a edição Costa Pimpão, de 1973.

Eis, p. ex., o que está em I, 65: “A lei tenho d’Aquele a cujo império / Obedece o visível e invisível, / Aquele que criou todo o hemisfério, / Tudo o que sente e todo o insensível, / Que padeceu desonra e vitupério, / Sofrendo morte injusta e insofribil, / E que do céu à terra em fim desceu, / Por subir os mortais da terra ao céu”.

Vê-se aí como, numa síntese lapidar, soube o gênio do Poeta compor todos os atributos essenciais do Deus dos cristãos: o Deus onipotente, o Deus criador dos homens e dos mundos; o Deus feito Homem, o Deus redentor.

Em X, 38, lê-se: “Ocultos os juízos de Deus são; / As gentes vãs, que não nos entenderam, / Chamam-lhe fado mau, fortuna escura, / Sendo só Providência de Deus pura”.

Aqui aparece o Deus providência, aquele que “escreve certo por linhas tortas”, em quem devemos confiar, mesmo, e principalmente, nos momentos mais tormentosos da existência. São os escuros “fadados maus” das “gentes vãs”, mas os homens de fé alongam o braço, porque sabem que, na extremidade, têm a mão de Deus para ampará-los.

No soneto 166, ed. Pimpão, coloca o Poeta em confronto as duas causas que se entrecrocaram no tecer da vida humana, a Razão e o Absurdo, sem que possamos discernir os limites do poder de um e outro. E assim remata no último terceto: “Cousas há / que passam sem ser criadas / e cousas criadas há sem ser passadas, / mas o melhor de tudo é crer em Cristo”. Portanto, crer em Cristo e não nas efêmeras elucubrações dos humanos / é a única solução para as inquietudes e angústias das criaturas. Muitos outros lugares poderiam ser citados, se espaço houvera. Basta, porém, lembrar, para concluir, que, não fôra a ortodoxia notória e firme do Poeta, o douto censor da Inquisição, Frei Bertolameu Ferreira, não teria liberado *Os Lusíadas* para publicação, ainda que o Poeta tivesse chamado *deusas* às Musas, porque “isto é poesia e fingimento, e o Autor, como poeta, não pretenda mais que ornar o estilo poético”. O próprio Poeta o dissera na epopéia com todas as letras: “Só pera fazer versos deleitosos / Servimos” (X, 82).

Portanto fé inteiriça, pensamento e sentimento ortodoxamente católicos, eis o que uma leitura chã, escorreita e desanuviada da obra camoniana nos oferece.

Voz de Portugal
13 a 19 de junho de 1986

*

O pecado original do Acordo Breve entrevista com Sílvio Elia, catedrático brasileiro

Paulo de Castro

Raros brasileiros têm autoridade intelectual para falar do Acordo Ortográfico como Sílvio Elia, professor da Faculdade de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra, professor do Circuito Lingüístico do Rio de Janeiro, professor de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense e antigo professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Amigo de longa data, muitas vezes nos encontramos em Congressos de Língua e Literatura.

Não resistimos à tentação de o procurar e pedir-lhe um depoimento sobre o Acordo Ortográfico. Depoimento de um brasileiro favorável ao Acordo mas com algumas considerações sobre o pecado original, desse documento, que causou uma celeuma, que espero tenham interesse para o leitor português.

Desejável e possível

Respondo à sua pergunta, diz o prof. Sílvio Elia, que se desdobra em duas respostas breves.

“É desejável, sim, que haja uma unidade ortográfica entre os países que têm a língua portuguesa como idioma oficial. Para os leitores nativos, a unificação ortográfica agiliza o intercâmbio cultural, permitindo que livros editados no Brasil, em Portugal e em África sejam utilizados sem estranhezas, nem confusões. Para os estrangeiros, igualmente, ou mais ainda, pois não precisam aprender duas ou até mais ortografias para a mesma língua.”

A segunda pergunta “sendo desejável e possível?”, exige uma ligeira explanação, acentua o nosso entrevistado, pois encontrando-se as principais diferenças entre o português europeu, o americano (mais distanciado) e o africano (menos distanciado) na pronúncia, então a grafia, que é a representação escrita da fala, teria de divergir necessariamente.

Todavia a realidade é que a grafia é uma representação não fiel, mas aproximada da fala. Todos sabemos que a **mesma** língua apresenta pronúncias regionais; que os muitos jovens já não pronunciam exactamente como os muito idosos e que até cada um de nós altera um pouco com o tempo a maneira de pronunciar.

Assim, a conclusão é que o Acordo é desejável e possível.

Aspecto estratégico

Passamos a outro aspecto do problema.

“O grande erro a que eu chamaria o ‘Pecado original’, diz o prof. Sílvio Elia, do novo Acordo, está exactamente no aspecto estratégico. Os entendimentos foram encaminhados quase diríamos **intramuros**, isto é, sem audiência das entidades competentes e interessadas. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Academia Brasileira de Filologia ou Círculo Lingüístico. E por todo o Brasil as Faculdades, Institutos ou Departamentos de Letras das respectivas universidades. Coisa semelhante se poderia dizer em relação a Portugal. Fala-se em entendimentos por via diplomática, onde o segredo parece ser um postulado. Mas há-de perguntar-se, seria o caso? Como depois lograr o apoio de tais entidades que viriam apenas ratificar o já resolvido?”

Foi essa sem dúvida a causa do mal-estar que se está verificando quer no Brasil quer em Portugal onde, segundo artigo publicado no “Jornal do Brasil”, já se ouvem “vozes coléricas”. É que dizem essas vozes, a que aludiu o artigo de Moacir Werneck de Castro? Entre outras coisas, que querem transformar a língua portuguesa em sucata a serviço dos interesses multinacionais, fala-se em afro-brasileiro, em crioulo português, e não em língua portuguesa, alude-se a um pretenso imperialismo brasileiro que deseja expandir-se para terras africanas, alude-se a interesses comerciais dos senhores da informática e fabricantes de computadores. Sílvio Elia conclui que está a predominar a emoção contra a razão, e acentua a integridade de Antônio Houaiss, e além disso a condição de presidente do Partido Socialista Brasileiro. Seria o homem menos indicado para servir as multinacionais.

Respeito à comissão

“Devemos respeito também à Comissão Portuguesa”, diz Sílvio Elia. “Essa Comissão integrada por vultos da maior representatividade como Jacinto Nunes, presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Fernando Cristóvão, presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Américo da Costa Ramalho, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Maria Helena da Rocha Pereira, catedrática da mesma Faculdade, Luís Filipe Lidley Cintra, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Maria de Lourdes Belchior Pontes, catedrática da mesma Faculdade não teriam apostado a sua assinatura num documento que denegrise a língua portuguesa.” Mas o professor Sílvio Elia acentua que **“isso não significa que as bases do acordo sejam intocáveis** (ponto importante) e sim”, acrescenta, “que não houve nenhum acto comprometedor da dignidade da língua que todos amamos e queremos preservar”.

Critério ortográfico

Embora tratando-se mais de uma atitude filosófica em relação ao Acordo, do que da discussão de aspectos técnicos, não quisemos contudo deixar de fazer algumas perguntas ao professor Sílvio Elia.

“No que respeita ao emprego das letras”, diz-nos o nosso entrevistado, “pode dizer-se que o projecto pouco inovou. Ainda aqui o critério fonético-etimológico predominou. Assim o **h** inicial mantém-se por força da etimologia; a seleção entre os grafemas **ch** e **x**, **g** e **j**, **s** e **ss**, **cc** e **x s**, **x** e **z**, que representam os mesmos sons consonantais (como **tachar** e **taxar**, **conserto** e **concerto**, **hesito** e **êxito**...) regulam-se pela etimologia e história da língua. No tocante às segundas consoantes de um grupo consonantal, que ora se pronunciam ora não, também graficamente, ora se conservarão ora se eliminarão. De acordo com esta última regra, grafar-se-á por exemplo, **aflicção**, **cativo**, **adotar**, **Egito**, **ótimo**, **exato**, etc.; mas, por outro lado, a escrita será: **compacto**, **ficção**, **adepto**, **núpcias**, **rapto**, **pacto**, etc. Entre os casos facultativos, alinham-se **facto** e **fato**, **ceptro** e **cetro**, **dicção** e **dição**, **aspecto** e **aspeto**, entre outros. Talvez aqui sintam falta os portugueses das consoantes mudas em palavras, como **actor**, **director**, **adopção** e outras que tais.”

“Este é um ponto que a meu ver (insiste Sílvio Elia) deverá ter sido aberto à discussão.” Mas o professor brasileiro acredita que se agiu equilibradamente, procurando conciliar os hábitos ortográficos dos países signatários. E, no tocante à articulação, não se uniformizou, deixou-se livre a ortografia para representar a pronúncia.

Em relação ao **h** medial dizem as bases que se suprime quando há aglutinação de um elemento prefixado. Portanto: **humano**, mas **desumano**; **hábil**, mas **inábil**; **haver**, mas **reaver**. Note-se que, ainda aqui, as Bases nada inovaram; é o que já está. Aliás, até agora a única “inovação”, diz o professor Sílvio Elia, é a das consoantes mudas ou lábeis onde as bases são suficientemente liberais. E nem se trata, continua o professor, de inovação tão nova: a supressão de tais letras já havia sido proposta em 1967 por ocasião do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea reunido em Coimbra, proposta assinada entre outros pelos professores Paiva Boléo, Herculano de Carvalho e pelo sempre lembrado Vitorino Nemésio.

No que respeita às vogais, o que está nas Bases “é também o que existe”.

“Onde houve modificações foi na acentuação gráfica, o que tem sido uma das tónicas da celeuma levantada. Procuremos porém reflectir com calma.

Observemos, em primeiro lugar, que, de facto, há necessidade de uma revisão do sistema (este é outro ponto que deveria ser aberto à discussão).

Não faz muito, tínhamos de distinguir graficamente entre homógrafos que representassem vogais de timbres diferentes, como **sede** e **sêde**. Isso levava a exageros, a escrever **tapête**, substantivo, por causa de **tapete**, do verbo **tapetar**. Ou **pêra**, com circunflexo, para distinguir de **pera**, proposição arcaica, e de **pêra**, forma antiga de **pedra**... Felizmente isso melhorou, e hoje entre duas palavras apenas se distingue **pôde**, pretérito de **pode**, presente.

As bases acrescentaram **fôrma** e **forma** por se tratar também de palavras da mesma classe léxica. O assunto merecia mais amplo debate, mas temos que nos restringir.”

“Outro ponto belicoso, por assim dizer, é o do emprego do hífen. Não se julgue – acentua Sílvio Elia – que as Bases propuseram a sua extinção: há oito regras que procuram regulamentar-lhe o uso. Mas, temos de convir, a racionalização do emprego do hífen tem quebrado a cabeça de muito ortógrafo, sem que se consiga decifrar a esfinge.

As regras sempre aleatórias são estas, mas podiam ser aquelas...

Porquê, por exemplo, **neolénico** e não **neo-helénico**, **panamericano** e não **pan-americano**, **semiinterno** e não **semi-interno**, **antiigiênico** e não **anti-higiênico**, **bemquer** e não **bem-me-quer**, etc. Eis um ponto que merece revisão.”

Pergunto ao prof. Sílvio Elia o que lhe parece mais importante nesse debate. E a resposta não se fez esperar: “Que não haja malquerenças, nem de uma parte nem da outra. O aspecto político da questão eu o coloco no “desejável.” E, se a resposta é afirmativa, como penso, então entreguemos a parte técnica, o **modus faciendi** aos entendidos. Mas tudo (isto é também importante) à luz dos reflectores e num espírito de concórdia e mútua compreensão. Sem o quê nada se fará.”

O espaço não permite, e com razão, explanações mais amplas – o que aqui fica são dados para reflexão. Notemos como um grande mérito do prof. Sílvio Elia a crítica aos entendimentos feitos **intramuros** que ele considera o grande erro do Acordo e denominou como o seu “pecado original”.

DN - 24/8/86

*

Mário de Andrade e a língua Brasileira

Bem a propósito da oportunidade do levantamento da questão ortográfica entre o Brasil, Portugal e outros países usuários da Língua Portuguesa, este artigo aborda o problema sob vários aspectos na visão de Mário de Andrade, principalmente quanto à sua possível *Gramatiquinha da Fala Brasileira*

O tema parece velho, mas não só a publicação da reveladora correspondência do notável escritor paulista, mas, principalmente, a pesquisa que Edith Pimentel Pinto, da Universidade de São Paulo, empreendeu para trazer à luz do dia os dados essenciais que deveriam compor a *Gramatiquinha* tão prometida por Mário de Andrade em certa fase de sua existência literária permitem uma retomada do assunto, agora em bases mais seguras e precisas.

Apesar de enfáticas declarações em contrário, houve, de fato um momento em que Mário de Andrade teve intenção de elaborar a *Gramatiquinha*.

Na verdade, como diz Edith P. Pinto, no estudo que realizou sobre a *Gramatiquinha* – de fato tese de livre-docência para a USP – “seus desmentidos, veiculados a partir de 1931, parecem corresponder antes à desistência que à inexistência do projeto” (p. 16). Paulo Duarte, que foi ligado à Mário de Andrade, mostrou-se peremptório: “Já se afirmou que Mário de Andrade jamais cogitou de escrever este livro. Isto é desmentido desde que anunciado como livro em preparação em várias de suas obras e todos aqueles que conviveram com Mário de Andrade sabem que a *Gramatiquinha* era um dos projetos mais vivos nele” (p. 84).

Edith Pimentel Pinto registra as seguintes fases na evolução do pensamento de Mário de Andrade no respeitante à *Gramatiquinha*: “Historicamente, pois, a gênese da *Gramatiquinha* remonta a 1922; sua idealização, em termos ainda imprecisos, ao período que vai de então a 1925, 1926, quando já se desenvolviam atividades de preparação pessoal, de coleta de dados e redação de textos; e sua concepção final, ao triênio 1927-1929, quando foi trabalhada em moldes aproximadamente gramaticais”. (p. 29).

Todavia, em carta a Sousa da Silveira, de 1935, escrevia Mário de Andrade: “Este livro (a *Gramatiquinha*), do qual nunca escrevi nenhuma página, eu nunca jamais tive intenção de escrever”.

Pelo confronto das datas, vê-se, portanto, que, provavelmente, a partir de 1930, se vai desvanecendo no espírito de Mário de Andrade o projeto da *Gramatiquinha*.

1930 é realmente no Brasil, uma data da máxima importância. Não só política, mas antes de tudo cultural. Terminava a democracia liberal e começava a democracia social. O econômico primava sobre o político. Aos liberais que reclamavam eleições, Getúlio respondia com “o voto não enche barriga”. Entrou-se num período de análise da chamada “realidade brasileira”, que levava a ensaios sociológicos, a debates filosóficos, a romances neoneaturalistas (cacau, açúcar, cangaço, a seca do Nordeste...). O movimento modernista não poderia, portanto, deixar de sorver os novos ares. À fantasia de *clown* em que se metera na década de 20 – poema-piada, os temas prosaicos, a atitude iconoclasta – sucedia agora uma reflexão paisana, que procurava interpretar e compreender a realidade brasileira à luz de dados e informações objetivas. Essa mudança de linha de visada já a havia registrado Alceu Amoroso Lima ao distinguir três fases no Modernismo, a segunda das quais, a *central*, situou-a entre 1930 e 1945. A primeira fase, diz Afrânio Coutinho, “é heróica, aventureira, romântica, destruidora, caótica”.

Já a segunda “colheu os resultados da precedente, substituindo o caráter destruidor pela intenção construtiva, pela recomposição de valores e configuração da nova ordem estética” (Cassiano Ricardo). Cessada a batalha, as águas assentaram, e puderam os membros da nova geração tirar os efeitos do desmonte e aplicar as fórmulas estéticas obtidas com a revolução em tentativas de novas sínteses. (1975: 278).

Outro aspecto importante no que tange à gênese da *Gramatiquinha* diz respeito ao encontro de Mário de Andrade com a *Gramática Secundária* de Said Ali. Esse encontro se deu em 1927: “A partir de 1927, porém, a idealização se corporificou sob sugestão de um modelo – a *Gramática Secundária da língua portuguesa* (GS) de Said Ali” (I: 63).

Nesse mesmo ano de 1927 foi que lhe chegou às mãos uma lista de obras *fundamentais* (ao todo oito títulos, um tanto heterogêneos, é verdade), organizada por Sousa da Silveira.

É lícito, portanto, supor que, dessa data em diante, o espírito inquieto e perscrutador de Mário de Andrade procurou assenhorear-se mais seguramente das bases científicas da questão. E isso lhe foi esfriando os entusiasmos e arroubos dos primeiros momentos.

Vemos, pois, esquematicamente, quanto à gênese da *Gramatiquinha* (quaisquer que sejam as possíveis ressalvas), três fases definidas: *a inicial*, do encantamento (1922-1927); *a medial*, da reflexão (1927-1930), e *a final*, da desistência (1930 em diante).

É sob essas três perspectivas que devem ser apreciadas as declarações de Mário de Andrade em relação à projetada *Gramatiquinha*.

Na primeira fase, Mário de Andrade se empolgava com o que julgava uma existência de *Língua Brasileira* distinta da Portuguesa. A expressão já ocorre no *Prefácio Interessantíssimo*, que precede *Paulicéia Desvairada* (1922). Aí também se lê a frase enfática: “Escrevo brasileiro”. “Além disso”, observa Edith Pimentel Pinto, “entre 1925 e 1928 há repetidas alusões suas ao projeto, tanto na correspondência, como nas obras então publicadas, onde se anunciava a *Gramatiquinha* como em preparo”. (1: 27). E essas obras são as seguintes: *Losango Cáqui*, 1926; *O Clã do Jabuti*, 1927; *Amar, Verbo Intransitivo*, 1927; *Macunaíma*, 1928. Todas anteriores a 1930.

Em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro (1925), travou-se o seguinte diálogo:

- Não dou entrevista a vocês jornalistas.
 - Por quê?
 - Porque *A Noite*, certamente, há de querer modificar o meu Português.
 - Mas *A Noite* publicará as suas palavras tim-tim por tim-tim.
 - Com todos os meus solecismos, ou melhor, com aquilo que vocês passadistas chamam de solecismos?
 - Perfeitamente.
 - Pois então, vamos lá.
- (In Edith Pimentel Pinto, II, 1981: 134).

É o momento da Língua Brasileira, oposta à Língua Portuguesa, do futurismo em face do passadismo.

Em texto que Edith Pimentel Pinto rotula como 12F e pertence, na sua catalogação, ao item *folhas avulsas*, lê-se isto:

Inda não existe (a fala brasileira). No entanto na pronúncia temos já uma Língua inteiramente apartada da fala portuguesa. Essa pronúncia e todos os fenomenologia [*sic*] fonética já nos teriam levado para outra fala si não fosse reação erudita. (I: 46).

Deve esse trecho pertencer ao que chamamos 1.^a fase da gênese da *Gramatiquinha*. Dele podemos aproximar a seguinte passagem de uma carta a Carlos Drummond de Andrade, datada de 1925: “Não dou vinte anos teremos uma Língua não diferente porém bastante diversa da Portuguesa e, o que é muito mais importante, afeiçoada ao nosso caráter e condições”. (1982: 41).

Já rolaram mais de cinquenta anos sobre esse prognóstico, e o vaticínio não se confirmou. A língua culta do Brasil, particularmente em sua feição literária, mais se afastou da *solução* marioandradina do que do padrão oficial

português. Tão precárias se mostram as especulações futurológicas, especialmente quando incidem sobre o terreno lingüístico!

Na 2.^a fase, Mário de Andrade procura conceptualizar a sua posição. Toma contato com a *Gramática Secundária* de Said Ali, atualiza-se em Mário Barreto, busca fundamentação teórica em Vendryès. A influência de Sousa da Silveira, através de Manuel Bandeira, virá pouco depois.

Essa foi, para Mário de Andrade, uma fase conturbada doutrinariamente. A sua idéia de *Língua Brasileira* foi-se apagando. Em conseqüência acabou também por rejeitar o *brasileirismo*: “Uma constatação importante é esta a que cheguei: Não tem *brasileirismo*” (I: 47). É que, como consta da caderneta, *Língua Brasileira*”.

“Não se trata de nacionalismo reivindicar, minha gente. Isto é ridículo. Se trata de ser brasileiro e nada mais. E pra gente ser brasileiro não carece agora estar se revoltando contra Portugal e se afastando dele. A gente deve ser brasileiro não pra se diferenciar de Portugal porém porque somos brasileiros”. (I: 44).

E mais:

“Não se trata de reação contra Portugal. Trata-se de uma independência natural, sem reivindicações nem nacionalismos, sem antagonismos, simplesmente inconscientemente”. (I: 45).

E em outro ponto:

“Também a fala brasileira não é diferente da fala portuguesa, é apenas distinta desta”. (I: 47).

Esta última frase, para a Prof.^a Edith Pimentel Pinto, “é a chave par o pensamento de Mário de Andrade a respeito da língua do Brasil”. (I: 47).

Por isso vai ele aos poucos abandonando expressões como *fala brasileira* ou *Língua Brasileira*. Mais tarde iria preferir a designação ambígua de *língua nacional* (I: 50 e 88).

No fundo, Mário de Andrade amava Portugal e, em decorrência, a *Língua portuguesa*. Eis, por exemplo, o que escreveu em 1944 (morreria no ano seguinte) a Paulo Duarte: “No entanto eu sei que não amo a França mais que outros países. Sei é que amo muito, mas de amor todo carnal e espiritual é Portugal, isso não tem dúvida, é o país que eu mais amo”. (I: 86).

E quanto à *Língua Portuguesa*:

“É engraçado, mas eu trago, não propriamente da minha geração, mas das pelo menos duas que antecederam a minha, um desejinho secreto de falar bem o português e escrevê-lo sem erro”. (I: 85).

Contudo, procurando penetrar no que poderíamos denominar a “fundamentação teórica de Mário de Andrade para o problema da Língua”, podemos assinalar um primeiro traço positivo: Não se trata de criar uma língua nova (“Nenhum de nós não tem a pretensão de criar uma língua que um português não possa entender. Não se trata de inventar uma fala de origem brasileira e inconfundivelmente original, não”, dirá em carta de 1927 ao *Diário de Minas*) e sim de reconhecer a existência no Brasil de uma variedade do português europeu, posição afirmada como válida pela ciência da linguagem.

Mário de Andrade, porém, passou a um segundo momento: o de dar forma gramatical a esse material vernáculo disperso pelo território brasileiro; daí o projeto de uma *Gramatiquinha* (não se abalanchava a uma *gramática*, desiderato que tinha por superior à sua competência linguística) da fala (não, da Língua!) brasileira. Em texto que já pertence à fase de desistência – *O Inquérito Geral Etnográfico* – não limita esse material vernáculo à Língua popular, ao *brasileiro vulgar*, como vinha fazendo: “As observações e pesquisas sobre a Língua Nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural”. (I: 60).

A esse propósito, fez Edith Pimentel Pinto, o seguinte comentário em uma de suas *Conclusões* (ou *Convergências*, como prefere chamar): “Essa visão, necessariamente globalizante, dada a sua posição ideológica, pretendia abranger o uso médio brasileiro, rural e urbano, de todas as classes sociais, impressionisticamente avaliado e irregularmente documentado, para configurar uma espécie de coiné, designada como Língua Geral”. (I: 314).

Embora a posição de Mário de Andrade nas linhas supra esteja bordejando angulações informes da moderna Sociolinguística, vemos nelas, antes e ainda, resquícios do vezo romântico de opor uma linguagem espontânea, viva, *natural* a formas de dizer convencionais, disciplinadas, endurecidas. Ora, as Línguas, tanto ao nível popular quanto ao culto, são sempre fenômenos de natureza cultural e não de ordem natural.

Mas como proceder com esse material vernáculo colhido da fala “natural espontânea, desleixada” do povo brasileiro? Para Mário de Andrade convinha inicialmente afastar o perigo do *regionalismo*. “Pretendi usar os materiais que a minha terra me dava, minha terra do Amazonas ao Prata”, (I: 59) disse ele certa vez. A Manuel Bandeira, que o acusara (injustamente) de escrever paulista em vez de brasileiro, assim respondeu: “Injustiça grave. Me tenho preocupado muito com não escrever paulista e é por isso que certos italianismos pitorescos que eu empregava dantes por pândega, eu comecei por retirar eles todos da

minha escrita de agora. Mais tarde vamos a ver o que a gente pode aproveitar deles”. (*O Português do Brasil*, II: 138).

Era a tentativa, impossível, de “desgeograficar” a língua portuguesa do Brasil, para falar como Cavalcanti Proença. Empresa semelhante à que Dante havia assumido para a língua italiana. Isso foi trazido à baila na época, e Mário de Andrade procurou afastar o pretense modelo, com a argumentação abaixo, contida na mesma carta a Manuel Bandeira que acabamos de citar (a qual é de 1925): “Não quero que você pense que estou imaginando criar uma língua nova, como se diz que fizeram Dante e Camões, principalmente o primeiro. Ora isso é idiota porque Dante seria incapaz de escrever o italiano da Comédia se antes dele não tivesse a escola siciliana e toda a porção de trovadores que já escreviam em língua vulgar. Eles é que permitiram a existência pra língua italiana como os cronistas e cantadores portugueses permitiram o português de Camões”.

Não vamos agora ponderar os argumentos marioandrados. Interessamos melhor apurar a pertinência ou não-pertinência do símile com Dante.

Como se vê percorrendo o *De vulgari eloquentia*, o imortal florentino rasteou por toda sua Itália o que denominou *volgare illustre*, ou seja, o falar ítalo-românico de melhor expressividade, elegância e beleza. Mas, pouco a pouco, foi rejeitando a todos eles: o milanês, o bergamasco, o marquesano, o sardo, o genovês, o romanhol, o vêneto, também o siciliano, o próprio toscano. “In nessun luogo d’Italia il poeta à riuscito a trovare l’odorosa pantera di cui era andato a caccia... – cioè il volgare illustre”, comenta Migliorini (1961: 182). A conclusão veio a ser então a seguinte: “il volgare illustre, cardinale, aulico e curiale, é quello che è di ogni città italiana e sembra non risieda in alcuna” (p. 183).

Em boa parte, foi isso mesmo que Mário de Andrade tentou fazer. Mas, em vez de procurar um *volgare illustre* localizado, Mário de Andrade sonhou com uma unidade constituída de partes capturadas de dentro do mosaico lingüístico brasileiro, portanto uma unidade irreal, verdadeira ficção. Talvez por isso tivesse dito estas palavras: “Este é um livro de ficção, e ninguém aprende gramática nele, é lógico” (I: 54). No entanto Dante, quando se decidiu a escrever em vulgar, *per nostra fortuna*, comenta Tagliavini, usou o florentino (1959: 464). E, nesse ponto, Mário de Andrade errou. Não havia por que forjar uma fala brasileira, com pedaços do vulgar nativo. Essa fala – que Edith Pimentel Pinto entende como “norma” (I: 314) – só poderia ser uma estilização da norma, e essa confusão entre a faculdade de estilizar, que estava ao seu alcance, e a de modelar a norma, que totalmente lhe escapava, como ocorre com qualquer um de nós, pois a norma é coletiva e se forma historicamente, foi que malferiu as bases teóricas por que ansiava.

Ao tomar, praticamente, por fundamento o dialeto florentino e ao estilizá-lo, Dante tornou-se um dos fautores da língua italiana padrão. Apurou-a, disciplinou-a, mas não a criou: o seu que-fazer situou-se no plano estilístico. Aqui novamente Migliorini: “La ricerca dantesca, benchè prenda le mosse dallo stato linguistico dell’Italia del suo tempo, non è una ricerca di lingua (intesa come strumento sociale, atto a servire alla generalità degli Italiani), ma di stile (cioè di una sublimazione artista della parola).” (*op. cit.*: 183).

Dante, no mosaico linguístico italiano, pelo seu gênio erigiu uma das pedrinhas em língua nacional da Itália: “língua toscana”. É, aliás, a Itália caso típico de *língua comum* (no caso, língua nacional) de base literária. Vendryès di-lo claramente: “Il y a enfin des langues communes qui sont d’origine purement littéraire. C’est le cas par exemple de l’italien fixé comme langue commune à partir du XIV.^e siècle, grâce au prestige et à l’influence d’écrivains comme Dante, Pétrarque et Boccace, à une époque où le pays n’avait aucune unité politique. Sans doute ces grands écrivains utilisèrent langue qu’on parlait autour d’eux; d’où le nom de *língua toscana* porte depuis Dante la langue littéraire italienne.” (1921: 315).

Há, pois, certo paralelismo entre a obra de Dante no campo linguístico e o projeto marioandrado da língua brasileira. Mas as perspectivas históricas eram bastante diferentes. Dante procurava um *volgare illustre* que servisse de suporte à sua língua literária romântica. A Itália de então *n’avait aucune unité politique*, ao contrário do Brasil século XX. Não tendo encontrado o *volgare illustre*, Dante, como Petrarca e Bocácio, usaram da língua *qu’on parlait autour d’eux*.

Ora, Mário de Andrade nasceu num país que já havia conquistado a unidade política há quase um século e que dispunha de uma língua culta padrão, nacional e oficial. Julgou, porém, que havia uma defasagem entre essa língua padrão e a língua realmente viva do povo brasileiro. Essa língua *realmente viva* seria então o *brasileiro* ou a *língua brasileira*. Mas aí começaram os seus problemas. Não quis *regionalizar* a Língua que imaginava e por isso mesmo temia que vissem no seu protótipo linguístico o *falar paulista*. Daí ter tentado *desgeografiar* a Língua, tentando construí-la com fragmentos de vários falares regionais, não só populares, mas até cultos, tarefa incomensurável com os dados da História, pois nem as *koinés* conhecidas assim se constituíram.

O plano de uma *Língua Brasileira* foi-se, pois, desvanecendo. Como vimos, nem seria *distinta* da portuguesa (isto é, continuaria *essencialmente* portuguesa, nem poderia ser trabalhada a modo de mosaico. Daí que Mário de Andrade passou da solução *gramatical* para a *estilística* (e então volta a encontrar-se com Dante). Vejam-se os seguintes trechos, que extraio da excelente

tese de Edith Pimentel Pinto: “Só quis mostrar que o meu trabalho não foi leviano, foi sério. Bem que matutei e trabalhei pra dar pro meu estilo novo normas que organizassem-o. Si cada um fizer também das observações e estudos pessoais a sua gramatiquinha muito que isso facilitará pra daqui a uns cinquenta anos se salientar normas gerais, não só da fala transitória e vaga porém da expressão literária impressa, isto é, da estilização erudita da linguagem oral. (p. 42).

Cada um que dê a sua estilização, a sua solução e se chegará um dia a essa normalização geral tirada do pouco que acertaram e do muito que erraram. Vale mais errar porém fazer do que não errar e não fazer. (p. 43).

Porque se trata de estilização culta e não fotografia do popular, meu caro. Agora: essa sistematização tem de ser fatalmente pessoal. Não pode ser doutra forma pois estou começando uma coisa e não tirando uma gramática inteirinha de fatos documentados pela escrita culta e literária. (p. 85).

Não estou fazendo regionalismo. Trata-se de uma estilização *culta* da linguagem popular da roça como da cidade, do passado e do presente. (p. 86).

Como se vê, Mário de Andrade não só identificava a Língua padrão como a Língua literária, mas ainda acreditava no prestígio desta no sentido de modificar a própria língua comum. Certamente que, como literato, lhe assistia todo o direito de *estilizar* a Língua nacional que recebera desde o berço. Mas seria utopia supor que, por meio de estilizações *literárias* sucessivas, essa Língua nacional pudesse finalmente ser partejada.

Mário de Andrade, profundamente honesto intelectualmente, buscou em vão fundamentos teóricos para a sua posição. Caminhou então no sentido de amparar-se numa base psicológica, de escasso teor científico, aliás. Dessa “psicologia da fala brasileira” dá-nos Edith Pimentel Pinto o seguinte resumo: “A par de dados muito imprecisos como doçura, meiguice, ironia, indecisão, sensualidade, pegafoguismo (?), comodismo, caracteres que, impressionisticamente, atribui à fala brasileira, Mário de Andrade enumera outros que, apesar de genéricos, são pertinentes, como musicalidade, moleza, lentidão, e ainda aspreza, *embolados* e frases rápidas: – a outra face da mesma fala, quando dinamizada pelo impacto da vida moderna.” (p. 284).

Até quando se trata de classificação dos vocábulos, Mário de Andrade recorre à *psicologia da palavra*. E, na página 115, a Prof.^a Edith Pimentel Pinto admite ter Mário de Andrade pensado numa fotografia psicológica”... Em certos momentos, recorre inclusive ao “lirismo”, como no caso das exemplificações: “Nem uma só vez dar exemplos vulgares gênero “Pedro matou Paulo”. Todo exemplo será reflexão profunda. Será frase lírica adorável. Será julgamento crítico. Ataque ou sarcasmo. No máximo com brasileirismos. Raríssimo dar exemplo palavra isolada, só quando contiver lirismo.” (p. 159).

Ora, exemplos tipo “Pedro matou Paulo”, para falar com Saussure, são exatamente os exemplos que convêm à *langue*, entidade de caráter coletivo, base linguística de qualquer gramática (e, portanto, também de uma “gramatiquinha”). O lirismo fica, antes, por conta da Estilística.

Vê-se, pois, que as dificuldades teórico-práticas se iam amontoando no espírito de Mário de Andrade. E o desfecho desse drama ideológico foi o abandono final do projeto. Nem a *Gramatiquinha* foi jamais publicada, nem Mário de Andrade furtou-se a manifestar publicamente a sua desistência. Os textos são muito claros:

Em carta a Augusto Meyer, datada de 1931, disse o seguinte: “Você me pergunta se abandonei mesmo a idéia da *Gramatiquinha*. Propriamente: não abandonei porque nunca tive intenção de escrevê-la. Se desde início tivesse falado disso, você saberia qual a minha intenção anunciando o livro, como outros amigos sabem. Minha intenção foi apenas (e de antemão com medo dessa rapaziada moça que imita e cai logo no fácil) foi mostrar que não estava às escuras, que tinha documentação e estudos a respeito do que estava tentando.” (V. Edith P. Pinto, 1981: 2, 156).

Em correspondência com o filólogo Sousa da Silveira (1935), foi bem explícito: “Desde o livro anterior, eu anunciara um livro futuro, a *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Este livro, do qual nunca escrevi nenhuma página, eu nunca jamais tive intenção de escrever. É certo que tomei muita nota, fiz muita ficha, a respeito da Língua e de processos que me pareciam mais nacionais de traduzir o pensamento em linguagem, mas é só. Eu anunciava o livro, apenas para indicar a todos que o que eu estava tentando não era tentado assim ao até das recordações mas uma coisa séria, sistemática, e bem pensada. Nem isso valeu aliás. Até amigos íntimos imaginaram que eu estava orgulhosissimamente querendo... inventar a Língua do Brasil!” (idem: 2, 163).

Curioso quem em carta de 1929 a Manuel Bandeira, procurando contestar a João Ribeiro (“Respondi que isso não tinha a mínima importância, discutir critério de línguas e dialetos pra saber se falamos português ou brasileiro. E que ele e Roquete Pinto estavam como quase todos colocando o problema errado”), assumiu Mário de Andrade exatamente a posição defendida por João Ribeiro, como se vê das linhas abaixo: “Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser língua minha, a língua de meu país, a língua que hoje representa no mundo mais o Brasil que Portugal; enfim: a língua do Brasil. O resto: maior ou menor sintaxização brasileira dos nossos escritores, isso era contribuição pessoal, não tinha importância pragmática nem distinguia fala dum e doutro”. (idem: 2, 147).

Nesse trecho, Mário de Andrade também coloca a questão da língua portuguesa do Brasil como *Língua própria*. Desse assunto se ocupou com a mestria de sempre Amado Alonso em seu *El problema de la lengua em América*, e a isso nos referimos em nosso *O problema da Língua Brasileira* (1ª edição, 1940). O que então mostrava com simplicidade o celebrado mestre espanhol é que o castelhano é língua tão legítima dos hispano-americanos quanto de seus conterrâneos europeus; da mesma sorte, a Língua Portuguesa nos pertence de direito a todos nós, brasileiros, quanto aos nossos irmãos portugueses, que nela herdaram. Pode-se ver que é a mesma tese de Mário de Andrade acima exposta.

Igualmente vejo identidade entre o pensamento de Mário e o de João Ribeiro no referente ao citado “problema da língua brasileira”. Releia-se o que escreveu o epistológrafo e compare-se com esta famosa definição de João Ribeiro em sua *A Língua Nacional* (2.ª edição, 1933): “A língua nacional é essencialmente a Língua Portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos.” (p. 262).

Aceitando essa colocação de João Ribeiro e calcado em outros argumentos, assim concluíamos no mencionado livro de 1940: “Concluímos pela *unidade lingüística* entre Portugal e o Brasil. Simultaneamente estabelecemos a *diversidade lingüística*, entre os dois países.” (p. 165).

Ora, também aqui Mário de Andrade não discrepou, pois alude à “contribuição pessoal”, ou seja precisamente ao fator estilístico. Com bastante autoridade, Gladstone Chaves de Melo, em livro muito bem logrado (*A Língua do Brasil*, 1.ª edição, 1946), enfatizou, com a lucidez de sempre, a diferenciação meramente estilística: “Nada impede que nós tenhamos *língua* portuguesa e *estilo* brasileiro. Isto é, um sistema gramatical português, o mesmo que se encontra em Camões, Vieira, Bernardes, Herculano, Garrett etc. e um modo de expressão, uma *escolha* no material lingüístico e algumas criações que melhor se ajustem e que correspondam ao espírito, à alma, ao temperamento, à sensibilidade brasileira.” (p. 134 da 2.ª edição).

Por conseguinte, após um passeio perigoso e acidentado pelas regiões tortuosas do radicalismo lingüístico, insuflado pelos ventos juvenis do Modernismo e do que Edith Pimentel Pinto admitiu ser o *Espírito Novo*, Mário de Andrade, levado por um aprofundamento cultural do problema, a que o induziu a sua natureza inquieta e ardente de pesquisador, num esforço constante e quase torturante de honestidade intelectual, veio chegar a conclusões que não só o aproximam de um Amado Alonso, como de um João Ribeiro ou um Gladstone Chaves de Melo. Tanto é verdade que “les beaux esprits se rapprochent”.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, Carlos Drumond de. *A lição do amigo*. Cartas de Mário de Andrade a _____. Rio de Janeiro. José Olympio, 1982.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*, 7.^a ed. Rio de Janeiro, Editora Distribuidora de Livros Escolares, 1975.
- ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1940.
- LÁZARO CARRETER, Fernando. *Dicionário de términos filológicos*, 3.^a ed. corrigida. Madrid, Gredos, 1968.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Agir, 1956.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MIGLIORINI, Bruno. *Storia della lingua italiana*, 3.^a ed. Florença, Sansoni, 1961.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*, Textos críticos e teóricos. 2-1920/1945. Seleção e apresentação de _____. Rio de Janeiro (Livros Técnicos e Científicos). São Paulo (EDUSP), 1981.
- _____. I - *A Gramatiquinha. Texto e contexto*. II - *Apêndice*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, para concurso de livre-docência. São Paulo, 1982.
- RIBEIRO, João. *A língua nacional*, 2.^a ed. São Paulo, Editora Nacional, 1933.
- TAGLIAVINI, Carlo. *Le origini delle lingue neo-latine*, 3.^a ed. Bolonha, Riccardo Pátron, 1959.
- VENDRYÉS, Joseph. *Le langage*. Paris, La Renaissance du Livre, 1921.
- De MISCELÂNEA DE ESTUDOS LITERÁRIOS — Homenagem a Afrânio Coutinho — Pallas/Pró Memória, INL, Rio de Janeiro, 1984.

(*Sup. Lit. n.º 1052, 06/12/1986*)

*

Em defesa da língua e de uma grafia comum

Presidente do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro e, desde há muito, conhecido professor universitário especialista da matéria, o autor analisa em profundidade, e sem paixão, todas as envolventes do Acordo Ortográfico, sublinhando o seu interesse para a língua portuguesa e as culturas dos países que falam o idioma comum

Venho acompanhando com interesse a série de reportagens que o *JL* tem publicado a respeito de tentativas de um acordo ortográfico entre os sete países que adoptaram o português como língua oficial (ressalte-se que, no Brasil, mais que isso, é materna e nacional), com depoimentos e artigos de ilustres figuras de intelectualidade portuguesa. Entre observações justas e pertinentes, há outras voltadas para alvos estranhos ao problema. Como velho e calejado professor de língua portuguesa, creio estar em condições de meter o nariz na ciranda do debate.

À maneira escolástica, cumpre desde logo distinguir as facetas da questão. Tal como tem sido encarada pelos vários intervenientes, vejo nela três aspectos: a) o secretismo; b) o tecnicismo; c) o susceptibilismo.

Quanto ao primeiro ponto, dou minha total adesão às críticas e aos protestos. Já por ocasião do Acordo assinado no Rio de Janeiro, em 1986. Tive oportunidade, em artigo publicado no Diário de Notícias, de Lisboa, de revelar a minha estranheza pelo modo como se tinham processado as negociações entre a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia de Letras do Brasil, sem qualquer audiência prévia de pessoas e instituições interessadas e capacitadas. Disse mesmo ser este o “pecado original” do Acordo. Agora a história se repete com o Acordo assinado em Lisboa em 1990.

Se fossem ouvidas previamente as pessoas e instituições mencionadas, a Comissão encarregada de redigir o texto do Acordo teria ponderado as críticas e sugestões porventura surgidas, eliminando umas, acolhendo outras, rectificando algumas, de modo que toda a celeuma que se vem levantando *a posteriori* teria perdido sua razão de ser. Isso todavia não significa que as normas do Acordo de 86 sejam todas ruins; ao contrário, na grande maioria são correctas e aceitáveis, mas o não terem sido elaboradas à luz de dia lhes granjeou a má vontade e desconfiança dos que as viram como imposição. Chegamos assim ao segundo item, o da parte técnica.

Aqui a grande e fundamental distinção que se há de fazer é aquela que estrema **ortografia** de **gramática** (morfologia+sintaxe). São dois terrenos independentes; a gramática diz respeito à estrutura da língua, e a ortografia como que representa pela escrita a pronúncia dessa língua. Há mesmo línguas, e não são poucas, que não têm ortografia: são as línguas ditas **ágrafas**. Portanto portugueses e brasileiros, qualquer que seja a ortografia, continuarão a dizer (a primeira forma é a de Portugal e a segunda a do Brasil) **aceite** ou **aceito/a**, **bilheteira** ou **bilheteria**, **monárquico** ou **monarquista**, **eléctrico** ou **bonde** (que já está rareando), **rapariga** ou **moça**, e assim por diante, sem que a língua portuguesa seja alterada sequer em sua estrutura.

Da mesma sorte, continuarão a colocar os pronomes oblíquos átonos de acordo com o ritmo do seu frasear (refiro-me agora, em especial, aos portugueses), a usar **a** e não **em** com verbos de movimento (o que no Brasil é coloquial), a não empregar as formas ditas rectas em função de objecto directo (o que, diga-se de passagem, é a maneira normal do falar brasileiro, ainda nas classes altas, embora não autorizada no padrão culto formal) e outras coisas mais.

Mas que tem isso a ver com ortografia? Numa frase coloquial brasileira como “Quando cheguei na escola, vi ele jogando bola”, em que é que a ortografia brasileira discrepa da portuguesa? Está, portanto, claríssimo que tanto no Acordo de 86 quanto no de 90, que desconheço, a língua portuguesa, quer a de uso no Brasil quer a de uso em Portugal, continua intocada. Ambas poderiam, por exemplo, ainda ser grafadas pela chamada ortografia pseudo-etimológica, que vigou até à reforma portuguesa de 1911.

Em que consiste então a ortografia? Já o dissemos: a ortografia é uma forma convencional de representar pela escrita a pronúncia de determinada língua. A definição por certo é aproximada, e não lhe quero dar o epíteto de “científica”. Mas é suficientemente satisfatória ao nosso intento e à nossa argumentação.

Usei de propósito o termo **pronúncia**, pois aí é que bate o ponto, uma vez que, sabidamente, a pronúncia brasileira diverge sensivelmente da pronúncia portuguesa. Mas essa divergência sensível não é essencial, pois não atinge o sistema fonológico da língua, tanto que o povo a considera simplesmente de “sotaque”.

Falei em “sistema fonológico” e isso é fundamental. O sistema fonológico é constituído pelas entidades mínimas do plano fônico portadoras de valor distintivo. Essas unidades mínimas distintivas têm o nome técnico de **fonemas**. Pois bem, esses fonemas, tanto em Portugal quanto no Brasil, são os mesmos. Como assim, poder-se-á perguntar, se foi dito que as pronúncias portuguesa e brasileira divergem sensivelmente? Eis um ponto que precisa ser esclarecido com cuidado.

Notemos de início que a pronúncia da língua portuguesa não é uniforme nem dentro do território português nem do brasileiro. Porventura pronunciarão igualmente o português um transmuntano, um beirão, um lisboeta, um algarvio, um madeirense, um açoriano? Deveríamos então ter uma ortografia para a lusofonia de cada uma dessas regiões? A pergunta pode até parecer insólita. O que, porém, quis deixar bem claro é que uma língua pode ser variadamente pronunciada dentro do mesmo código gráfico. Pois, como ensinam os fonólogos, uma coisa é o **som da língua** (o **fonema**), outra o som da **fala** (o **fone**, a sua realização vocal e individual). Na verdade, o fonema é uma abstracção: não se articula nem se ouve. O que se articula e se ouve são os fones, e estes, quase que se pode dizer, variam *ad infinitum*: de acordo com o aparelho fonatório de cada qual, de acordo com sexo, a idade, a região, o nível cultural, e isso para falar sincronicamente. Então onde buscar-lhes a unidade? Já o dissemos: no seu valor distintivo. Expliquemo-nos.

Todas essas diversas realizações fônicas a que acabamos de aludir classificam-se como “variantes”. E variantes de uma unidade superior, o som da língua, o fonema, que só ele possui valor distintivo. Vamos aos exemplos.

Tomemos duas consoantes dentais do nosso sistema fonológico: /t/ e /d/ e as realizemos nas palavras **tio** e **dia**. Na pronúncia carioca (Rio de Janeiro) e áreas adjacentes são pronunciadas aproximadamente como **txio** e **djia**, isto é, passam de oclusivas a africadas; em Portugal continuam como oclusivas dentais. Devemos então acrescentar ao sistema fonológico da língua portuguesa esses dois fones africados, que iriam passar à categoria de fonemas? Não, porque continuam como variantes, uma vez que não possuem valor distintivo, isto é, a sua oposição não distingue significações. Em outras palavras, na língua portuguesa **tio** e **txio**, **dia** e **djia** têm o mesmo significado.

Esse tipo de variante que acabamos de apresentar chama-se “combinatória”, porque a fricativização só se dá quando à dental se segue uma vogal palatal alta (não se verifica, por exemplo, nem em **terra** nem em **dedo**).

A oposição fonológica é a constante, que, por isso mesmo, ocorre sistematicamente em português; cfr. **teus** e **deus**, **turma** e **durma**, **tão** e **dão**, **cata** e **cada**, **gato** e **gado**, **curto** e **curdo**, etc., onde a permuta fônica produziu alteração semântica.

Para Portugal, podemos lembrar o fonema /xê/ grafado **ch**, e o ouçamos no vocábulo **chave**. Na pronúncia normal portuguesa, teremos **xave**, mas na pronúncia nortenha ouviremos **txave**. Dois fonemas? Mais uma vez não, porquanto não ocorreu oposição distintiva: **xave** e **txave** significam a mesma coisa.

Até aqui o nosso intento foi demonstrar que um sistema ortográfico tecnicamente elaborado deve direccionar-se para o fonema e não para o fone.

Todavia a escrita que adoptamos, dita simplificada desde Gonçalves Viana, não é estricte nem deliberadamente fonêmica. Isso ocorre porque as línguas são corpos históricos e, portanto, nela existe uma força sempre actuante chamada **tradição**. Por exemplo, por que **hoje**, **homem**, **haver** com aquele grafema inicial a que não corresponde nenhum fonema nem sequer nenhum fone? Trata-se de uma reverência às formas latinas originárias **hodie**, **homo**, **habere** (de que, aliás, o italiano já se desvencilhou; cfr.: **oggi**, **uomo**, **avere**).

Convém notar que a ortografia gonçalvina foi orientada pelo princípio etimológico, de cunho diacrônico então dominante, e propõe-se substituir ao “critério” pseudo-etimológico vigorante, que dobrava consoantes, mantinha **k**, **w**, **y**, multiplicava desnecessariamente os dígrafos **th**, **ph**, **rh**, etc. Gonçalves Viana apoiava-se na tese da cientificidade das chamadas leis fonéticas e por isso manteve distinções gráficas que a fonética histórica da língua justificava. O resultado é que temos, em nosso sistema ortográfico, um só fonema com mais de uma representação gráfica ou, ao revés, uma só representação gráfica para mais de um fonema. Exemplo do primeiro caso: o fonema /z/ representado ora por s (rosa), ora por z (reza), ora por x (exacto). E, para o segundo caso, **saber** (o fonema /s/ representado por s), **rosa** (o fonema /z/ representado pelo mesmo grafema s).

Não propugno, porém, por uma grafia estritamente fonêmica; nada de “salto qualitativo”. O peso histórico é uma realidade, e há-de-se caminhar com prudência e progressão. Desfigurar abruptamente a imagem visual das palavras é tornar o sistema inassimilável. E não é o que se propõe as duas academias. De qualquer forma fica demonstrado que a estrutura das línguas mantém-se **immune** às reformas ortográficas. Não é o que acontece com o mundo anglofalante ou hispanofalante? Por que só nós haveremos de ser a exceção?

Já me alonguei talvez demasiado nessa parte, embora sempre houvesse **algo** mais para dizer. Passemos, pois, ao terceiro e último item, o das **susceptibilidades**.

Aqui, ao contrário do item anterior, a dimensão emocional excede a dimensão racional. Há pruridos patrióticos que se sentem atingidos. Por exemplo, o de que o Brasil pretenderia impor sua pronúncia a Portugal, através da **ortografia**. Ora, não há tal, nem existem razões para isso. A grafia, como acabamos de ver, é uma forma simbólica de relacionar pronúncia e escrita. Sob o seu largo e generoso manto, podem abrigar-se pacificamente divergências fônicas nacionais, regionais ou sociais. Insistamos que, entre grafia e pronúncia, é grande o convencionalismo. Já tem sido lembrado mais de um vez que o francês **eaux** se escreve com quatro letras, nenhuma das quais corresponde, por seu valor alfabético, à pronúncia real **ô**. E que dizer das diferentes pronúncias permitidas pelo símbolo inglês **ough**? Cfr.: **though**, **thought**, **enough**, **plough**.

Concretamente, em nosso caso, o que tem levado ao desacordo os acordos ortográficos são os dois pontos seguintes: a) a grafia de consoantes ditas mudas; b) a acentuação das vogais **e** e **o** quando seguidas de consoante nasal. Serão essas dificuldades insanáveis? Vejamos como o Acordo de 86 enfrentou a questão.

Ponto a). Penso que o problema foi tratado criteriosamente, como passo a expor.

Distinguiram-se três situações, a saber: 1.^a - grupos de duas consoantes, a segunda das quais é invariavelmente muda na pronúncia culta (**activo, actor, afectivo, director, baptismo, óptimo...**), desaparece a consoante; 2.^a - ambas as consoantes invariavelmente proferidas (**compacto, convicção, pacto, adepto, erupção, eucalipto, núpcias, rapto...**) mantêm-se; 3.^a - a segunda consoante é facultativamente pronunciada (**cacto, e cato, facto e fato, aspecto e aspeto, corrupto e corruto, sector e setor...**), podem ser escritas de uma maneira ou de outra.

A situação primeira é a que tem despertado maior reacção em Portugal, com o argumento de que, embora tais consoantes não se pronunciem, servem para assinalar o timbre aberto da vogal precedente, justificativa que data de Gonçalves Viana, que via em tais consoantes uma espécie de vestígio fônico. Tal argumento, porém, é excessivamente historicista, pois, como pondera o dr. Malaca Casteleiro, quando a criança vai à escola, já pronuncia tais vogais como abertas.

Raciocínio que também se pode aplicar ao analfabeto que, apesar de, obviamente, desconhecer o pormenor ortográfico, acerta no timbre da vogal.

Argumento de maior peso, parece-me, é o de que a linha demarcatória entre consoantes mudas e consoantes facultativas pronunciáveis nem sempre é nítida. No caso da não-pronúncia, deverá ser suprimida, regra já adoptada por Gonçalves Viana, como nestes exemplos: **praticar não practicar, escrito não escripto, produto não producto, autor não auctor, Inácio não Ignácio, Madalena não Magdalena, Egito não Egipto** (*Ort. Nac.*, 1904: 73). E isso sem ir a outras espécies de grupos consonantais.

Todavia penso que tais consoantes mudas ou lábeis, como também já foram classificadas, deveriam ter sido mantidas nos casos em que reaparecem em derivados (excepto quando a vogal precedente fosse **i** ou **u**), como em **cará(c)ter / caracteres, exce(p)ção / excepcional, espe(c)táculo / espectador** (aqui são dois derivados). Infelizmente nesse ponto a prática brasileira foi longe de mais, e agora é tarde para retroagir. Temos, pois, de contemporizar.

Ponto b). No que toca a divergências como **gênio / génio, cônego / cónego**, foi o Acordo de 86 praticamente radical: só deixou de pé, por assim

dizer, a acentuação dos oxítonos. Certamente há exceções (pouquíssimas), como entre **louvamos** (presente) e **louvámos** (pretérito), para atender à pronúncia portuguesa, e ainda a manutenção do acento grave para indicar a crase de **a + a**.

Estamos de acordo com a supressão do acento em casos de paroxítonos com ditongo crescente na última sílaba, como em **genio, magoa, colonia, roseo**, etc., mas julgamos necessária a acentuação dos proparoxítonos. Nesse caso teríamos de tolerar a dupla acentuação em exemplos como **cónego** ou **cônego, cénico** ou **cênico**.

Até agora temos procurado clarificar o problema, aparando arestas, recolocando questões, enfim procurando mostrar e demonstrar que uma ortografia luso-afro-brasileira é perfeitamente possível. E, nesse ponto, queremos acrescentar: não só possível, mas também desejável. E por que **desejável**? Na verdade, não apenas desejável, porque desejável sempre o foi, mas, na conjuntura actual, imperiosa, ou mesmo imperativa.

Cabe aqui, ainda que brevíssimo, rápido olhar retrospectivo sobre a evolução linguística do Ocidente. Partindo do latim, que é a nossa **língua mater**, constatamos ter sido ela a **língua imperial** de Roma, que a difundiu a leste e oeste de sua fonte itálica. Giacomo Devoto, ao procurar descrever o percurso avassalador desse idioma imperial, intitulou o seu trabalho **Storia della lingua di Roma**. Na Idade Média, converteu-se em **língua universal**, particularmente em sua feição escrita, língua de doutores. Mas também corria diversificada na boca do povo, que a reelaborou sob a forma de falares neolatinos. Da Pénínsula Ibérica à Polónia, da Escócia e da Suécia até à Silícia, para usarmos expressões de Meillet, dominava a mesma língua.

No Renascimento, porém, com a emergência dos Estados Modernos, surge a **língua nacional**, aquela que representa o poder político e unitário de cada Estado. Como data histórica dessa nova configuração sociolinguística, podemos tomar o ano de 1539, quando Francisco I, pela famosa Ordenança de Villers-Cotterets, tornou praticamente o **francien** a língua oficial de todo o reino. É esse o estágio em cujo momento final nos encontramos.

Não quero dizer que as línguas nacionais se encontrem em processo de extinção e sim que estão a assumir novo feitio, o de línguas **supra** ou **transnacionais**. Enfrentam-se, pois, num espaço que transpõe fronteiras, o espaço aéreo, dominado pelos chamados meios de comunicação de massa, ou seja, rádio e televisão (som ou som + imagem). O país detentor de mais avançado equipamento tecnológico, de maior poder econômico e mais influente prestígio político tende irresistivelmente a impor a sua língua. É, como se sabe, o caso do inglês, que tem a escorá-lo a superpotência norte-americana, atualmente

espécie de segunda língua universal. Já ouvi até dizer: “Quem não sabe inglês é analfabeto”.

Todavia há um outro fator que também distingue e classifica as línguas: o seu peso **cultural**. Se não fosse assim, como explicar a teimosia sobrevivência do grego e do latim, línguas ditas “mortas”? Nesse embate supranacional só resistirão as línguas nacionais que tenham a sustentá-las um patrimônio espiritual que as singulariza e sobreleva. Ora, nesse sentido, como grandes línguas de cultura do mundo moderno, temos o inglês, o russo, o chinês, o árabe, o espanhol, o português, o francês, o italiano e talvez mais alguma outra.

O português ocupa, em sexto lugar, posição de relevo. É uma das mais bem estudadas línguas neolatinas, dotada de recursos capazes de permitira aos seus usuários o acesso às altas fontes do saber, nas letras, nas artes, na ciência, na filosofia. O seu precioso patrimônio cultural data da Idade Média e tem causado admiração e amor de outros povos que se prezam de conhecê-lo. Esse patrimônio cultural, o denodo e descortino da gente portuguesa espalhou-o pelas sete partidas do mundo e hoje floresce na alma e no peito de mais de 140 milhões de falantes.

Tem, pois, a língua portuguesa todos os requisitos para se situar no primeiro plano das línguas de cultura deste mundo finissecular. A hora, portanto, é de união e não de fragmentação. No elenco das línguas de cultura supracitadas de escrita alfabética, creio que o português é a única a comparecer ortograficamente dividida. Inútil e lamentável sinal de fraqueza.

Por que, pois, continuarmos assim, quando a união está ao nosso alcance? No mundo da anglofonia, da arabofonia, da hispanofonia, a lusofonia não pode contentar-se com papel menor. Não se trata, por conseguinte, de Brasil, Portugal, Angola ou Moçambique. O momento não é de nacionalismo, etapa já vencida, mas de supranacionalismo, onde os irmãos culturais têm de se dar e apertar as mãos. Essa, como eu sinto, é a posição do Brasil, que vê em Portugal não apenas o sentimental avozinho, mas o poderoso foco de uma cultura que germinou e se adaptou em novos climas.

JL – 05/03/91

*

Mário de Andrade, Gramático

Mário de Andrade – é arqui-sabido – foi um dos mais atuantes próceres do Modernismo brasileiro. Pertenceu à fase inicial do movimento, que vai de 1920 a 1930, na autorizada classificação de Alceu Amoroso Lima (Tristão de

Athayde), mas continuou presente na fase central, que o mesmo crítico literário faz terminar em 1945, ano em Mário veio a falecer.

Uma das tônicas do Modernismo foi a reemergência do nacionalismo, a brasilidade, que tudo justificava e exaltava. Em busca da sempre procurada identidade nacional, os modernistas à maneira dos românticos, voltaram-se para os antigos habitantes da terra, os indígenas, erigidos em símbolo do santo graal da brasilidade. *Tupi ou nor tupi* bradara em inglês Oswald de Andrade no ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha, espécie de desafio ao velho grito lusitano do Ipiranga. Ao manifesto antropofágico oswaldiano sucedeu o manifesto do verde-amarelismo da “escola da Anta” (Nosso nacionalismo é verd-amarelo e tupi). Talvez a obra mais representativa do período seja *Macunaíma*, do próprio Mário de Andrade. O nome é indígena, ou pretensamente indígena; no entanto, “Macunaíma é índio e nasce preto e, ainda em plena taba, é *Rei Nagô* quem avisa que o herói é muito inteligente” (Cavalcanti, *Roteiro*: 28). O livro, romance, rapsódia, epopéia, ou lá o que seja, está recheado de termos indígenas e por ele perpassam lendas e magias do folclore dos silvícolas. Cavalcanti Proença aproximou Macunaíma de *Iracema*; eu preferiria fazê-lo de *O Guarani*. Em ambos há um herói, Peri e Macunaíma, embora em posições antagônicas. Macunaíma é, na verdade, um anti-herói, o herói sem nenhum caráter, ao passo que Peri é o herói integral, varão de quebrar antes que torcer, para quem a vida não tem sentido fora do cumprimento do dever que a dignidade impõe. Já Macunaíma “aparenta uma valentia que não tem”, a repetir como num refrão definitório, “Ah! Que preguiça!” Em ambos, contudo, como pano de fundo, o indigenismo, barro modelador daigidia identidade nacional.

Essa brasilidade, onde se encontram Romantismo e Modernismo, um na ótica do idealismo, outro na do naturalismo, vai também juntar os dois movimentos na hostilidade à herança gramatical portuguesa. E, de novo, temos irmanados José de Alencar e Mário de Andrade. O primeiro com o dialeto brasileiro, o segundo, mais à frente, com a língua brasileira.

Manuel Bandeira, crismado por Mário de Andrade como o “São João Batista do Modernismo”, em versos de 1925, denunciava: “O que fazemos é macaquear a sintaxe lusíada”. E no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, de 1924, Oswald de Andrade decretara: “A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos”.

Era essa a atmosfera dominante no Modernismo, que Mário de Andrade respirou profundamente. Daí a sua preocupação crescente em escrever em “brasileiro”. Mas que seria e como seria esse brasileiro? O próprio Mário pôs-se em campo e entrou a resolver autores e autoridades. Foi esse o seu momento de

maior empolgação pelas descobertas que ia fazendo e chegou mesmo a idear a descrição desse falar brasílico, num livro pioneiro que não seria uma gramática e sim uma *gramatiquinha*, cujo objeto também não seria a *língua* e sim a fala brasileira. Em suma, a *Gramatiquinha da Fala Brasileira*, “anunciado como livro em preparação em várias de suas obras” (Paulo Duarte), que, entretanto, nunca viu a luz do dia.

É aqui que se insere o trabalho magistral da Professora Edith Pimentel Pinto, *A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto*, anteriormente tese de livre-docência, mas agora, para gáudio da nossa Filologia, editado em bem apresentado volume pela *Livraria Editora Duas Cidades*.

Sabia-se que o espírito indagador de Mário de Andrade, que não cultivava o “espontaneísmo” nem a criatividade das mesas de bar, muito havia coletado para a sua sonhada gramatiquinha. Todo esse material acumulado foi recolhido ao Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. Aí é que foi estudá-lo Edith Pimentel Pinto, com a argúcia, inteligência e pertinácia que Deus lhe deu.

Inicialmente, ordenou geneticamente a pesquisa empreendida por Mário de Andrade.

“Historicamente, pois, a gênese da *Gramatiquinha* remonta a 1922; sua idealização, em termos ainda imprecisos, ao período que vai dessa data a 1925, 1926, quando já se desenvolviam atividades de preparação pessoal, de coleta de dados e relação de textos; e sua concepção final, ao triênio 1927-1929, quando foi trabalhada em moldes aproximadamente gramaticais” (p. 33).

A essas duas fases pediria licença para acrescentar uma terceira, como já fiz em artigo publicado no n.º 2 do ano II da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, a da *desistência* do projeto, iniciada em 1930 e terminada em 1935 em carta a Sousa da Silveira, onde dá conta da sua renúncia a tal propósito, tendo chegado mesmo a declarar: “Este livro do qual nunca escrevi nenhuma página, eu nunca, jamais tive intenção de escrever”.

Por que tão peremptória negação, quando a documentação existente dá testemunho do seu empenho e da sua vontade inicial de levar a termo a pesquisa? A própria autora, na fase da recolha e sistematização do material verificou o seguinte:

“O material consignado para a organização da obra, que ele não destruiu ao desistir do intento, como normalmente fazia com seus originais, compõe-se de autógrafos e textos devidos a terceiros” (p. 23).

E mais: “Esse material foi sumariamente organizado pelo próprio Mário de Andrade” (ib.).

É que, à proporção que se ia embrenhando no assunto, ia Mário de Andrade tomando real conhecimento da sua amplitude e complexidade. Em carta a Manuel Bandeira de 1925, transcrita em parte pela autora (p. 37-38, nº 20), lê-se:

“Você compreende, Manuel, a tentativa em que me lancei é uma coisa imensa, nunca foi pra um homem só. E você sabe muito bem que não sou indivíduo de gabinete. Não posso ir fazendo no silêncio e no trabalho oculto toda uma gramática brasileira pra depois de repente, pá, atirar com isso na cabeça do pessoal”.

Na cronologia da gestação da obra preparada pela professora Edith, uma obra assume relevância particular: a *Gramática Secundária*, de Said Ali. De início, o entusiasmo deve ter-se apossado da mente de Mário de Andrade e as idéias lhe borbulhariam no espírito inquieto e indagador. Com o tempo, esfriando um pouco os ardores juvenis, deve ter intensificado a busca das fontes de informação, pois nele se aliavam o poeta e o estudioso. Foi então que deu com a gramática de Said Ali. Chamar a atenção para esse ponto é uma contribuição fundamental trazida pela professora à exata compreensão da história da *Gramatiquinha*. Eis palavras suas:

“A partir, porém, da adesão a um modelo – a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (G.S.) de Said Ali – a obra adquire contorno, surgindo então um *Índice*, dividido em partes e subdividido em capítulos até já enumerados” (p. 67).

O trabalho nessa altura se organiza, toma forma, encontra um modelo, e esse modelo parte de um autor esclarecido e suficientemente a par dos progressos da ciência da linguagem. Outro contato que também deve ter contribuído para interceptar os rumos da *Gramatiquinha* foi o travado com o professor Sousa da Silveira, sábio opositor das açodadas idéias de um abasileiramento irrefletido da língua portuguesa. Em 1925 solicitou Mário a Sousa da Silveira, por intermédio de Manuel Bandeira, uma lista de livros que pudessem dar base científica a seus estudos. Essa lista só lhe chegou às mãos em 1927, com um bilhetinho do poeta pernambucano, do qual extraímos estas linhas: “Estudando aqueles cinco batutas (Vendryes, Dauzart, Boureiez, Leite de Vasconcelos, Brunot) que encabeçam a lista, você fica o bicho!” (p. 77-78). Pensamos, ao contrário, que esses cinco batutas de muito pouca valia seriam para o projeto marioandradino; os dois seguintes (Amadeu Amaral e Nascente), esses, sim, é que diriam mais com os propósitos do solicitante. Mas, passemos.

Reunido, analisado, organizado o material, passou então Edith Pimentel Pinto à meritória e realmente ingente tarefa de fazer emergir do limbo a *Gramatiquinha*. E daí surgiu o magistral livro que agora temos em mãos.

A estrutura do trabalho é a seguinte: Informação, O Pretexto, Texto Interpretativo (Fonologia, Lexiologia, Sintaxe, Estilística). Convergências, Obras Consultadas. Devo dizer que, na verdade, consta o livro de duas partes: a primeira é a que ficou acima indicada, de acordo com o Sumário; a segunda vem a ser a *Gramatiquinha*, a que deu forma e vida a estudiosa.

Em 1916, vinha a lume, em Paris, um livro que iria abrir novos e promissores caminhos aos estudos de ciência da linguagem: o *Cours de Linguistique Générale*. O seu famoso autor, Ferdinand de Saussure, nunca o escreveu. Esse trabalho de reconstrução e síntese coube a dois jovens lingüistas, Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger, os quais, valendo-se de notas de aula de alguns dos mais distintos alunos do mestre ginebrino, puderam finalmente recompor um livro que inauguraria nova face nos estudos lingüísticos do Ocidente.

Entre nós, *si parva licet*, temos também finalmente em mãos, ainda que incompleta, a *Gramatiquinha da Fala Brasileira*, sempre tão aguardada mas nunca publicada, do incansável Mário de Andrade. O milagre nos veio da competência e amor ao estudo da professora titular da Universidade de São Paulo, Dr.^a Edith Pimentel Pinto. Fica assim a Filologia brasileira enriquecida de um livro maior, que estará presente em todas as estantes dos que se empenham em conhecer os pontos cruciais da ininterrupta caminhada da língua portuguesa no Brasil.

O Estado de São Paulo
9/3/91

*

Um mestre de luso-brasilidade

As relações culturais Portugal-Brasil, graças a Deus, nunca esmoreceram por falta de combatentes. E que ilustres lutadores! A galeria dos exemplos, não poderia deixar de encabeçá-la o nome do magistral Afrânio Peixoto (cuja contribuição à cultura brasileira em geral e luso-brasileira em particular ainda não foi devidamente avaliada), a quem se deve a criação, na Universidade de Lisboa, da cadeira de Estudos Camonianos. Em sua homenagem, funciona no Rio de Janeiro, no Liceu Literário Português, o Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto. Na presidência do Instituto sucedeu-lhe o dr. Pedro Calmon, estrênuo lutador da constante aproximação cultural entre os dois países, nome que, desventuradamente, está sendo injustamente esquecido. O grande renovador dos estudos sociológicos no Brasil, Gilberto Freyre, em suas acuradas e originais pesquisas, sempre ressaltou, com entusiasmo, a imensa dívida cultural que o jovem Brasil tem para com o velho Portugal. Nem olvidemos a figura

maior do linguísta e filólogo Serafim da Silva Neto, professor convidado na Universidade de Lisboa, que lhe conferiu o título de *Doutor Honoris Causa*, autor da mais completa e substancial *História da Língua Portuguesa* até agora editada.

É nessa tradição cultural que se vem inserir o nome do prestigiado mestre universitário, Leodegário A. de Azevedo Filho, à beira de completar a idade cronológica que no Brasil confere a quem a atinge o *status* de *maturidade plena*. É tempo, portanto, de se lançar um olhar retrospectivo sobre o seu labor e o seu contributo à cultura lusíada.

Nessa visada, uma linha se destaca nítida: a da sua invencível predileção pelos estudos da língua e da literatura portuguesas. Começou com um trabalho sobre *Alguns problemas do idioma*, em que já procurava defender o idioma dos assaltos inseqüentes dos que pretendiam “popularizá-lo” em nome de uma pseudodemocratização. Logo a seguir veio a *Didática especial da língua portuguesa*, onde já se revela o professor preocupado com as questões respeitantes à metodologia da sua docência. Foram tais solicitações que o levaram a um estágio no Centro Internacional de Estudos Pedagógicos, em Sèvres, na França.

Aliás é interessante observar que Leodegário percorreu como professor todos os graus de escolaridade. Foi inicialmente professor de ensino supletivo, ou seja, de educação de adultos, primeiro grau, lugar que obteve por concurso. Fez-se, também mediante concurso, catedrático de curso normal, disciplina Português/Literatura, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, o mais categorizado estabelecimento de formação de professores do primeiro grau; ingressava assim no segundo grau.

Vocação de professor

Mas a sua real vocação era o espaço universitário, a que se alçou após brilhante concurso prestado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Estado de Guanabara, hoje do Estado do Rio de Janeiro (onde se aposentou recentemente). Foi, durante largo tempo, professor nos cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, disciplina Literatura Portuguesa. Atualmente, como titular, tem a seu cargo a cadeira de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Da sua proficiência e amor à causa do ensino fica de testemunho o honroso título de “professor emérito” que lhe foi concedido, em sessão solene, pela congregação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

É mestre Leodegário bacharel em Direito e bacharel em Letras Neolatinas. Os seus pendores intelectuais o trouxeram, porém, para este último campo, que tão bem vem arando.

Do seu privilegiado currículo só se podem fazer sínteses irremediavelmente mutiladas. Lembremos que foi vice-presidente do IBEC, instituição ligada à Unesco. Dirigiu o Instituto Estadual do Livro, que, durante a sua gestão, editou mais de quinze volumes. Pertenceu ao Conselho Estadual de Cultura (atualmente desativado) e chefiou, no Prodelivro, organismo do Ministério da Educação e Cultura, o Núcleo de Desenvolvimento e Proteção do Livro. É presentemente presidente da Academia Brasileira de Filologia e da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.

Convém sublinhar que, na direção da SBLL, já realizou, sem interrupção, vinte e quatro congressos, onde a língua e a literatura portuguesas têm ocupado lugar de honra, haja vista ter contato em suas sessões com o concurso de eminentes personalidades da vida cultural lusitana, especialmente convidadas. O seu nome também se projetou para fora do país: foi professor-visitante nas universidades de Colônia, Alemanha, e na de Coimbra, em seu querido Portugal. Detalhe a rever: tem um filho coimbrão.

Não queremos que estas linhas se transformem simplesmente nos sucessivos marcos de uma carreira dedicada devotadamente ao ensino, à pesquisa, a fecundas realizações culturais. Mais que tudo importa, como o título deste artigo evidencia, pôr em relevo o seu denodado e constante amor à cultura portuguesa. Falei em amor e talvez melhor fôra dizer *paixão*. Pois Leodegário dá-se inteiramente naquilo que faz, com incrível tenacidade, quase diria feroz obstinação. Por isso o homem e a obra quase se fundem.

No que diz respeito à cultura portuguesa, ele a vem estudando desde o período arcaico (*As cantigas de Pero Meogo*), renascentista (*A Lírica de Camões*), momentos renovadores (*História e emergência do novo*), o que lhe permitiu uma apreciação panorâmica de tão rica literatura (*Uma visão brasileira da literatura portuguesa*).

A edição da Lírica de Camões

Destaque especial, porém, há de merecer a edição da *Lírica de Camões*, projetada para sete volumes (vai excedê-los), que está a ser publicada pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda, de Lisboa. O primeiro volume (história, metodologia, corpus) é de 1985; o segundo, tomo I (sonetos) é de 1987; o terceiro, tomo II (sonetos) é de 1989.

A excepcional relevância deste trabalho está em que Leodegário resolveu aceitar o desafio do maior problema da crítica textual portuguesa, ou seja, a fixação (relativa) do texto lírico de Camões.

Como se sabe, toda a impressão da poesia lírica do poeta é, pode-se afirmar, póstuma; a 1ª edição é de 1595, morto já o poeta há quinze anos. Não

se conhecem manuscritos autógrafos, portanto como constituir o *corpus* lírico e como definir-lhe o texto confiável? Autenticidade e fidedignidade, eis as duas esfinges a pôr em xeque a acribia e paciência dos investigadores. Leodegário não ignorava os percalços da jornada. Procurou enfronhar-se no acervo da tradição impressa e recolher manuscritos quinhentistas onde quer que os encontrasse. Está fazendo um trabalho sério, penoso, de qualquer forma gratificante. Não há, porém, edição crítica imune a reparos, pois os critérios não são unânimes: arquétipo reconstituído, *codex optimus*, sucessividade genética, movência, legitimidade das variações... Por conseguinte críticas sempre as haverá, e caberá ao autor ir absorvendo-as à sua metodologia operativa.

Estamos, no ocaso deste nosso século, vivendo um momento de alta perplexidade, como se fôssemos incapazes de prever para prover, para falar como Augusto Comte. Uma coisa, contudo, tenho por certa: a constituição de grandes blocos étnico-culturais: a Comunidade dos Estados Europeus, a Comunidade dos Estados Independentes (ex-URSS), a restauração do mundo islâmico, etc. Urge, pois, o fortalecimento dos laços ibéricos e, particularmente, o da lusofonia. Só assim poderemos não somente sobreviver, mas realmente compor-nos em próximo futuro (já em parte desenhado), em pé de igualdade, com os outros blocos que se estão formando. Por tal motivo são beneméritos (e assim serão confirmados pelas gerações futuras) todos os que puseram em ação suas energias para fortalecer os laços culturais (e, dentre esses, primacialmente a língua e a literatura) dos povos historicamente lusófonos. Como é o caso brasileiro. Situando-se nessa perspectiva, a obra do prof. Leodegário A. de Azevedo Filho adquire novo e intenso brilho. É o nosso aniversariante personagem ilustre deste mundo que o português criou. Daí a alegria dos amigos, por vê-lo chegar a mais uma etapa de sua frutuosa existência e o regozijo de quantos reconhecem o mérito de sua contribuição para maior glória da cultura luso-brasileira.

(J.L., 28/01/1992)

*

O português no mundo

Um dos mais prestigiosos lingüistas do nosso idioma, professor (jubilado) da Universidade do Rio de Janeiro, que recentemente o homenageou, defende alguns pontos de vista não coincidentes com os aqui expostos por Coimbra Martins.

Como leitor habitual do “JL”, vi na sua edição de 9 a 15 de fevereiro, um artigo, que me tocou, do eminente professor Coimbra Martins, sob o título “Perspectivas Lingüísticas”, e que me sugere alguns comentários.

O artigo tem como centro de interesse o relatório do deputado Klaus Hänsch, já aprovado pelo Parlamento Europeu, a respeito da concepção e estratégia da União Européia. Segundo Coimbra Martins, “um dos problemas mais melindrosos que esse relatório aborda é o das línguas”. Vou procurar acompanhar os pontos que me parecem básicos na exposição do prof. Coimbra Martins.

Ficamos então informados que há nove línguas oficiais na Comunidade, uma das quais é o português. O sistema tem funcionado satisfatoriamente, mas resta sempre o problema das línguas que ficaram “de fora”. Para contornar o obstáculo, propõe o relatório Hänsch uma divisão das línguas em dois grupos: línguas de locução e línguas de audição. Cada deputado falará na sua própria língua, mas a tradução só se fará para um número restrito de línguas, três ou quatro, que ficariam numa situação de privilégio. Assim cada deputado teria de dominar pelo menos duas línguas: obviamente a sua, materna, e uma outra dentro do leque das privilegiadas. Contudo, na prática, não haverá *omnilingüismo* e sim *bilingüismo*, pois a segunda língua, sinal dos tempos, será de modo geral o inglês.

Salienta Coimbra Martins: “os deputados britânicos não falam senão o inglês. E todos os outros lhes falam em inglês”.

Mais adiante dirá: “O inglês tornou-se língua franca, e no processo deteriorante que estão atravessando as línguas, em virtude da aceleração da comunicação, é o inglês que sofre menos; todas as outras acusam o choque do inglês e se deixam penetrar pelos seus termos, fórmulas, neologismos e idiotismos”. Portanto conclui muito bem o prof. Coimbra Martins: “No fundo, e talvez sem plena consciência disso, Klaus Hänsch admite o seguinte: todos falarão a sua língua, mas a de comunicação será o inglês”.

Passando a uma outra perspectiva, de cunho mais geral, focaliza Coimbra Martins uma situação que chama paradoxal: de um lado o alargamento do raio de expansão das línguas “dominantes”, de outro a emergência do fogo subterrâneo de línguas de cultura mais fechada que reclamam um lugar ao sol. A observação parece-me de total pertinência, mas tiro daí conclusões que não se ajustam adequadamente às do ilustre professor. Detém-se então, nesse entrecho na língua portuguesa, o que é mais fácil de compreender. Para enfrentar a já patente hegemonia do anglo-americano, propugna uma terapia pedagógica, qual a do “próprio cuidado eficaz da língua materna”. Refere que “hoje, haverá muito mais portugueses com um conhecimento médio ou medíocre da língua portuguesa”. Constato que tal fato lamentável também se dá no Brasil, onde, em nome de uma cultura popular (já não se trata propriamente de “abrasileiramento”), se quer derrubar a norma culta. No entanto, quando esses mesmos pontífices vão aprender o inglês, por exemplo, fazem questão de aprender a norma culta do inglês e não a popular.

Parece-me que Coimbra Martins tem uma concepção muito rígida da forma e conteúdo das culturas. Diz por exemplo: “O bilinguismo, ou melhor, a aproximação do bilinguismo e do trilinguismo deveria induzir a uma explicação do contraste entre as línguas em convívio e *da irredutibilidade de cada uma delas* (o grifo é meu). Em suma, conviria uma pedagogia que tornasse a coexistência das línguas em fator de recíproca inviolabilidade, e não de interferência”. E, para o final, temos esta confirmação: “De forma que antes veríamos o empenho na língua materna como definição rigorosa de um padrão exclusivamente português (*sic*), tratado e polido enquanto tal, sem o pensamento posto em acordos que a segurassem noutros continentes”.

Existe nessas linhas uma espécie de “isolacionismo linguístico”, ao qual evidentemente não podemos aderir. E recoloca-se a velha questão do Portugal atlântico ou europeu, da oceanidade e da continentalidade. A resposta fácil seria a da conciliação: Portugal europeu e atlântico. Resposta fácil e correta.

Portugal está plantado no solo europeu, onde cresceu e vicejou; muitos dos seus historiadores já se debruçaram sobre os documentos para lhes desvendarem as origens pré-romanas, romanas, árabicas e até judaicas. Mas a força jovem do seu tronco robusteceu-se tanto, que veio a ramificar e frutificar em terras do além-Atlântico.

Portugal mediterrâneo e europeu, animado pelo espírito das cruzadas, encontrou o seu termo de progressão *versus* o Oriente na tragédia de Alcácer-Quibir. Mas à sua vocação de semeador de mundos estava aberta a imensidão dos mares atlânticos, ao mares nunca de antes navegados do sublime cantor da epopéia marítima portuguesa. Ou, para falar com outro predestinado: A Europa.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.
O rosto com que fita é Portugal.

Não só, porém, os poetas, os visionários, vêem e antevêem as glórias atlânticas dos portugueses. Os homens de ciência, mergulhados na reflexão contínua e objetiva dos dados recolhidos, afinam no mesmo diapasão. O saudoso, sábio e prudente Orlando Ribeiro agasalhou e difundiu esta máxima geopolítica de Pequito Rebelo: “Portugal é *mediterrâneo* por natureza, *atlântico* por posição”. E o injustamente um tanto esquecido Mendes Corrêa deixou-nos isto em sua *Raízes de Portugal*: “Mas a posição atlântica de Portugal, a sua posição sul-ocidental em relação à Europa, o seu caráter de oceanidade, em face da continentalidade estepária das Castelas, valem mais do que tudo isso como elementos de diferenciação política e de desenvolvimento próprio”.

Quer-nos parecer, portanto, que a nova defesa da língua portuguesa, em face do avassalador hegemonismo anglo-americano, não se situa na linha do isolacionismo, do exclusivismo, no recolhimento ao útero da língua materna. Muito pelo contrário.

Joseph Vendryes, um dos mais lúcidos representantes da escola francesa de Lingüística, em seu clássico *Le Langage*, refere-se a uma oposição que fazem os italianos entre a *lingua del pane* e a *lingua del cuore*.

A *lingua del cuore* é a da oralidade, do falar quotidiano, da pequena comunidade, da aldeia, da conversa ao pé do fogo, das canções populares, daquilo que o sociólogo norte-americano, durante algum tempo sediado no Brasil, Donald Pierson, chamou “cultura de *folk*”, opondo-a à cultura de mais amplo horizonte ecumênico, dita *urbana*. Serafim da Silva Neto, que, na sua *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* trouxe à baila o depoimento de Pierson, dele transcreve as seguintes linhas: “Enquanto os hábitos e as tradições dirigem a vida do *folk*, o controle dos costumes está rompido na cidade grande, havendo aí oportunidade para uma ampla margem de relações e para mudança de *status*”. Esta língua de *folk* é a língua da cultura.

A impropriamente dita *lingua del pane*, talvez melhor a *do trabalho*, é a das grandes realizações culturais de um povo, geralmente consubstanciadas na forma escrita e usada nos estudos universitários, nos parlamentos, nos editoriais da grande imprensa, nos púlpitos, nas variadas manifestações do saber adquirido e não simplesmente transmitido. É a língua de cultura.

É nesse plano que poderemos e deveremos competir com as grandes *línguas de cultura* do nosso tempo, particularmente o inglês, o russo, o árabe, o espanhol, o chinês (pelo número de falantes), a que acompanham, evidente-

mente, o francês, o alemão, o italiano, o japonês. Portugal e Brasil, a que agora se juntam as chamadas jovens nações africanas, possuem em comum rico, inestimável e poderoso patrimônio cultural. Têm como se apresentar condignamente à face do mundo. Economicamente ainda não somos uma potência, mas, sem dúvida, um potencial. As riquezas do Brasil (infelizmente ainda *no* Brasil e não verdadeiramente *do* Brasil) despertam a cobiça dos que sabem fazer dinheiro e, unidas à do solo africano, poderão dar ao mundo da lusofonia a base econômica dia-a-dia mais necessária. O progresso tecnológico, que torna cada vez mais fina a malha dos *mass media*, nos obriga a reivindicações e posições firmes, que não deixem soçobrar a nossa casta linguagem ante uma língua veicular que não tem raízes em nossos corações. E que a reduza a lamentos de viola ou bailaricos de sanfona em noites festivas de luar. O português é isso sim, mas também é muito mais.

Penso que, neste ponto, cabe incluir o *Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, criado no Brasil em São Luís do Maranhão, com a presença do então presidente José Sarney, e do seu ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, inspirador do projeto e, para felicidade nossa, atual embaixador em terras de Portugal, contando ainda a cerimônia com a honrosa presença do Presidente Mário Soares. Creio que, no âmbito internacional, muito poderá fazer o Instituto (que, diga-se de passagem, parece-me deveria ter sede em Lisboa, símbolo da fraternidade lusíada) pela necessária afirmação da língua portuguesa nos fóruns internacionais, graças à criação de instrumentos hábeis ao seu fortalecimento como língua de cultura, em nível de igualdade com as das suas co-irmãs.

(JL, 02/03/1993)

*

As línguas de cultura no limiar do terceiro milênio

Língua, linguagem e cultura(s) num denso e magnífico texto de um prestigioso professor e eminente linguísta brasileiro

1 – A palavra *cultura* sofre de penosa polissemia. No sentido originário, prende-se ao radical do verbo latino *colo*, com o sentido duplo de “trabalhar o solo” e de “morar, habitar”, sentidos que se encontram respectivamente nos vocábulos latinos *agrícola* e *íncola*. Desse significado inicial, passou, metaforicamente, ao significado de “cultivar o espírito”, de fazer germinar em

nossa mente os frutos do saber e do agir, ciência e consciência. Em tal sentido, opõe-se a *natura*, aquilo que o homem encontra já feito pelo Criador, inclusive a si próprio. Na natureza nada se cria, exatamente porque ela é a própria criação. Mas o homem foi dotado da capacidade de *pro-criar*, ou seja, de “criar para diante”, prolongando os modelos *pré-criados*. Mas procria não só biologicamente, capacidade que compartilha com os animais, animal que também é, mas ainda psicicamente, o que lhe é próprio, por ser uma criatura “racional e livre”.

Criando Deus o homem à sua imagem e semelhança, tirou-o do barro da terra (aonde retornará pela morte), mas lhe deu vida, soprando-lhe sobre o rosto (*Gênesis*, 2-7). Este hálito divino é o *spiritus*, palavra latina que significa “sopro”, tradução do grego bíblico *pneuma*. Fez-se assim decisivo corte na obra da criação, que ficou dividida em duas partes: o mundo do barro e o mundo do espírito, o mundo da necessidade e o mundo da liberdade. O mundo da necessidade é o mundo *já feito*, daquilo que o homem só domina quando lhe obedece às leis; o mundo da liberdade é o do *por fazer*, o momento da criação relativa (a criação absoluta só a Deus pertence), limitado às potencialidades do seu espírito, o mundo da *cultura*, enfim.

2 – Nos contatos com a realidade do seu meio (o solo, o clima, a posição geográfica, os “próximos”), o homem cria o seu modo de viver, *adaptando-se* às condições materiais de sua região. Assim, um rio, um curso d’água natural, pode “converter-se” em via de comunicação (fato cultural) pelo aproveitamento inteligente do homem. Mas a vida, no ser humano, não se limita aos momentos de sua permanência no Planeta. Mais propriamente, não se reduz ao *hic et nunc*, ao aqui e agora, ou seja, aos segmentos de tempo que lhe é dado usufruir. Ao contrário, o ser humano, porque racional e livre, é um *pro-jecto*, uma continuidade de atos tendo em vista um fim, um *destino*. Não é a existência que o faz ser, tese existencialista; o ser humano é produto da criação, a existência faz a *história* do ser. O homem é, portanto, um ser histórico, e histórico porque teleológico. A história é o ser vivendo, mas vivendo tendo em vista a auto-realização. Tudo que faz passa a ser um elemento integrante do seu eu e lhe vai constituindo a *personalidade*, sob a forma de *memória*. Perder a memória é perder-se a si mesmo; continua a *pessoa*, mas esvaiu-se a *personalidade*. Ao agir, ao construir sua personalidade, segue o homem determinada direção e, ao assumir essa direção, está-se situando num tempo que não é, mas que há de ser, tempo *futuro*. Esse tempo é uma *expectativa de existência*, uma espera e também uma *esperança*. Pois viver é esperar, quando já não há esperança, acaba a vida. Neste ponto, confundem-se o porque e o *para que*, convergindo para o *como*. O homem tem de procurar um rumo, um sentido para o seu projeto de vida; por isso é que o *porque* e o *para que* se unem para dar uma *interpretação* ao seu projeto de vida. Adaptação e interpretação são os dois pólos da cultura.

3 – A cultura pode ser individual ou coletiva. Coletivamente, a cultura cria padrões de comportamento e são seguidos consecutivamente pelos seus integrantes. A interpretação do universo de caráter coletivo é a chamada *cosmovisão*, a *Weltanschauung* dos alemães. O que a gera, pode-se dizer, até hoje é uma incógnita.

Já se tentou explicá-la por causas de ordem exterior: o clima, o solo, a posição geográfica. A beleza do céu da Grécia, a amenidade do clima, o rumor ondulante de suas águas teriam levado o povo à meditação e à filosofia; a atração do mar ao longo de um extenso litoral teria feito dos fenícios um povo de navegantes; o Egito é uma dádiva do Nilo e, para Renan, o deserto era monoteísta... A raça também não foi esquecida. Distinguindo entre brancos, negros e amarelos, Augusto Comte via a razão dominar nos primeiros, nos segundos o sentimento, nos últimos a vontade. O determinismo antropogeográfico de Ratzel, ou o biólogo de Gobineau. Tais explicações são falhas e por isso mesmo outras surgiram, de cunho acentuadamente filosófico. São aquelas que falam na “alma de uma cultura”, à maneira de Spengler, como que um centro epistemológico, que se irradiaria, sob a forma de rosa-dos-ventos, por todas as áreas da cultura. Ou ainda os “tipos históricos”, de Danilevsky, os “estilos” de Kroeber, os “modelos” de Toynbee.

Esse o aspecto histórico-social das culturas. Mas não são elas mónadas fechadas, incomunicáveis entre si, dotadas de energia própria, que se realizaria e esgotaria no decurso do tempo. O motor da História é sempre o Espírito Humano, que a cria, recria, transforma e desfolha. Atuando permanentemente sobre a cultura, constitui a sua componente *individual*, termo que, tradicionalmente, se opõe a *social*. Podemos dizer que a cultura *coletiva é transmitida*, ao passo que a *individual é adquirida*. A primeira define-se pelos *mores*, por tudo aquilo de que o homem é receptáculo e não produtor. São as chamadas “tradições populares”, que as gerações entregam sucessivamente umas às outras e onde muitas vêem as raízes da nacionalidade. A cultura adquirida resulta de um esforço pessoal, traduzido numa busca *aprendizagem*, que, quando sistematizada, converte-se em instituição social a que chamamos *escola*. A cultura adquirida é a consciência crítica da cultura transmitida.

4 – Posta a questão da linguagem sob essa luz, creio que alguma coisa começa a clarear. E a primeira distinção a fazer é a muito conhecida entre *linguagem e língua*. A linguagem, entendida como a capacidade de analisar o pensamento por meio de sinais, é algo exclusivo do ser humano, por ser ele animal *racional*. É uma faculdade do seu espírito, a famosa *faculté du langage*. Por isso, na decantada oposição de significado x significante, é o primeiro que assume o segundo; qualquer doutrina, tenha ela a apadrinhar o nome que tiver, que se apoiar fundamentalmente em tese contrária, cedo ou tarde, cairá vítima

da dialética da autodestruição. A faculdade da linguagem é, pois, um dom inscrito em nossa natureza; pertence, por conseguinte, à natura e não à cultura. Já as *línguas*, ao inverso, são obra nossa e prendem-se aos fatos da *cultura*.

Todavia, e isso é curioso, perdura na memória dos povos o mito da língua única, universal e primeira. Poderia ser a língua de Adão no paraíso ou talvez a de Noé depois do dilúvio. O capítulo 11, do *Gênesis*, fala da “confusão das línguas”, castigo imposto por Deus aos “homens vindos do Oriente” por sua pretensão de erigirem uma torre que alcançasse o céu. A torre veio abaixo e recebeu o nome de Babel, que quer dizer “confusão”. Por já não se entenderem entre si, não poderiam os homens voltar ao insano projeto da torre imensurável.

Umberto Eco chama a atenção para o que há de contraditório entre os capítulos 10 e 11 do *Gênesis*. No capítulo 10 se diz que os filhos de Noé se estabeleceram em diversos países, “onde cada um teve a sua linguagem”. E *in fine* está: “Destas famílias [isto é, de Sem, Cam e Jafete, filhos de Noé] procederam todas as nações da terra depois do dilúvio”. No entanto, o capítulo seguinte, o 11, se inicia com estas palavras: “Ora, na terra não havia senão uma linguagem e um mesmo modo de falar”. Talvez a inversão dos capítulos reolvesse o problema.

5 – Como se sabe, das três grandes famílias dos descendentes de Noé derivou a primeira classificação universal das línguas: *semíticas* (hebraico, árabe, aramaico, fenício), *camíticas* (egípcio, berbere, etíope), *jaféticas* (as línguas indo-européias, com os seus ramos e sub-ramos: sânscrito, persa, línguas eslavas, germânicas, latim e línguas neolatinas – dentre as quais o português, grego, céltico e línguas célticas). Trata-se portanto de classificação poligenética. Note-se, porém, que a Linguística Moderna, fundada no método histórico-comparativo, logrou conduzir várias línguas do mundo, aparentemente sem qualquer parentesco, como o persa, o armênio, o russo ou o português, a um mesmo arquétipo originário da língua primitiva, a *Ursprache* dos alemães. E houve até quem imaginasse reduzir todas as famílias assim constituídas a um só tronco comum, recuperando-se destarte cientificamente o mito da língua universal. É a teoria da monogénese, perfilhada, por exemplo, pelo italiano Trombetti. Contudo, por enquanto, é mais prudente ficar com a teoria da poligénese.

A teoria da poligénese parte da observação dos fatos. Verifica-se então que não só as línguas diferem entre si mas ainda que tendem a diversificar-se. Do latim, por exemplo, saíram várias outras línguas, como o português, o espanhol, o francês, o italiano, o romeno. Demais, o total de línguas do mundo não é suficientemente conhecido. O próprio critério para a sua contagem é vacilante. Por exemplo, incluir ou não dialetos? Quando se trata de línguas ágrafas e tribais, onde a fronteira entre língua e dialeto? Os cálculos têm o seu

quê de aleatório. David Crystal admite, com muitas reservas, de 4 a 5 mil línguas, nem todas ainda estudadas.

6 – Mas por que se diversificam as línguas? Ferdinand de Saussure punha no tempo a causa da diferenciação das línguas (CLG, 1931: 270-271) e não no espaço. O mestre suíço chega a dizer: “A diversidade geográfica deve ser traduzida em diversidade temporal”. E, nesse envolver contínuo, muito a seu pendor, aliás, discernia duas forças antiéticas, que denominou *esprit de clocher* (de campanário) e *esprit d’intercourse* (de intercâmbio). O primeiro é particularista, divisionista; o segundo, ao contrário, é comunicativo, generalizante. O *esprit de clocher* diversifica, o *esprit d’intercourse* unifica. Na época atual, graças aos poderosos meios de comunicação de massa, o *esprit d’intercourse* leva ampla vantagem sobre o *esprit de clocher*, dando margem à formação de línguas de cultura de milhões de falantes. Não há de estranhar, pois, que Jespersen desfaça a ilusão de línguas-mãe com maior número de falantes do que cada uma de suas filhas. “Somente o espanhol”, diz, “(na Espanha e na América) é falado por um número muito maior de pessoas do que o latim quando o Império Romano governava o mundo” (1946: 95).

Eugenio Coseriu distingue entre ciências das *coisas*, que permanecem sempre idênticas a si mesmas, e ciências dos *atos*, que mudam continuamente para preencher determinadas funções. As primeiras são *estáticas* e por isso permitem, como nas ciências naturais, que se possa estabelecer um nexos entre causa e efeito; são ciências *causalistas*. As ciências dos atos, entretanto, devem ser estudadas tendo em vista os fins que presidiram à mudança; são *finalistas*. A esse propósito, Coseriu é muito explícito: “a língua não pertence à *ordem causal* e sim à *ordem final*, aos fatos que se determinam por sua *função*” (1973: 29-30). Se as línguas deixam de funcionar, isto é, de modificar-se para atingir novos fins, então morrem. Ou, ainda, para exemplificar com Coseriu: “O latim de Cícero deixou de funcionar como língua histórica justamente por ter deixado de mudar, e, nesse sentido, é uma *língua morta*, mesmo que possa continuar funcionando indefinidamente como *código*” (ib. 30).

7 – Devemos, porém, distinguir entre a *diversidade* das línguas em decorrência de sua mutação no tempo – que poderíamos denominar “diversidade extrínseca” – e a “diversidade intrínseca”, ou seja, o sentido que pode tomar a força estruturante que lhe deu a forma interna. Essa forma interna, por sua vez, refletiria algo de mais amplo e profundo, que também se chama “cultura” em sentido etnológico, quando, por exemplo, se fala em cultura chinesa, árabe ou egípcia, cada uma com sua tábua de valores. Tais “culturas” podem apresentar-se sob a forma de círculos concêntricos, como por exemplo, numa grande divisão inicial, *cultura ocidental* e *cultura oriental*. Nesta caberiam culturas como a chinesa, a árabe e a hindu; naquela, sucessivamente, as culturas clássica, me-

dieval e moderna. Benjamim Lee Whorf admitiu para a cultura ocidental moderna uma espécie de mentalidade média comum, que designou por “Standard Average European”.

8 – A cultura clássica grega se caracterizou pela diversidade, sem quebra, porém, da sua fundamental base helénica. Politicamente organizavam-se os gregos em torno das cidades: Atenas, Esparta, Tebas, Corinto. Linguisticamente desdobravam-se os seus falares em dialetos (o termo é grego), que Meillet classifica em jónico-ático, árcado-cipriota, eólico e grupo ocidental (1948: 79). Mas essas diferenciações quando passavam para a língua escrita eram havidas como “estilos literários”. A poesia lírica tinha a sua fonte em Lesbos e no dialeto eólico; a lírica de tipo coral compunha-se no dialeto dórico; a grande prosa, a oratória, o teatro encontram-se no dialeto ático. Foi com base neste último que se constituiu no século IV a.C., ao tempo de Alexandre da Macedónia, em todo o império grego, fruto de suas conquistas, uma língua comum, ou seja, a *koiné*, palavra que significa exatamente “comum”. Foi a *koiné* a grande língua de cultura do Oriente. Essa superioridade cultural é uma das causas da adoção como “língua” de um falar de determinada região. Meillet, por exemplo, salienta: “Não foi a força política de Florença que fez com que o florentino fosse adotado como língua literária pela Itália. E sim o ser Florença, no século XIII, o mais belo centro da civilização, onde viviam os melhores artistas e os maiores escritores. A língua é fruto, antes do mais, do espírito” (ib. 249).

Em Roma, a língua é imperial e sem competidores: a língua de Roma, que se espraiava até onde vão as legiões. A sua arte, a sua filosofia, a sua literatura, conquanto de valor inegável, se pautam pelos modelos gregos. Mas foram os romanos os fundadores do Estado moderno e paralelamente lançaram as bases do Direito, que até hoje repercutem na letra dos nossos códigos. Literariamente brilharam na História e fizeram-se mestres num gênero de cunho social, a Sátira.

9 – O latim, porém, não soçobrou sob as ruínas do Império. Ao contrário, por ser portador de uma cultura superior, tal como o florentino ou o grego, não só sobreviveu como se prolongou por todo o período medieval: língua de cultura, língua da Igreja, tornou-se língua universal. Nesse caráter, chegou até os tempos modernos. “Não foi senão no século XVIII” – e mais uma vez citamos Meillet – “que o latim deixou de ser uma língua comum dos sábios e dos filósofos” (1918: 172). Mas continuou também em sua expressão oral como a língua do povo, na Idade Média. E foi assim, sob a forma do chamado *romanice loqui* que chegou até os tempos modernos, língua viva, já esgalhada nos diversos, falares românticos. Desses falares surgiram as línguas nacionais dos países nascidos pela unificação regional dos feudos medievais: português, espanhol, francês, italiano. Para a difusão e implantação desses idiomas muito concorreu

a invenção da imprensa (a famosa Bíblia de Gutenberg, é de 1455) de tal importância, que fez o mundo moderno passar à História como a civilização do livro. Mas o crepúsculo do nosso milênio já se confunde com os primeiros clarões da nova era que se avizinha: o grande avanço tecnológico a que assistimos irá desabrochar certamente no século XXI. O poder político, o econômico e o técnico-científico se associam a nossos olhos num tal conglomerado de forças, que o desequilíbrio da montagem histórica novecentista já se torna visível. Os Estados nacionais, gestados na Idade Média feudal, emergidos no Renascimento, constituídos ao longo de séculos, já se sentem ameaçados. Formam-se blocos, macrobolsões de resistência e a afirmação nacional e/ou cultural: a União Européia, o Mercosul, o bloco islâmico, o eslavo-ortodoxo. É neste ponto que se vem colocar com toda força o projeto de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

10 – Brasil e Portugal, duas nações soberanas, apresentam-se historicamente em situação, pode dizer-se, inédita. A colonização cedo começou. Tivemos desde 1549 um Governo geral, para cá vieram homens de prol e missões religiosas, evangelizadores e formadoras da consciência moral da sociedade em crescimento. Juntos expulsamos invasores franceses e holandeses, juntos fizemos recuar o meridiano de Tordesilhas, juntos fizemos florescer as letras e as artes. Já no século XVII, o Brasil era Vice-Reinado e, em 1808, com a vinda para o Brasil da família real, tornou-se sede do Reino Unido de Portugal e Algarve. A Independência se fez pela voz de um príncipe português, D. Pedro I, do Brasil, D. Pedro IV, de Portugal, e a dinastia dos Braganças prolongou-se em nossas plagas. Não tivemos guerra de independência. Ficamos herdeiros não, porém, sucessores da cultura lusíada, latino-cristã por natureza. A língua, em particular, sempre encontrou entre nós parceiros de alta linhagem. No período colonial, os próceres da Escola Mineira já podiam ombrear com os de Lisboa: em 1789, o cidadão fluminense Antônio de Morais Silva publicava o seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, obra definitivamente incorporada à lexicografia portuguesa; Antônio Vieira, a mais vigorosa figura de prosador de sua época (o século XVII), embora nascido em Lisboa, foi no Brasil, aonde chegou aos seis anos de idade, que se fez sacerdote e adquiriu o cabedal de conhecimentos que lhe imortalizaram a memória.

Quanto aos novos países africanos de expressão portuguesa, frutos de recente descolonização, ainda ensaiam seus passos nos rumos da História. Nenhuma dúvida, porém, de que a *diritta via* não poderá ser outra senão a da incorporação em seus padrões de vida dos valores da cultura latino-cristã trazida no bojo das caravelas lusitanas.

Demais, pelo caráter de abertura espiritual, tão expressivo do homem português, não haverá nenhum tipo de imposição na incorporação desses valores,

pois todas as tradições de qualquer desses povos pautadas pela moral e pela justiça serão sempre respeitadas e bem acolhidas. Não existem, portanto, obstáculos para a constituição de uma comunidade de povos que compartilham o mesmo patrimônio lingüístico. Exigência tanto maior, quanto, no próximo milênio, só irão sobreviver as línguas que souberem afirmar-se no cenário mundial pela união em torno de sua expressão cultural e potencialidade material.

Notavelmente, era esta, há pouco mais de trinta anos, a lição de um sábio brasileiro, então ainda muito jovem, o saudoso professor Serafim da Silva Neto. Ao final de seu importante livro sobre o português do Brasil, a “*Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*”, deixou escritas estas certas palavras, onde há tanto que aprender:

“O domínio lingüístico português é, aliás, o reflexo de uma outra unidade superorgânica e até supranacional, de uma substância amalgamada pela história, a que é costume chamar Cultura Portuguesa. Cultura admiravelmente plástica, que soube adaptar-se sem perder-se, condescender sem trair-se. Cultura que soube estruturar interligando-os, territórios não contínuos, mas separados por distâncias incomensuráveis; que transplantou traços culturais da África para a América, sancionando-os e aprovando-os com a sua experiência comum. Assim criou, como dizíamos, uma unidade para além dos espaços, para além do tempo e até mesmo para além das soberanias, pois o Brasil e o Império são irmãos gêmeos.

A perenidade desta cultura comum será sempre uma obra de sábia e soberana política de Espírito” (p. 273). Nada melhor do que tal fecho para valorizar este artigo.

(J.L., 03/01/1996)

*

O enigma da *Arte de Furtar*

O Presente artigo não visa a trazer dados novos que possam contribuir para melhor dilucidar a questão da autoria de tão famoso livro. Pretende apenas apresentar clara e sucinta exposição do problema, acompanhada naturalmente de algumas reflexões críticas a respeito do que já se tem feito.

A 1.^a edição traz a data de 1652 (em algarismos arábicos) e as indicações de que o local da impressão é Amsterdam, na oficina Elvizeriana. O título da obra é *Arte de furtar* e é dada como composta pelo Pe. Antônio Vieira, “zeloso da Pátria. Ora, todas essas indicações são falsas.

O Pe. Antônio Vieira, como se sabe, faleceu na Bahia em 1697. Em 1652 Vieira é enviado para missionar no Maranhão, onde permaneceu durante nove anos. Publicada em 1652, a composição teria de ser anterior a essa data. No entanto, por essa época encontrava-se Vieira envolvido em complicadas e absorventes atividades político-diplomáticas nas cortes de Lisboa e não só não poderia desviar sua atenção dos problemas graves que tinha diante de si, mas ainda não iria intrometer-se em publicações satíricas, cheias de venenosas farpas contra autoridades civis e militares, e ainda mais cercado das costumeiras intrigas palacianas, o que só lhe poderia trazer percalços e dissabores. Demais, em 1652, data presumptiva da edição da obra até 1697, ano de sua morte, o silêncio é total a respeito do que seria uma inevitável repercussão da *Arte de Furtar*. Qual então a origem de tão controverso texto?

O editor da obra foi o genovês João Bautista Lerzo. Chegou-lhe às mãos, iremos saber como, precioso manuscrito de cuja folha de rosto extraímos os seguintes dados: quanto ao conteúdo, *Theatro de Verdades, Espelho de Enganos, Mostrador de horas mingoadas, Gasua geral dos Reynos de Portugal e Arte de furtar*; e, quanto à autoria, “Por um Portuguez Anônimo”. Diz ainda: “Composta em Lisboa no ano de MDCLII”. Desse manuscrito existe cópia parcial na Biblioteca de Évora. De posse do referido manuscrito e desejoso de publicá-lo, o genovês resolveu entregá-lo a seu amigo e consultor, o padre João Bautista de Castro, “apreciador de inéditos e escritor reputado”, nas palavras de Afonso Pena Júnior, a fim de ouvir-lhe o parecer sobre o texto, em particular sobre a possível identificação do misterioso anônimo. Do apógrafo eborense consta uma *Advertência*, onde se dá conta da origem do manuscrito: Lerzo, mercador de livros, tê-lo-ia adquirido “no espólio de um desembargador”. Daí passou às mãos do amigo, padre João Bautista de Castro, como já ficou dito, o qual o reteve durante quase um ano e meio. Estava então o Padre João Bautista a escrever um livro a que intitulara *Hora de Recreio*, destinado, como deixa ver o título, à distração dos possíveis leitores. Para sua elaboração, informa, aproveitou-se “de algumas historias do tal tratado”, o que demonstra o caráter chistoso da *Arte*, coisa que não condiz com o tom austero e doutrinário dos escritos de Antônio Vieira. Convém transcrever o que se segue na dita *Advertência*: “e se imprimiram no ano de 1742, na Oficina de Miguel Manescal, muito antes que saísse à luz a tal *Arte*; a qual se imprimiu surrepticiamente na Oficina que o mesmo Lerzo tinha em sua casa, dizendo que era obra do Pe. Antônio Vieira”. Está muito claro portanto: a) que a *Hora de Recreio* veio a aparecer em letra de forma em 1742; b) que a *Arte de furtar* só veio a lume algum tempo depois (digamos, nunca antes de 1743); c) que foi impressa em Lisboa e não em Amsterdam; d) que a autoria do Pe. Antônio Vieira é invenção fraudulenta do genovês. Por conseguinte a data de 1652 é a da *composição* da obra e não de sua *publicação*. Note-se também que Lerzo inverteu a ordem dos

vários nomes afivelados à obra, pondo em primeiro lugar *Arte de furta*, que, na *Advertência*, vem em último.

O que teria levado o esperto genovês a tais contrafações? Sem dúvida o êxito comercial do empreendimento. Já a seleção do título revelava esse estado de espírito. A esse propósito comenta Afonso Pena Júnior: “Seu instinto divinatório de mercador genovês farejou nessa mudança uma condição de sucesso” (I, 15). E Antônio José Saraiva / Óscar Lopes, na *História da Literatura Portuguesa*: “Pelo assunto, pela falsa atribuição de autoria e oficina de impressão, verifica-se que tais edições obedeceram a um propósito de especulação livreira” (p. 519). Ou, para usar de um jargão anglófono, tão em moda, questão puramente de *marketing*.

Os mestres supracitados falaram em “edições”. É que, correspondendo à acolhida esperada pelo genovês, o ano de 1744 viu mais três edições da *Arte de furta* (ou novas impressões, com algumas emendas), todas com a data de 1744, local de impressão Amsterdam e a indicação de ter saído do prelo da Oficina de Martinho Schagen.

Mais recentemente, o Prof. Roger Bismut, em sua edição crítica da *Arte de furta* (1991), assim se expressa:

Fica então tudo bem claro: o transcritor do ms. original não pensara que o autor fosse o Pe. Antônio Vieira; tampouco tinha o intuito de sugerir tal paternidade. Foi o editor, este, que tomou sobre seus ombros, a responsabilidade de identificar o Autor com célebre Padre, possivelmente por motivos interesseiros, já que nome tão prestigioso era para facilitar a difusão da obra. (p. 14)

E o conseguiu, como visto.

A primeira impugnação séria da autoria vieiriana partiu do Pe. Francisco José Freire (Cândido Lusitano) logo em 1744, em sua *Dissertação Apologética em que se mostra que não é autor do livro intitulado “Arte de furta” o insigne Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus*. A contestação a Francisco José Freire só veio três anos depois, com uma *Dissertação apologética e dialogística*, escrita por “um anônimo”, que Inocêncio identificou como sendo Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra. Posteriormente, Francisco José Freire iria indicar um autor para a obra: João Pinto Ribeiro, um dos heróis da Restauração. Começaram então a pulular indigitados autores da *Arte*, que aqui vão em ordem cronológica: Tomé Pinheiro da Veiga, Duarte Ribeiro de Macedo, Antônio da Silva e Sousa, Pe. Manuel da Costa, D. Francisco Manuel de Melo, Antônio de Sousa de Macedo.

A autoria Tomé Pinheiro da Veiga é criação do nosso já conhecido Pe. João Bautista de Castro. Com efeito, na *Advertência* que apôs na cópia do

manuscrito original do punho de seu próprio irmão, Anacleto Ventura de Castro, escreveu isto:

Depois que saiu a público, [a *Arte*] fez um grande estrondo, e se começou logo a duvidar do Autor. O que eu posso assegurar é: que conferindo o original desta *Arte* com outro manuscrito de Tomé Pinheiro da Veiga, era a letra e o estilo semelhante; donde é crível que fosse ele o Autor da *Arte* de furta.

Argumento simplório, sem dúvida, que Afonso Pena Júnior fulminou em rápida penada: “despachos e pareceres são cheios de larachas, embora de estilo confuso”(loc. cit.: 18). Deve ser o mesmo estilo da *Fastigímia*, obra manuscrita do referido desembargador Pinheiro da Veiga. Demais, como está no tomo 2.º do Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense, em 1652 “tinha Tomé Pinheiro já os seus oitenta e um anos e esta idade era já menos própria para a sátira fina e espirituosa da *Arte de furta*, idade bem diferente da de 34 anos, que tinha quando escreveu a *Fastigímia*” (apud A. P. Júnior, loc. cit.: 31).

Duarte Ribeiro de Macedo foi juiz de 1.ª instância no interior de Portugal e teve seu nome sugerido para a autoria da *Arte* pelo Padre Inácio José de Macedo, no seu *Velho Liberal do Douro*, com as seguintes palavras: “A mesma *Arte* de furta não me parece do seu [de Vieira] punho, mas de um Duarte Ribeiro, seu contemporâneo, que o arremeda muito sofrivelmente” (in Pena Júnior, loc. cit.: 38). O juízo a respeito de A. P. Júnior é o seguinte: “Mas a autoria é, sobretudo, incompatível com a íntima e confiante amizade entre ele e Vieira, e com o fato de só muito depois de escrita a *Arte* ter vindo para Lisboa” (ibid).

Antônio da Silva e Sousa foi lembrado por Ataíde e Melo, em seu estudo bibliográfico sobre a *Arte de furta* publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. IX, onde julgou ter dado solução definitiva a um antigo, importante e debatido problema das letras pátrias. Cinco confrontos de textos de Silva e Sousa e Antônio Vieira, feitos com intuítos estilísticos, Afonso Pena Júnior os descarta nos seguintes termos:

Quanto aos cinco confrontos de textos da *Arte* com textos de Sousa e Silva¹, aos quais o crítico atribui um enorme valor probante, nada tenho a acrescentar às observações de Alfredo Pimenta (*Novos Estudos Filosóficos*, p. 393), o qual demonstra nada valerem, quantitativamente e qualitativamente. (loc. cit.: 40)

¹ *Lapso*, por Silva e Souza

A autoria Francisco Manuel de Melo foi trazida pelo Prof. Joaquim Ferreira, do Porto, contemporâneo de Afonso Pena Júnior. Tem-se alegado, com razão, que o temperamento de D. Francisco Manuel de Melo, tão claramente refletido em suas obras, não se ajusta ao tom polêmico, sarcástico e por vezes até injurioso da *Arte de furta*. Pena Júnior transcreve, p. ex., trecho de um *Esboço Biográfico*, de Edgard Prestage, respeitante ao ilustre polígrafo do seiscentismo português. Aí se lê que D. Francisco Manuel de Melo “nunca foi cáustico, nem cruel. Ria e fazia rir aos outros, mas evitava cuidadosamente que transparecesse a identidades das pessoas que satirizava” (loc. cit.: 167). Na *História da Literatura Portuguesa*, A. J. Saraiva e O. Lopes assim o descrevem:

Com a sua educação jesuíta e cortês, a sua carreira e os seus dotes naturais, D. Francisco Manuel realizou o tipo humano do aristocrata de sangue e de espírito, agudo e pronto de engenho, um tanto aventureiro e superficial, conversador, galante, curioso mas temeroso de inovações fundamentais, tipo que as cortes latinas da época barroca designavam de *discreto* e a inglesa de *wit*. (p. 439-440).

Cumprido acrescentar que D. Francisco Manuel de Melo nunca manifestou qualquer ojeriza ao castelhano ou ao castelhanismo, pois várias de suas obras foram escritas na língua de Cervantes. Já o autor da *Arte* é inimigo implacável dos castelhanos, como também dos ingleses e holandeses (não esqueçamos que o autor da *Arte* é “muy zeloso da Patria”). Nela há todo um capítulo, o XVII, dedicado a mostrar “que as unhas de Castela são as mais farpantes por injustiças”. São estas as primeiras linhas do capítulo: “Do que temos dito fica assaz claro que Portugal nunca teve unhas para furta, e que Castela sempre usou delas”. E, mais adiante:

E eu tenho dado conta das injustiças e roubos que Castela executou em Portugal; e porque estou já rouco de repetir tantos, deixo muitos mais, e concluo com a minha conseqüência de que quem tal fez, que não faria? Quem teve unhas tão farpantes para destruir um Reino, que apelidava seu, piores as teria para o agarrar, ainda que lhe constasse que era alheio. (pág. 160, da ed. Bismut)

Decididamente estas linhas não as traçou a pena de D. Francisco Manuel de Melo. De pé, portanto, afastada a autoria contestada de Vieira, mantêm-se apenas as já cogitadas autorias do Pe. Manuel da Costa e a do escritor e diplomata Antônio de Sousa de Macedo.

A “candidatura” Pe. Manuel da Costa surgiu tardiamente e quase de surpresa. O Prof. Roger Bismut, que a acolhe, não hesita mesmo em declarar sem reboços ser o sacerdote o autor da *Arte*, na edição que do livro publicou em 1991 em Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. Vou transcrever desse

trabalho as linhas em que se dá conta do achado (pois de “achado” se trata). São as seguintes (p.17):

Quem pela primeira vez apresentou esse documento [v. abaixo, *in fine*] foi o Pe. Francisco Rodrigues, S. J., no *Congresso do Mundo Português*, em 1940. Encontrou-o numa coleção manuscrita, intitulada *Historia et Acta*: preenche o documento os folios 240-243 da coleção. Trata-se de informações que um padre da Companhia, residente em Portugal, mandava para Roma acerca dos mais relevantes padres da província de Alentejo. Apesar de não levar data, pode esse documento ser aproximadamente datado de 1660-1661, porque se refere ao Visitador Jerônimo Chiamonti, que naqueles anos residia nas duas *Províncias* de Portugal. Reza o documento:

“Compôs o Padre Manuel da Costa hũa Arte de Furtar, que deu a El-Rey; e foi cousa célebre neste Reino: discorrendo por todos os officios e tribunais; sem nada disso se dar satisfação: mandou o Padre Geral por muitas Cartas fosse tirado desta Corte o Padre Manuel da Costa: o Padre Bento de Siqueira (Provincial) o tirou, e por lhe despachar hu Parente com el Rey o faz Reitor do Algarve”. (Modernizei a ortografia e desfiz as abreviaturas).

Quem era esse Pe. Manuel da Costa, até então desconhecido? Falecido o Pe. Francisco Rodrigues, outro jesuíta retomou a tese, o Pe. J. Pereira Gomes, surgindo daí alguns dados a respeito do indigitado autor da *Arte*. Entrou na Companhia em 1616, terminou o curso em 1632, fez-se pregador, foi prefeito dos estudos em Évora e, mais tarde, Reitor do Colégio de Faro, como ficou dito. Tal descoberta, acentua Roger Bismut, “logo alvorçou todos os estudiosos que se interessavam pelo caso da autoria da obra”.

O Prof. Bismut traz-nos os resultados de suas pesquisas que corroborariam a sua tese pró-autoria Manuel da Costa. Assim, a propósito da alegada heterodoxia do autor da *Arte*, o que o incompatibilizaria com a autoria de um jesuíta, diz: “Submeto ao leitor o fruto de minhas pesquisas sobre o assunto: consegui fazer ressaltar analogias entre a doutrina patenteada num trecho da obra e as idéias que vigiam na Companhia na mesma época. Trata-se dos avisos, etc.” (p. 18).

Eis mais alguns argumentos:

Além disso, o parentesco estilístico, bem como o doutrinal com as máximas ensinadas por um padre jesuíta reforçam a impressão que o texto de *Arte de Furtar* foi obra de um deles. Esse fato fortalece portanto a hipótese de uma atribuição a Manuel da Costa, mesmo – ia eu escrever *sobretudo* – se tais máximas se nos deparam algo heterodoxas. (p. 22)

Como seria possível que um obscuro padre jesuíta, cuja nenhuma obra de relevo chegou até nós, tivesse redigido obra-prima tal como se nos depara *Arte de Furtar*? A tal objeção encontrou valiosa resposta o Pe. J. Pereira

Gomes; topou ele, com efeito, com uma *Relação*, escrita pelo Pe. Manuel da Costa, de uma missão em Torres Novas, que ele redigiu em 1647. Desdobrem-se naquele texto todas as qualidades literárias que se admiram em *Arte de Furtar*; notam-se os mesmos processos de composição, e de redação, onde se misturam os estilos narrativos e dialogais. Outras coincidências se nos deparam: lexicais, como a expressão “pôr em pés de verdade”, que tantas vezes aparece em *Arte de Furtar*; anedóticas, como por exemplo a referência ao que “disse lá um Rei da França”. Ora não só em *Arte de Furtar* (Cap. XXXIX) aparece a mesma anedota, contada em termos idênticos, com também lá se dá o nome do rei da França, Luís. Tudo isso constitui feixe impressionante de presunções de que o verdadeiro autor da obra não pode ser senão o Pe. Manuel da Costa (p. 24).

Tal descoberta, porém, não abalou a convicção de Afonso Pena Júnior de que o verdadeiro autor fosse Antônio de Sousa de Macedo, a começar pela desqualificação do estrondoso achado como um “papel sem assinatura e sem data” (loc. cit.: 40).

Afonso Pena Júnior partiu do estudo do erudito brasileiro Solidônio Leite, que concluiu pela autoria de Antônio de Sousa de Macedo. O alvitre veio primeiro num folheto, publicado em 1917, em edição de pouquíssimos exemplares, com o título *O Dr. Antônio de Sousa de Macedo e a “Arte de Furtar”*. Um pouco depois e ainda no mesmo ano de 1917, desenvolve a tese em livro impresso na tipografia do *Jornal do Commercio*, com o título *A auctoria da Arte de Furtar*. O trabalho teve a melhor acolhida nos meios competentes, convindo ressaltar a opinião do eminente catedrático da Universidade de Lisboa, Dr. Hernâni Cidade:

O melhor livro sobre o problema e o que mais inteligente solução lhe propõe é o do professor brasileiro Solidônio Leite. Inculca ele como autor o Dr. Antônio de Sousa de Macedo, a quem não faltavan nenhuma das qualidades para o escrever. (Em Pena Júnior, op. cit.: 41)

O Dr. Antônio de Sousa de Macedo (1606-1682), natural do Porto, foi uma das figuras mais representativas de sua época. Doutorou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, foi secretário de embaixada em Londres, encarregado de negócios em Haia e por fim secretário de Estado de Castelo Melhor. Muito zeloso da Pátria, desempenhou com brilho e desassombro as suas funções diplomáticas e retirou-se da cena política, em 1667, com a abdicação forçada de D. Afonso IV e a ascensão ao trono de D. Pedro II. Antônio de Sousa de Macedo publicou várias obras, algumas em castelhano, quase todas em português, das quais destacamos: *Flores de España, Excelências de Portugal*, 1631, em castelhano; *Ulyssipo*, poema heróico, sobre a lenda da fundação de Lisboa por Ulisses, 1640 (não confundir com a *Ulisseia* ou *Lisboa Edificada*, 1636, de seu contemporâneo Gabriel Pereira de Castro); *Lusitania Liberata ab injusto Castellorum dominio*, 1645; *Armonia política dos documentos divinos com as conveniências do Estado*, 1737; *Eva e Ave*, 1676,

peça de teatro, em que se representam os dois estados do mundo: caíndo em *Eva*, levantado em *Ave*.

Esse, em rápido bosquejo, o perfil cultural em que Afonso Pena Júnior, acompanhando a Solidônio Leite, encontrou a figura mais ajustada a identificar-se com o “anônimo” autor da controvertida *Arte de Furtar*.

Tinha realmente o Dr. Sousa de Macedo os requisitos que o capacitavam para ser o autor da *Arte de Furtar*. Jurista (não me parece imperativo que o autor tenha sido um sacerdote, particularmente um jesuíta, como pensa o Prof. Roger Bismut), com largo trânsito nos meios diplomáticos e palacianos, conhecedor, portanto, dos laços de intrigas, ambições e sede de dinheiro, tão comuns em tais recantos. Foi contemporâneo de D. João IV, a quem o livro é dedicado e cuja composição deve datar, como vimos, de 1652. Não foi Sousa de Macedo polemista sarcástico nem virulento. Nas causas que defendeu aparece sempre uma argumentação séria, sólida, vigorosa, não, porém, satírica. E, na realidade, a *Arte de Furtar* é antes um libelo que uma sátira.

Quanto à autoria do Pe. Manuel da Costa, já vimos que Pena Júnior a diz ser baseada num documento “sem assinatura e sem data”. E há mais. O descobridor do famoso documento foi o jesuíta Francisco Rodrigues, que, pesquisando nos arquivos da Companhia documentos destinados à elaboração de sua história, deparou-se-lhe um grosso volume, *Historia et Acta*, no qual encontrou o “documento de estrondo. E lá topou também com a informação que teria revelado o segredo de dois séculos: “Compôs o Pe. Manuel da Costa hua Arte de Furtar que deu a El Rey”. Estava, pois, descoberto o autor da *Arte*. Contudo não foi esse o parecer de Afonso Pena Júnior. Logo de início pondera que “O Padre Francisco Rodrigues, como Mestre exímio na matéria, e versadíssimo na crítica das fontes históricas, sabe melhor que ninguém que um documento como o que trouxe a lume, é, *em si*, de importância e valor muito relativos” (p. 88). E, na pág. 99:

Diante, pois, do *documento de estrondo*, nossa primeira pergunta foi, como devia: serás este religioso um informante criterioso e seguro, ou leviano e boateiro?

O silêncio guardado pelo Padre Francisco Rodrigues sobre o nome e a pessoa do informante, sobre o seu currículo na Companhia (não se sabe, sequer, se era Padre, por onde andou e estava) não nos fornece elementos decorrentes do conhecimento pessoal.

Por outro lado, o fato de não ter sido comunicado o texto de todo o documento encontrado, cujo tamanho (4 páginas) permitia a comunicação por inteiro; ou, pelo menos, o texto integral da informação sobre o Padre Manuel da Costa, nos priva de outro elemento com que se poderia suprir o conhecimento da pessoa.

E, agora, pág. 102:

Um indício fortíssimo de que a notícia do informante anônimo não passou de um boato, tão pouco consistente como o do motivo da nomeação do Reitor do Faro, está no fato de não ter ficado na Companhia qualquer tradição sobre esta autoria de livro tão famoso como a *Arte de Furtar*.

Cumpra agora acrescentar que Afonso Pena Júnior muito diligenciou por conseguir o documento de que o Pe. Francisco Rodrigues dera notícia ao Congresso do Mundo Português. Enviou, por cabograma (era o sistema mais rápido da época), ao Pe. Rodrigues um pedido no sentido de remeter na íntegra o texto do estrondoso documento. Cabograma nunca respondido. Cansado de esperar, recorreu Pena Júnior aos bons ofícios do Itamaraty e, afinal, veio a seguinte informação por intermédio de nossa embaixada em Portugal: “Os jesuítas se recusam a dar cópia por se tratar de documento sem valor científico ou histórico, com acusações anônimas de caráter particular e pessoal”.

Ante esses fatos, não restou a Afonso Pena Júnior senão a seguinte conclusão:

O achado do Padre Francisco Rodrigues, reduzido às suas verdadeiras proporções, é a opinião ou o palpite de um denunciante anônimo sobre a paternidade da *Arte de Furtar*. Não podemos qualificá-lo, portanto, como a *resolução desse antigo problema*. (p. 106)

De toda essa controvérsia, pelo menos uma conclusão se há de ter por certa: O Padre Antônio Vieira não é o autor da *Arte de Furtar*. Este seria até um desafeto do insigne pregador (Pena Júnior chegou a declará-lo “inimigo”). Um só exemplo.

Sabe-se que, na ocupação de Pernambuco pelos holandeses, Vieira, convicto de que Portugal não poderia enfrentar, com seus próprios recursos, simultaneamente o poder de Holanda e Castela, outra saída não logrou senão ceder Pernambuco à Holanda, para salvar o resto da colônia brasileira, mediante um resgate a dinheiro. Não constava, porém, o pragmático jesuíta com o brio e a bravura dos insurretos pernambucanos. Não há, pois senão como subscrever esta reflexão de Pena Júnior:

Por mais estranho que pareça, a verdade é que, neste caso de entrega de Pernambuco, a fé, que remove montanhas, não esteve na alma do religioso, mas na da arraia miúda do Brasil e de Portugal, cujas manifestações veementes impediram o abandono de Pernambuco. (p. 165)

Ora, sendo Vieira o principal artífice da cessão de Pernambuco, como poderia ser também o autor da *Arte de Furtar*, já que o anônimo, muy zeloso da Pátria, fustigou no livro, com ironia e indignação, tão humilhante capitulação? A objurgatória se encontra no cap. XXIX da *Arte*.

Aí o anônimo simula um “Conselho de Estado ou de Guerra, ou do que vós quizerdes”. Escolham-se os conselheiros, arrojem-se cadeiras, assentem-se segundo as vossas dignidades. E quem nos há de presidir? Será a lei, a lei do Reino. “A nossa lei, e Ordenação do Reino, é a melhor que se sabe no mundo; ela é a que há de presidir, e assim propõe para tratar três cousas. Primeira, a fortificação desta Cidade de Lisboa. Segunda, o presídio das fronteiras. Terceira, o comércio de além-mar” (p. 207). É nesse terceiro item que vai entrar a invasão holandesa. Transcrevemos o relato:

O primeiro Conselheiro diz que não podemos com tantas conquistas, que larguemos algumas, como agora Pernambuco, porque... Atalhou o Presidente a razão que ia dando e perguntou-lhe muito sério: Almoçastes vós já? (pois havia de vir em jejum ao Conselho?). Assim parece, e mais não bebestes água de neve. Um conselho vos dera eu mais saudável para vós, do que vosso é para nós: que vos guardéis dos rapazes, não vos apedrejem, se souberem que fostes de parecer que larguemos aos inimigos o que nossos avós nos ganharam com tanta perda do seu sangue. Senhor, tenho que dizer a isso, replicou o Conselheiro. Calai-vos, não me insteis, que vos mandarei lançar um grilhão nessa língua: bem sei o que quereis dizer: não tendes quem me vir aqui com conveniências de cortar um braço, para não perdermos a cabeça: são isso discursos velhos e caducos. A máxima das conveniências é ter mão cada um no que é seu até morrer, e não largar a mãos lavadas o que outrem nos ganhou com elas ensangüentadas. Sois muito bacharel: não me sejais *Petrus in cunctis*; olhai que vos farei *Joannes in vinculis*. Ide-vos logo por aquela porta fora. Ó de fora! Está aí algum porteiro? Chamai-me cá quatro archeiros, que me dêem com este zelote no Limoeiro, e vote o segundo. (p. 209 da ed. Bismut).

As insinuações a Vieira são evidentes. No chamado *Papel Forte*, que tanta celeuma causou, escreveu o incansável pregador: “se os [os pernambucanos] considerarmos membros de Portugal, a impiedade e crueldade seria querer arriscar-se todo o corpo, por não deixar cortar uma parte tão pequena e tão corrupta, e que tão dificilmente se pode conservar”. Cfr. o pressuposto argumento do primeiro Conselheiro: “vir aqui com conveniências de cortar um braço, para não perdermos a cabeça”. Vieira contra Vieira? Parece, pois, muito claro que temos de descartar a autoria vieiriana da *Arte de Furtar*. E então qual seria o seu autor? Por enquanto só há uma resposta: o anônimo.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1996

Referências bibliográficas:

- BISMUT, Roger (1991). *Arte de Furtar*, edição crítica, com introdução e notas de -, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
 PENA JÚNIOR, Afonso (1946). *A Arte de Furtar e o seu autor*, 2 vols., Rio de Janeiro, José Olympio.
 SARAIVA, Antonio José & LOPES, Óscar (s/d). *História da Literatura Portuguesa*, 4.ª ed. corrigida, Porto, Porto Editora.

*

B – FILOSOFIA

O Existencialismo e o Brasil

Com a chegada ao Brasil de alguns exemplares de um livro de Jean-Paul Sartre sobre o existencialismo, começaram a aparecer nos suplementos e revistas literárias vários artigos a respeito daquela moderna corrente filosófica, sinais evidentes da curiosidade intelectual despertada pelo tema. Com isso também se prova continuarmos filhos espirituais da velha França, pois há mais de seis anos, tantos quantos foram necessários para derrubar a Alemanha de Hitler, não surpreendíamos em nossos meios cultos nenhum interesse maior pelas coisas do espírito. Todavia, com a vulgarização das teorias existencialistas, há o perigo concomitante de serem absorvidas noções falsas e superficiais. Assim, principalmente para o público que agora, pela primeira vez, está tomando contato com esses assuntos, é de conveniência acentuar dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, que o existencialismo não é criação de Sartre, nem de nenhum outro filósofo francês; em segundo, que tal movimento de idéias não é absolutamente novidade para a intelectualidade brasileira.

Vejamos o primeiro ponto. O pai do existencialismo é um filósofo dinamarquês, Soeren Kierkegaard, cujas obras mais importantes apareceram na primeira metade do século passado. As notas dominantes do seu pensamento teórico são a angústia, o medo, a inquietação, o desespero. Kierkegaard pertencia a uma família de protestantes pietistas e sua vida agitada foi uma áspera luta entre o cristianismo e o Cristianismo. Todo o seu desespero provinha do pavor ao pecado. O homem vive, isto é, age e a sua ação não pode ser anulada. Uma vez praticado o ato, ele se incorpora à personalidade do agente, que dele jamais se libertará. Sai o sentimento de angústia diante da Vida, que é Ação, sentimento que ora inibia Kierkegaard para os atos mais normais da existência, como o casamento, ora o lançava romanticamente nas aventuras noturnas da boêmia desregrada. Para esse desespero só havia uma salvação, Deus, isto é, Cristo, que foi o centro de toda sua atividade intelectual. Vê-se por aí quanto é falso, por exemplo, dizer que o existencialismo nega a presença de Deus. Isto pode dar-se na interpretação de Sartre, que não exprime de modo algum o sentido mais profundo, e por isso mesmo mais legítimo da filosofia existencial. Há mesmo uma corrente existencialista que se denomina cristã, da qual a figura mais eminente é o católico francês Gabriel Marcel. Este pensador publicou num dos suplementos literários de nossa capital, exatamente o de “O Jornal”, de 4 de agosto do ano findo, importante artigo de que extraímos as seguintes linhas: “O mestre incontestável do existencialismo é Soeren

Kierkegaard, cuja influência direta em Sartre parece praticamente nula; o jovem filósofo francês é completamente estranho ao cristianismo, fora do qual o pensamento do grande dinamarquês se torna incompreensível”. Palavras justas e sensatas, das quais não é possível discrepar.

O pensamento kierkegaardiano encontrou conceptualização filosófica na obra de um obscuríssimo pensador germânico, Martin Heidegger, que, aliás, não aceitou o rótulo de existencialismo para os seus pontos de vista filosóficos. A leitura de Heidegger transmite realmente aquela sensação de logomaquia, a que aludiu Teófilo de Andrade, no artigo que publicou no domingo, 12 de janeiro, também no suplemento literário de “O Jornal”. Heidegger criou um léxico próprio para as suas especulações metafísicas e submete as palavras a uma análise torturante, na ânsia de captar as ressonâncias secretas que porventura guardem na sua misteriosa estrutura. A língua alemã, que permite com relativa facilidade a criação de um termo novo com vocábulos preexistentes no idioma, ofereceu a Heidegger caprichoso malabarismo verbal, que perturba até os leitores mais afeitos a leituras de temas filosóficos. Daremos um exemplo. No prefácio que Henry Corbin escreveu para o livro intitulado “Que é a Metafísica?”, nome do primeiro estudo da obra, teve o prefaciador e tradutor de modificar até a forma tradicional de determinados vocábulos franceses, a fim de fazê-los exprimir, com adequação, o pensamento de Heidegger. Deste modo, para designar aquilo que costumamos chamar “existência”, viu-se compelido a usar três vocábulos: “existence, existance, exsistance”... Cada um deles tem o seu sentido próprio, no conjunto da doutrina de Heidegger, sendo a primeira forma, por mais comum, a menos conveniente às conotações teóricas do pensador germânico.

O chamado existencialismo também não é novidade no Brasil. Trata-se, aliás, de um estado de espírito, provocado pela verdadeira angústia metafísica a que o racionalismo burguês de nossos pais e avós conduziu os espíritos mais bem dotados da geração que conheceu o mundo através das atrocidades bestiais de duas estupidíssimas guerras. Eis porque, no Brasil, houve existencialismo sem filiação direta a Kierkegaard. Apraz-nos citar aqui o romancista e pintor Cornélio Pena, um dos espíritos mais luminosamente obscuros de nossos dias, cujo livro de estréia, “Fronteira”, foi publicado em 1935. Analisando este e outro livro de Cornélio Pena: “Os dois Romances de Nico Horta”, Adonias Filho, num penetrante estudo que publicou no número 7 dos “Cadernos da Hora Presente”, sob o título “Entre os Romances de Cornélio Pena”, não pôde deixar de fazer citações de Heidegger, Kierkegaard e Dostoiewski. Esse ambiente de angústia e medo ontológico, por assim dizer, encontramos-lo em outros autores brasileiros, que o Sr. Elói Pontes, engraçado como sempre, denominou de “espíritas”. Podemos lembrar um Lúcio Cardoso, que levou ao teatro, com

visível exagero, aliás, uma peça cerebralmente insana: “O Escravo”. Podemos lembrar um Otávio de Faria, com as suas “Três Tragédias à Sombra da Cruz”, um dos trabalhos em que melhor conseguiu realizar o seu desespero religioso. E nessa linha criadora se situa também o próprio Sr. Adonias Filho, com “Os Servos da Morte”, livro que ainda está à espera do crítico capaz de lhe surpreender a densa substância existencial de que está dotado.

Não se pense, entretanto, que o existencialismo brasileiro não tivesse encontrado também os seus teorizadores, estes, naturalmente, repensando os dados colhidos nas obras originais dos mesmos europeus. No primeiro plano, fica o Sr. Euríalo Canabrava, cujo livro “Seis Temas do Espírito Moderno” mereceu de Tristão de Athaide, a mais perfeita estrutura de crítico literário e de idéias que jamais apareceu no Brasil, quatro longos e substanciosos artigos, dos que então assinava no rodapé de “O Jornal”, e que hoje fazem parte de seu livro “Meditação Sobre o Mundo Moderno” página 266-309, com o título de “O Existencialismo”. Também no “Centro D. Vital”, Rio de Janeiro, já há alguns anos, proferiram conferências sobre o existencialismo: uma o Sr. H. J. Hargreaves, de Juiz de Fora, e outra Frei Damião Berge, O. F. M., este último mais particularmente a respeito da ontologia de Heidegger, conferências que foram publicadas na revista “A Ordem”, órgão oficial daquele Centro.

Como fica visto pelo que acabamos de dizer, o Brasil não tem estado ausente nem ao surgir, nem ao desenvolvimento do existencialismo. Muito antes de Sartre, que é um vulgarizador sem gênio e cujo cabotinismo supera sem dúvida a profundidade, tivemos – e temos – entre nós romancistas, teatrólogos e teorizadores, que se inspiraram direta ou indiretamente no estado de espírito que fez brotar o “Tratado do Desespero” de Kierkegaard, ou o “Ser e Tempo”, de Heidegger. Mais do que uma filosofia da derrota de França, como viu no sartrismo Teófilo de Andrade – e o sartrismo talvez o seja – é a filosofia existencial a mais patética confissão intelectual da derrota do Homem Moderno. Rompendo os Sete véus com que a estupidez burguesa encobriu o homem a si mesmo, a redescoberta da essência humana se fez num mundo aniquilado pela impiedade e pela covardia, quando, face a face, se encontraram o Homem e o seu Desespero interior. Nesta fronteira viva entre a razão e a loucura, a fé, a fé cristã da humildade, da simplicidade e do martírio é a única salvação para a idade em que estamos entrando, a da Deusa Loucura que, em esgares alucinados, já se prepara para tomar o ceptro à Idade da Deusa Razão, deusa vencida e humilhada pelas suas próprias armas.

(A Manhã, 20/01/1947)

*

Camões filósofo

Camões, nunca é demais reafirmá-lo, constitui um patrimônio impercível da cultura luso-brasileira. Da sua portentosa obra flui uma soma de conhecimentos rara, pela universalidade, mesmo entre os vultos seus contemporâneos mais categorizados. No entanto, não se sabe como a adquiriu, dado que as fontes biográficas de que dispomos são bastante escassas. Isso, entretanto, não obstou a que o Prof. Jorge de Sena, um dos mais completos camonistas de sua geração, tivesse feito a seguinte justa observação: “Não há qualquer prova de que Luís Vaz de Camões tenha estudado na Universidade de Coimbra, ou sequer que tenha seguido quaisquer estudos regulares; contudo, não muitos poetas europeus do seu tempo atingiram um tão vasto conhecimento da cultura clássica e moderna, assim como de filosofia” (*Trinta anos de Camões*, vol. I, 1980, p. 296).

Tem-se investigado privilegiadamente a sua linguagem e há um belo estudo de seus latinismos (Corrêa da Silva), outros se ocuparam com a medicina envolta no poema (Maximino Correia e Afrânio Peixoto), não faltou quem se sentisse atraído pela geografia dos *Lusíadas* (Borges de Figueiredo), ou pela sua flora (Conde de Ficalho), e dispomos até de um estudo sobre a astronomia da epopéia (Pereira da Silva). Mas, se as informações culturais são muitas e notavelmente corretas, não menos dignas de admiração são as páginas em que transparecem o pensamento e as convicções religiosas do Poeta.

Um dos primeiros a se ocuparem com o aspecto filosófico da obra de Camões foi o alto espírito de Joaquim de Carvalho, com seus *Estudos sobre as leituras filosóficas de Camões* (1925). A esse podemos acrescentar um bem fundamentado ensaio do estudioso brasileiro João de Scantimburgo, publicado em São Paulo em 1978, sob o título *Interpretação de Camões* (à luz de Santo Tomás de Aquino). Outro mestre patricio, o Prof. Gladstone Chaves de Melo, em recente Congresso realizado em Lisboa sobre os Descobrimientos Portugueses, apresentou uma comunicação a respeito do pensamento filosófico do Poeta. Eu próprio tenho um artigo impresso no n.º 7, 79-80, da revista *Convergência Lusíada*, editada pelo Real Gabinete Português de Leitura, intitulado “A filosofia de Camões”.

A grande questão que se tem levantado a respeito é a seguinte: Camões, platônico ou aristotélico?

A tradição crítica vai no sentido de privilegiar o platonismo. O Estagirita, principalmente depois que foi acolhido como vero filósofo por Santo Tomás de Aquino, tornou-se a grande figura do pensamento helênico, e clássico de maneira geral, no Medioevo. Ora, o Renascimento, conforme se sabe, opondo-

se à mentalidade medieval, buscou outras fontes ideológicas e as teria encontrado nas reflexões filosóficas do doutor da Academia. Exaltado por uns, criticado por outros, converteu-se o aristotelismo em aceso núcleo de polêmicas renascentistas. Uma das mais conhecidas personagens dessa época, o humanista Petrus Ramus, filiado ao platonismo e autor de umas *Aristotelicas e animadversiones*, chegou a escrever: “quaecumque ab Aristotele dicta essent commentitia esse” (todas aquelas coisas que tiverem sido ditas por Aristóteles são falsas).

Em sua *História da Literatura Portuguesa*, Óscar Lopes e A. J. Saraiva salientam que “Camões tivera uma educação platonizante, como, aliás, todo o cristão culto da sua época e todo o poeta petrarquista”. E acrescentam que “Quando o humanista ressuscitou a Antiguidade, em tantos aspectos oposta ao Cristianismo medieval, foi também o platonismo a doutrina filosófica pela qual se tentou a conciliação das duas mentalidades”.

Para o Prof. José V. de Pina Martins, “contrariamente ao que se tem sustentado, sua (de Luís de Camões) poesia está muito mais marcada pelo filósofo da Academia (Platão) do que pelo sábio do Liceu (Aristóteles)”. (“Camões et la pensée platonicienne de la Renaissance”. *Visages de Luís de Camões*, Paris, 1972).

Como se vê, a questão é controvertida. Joaquim de Carvalho, João de Scantimburgo, Gladstone Chaves de Melo optam pelo aristotelismo. Outros – e creio que são a maioria – inclinam-se pelo platonismo. Penso poder haver uma conciliação: no Camões lírico predomina Platão; no épico, Aristóteles.

O que não se pode aceitar, em meu modesto entender, é a posição do malogrado professor Jorge de Sena, que, baseado na aritmosofia (um cálculo aritmético meio cabalístico), procurou decifrar no que chamou a arquitetura dos *Lusíadas*, uma mensagem cripto-judaica, pois Camões teria sido um “alumbrado” de fortes tendências liberais. E como exemplo das conclusões espantosas a que tal método conduz, limitar-nos-emos à interpretação que Jorge de Sena dá aos versos em que o genial vate lusitano se dirige a D. Sebastião: “Os olhos da real benignidade / Ponde no chão”.

É a seguinte:

“E sabem o que isso significa? Trata-se de uma fórmula cabalística da mais alta transcendência, que aproxima a tradução latina para o membro viril, e o Pequeníssimo e o Altíssimo (o Adão primitivo e o próprio Deus): Soberana Benignidade. Considerar com Benignidade era ao mesmo tempo ser circuncidado e ter relações sexuais. Encontra-se tudo isso no Zohar, assim como o número correspondente – 284 –, que é uma das bases do cálculo do poema.” (Camões: *Quelques vues nouvelles sur son épopee et sa pensée*. In *Visages*, p. 166)

Com todo o respeito que devemos ao saudoso camonista, tais conclusões não parecem condizer absolutamente com a realidade textual do poema. Platonizante, sim; aristotélico-tomista, muito bem. Mas anunciador de uma mensagem cripto-judaica, cabalística e acristã, eis o que os fatos e os fastos da História não nos permitem aceitar.

Voz de Portugal
14 a 20/6/85

*

Noam Chomsky, metafísico frustrado da linguagem

1. A arguta frase de Meillet, *Chaque époque a la grammaire de sa philosophie*, expressa não somente o relativismo das posições teóricas da Linguística através dos tempos, mas da própria ciência de maneira geral. No fundo, sempre a finitude do saber humano em face da infinitude do pós-conhecer.

Concretizando o pensamento do grande mestre francês, podemos constatar que a gramática, no Ocidente, foi literária com os gregos e romanos, especulativa na Idade Média, humanista no Renascimento, filosófica no Iluminismo, positivista com o Cientismo, formalista no Estruturalismo. O Gerativismo, ou antes, o Chomskismo, é um caso à parte, como procuraremos demonstrar.

A obra de Noam Chomsky surge na década de 50, isto é, na segunda metade deste nosso século XX (que já vai sendo encoberto pelas nuvens da História). A primeira metade foi dominada pela corrente do Estruturalismo, que conviveu durante largos anos com um Historicismo declinante (não, porém, extinto), como presentemente resiste ao Gerativismo em fase de acalmia.

O Estruturalismo desponta com o *Cours de Linguistique Générale de Ferdinand de Saussure*, publicado por dois lingüistas, Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger, e base em notas de aula de alguns estudantes; veio a lume em 1916¹, Lausanne-Paris, obra póstuma (Saussure falecera em 1913).

Estava-se na 1.^a Guerra Mundial (1914-1918) e o trabalho não teve nem a difusão nem a repercussão merecidas. Na década de 20, editam-se dois livros marcantes: *Le Langage*, de Vendryes e *Language*, de Edward Sapir, ambos de 1921.

Le Langage é uma visão sintética dos princípios que inspiraram a Escola Francesa a qual teve em Antoine Meillet a sua figura exponencial. Meillet aproximava os fatos de língua dos fatos de civilização e, apesar de ter seguido

um curso de Saussure em Paris e haver aderido à noção da *langue* como sistema, onde “tout se tient”, não apreendeu, nem podia fazê-lo, dada a sua concepção das línguas como fenômenos essencialmente histórico-sociais, o *insight* saussuriano de um sincronismo constituído de relações puramente formais. Koerner chegou a afirmar:

Parece que Saussure fascinaba a sus estudiantes com sus lecciones, pero no fue completamente comprendido por ninguno de ellos, incluyendo a Meillet (...), cuando apareció su *Cours* en 1916 (op. cit. 91).

De Vendryes diz Malmberg:

Le Langage, tout en étant chronologiquement postérieur au *Cours*, est idéologiquement un ouvrage pré-saussurien (199: 467)

Sapir foi discípulo do alemão Franz Boas, professor nos Estados Unidos, onde introduziu a corrente da “antropologia lingüística”. Não via Boas, à maneira de Meillet, as línguas como um fato de estrutura social, mas ia além, centrando-as na *cultura* (al. *Kultur*). Daí o interesse pelo estudo das culturas indígenas norte-americanas, que passou a Sapir. Trabalhou Sapir com as noções de *formal patterns*, *drift* (tendência na evolução de uma língua decorrente da conjuntura estrutural), *feeling* ou o sentimento do sujeito falante que dá realidade psicológica às estruturas lingüísticas, *genius* da língua, natureza cultural das línguas históricas².

2. O Estruturalismo começou a florescer a partir dos anos 20 e foi interrompido no seu desenvolvimento pelo deflagrar da 2.^a Guerra Mundial (1939-1945). No entreguerra, de 20 a 40, surgiram o Círculo Lingüístico de Praga e a Escola de Copenhague. O CLP foi fundado em 1926 e a ele pertenceram os mais notáveis lingüistas da época. Particularmente se distinguiram três jovens russos: Serge Karcevski, Roman Jakobson e Nikolai S. Trubetzkoy. Em 1929, por ocasião do 1.^o Congresso de Filólogos Eslavos, em Praga, foi apresentado um texto de nove teses que definiam o programa do Círculo. Pode-se dar como término das atividades dessa agremiação o ano de 1939, com o começo da 2.^a Guerra Mundial e a publicação da obra quase terminada de Trubetzkoy (falecera no ano anterior), *Grundzüge der Phonologie*, da qual iria sair uma nova disciplina lingüística, a *Fonologia*.

A Escola de Copenhague teve em Luís Hjelmslev o seu mais ilustre representante. Em 1934 foi fundado o Círculo Lingüístico de Copenhague, do qual se fez órgão a revista *Acta Linguistica*. Surgiu então uma nova teoria lingüística, a *Glossemática*, denominação que se consolidou. Data esta de 1935, quando L. Hjelmslev e H. J. Uldall publicaram no primeiro volume do *Humanistisk Samfunds Skrifter* uma “Synopsis of an Outline of Glossematics”.

Contudo a bandeira da Glossemática ficou em mãos de Hjelmslev e só veio melhor a definir-se na década de 40, com a publicação em 1943 de *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse*, tradução inglesa de 1953 de *Prolegomena to a Theory of Language*. Foi com essa tradução que a glossemática se tornou conhecida no mundo universitário europeu e daí se irradiou para outros centros científicos.

No período é da maior importância a edição de um livro que se iria tornar a verdadeira bíblia do estruturalismo norte-americano: o *Language*, de Leonardo Bloomfield, 1933.

Embora sejam ambos considerados estruturalistas, Sapir e Bloomfield divergem em suas bases teóricas. Ao passo que Sapir, como vimos, apela, em seu tratamento do fenômeno “linguagem” para o sentimento lingüístico do sujeito falante, Bloomfield repele tal posição como não-científica, senão mesmo anticientífica. Opõe assim ao ponto de vista *mentalista* que condena, aquele que adota, *mecanicista*. A teoria mentalista, diz, “supõe que a variabilidade da conduta humana é devida à interferência de algum fator não-físico, um *espírito* ou *vontade* ou *pensamento* (grego *psyche*, de onde a palavra *psicologia*) que está presente em todo ser humano (1933: 32). Já “a teoria *materialista* (ou melhor, *mecanicista*) supõe que a variabilidade da conduta humana, incluindo-se a linguagem, é devida somente ao fato de ser o corpo humano um sistema muito complexo. As ações humanas, de acordo com o ponto de vista materialista, são parte de seqüências de causa-e-efeito, exatamente como as que se observam, digamos, no estudo da física ou da química” (ibid.: 33).

Como se sabe, Bloomfield não deixou de dar fundamentos psicológicos à sua teorização gramatical, o que seria impossível, já que as línguas são criações do espírito humano; apenas se arrimou nos postulados behavioristas de J. B. Watson e principalmente de A. P. Weiss. Mas o fato é que essa posição materialista-mecanicista atravessa toda a exposição rigorosa e compacta de *Language*, tornando-o obra que deve ser aceita ou rejeitada *in totum*. Revestiu-se assim Bloomfield da responsabilidade pela direção descritivista e semanticamente asséptica do estruturalismo norte-americano.

3. Foi nesse ambiente mecanicista, behaviorista, que se formou o então jovem lingüista Noam Chomsky. Na Universidade de Pensilvânia, estudou com outro célebre lingüista, Zellig S. Harris, sob cuja direção preparou a tese de licenciatura. Harris, como se sabe, quis ir além do formalismo mecanicista de Bloomfield, onde ainda encontrava resquícios de semanticismo, e partiu para a delimitação das unidades lingüísticas unicamente na base da distribuição. Chomsky respirou essa atmosfera antipsicológica, da qual, na verdade, nunca chegou a desvencilhar-se. O seu sintaticismo sempre foi o de um estruturalismo

sem conteúdo. Rever criticamente alguns traços e rumos de sua trajetória como teorizante da linguagem é o objetivo do presente artigo.

4. Estreou Chomsky em livro em 1957 com um trabalho que fez época: *Syntactic Structures*. Essa pesquisa se completa com as inovações trazidas em 1965, em *Aspects of the Theory of Syntax*. A fundamentação filosófica que elegeu para a conceptualização dos fatos da linguagem foi buscá-la posteriormente aos pensadores europeus, como se comprova em dois livros básicos: *Cartesian Linguistics*, de 1966, e *Language and Mind*, de 1968, este, monografia de que a Editora Harcourt Braoe Jovanovich nos deu, em 1972 uma edição ampliada, à qual acrescentou duas conferências proferidas em 1967 na Universidade da Califórnia, reunindo-as sob o título geral de “Contributions to the Study of Mind” 1 - *Past*, 2 - *Present*, 3 - *Future*, havendo ainda adicionado ao livro mais quatro capítulos.

Os estudos de Chomsky continuaram, sucessivas modificações sofreu a doutrina, mas desde então ganhava a Linguística um novo e impetuoso ramo, a Gramática Gerativo-Transformacional.

Apresentando-se como uma contestação do bloomfieldismo, não conseguiu, porém, Chomsky definir claramente as linhas de sua oposição ao pensamento lingüístico então dominante na Norte-América.

Combateu vigorosamente o behaviorismo e foi acerbo na recensão crítica ao *Verbal Behavior*, de B. F. Skinner (1964). No entanto, recusando a autonomia da Linguística, instaurada por Saussure, que a declarara ciência semiológica, volta a enfeudá-la à Psicologia, mas agora a uma Psicologia subproduto da Biologia, na verdade uma Biopsicologia. Proclamando-se, pois, mentalista, em oposição ao mecanicismo de Bloomfield, faz-se mais que um mecanicista, um materialista naturalista.

Chomsky julga ter como um dos pilares do seu materialismo a asserção humboldtiana de que “as línguas fazem uso infinito de meios finitos”. É o que chama o aspecto *criativo* da linguagem. Humboldt, todavia, nesse particular, fala em *enérgeia*, que opõe a *érgon*. Mas nada há, na doutrina chomskyana, que se possa comparar com a *enérgeia* de Humboldt. Para o pensador alemão, a linguagem é uma contínua atividade (*Tätigkeit* = *enérgeia*) do espírito. Para Chomsky, a competência, por exemplo, é uma fonte de energia que põe em movimento regras de uma gramática interiorizada pelo sujeito falante. É um dispositivo que *produz* frases. Mas, como salienta Herculano de Carvalho:

O que está em causa para Humboldt não é “production of speech” mas *Spracherzeugung*, criação da língua como potencialidade operante (1984: 49).

A esse propósito, fala Chomsky numa *faculté du langage*. Mas de que natureza será para Chomsky essa faculdade? Respondendo a uma pergunta de Mitsou Ronat, disse Chomsky:

A pesquisa pareceria indicar que o espírito humano consiste num sistema de faculdades (e a linguagem é uma delas) e que cada uma dessas faculdades detém seu caráter e seu crescimento de um dado fator biológico (1977: 108).

Portanto, para Chomsky, a mente é de natureza biológica; nesse ponto é até peremptório:

Não há razão para fazer do mundo mental uma exceção: a hipótese que vem naturalmente ao espírito é que esses sistemas mentais, únicos no mundo biológico por causa de sua extraordinária complexidade, apresentam as características gerais dos sistemas físicos (ibid.: 107-108).

Não estamos longe, pois, muito ao contrário, da posição positivista: “a alma é o conjunto das funções do cérebro”.

5. Entrelaçada com essa doutrina de uma *faculté du langage* ínsita na natureza biológica do ser humano, está a afirmação do *inatismo*.

Com a doutrina do inatismo, torna Chomsky crucial a questão do aprendizado da linguagem. Na verdade, como se constituem as línguas? Nem todos os povos escrevem, mas todos os povos falam. Há, pois, uma *co-naturalidade* entre a linguagem e o ser humano. A isso chama Chomsky, já o vimos, a *faculté du langage*. Mas como se objetiva essa faculdade?

A doutrina empiricista do conhecimento é a chamada *tabula rasa: nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*. No contato com a realidade exterior é que os homens formariam as suas idéias.

No tocante à linguagem, a sua exteriorização verbal assume a forma de *línguas*. E a *langue*, sabemos-lo pelo menos desde Saussure, é um sistema, ou seja, um conjunto de relações entre unidades funcionais. Chomsky, citando Bertrand Russell, indaga como é possível que um ser humano, munido de experiência necessariamente limitada e pessoal, se torne capaz de convertê-la num sistema de conhecimentos rico e altamente estruturado (1975: 5 e segs.). Pondera então:

Na tradição clássica, várias respostas foram sugeridas. Poder-se-ia argumentar, na esteira de Aristóteles, que o mundo está estruturado de certo modo e que a mente humana é capaz de perceber essa estrutura, ascendendo do particular para a espécie, da espécie para o gênero e daí para a generalização, atingindo assim da percepção do particular o conhecimento do universal. Uma “base de conhecimento pré-existente”

é pré-requisito da aprendizagem. Nós devemos possuir uma capacidade inata para atingir estados desenvolvidos de conhecimento, mas estes não são “nem inatos numa determinada forma, nem desenvolvidos de outros estados mais altos de conhecimento, e sim da percepção dos sentidos”. (A transcrição entre aspas são de Aristóteles, *Analytica Posteriora*, 2. 19).

E prossegue:

Um tratamento mais promissor desloca o eixo da explanação da estrutura do mundo para a estrutura da mente. O que podemos saber é determinado pelos “modos de conceituação que estão no entendimento”; portanto o que sabemos ou vamos acreditar depende de experiências específicas que evoquem em nós alguma parte do sistema cognitivo que está latente no espírito. (Chomsky cita Cudworth, mas a doutrina é kantiana).

Tentando resolver o problema, continuemos aristotélicos: *in medio virtus*. É claro que o intelecto não pode ser identificado com uma *tabula rasa*, no sentido de algo inerte, passivo, puramente receptivo. Ao contrário, no ato de conhecer, o intelecto é ativo, *intellectus agens*, como reconhecem os tomistas, acompanhando, aliás, o próprio Aristóteles. Já Leibniz acrescentara ao *nihil est in intellectu* a restrição necessária: *nisi intellectus ipse*. O homem para conhecer precisa ser sensível, pois para isso foi dotado de sentidos. Mas o caminho para o conhecimento não é a via linear e puramente indutivista: *abstração, comparação, generalização*. Cabe ao espírito categorizar os dados recolhidos pelos sentidos, pois, do contrário, não haveria pensamento, mas somente *membra disiecta*. Como se sabe, o Estagirita no *Organon*, que é um tratado de Lógica, ocupa-se em sua primeira parte com as *categorias*. São as categorias conjuntos-limite dos existentes reais ou possíveis. Aristóteles enumera as seguintes: *substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação, paixão*, ao todo dez (*Organon, Categoriae*, trad. fr. 1984: 16, 25, p. 5-6).

O número exato desas *categorias* não importa; o que tem relevância é a necessidade de sua existência para a estruturação do pensamento humano sem desfiguração da realidade. Trata-se da realidade tal como a podemos conhecer, segundo a forma lógica de pensar de que somos dotados.

6. A idéia de que há uma faculdade da linguagem inerente à natureza humana, portanto idêntica em todos que pertencemos à mesma espécie, levou Chomsky a ter de postular a existência de uma *gramática universal*.

Como sabemos, essa idéia de “gramática universal” é muito antiga. Já Rogério Bacon, no século XIII, assim, a definia: “grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur”. Em

Chomsky, creio que tal idéia aparece pela primeira vez em *Aspects* (1965) e ganha maior desenvolvimento em *A Natureza Formal da Linguagem* (1967). Em *Aspects* (p. 35) diz:

Um real progresso na Linguística consiste na descoberta de que certos traços de determinadas línguas podem ser reduzidos às propriedades universais da linguagem e explicados nos termos desses aspectos mais profundo da forma lingüística.

E, na página 118, protesta contra o que julga um exagero de lingüistas modernos: recusarem crédito científico a uma gramática universal. Demais a sua concepção de gramática universal não difere muito da de Rogério Bacon, pois as gramáticas das línguas reais ou possíveis teriam de confrontar-se com os princípios gerais que regem as diversas gramáticas particulares. Contudo parece que Chomsky não distingue bem entre o *geral* e o *universal*. Em *A Natureza Formal da Linguagem*³, diz isto:

Por exemplo, Jakobson observou que nenhuma língua utiliza ao mesmo tempo o traço da labialização e o da velarização para distinguir não-repetições, e sugeriu uma formulação mais geral segundo a qual pode-se considerar esses dois traços como variantes de um traço único e mais abstrato. Generalizações desse gênero – em particular quando se têm os meios de apoiá-los em argumentos racionais – podem ser antecipados como leis da fonética universal.

Como se vê, “generalizações”, apesar de sua aspiração de se elevar a princípios de ordem universal. Convém ainda lembrar que a gramática de Port-Royal, que tanto encantou a Chomsky, é *générale* e não *universelle*. Não me parece, pois, inoportuno retornar aqui a preciosa distinção de Jacques Maritain entre *abstractio totalis* e *abstractio formalis*: “*abstractio totalis*, disons abstraction ou extraction du tout universel” (1932: 74); “*abstractio formalis*, disons abstraction ou extraction du type intelligible, par laquelle nous séparons des données contingentes et matérielles ce qui est de la raison formelle ou de l’essence d’un objet de savoir” (ibid.: 75). Portanto a *abstractio totalis* universaliza e a *abstractio formalis*, generaliza.

Eis como Chomsky vê a gramática universal:

Definamos “gramática universal” como o sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas não meramente por acidente mas por necessidade – naturalmente quero dizer necessidade biológica não lógica. Assim Gramática Universal como exprimindo “a essência da linguagem humana”. Gramática Universal será invariante entre os humanos (1975: 29).

7 - Em *Knowledge of Language*⁴ distingue Chomsky entre língua-E (língua exteriorizada) e língua-I (língua interiorizada). Esta última é que é a língua

adquirida pela criança cognitivamente e aquela que se toma objeto da gramática gerativa. Podemos dizer que a gramática tradicional se ocupava com a língua-E, ao passo que a gramática gerativa tem por objeto a língua-I; houve, pois, um deslocamento de objeto de estudo.

Parece, então, haver três graus de abstração no tocante aos tipos de gramática, a saber (em ordem descendente): gramática da língua universal (GU), gramática da língua interiorizada (Língua-I), gramática da língua exteriorizada (Língua-E). Com a primeira se ocupa a gramática universal, com a segunda a gramática gerativa, com a terceira a gramática tradicional (estruturalista, descritivista).

Cabem aqui estas palavras do próprio Chomsky:

Resumindo, temos pois o seguinte panorama. A faculdade lingüística é um sistema diferenciado da mente/cérebro com um estado inicial S (O) comum a toda espécie (...) e, segundo parece, único em aspectos essenciais. Com uma experiência apropriada, esta faculdade passa do estado S(O) a um estado relativamente estável S (S), que só experimenta uma modificação periférica (por exemplo, a aquisição de novos elementos léxicos). O estado alcançado incorpora uma língua-I (o estado de possuir ou conhecer uma língua-I determinada). A GU é a teoria de S (O); as gramáticas particulares são as teorias das diferentes línguas-I. As línguas-I que se podem obter a partir de um S (O) fixo e uma experiência em mutação são as línguas humanas que são acessíveis, onde por “língua” entendemos, pois, língua-I (ibid.: 41).

A língua-E, a língua exteriorizada, é a que falamos e ouvimos, talvez a *parole* saussuriana. A língua-I se aproxima do conceito de *langue*, do mesmo mestre suíço. Mas não esqueçamos, como diz ainda Saussure, que “[a *langue*] é ao mesmo tempo instrumento e produto desta [a *parole*]” (*Cours*, 1931: 37).

No entanto, Chomsky, por motivos que julga de natureza científicos, menospreza a língua-E. Citemos conceitos seus:

Com outras palavras, não obstante ser um constructo, a língua-E se acha mais afastada dos mecanismos que a língua-I, numa ordem superior de abstração. Em conseqüência o conceito faz surgir um sem-número de problemas novos e não se torna evidente que valha a pena enfrentá-los ou tratar de resolvê-los, dada a natureza artificial do constructo e sua notória inutilidade numa teoria da linguagem (ibid.: 42-43).

Portanto as línguas como as entendemos não passam de um inútil constructo, quiçá uma fantasmagoria. Para Chomsky o que há de real é a língua-I:

O deslocamento da perspectiva desde o conceito técnico de língua-E até o conceito técnico de língua-I considerado como objeto de investigação constitui por conseguinte um deslocamento na direção do realismo sob dois aspectos: o estudo de um objeto real, em vez de

um constructo artificial, e o estudo do que realmente queremos dizer com “uma língua” ou o “conhecimento da língua” no uso comum (prescindindo uma vez mais de fatores sociopolíticos ou normativo-teleológicos) (ibid.: 43).

Não nos queríamos alongar, mas não podemos evitar mais esta citação:

O conceitotécnico de língua-E é inseguro sob dois aspectos pelo menos. Em primeiro lugar, como se acaba de indicar, as línguas nesse sentido não são objetos do mundo real, mas apenas constructos artificiais, de alguma forma arbitrários e quiçá não muito interessantes. Em oposição, o estado estável de conhecimento obtido e o estado inicial S(O) são elementos reais de mentes/cérebros particulares, aspectos do mundo físico, na medida em que concebemos os estados e representações mentais como codificados de alguma forma física. A língua-I se abstrai diretamente como um componente do estado obtido (ibid.: 42).

Como se não bastassem a língua-U (=GU), a língua-I, a língua-E, Chomsky ainda tem oportunidade de considerar a língua-A (bstrata), a língua-P (latônica), a lingüística-C (ognitiva)⁵.

8. Parece que Chomsky tomou muito ao pé da letra a definição corrente de que “a Lingüística é a ciência da linguagem”. Poderia ter seguido a linha mais avisada do nosso Mattoso Câmara Jr., que, em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, adverte: “mas considerada na base de sua manifestação como língua” (1974: 250).

Poder-se-ia, pois, com razão, indagar se o que Chomsky de fato ainda pratica é Lingüística. As suas últimas investigações vêm sendo crescentemente desviadas da língua como realidade histórica para a perquirição da sua natureza e funções. Aliás o próprio Chomsky reconhece que a sua Lingüística é um departamento da Psicologia:

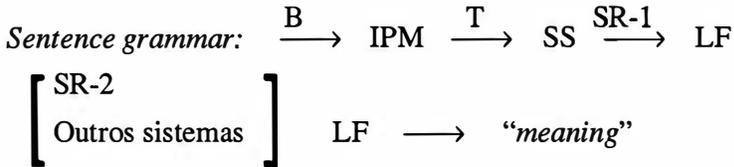
A Lingüística é simplesmente aquela parte da Psicologia que se ocupa com uma classe específica de estados estacionários (*steady states*), as estruturas cognitivas que são empregadas na fala e na compreensão (1975: 160).

O mesmo Chomsky observa que, em *Aspects*, não existe *língua* no índice, mas que há muitas entradas para *gramática*, quase sempre referentes à língua-I (1985: 45).

Que Chomsky já não se move no campo da ciência da linguagem também foi assinalado por Matthews:

No plano filosófico pode ser que a teoria de Chomsky continue vivendo. Porém a discussão já foi mais além de nossa disciplina; não são temas da Lingüística, tampouco da filosofia da linguagem, senão da filosofia do entendimento em geral (1983: 142).

Em *Reflections* (1975: 105), Chomsky apresenta um esquema que, creio, substitui o que tem sido usado para representar a teoria *standard*, dos *Aspects* e que vamos reproduzir:



LEITURA: *sentence grammar* é a gramática da oração geral; B são as regras de base próprias das *initial phrases markers* (indicadores sintagmáticos iniciais) que geram IPM; T é o componente transformacional que converte IPM nas estruturas de superfície (SS); SR-1 são certas regras de interpretação semântica que, aplicadas a SS, geram finalmente LF, a “forma lógica”, termo de todas essas operações. A forma lógica assim gerada ainda se acha sujeita à aplicação de outras regras de interpretação semântica (SR-2), que interagem com outras estruturas cognitivas, de onde a realização de um “*meaning*” mais completo.

Mas o que é essa *forma lógica*? Em *Essays* (cito pela tr. fr. 1980: 13), diz Chomsky:

Utilizo esse termo para me referir aos aspectos da representação semântica que são estritamente determinados pela gramática, com abstração de outros sistemas cognitivos.

A forma lógica seria, pois, a interpretação semântica da estrutura superfície obtida graças à aplicação de certas regras (SR-1) que Chomsky julga estritamente gramaticais.

Note-se, desde logo, que Chomsky já não põe na *deep structure* a interpretação semântica, como estava na teoria padrão. Transferiu-a para a estrutura de superfície e o diz claramente nesta passagem:

Assim, parece-me razoável postular que *somente* [grifado no original] as estruturas de superfície sofrem a interpretação semântica, embora nossas “estruturas de superfície” já não sejam as da teoria padrão, em virtude da teoria do vestígio das regras de movimento (1975: 96).

O que não deixa de ser, de certo modo, uma vitória da semântica gerativa, pois Chomsky já não põe como termo de suas construções a Sintaxe e sim a Semântica. Muito de estranhar também que Chomsky, após um percurso gramatical, encontre uma forma *lógica* e não *semântica*. Por que a *lógica*, se as regras aplicadas são estritamente *gramaticais*? E, se a forma é lógica, então já saímos da gramática e, portanto, da Linguística. O que parece é que Chomsky, tendo partido de investigações sintáticas, foi-se afastando progressivamente

do terreno lingüístico, para imergir nas profundezas de cogitações filosóficas, à cata de sedutoras estruturas cognitivas. Era filósofo (senão metafísico) e não sabia. Contudo o método que utilizou, questões particulares da sintaxe inglesa, não é adequado à solução dos problemas metafísicos em que se embrenhou. Eis, por exemplo, mais uma de suas afirmativas:

Esta discussão tem sido restrita ao inglês, séria limitação. Nada obstante, não hesitei em sugerir que os princípios que se mostram ter poder explicativo para o inglês são princípios da gramática universal (ibid.: 118).

Eis alguns desses “princípios”: da subjacência, teoria do vestígio, condição do sujeito especificado...

9. Tendo arvorado a bandeira do mentalismo, mas envidando esforços para atrelar o psiquismo humano ao determinismo biológico, Chomsky pôs por terra todas as metas para as quais dirigiu a sua “revolução” no campo da ciência da linguagem: o *criativismo* (que não tem qualquer relação com a *enérgeia*, de Humboldt); o *universalismo* (construído com base na sintaxe do inglês); a *faculté du langage* (“que é essencialmente independente da inteligência”), e tudo o mais.

Até a “lingüística cognitiva”, que parece o objeto atual de suas elucubrações, já nasceu comprometida. É que o seu objeto não pode ser outro senão a faculdade da linguagem, sede da capacidade de falar do ser humano. Pois como a conceitua Chomsky? Leiamos o que está em *Reflections*:

A teoria da linguagem é simplesmente aquela parte da psicologia humana que se ocupa com o estudo de um particular “órgão mental”, a linguagem humana (p. 36).

A faculdade da linguagem é, pois, um órgão integrante da constituição biológica do ser humano. Confunde-se com o cérebro? É parte dele? Qual?

Em 1983 dizia P. H. Matthews: “A última mudança de rumo de Chomsky é comparar a faculdade da linguagem com um órgão corporal” (op. cit.: 141).

E prossegue com base numa conferência pronunciada por Chomsky em Leiden em 1977:

Como tal, poderia estudar-se da mesma forma que qualquer outro *órgão*: “um órgão da vista, por exemplo”. Igualmente, quanto ao seu desenvolvimento; não deveríamos dizer de alguém que aprende uma língua – ou será que interioriza suas regras? – mas sim de “uma pessoa em cuja cabeça cresce a linguagem”⁶.

10. Chomsky, portanto, partiu de uma análise formal das estruturas sintáticas da língua inglesa (1957); depois, inspirado em leituras de filósofos e gramáticos europeus, principalmente franceses, imaginou um modelo inter-

pretativo da sintaxe em geral, onde inseriu uma estrutura sintática profunda, de caráter explicativo e não meramente descritivo (1965); essa estrutura profunda manteve-se durante algum tempo, graças a alguns “epiciclos”, mas, afinal Chomsky teve de render-se à evidência de que não há estrutura *sintática* profunda e sim *pensée*, como dizia a *Grammaire*, de Port-Royal; a partir daí, entrou a lidar com a estrutura de superfície, na qual, tão a seu gosto, passou a descobrir a ação de vários princípios, depreendidos como sempre da língua inglesa, e buscou justificá-los subordinando-os às estruturas cognitivas da mente humana. Dessas estruturas cognitivas destacou uma, a faculdade da linguagem. Mas que seria essa faculdade da linguagem? Mais um órgão do corpo humano, que poderia ser estudado como qualquer outro órgão, o da vista, por exemplo. E agora em que ficamos?

Nesse percurso metafísico de busca da essência da linguagem, Chomsky descamba, em triste recuo, para o mais cru materialismo, de cuja demolição, nos domínios da Lingüística, a princípio fizera-se arauto. A Lingüística fora de início situada por ele como departamento da Psicologia; depois passou a ver nesta uma dependência da Biologia. Voltamos, pois, ao envelhecido Cienticismo do século passado, num ambiente onde aliás se respiram outros ares.

Já se quis matar a Metafísica, ou, pelo menos, declará-la morta. *Eppur* continua viva. Nem sempre porém, ai de nós!, é tratada por autênticos metafísicos, ou seja, por aqueles que, buscando atingir as essências das coisas, não perderam a intuição do ser enquanto ser.

Notas:

- 1 Essa é a data correta e não 1915 como a princípio disseram alguns lingüistas. A esse respeito comenta Koemer: “Índice de esta falta de información resultante es que há habido lingüistas que fijan la fecha de la primeira edición del *Cours* en 1915 em lugar de 1916, o aquellos que todavía mantienen que apareció en Ginebra en lugar de Lausana y Paris” (1982: 229).
- 2 V. Lepschy, 1970: 76-84.
- 3 Cito pela trad. fr. *La Nature Formelle du Langage*, em apêndice à trad. du Seuil de *Cartesian Linguistics*
- 4 Cito pela trad. espanhola da Alianza Editorial, *El Conocimiento del Lenguaje*, 1989.
- 5 Respectivamente, p. 51, 48, 51.
- 6 A tradução de textos em língua estrangeira são da responsabilidade do autor.

Referências Bibliográficas:

- ARISTÓTELES. *Organon*. Tradução e notas de J. Trincot. Paris: J. Vrin, 1984.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holtand Company, 1941 (1 ed. 1933)

- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 6 ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974
- CARVALHO, José G. Herculano de. *Pequena Contribuição à História da Lingüística*. Coimbra: Coimbra Editora: 1984
- CENTRE ROYAUMONT POUR UNE SCIENCE DE L'HOMME: *Teorias da Linguagem/Teorias da Aprendizagem*. São Paulo: Cultrix, 1983 (Trad. do orig. fr. de 1979, ed. du Seuil)
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957
1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press
- 1969a. *La Linguistique Cartesienne*. Paris: Seuil (Trad. do orig. ingl., Cartesian Linguistics, de 1966)
- 1969b. *La Nature Formelle de Langage*. Apêndice a 1969a (texto original em apêndice a *Biological Foundations of Language*, de H. M. Lenneberg, 1967)
1972. *Language and Mind*. Enlarged edition, New York: Harcourt Brace Jovanovich (ed. ampliada de uma monografia de 1968)
1975. *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books
1977. *Dialogues avec Mitsou Ronat*. Paris: Flammarion
1980. *Essais sur la Forme et le Sens*. Paris: Seuil (Trad. do orig. ingl. Essays on Form and Interpretation, de 1977)
1989. *El Conocimiento del Lenguaje*. Madrid: Alianza Editorial (Trad. do orig. ingl. *Knowledge of Language*, de 1985)
- KOERNER, Konrad E. F. *Ferdinand de Saussure*. Madrid: Gredos, 1982 (Trad. do orig. ingl. de 1973)
- LEPSCHY, Giulio C. *A Survey of Structure Linguistics*. London: Faber and Faber, 1970
- MARITAIN, Jacques. *Les Degrés du Savoir*. Nouvelle édition, revue et augmentée. Paris: Desclée de Brouwer, 1932
- MALMBERG, Bertil. *Histoire de la Linguistique*. De Sumer à Saussure. Paris: PUF, 1991
- MATTHEWS, P. H. *Gramática Generativa y Competencia Lingüística*. Madrid: Espasa-Calpe, 1983 (Trad. do orig. ingl. de 1979)
- SAPIR, Edward. *Language*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1939 (1 ed., 1921)
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1931 (1 ed., 1916)
- VENDRYES, Joseph. *Le Langage*. Paris: La Renaissance du Livre, 1921
- [Extraído de *Miscelânea em homenagem a o Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 1995, p. 167-181]

C – EDUCAÇÃO, DIDÁTICA

A fiscalização das leis do ensino

Apurando responsabilidades no rumoroso processo a que vem se submetendo o nosso ensino secundário, tivemos oportunidade de repartir proporcionalmente as culpas com o Governo, os diretores, os professores e os pais. No artigo anterior, publicado neste mesmo local há uma semana, só houve espaço e tempo para apreciar algumas das acusações de que tem sido vítima o Governo, em especial o antigo Ministro Gustavo Capanema, alvo também dos remoques derrotistas que, estranhamente, costumam ser dirigidos a quem, no Brasil, tem oportunidade de ocupar a pasta da Educação. A nossa tese foi que a reforma Gustavo Capanema não merece as críticas, quase sempre superficiais e infundadas, que lhe fazem os seus apriorísticos inimigos. Infelizmente, porém, temos de reconhecer que o nosso ensino do segundo grau não vai nada bem, o que poderá parecer flagrante contradição com o que acabamos de dizer. Entretanto, a resposta a tal objeção é muito simples: não se tem cumprido satisfatoriamente a lei. Ou antes: respeita-se a letra da lei, mas se lhe trai o espírito. E nessa comprometedora comédia pedagógica, todos temos de confessar a nossa parcela de erro: o Governo, os diretores, os professores, os pais, os próprios alunos.

O Governo, que teve o mérito de enfrentar o preconceito científico dominante na mente de tantos pedagogos ditos renovadores, não despendeu suficientes energias para enfrentar as resistências ativas e passivas que se lhe antepuseram. Recuou diante do exame de licença; recuou diante da grita levantada contra o latim e o grego; recuou diante dos interessados em manter a coeducação.

Todas essas recalcitrâncias eram de prever e a própria legislação vigente cuidou de aparelhar as autoridades, de modo que pudessem zelar pela fiel execução da reforma. Entretanto, já o dissemos, a reforma Capanema vem sendo cumprida menos na essência do que nas exterioridades. E, para essa situação artificial, muitas causas contribuíram, dentre elas a confusão existente no espírito público a respeito das verdadeiras finalidades do sistema de inspeção federal.

Realmente, quais são essas finalidades? O maior engano é julgá-las de ordem técnica. Na verdade, o inspetor não recebeu delegação dos poderes do Estado para fiscalizar a ação do professor no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas. Nem tal coisa seria admissível, pois é inteiramente impossível a alguém estar em dia com todas as matérias do currículo secundário. Mesmo

que o Governo se dispusesse a criar um corpo especializado de técnicos incumbidos de zelar pela qualidade do ensino ministrado nos ginásios e colégios ainda que assim fosse, o sistema não daria bons resultados. É óbvio que o professor consciencioso não toleraria tal intromissão nas suas atividades docentes e muitas disputas de escolas se levantariam em detrimento de observações concretas relativas a falhas existentes na organização escolar. Por conseguinte, o inspetor há de forçosamente restringir-se no formalismo da legislação. Redige relatórios uniformemente composto, assina boletins de exames, rubrica as provas parciais, anota, em livro especial, a matéria de certas aulas a que assistiu no todo ou em parte mínima (fato mais freqüente). Escapam-lhe naturalmente atribuições que a muitos talvez se afigurem próprias do seu cargo. Não pode, por exemplo, discutir a nota lançada por um professor, sem, conexamente, divergir do critério do mesmo, o que seria intervir em domínio fora de sua especialidade. Não pode exigir a reprovação de um aluno que o professor julgue merecedor de promoção, e isto por motivos análogos. Cabe-lhe certamente, velar pela honestidade dos trabalhos escolares, mas, insistamos, nesse particular a sua tarefa é mais formal que real. A consequência é que a inspeção – para desespero de muitos inspetores, aliás – se vai tornando cada vez mais burocrática. Inspetores até existem que já ultrapassaram os limites da excessiva burocratização. Trabalhei durante dois anos num colégio de cujo inspetor federal só conheci vagas assinaturas. Participei também de bancas de exame, das quais se acercava o inspetor para sugerir favores em benefício de candidatos de sua predileção. Conheço, por outro lado, inspetores assíduos, trabalhadores infatigáveis, preocupados com os rigores da lei, mas confesso que me comovo diante de tamanhos desvelos, que se mantêm terrivelmente estéreis.

Não digo que a função dos inspetores federais tenha falhado. Afirmo, porém, que em relação à qualidade do ensino ministrado, a sua influência é praticamente nula. A elevação do nível do ensino está condicionada a outras causas, das quais ocupa lugar eminente o professor. Da competência que lhe deve ser exigida e da liberdade de ação que lhe deve ser conferida decorrerá a ascensão ou decadência do ensino de qualquer grau. Friso que me referi a “competência” e não a “diploma”. Todo mundo sabe que pode existir uma coisa sem a outra.

As condições em que se realiza atualmente a inspeção federal só podem concorrer para emprestar aos vários estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo Governo o prestígio que advém do fato de serem os inspetores representantes autorizados do Poder Público. E os educandários, bons ou maus, não se eximem de anunciar: “Sob inspeção permanente”.

Há, pois, muito que consertar nos domínios do nosso ensino secundário. O Governo, que por nefas nos deu uma boa reforma, revelou-se melhor elaborador que executor. Acabamos de ver que o sistema de inspeção introduzido pela reforma Francisco Campos também não é o instrumento adequado para debelar a moléstia que, inquestionavelmente, quebranta os esforços dos bem intencionados. Onde, porém, as causas reais desse mal que todos sentem, mas a cuja identificação segura quase todos se esquivam? Que forças são essas que impedem a execução regular de uma lei que possui os requisitos essenciais para a formação cultural da adolescência?

Nesse particular têm sido especialmente visados os alunos e, destacadamente, os diretores de colégios. Não seremos nós que iremos negar a parte de culpa, e grande, que reverte contra ambos, mas é preciso não esquecer que uns e outros são antes conseqüências ruinosas de um estado de espírito que vem minando os próprios alicerces da civilização a que pertencemos. Eis o que pretendemos explanar mais cuidadosamente em próximo artigo.

(14/06/47 - Jornal não-identificado)

*

O método no ensino do latim

Tivemos ocasião de afirmar (*A Manhã*, de 30 de julho) que a crise dos estudos latinos, tanto no Brasil como no mundo, só poderá ser superada realmente quando as coisas do espírito voltarem a ocupar a posição eminentemente que desfrutaram até o século XVIII. Enquanto lá não chegamos, – o que demandará tempo, vigilância e pertinácia – algo precisa ser feito no sentido da atenuação da crise. Ao nos expressarmos assim, pensamos nos benefícios que um método criterioso pode proporcionar a mestres e alunos.

A palavra “método” evoca atualmente um especiosoritual didático, ligado a certos preconceitos de “escola”, onde sobressaem doutores e discípulos amados. Um complexo de ciências preciosas – biologia educacional, sociologia educacional, psicologia educacional – encontra-se na base desses métodos ditos modernos, os quais são apresentados pura e simplesmente como “o método”. Todavia cumpre não esquecer que ensinar é uma arte e que toda arte pressupõe os dons próprios do artista. Falar do método é, antes de mais nada, falar do professor, encarnação viva da técnica e da doutrina.

Quando se trata da produção de máquinas, a ciência fornece um certo número de princípios, aos quais o artífice deve conformar estritamente o seu trabalho. A isto chama-se “técnica”. É tal o rigor da técnica, que a atividade do operário pode ser dividida em tantas operações, quantos forem os movimentos

matematicamente necessários à fabricação da obra. A técnica é dominada pelo espírito de análise.

Já na arte, a grande arte, a técnica é meramente subsidiária e há de subordinar-se no poder criador do artista. Não existe aqui uma série de movimentos predeterminados, que o artista tem de realizar passivamente (o que é a marca dos medíocres), e sim a visão interior de uma obra por fazer, a que devem obedecer os gestos livres da mão que vibra e trabalha. A arte é dominada pelo espírito de síntese.

O magistério participa da arte e não da mecânica. Por isso mesmo todas as fórmulas de ensino são vãs, caso não encontrem no professor uma autêntica vocação de mestre.

Não queremos dizer que a pedagogia e a didática sejam conhecimentos inúteis. Afirmamos simplesmente que, para produzirem frutos, não devem ser coladas aos estudantes como rótulos e sim que precisam de agir à maneira de estimulantes, que não criam forças, mas desenvolvem as que já existem. Reconhecemos também que o conhecimento da psicologia do adolescente é indispensável não só para um desenvolvimento sugestivo e atraente da matéria, mas também como base de uma ação disciplinar segura e esclarecida. Que significa, porém, a “vocação para o magistério” senão o dom privilegiado de acompanhar intuitivamente as ondulações, na aparência caprichosa, do psiquismo das gerações em flor?

Acrescentemos que da experiência dos melhores professores se podem recolher ensinamentos, decorrentes, aliás, em grande parte, do simples bom senso. A qualidade de uma aula deriva de determinados requisitos de ordem geral, fáceis de aceitar: clareza de exposição, segurança de conteúdo, adequação ao nível da classe, entusiasmo e colorido. O professor que “fala difícil”, que titubeia no decorrer da explanação, que quer “fazer bonito”, que dá mostras de enfado ou que disserta em ritmo de fabordão torna desinteressante qualquer matéria, ainda as que fruem do conceito de atraentes. Aqui o defeito não é do latim, nem do grego, e sim meramente do insuportável professor.

As observações desse assunto que vimos de fazer se aplicam ao lado subjetivo do método e, por isso, tem caráter geral. Outras há, porém, que possuem cunho objetivo e se diversificam de acordo com a espécie da disciplina que se pretende ministrar. Encontramo-nos neste ponto com as qualidades específicas do método.

Tratando desse assunto, devemos inicialmente referir-nos à contenda entre antigos e modernos, ou seja, entre partidários da “gramática irracional” e defensores da “gramática renovada”, a gramática organizada com apoio dos ensinamentos da ciência da linguagem.

Não vemos por que se haja de temer a presença da lingüística no ensino escolar do latim, mesmo no de grau secundário. A alegação de que se trata de ciência muito jovem, cujas conclusões se acham sujeitas a retificações inevitáveis, não procede porquanto a lingüística já tem mais de cem anos de vida e não é mais nova nem do que a geografia humana nem do que a sociologia, as quais hoje em dia são alvo de tocantes homenagens. Por outro lado, é muita ousadia declarar duvidosas as aquisições da ciência da linguagem. Basta ler, com atenção, um livro como “*Le Langage*” de Vendryées, para se ter a demonstração irrefutável do que é e do que vale a lingüística moderna.

É verdade que outros receiam que alguns professores, principalmente os que se iniciam, empolgados por leituras recentes, se desviem do curso da aula, para fazer exibição de cultura filológica. Quem não vê, porém, que o erro não está no método e sim na corrupção? Os que raciocinam desse modo são os mesmos que não viajam pelo ar, porque souberam dois ou três desastres de avião. Para maiores detalhes do problema, pode-se, aliás, consultar, com real proveito o precioso opúsculo de *J. Marouzeau*: “*La Linguistique et L’Enseignement du latin*”.

Essa reserva em relação à lingüística, ou à filologia, como dizem outros, encontramos-la até em autores alertados. *Pierre Du Bourget*, em obra recente de extraordinário valor a que haveremos ainda de voltar mais uma vez (*Le Latin, Comment L’Enseigner Au jourd’hui*, Paris, 1947), declara, por exemplo, que “é preciso desconfiar particularmente do entusiasmo que muitas vezes as explicações filológicas provocam nos alunos”, porque, acrescenta, “apenas lhes despertam a curiosidade” (pg. 149, nota). Adiante, também em nota, refere-se ao “*danger de la philologie*” (pg. 177). Por seu turno, *novoinme* XLV. Fasc. 2 – 3, de 1947, da revista “*Brotério*” editada em Lisboa A. *Freire*, em artigo intitulado “*O Enterro Oficial do Latim*”, diz, com dogmatismo e rispidez, que “a invasão da filologia no ensino das humanidades foi, inconscientemente, o golpe funestíssimo vibrado ao latim e ao grego, como disciplinas formativas.

O autor não ponderou seriamente tais palavras. A filologia, ou antes, a lingüística é perniciosa somente quando no ensino das línguas clássicas, passa de meio a fim. Nesse caso, latim e grego transformaram-se em meros campos de exemplificação de leis da linguagem. Todavia a lingüística é indispensável à correta apresentação da gramática especialmente em relação à fonética e à morfologia.

No estudo das declinações, por exemplo, o velho sistema de fazê-las decorar uma a uma, sem procurar aproximá-las e comunicar-lhes um fundo de racionalidade, é o maior responsável pela ruim fama que se vem atribuindo ao latim.

Vamos exemplificar o asserto. Em vez de distinguir as declinações, empiricamente, pelo genitivo singular, é mais correto distribuí-las pelos temas, aos quais se irão apondo as diferentes desinências, em número sensivelmente menor que as cansativas terminações. Em lugar, por exemplo, de expor as terminações *am, um, em, (im)*, para o acusativo singular, é muito mais fácil, e científico, separar a desinência geral em que, explica-se, deve ser acrescentada aos nomes de tema em consoante.

No domínio da fonética, uma rápida explicação da “*lei do rotacismo*” tornará imediatamente interessante, porque compreensivo, certos fenômenos, à primeira vista aberrantes, como os seguintes, que extraio do conhecido manual de *Niedermann “Phonétique Historique du Latin: flos (nom) e floris (gen. em vez de flosis); esse (infin.) porém amare (também inf. Em vez de amase); haustus (part. Pass.) em face de haurio (pres., em vez de hausio).*

Uma vez assinalada a orientação que nos parece não a melhor e sim a única verdadeiramente séria, é preciso entrar na intimidade desse método, e mostrar como pode ser transformado numa técnica a serviço da flama pedagógica do mestre. É o que faremos em prosseguimento.

(A Manhã, 06/08/1948)

*

Horários e Programas

Os programas de latim atualmente em vigor são os que acompanharam a portaria n.º 26, baixada em 15 de janeiro de 1946 pelo Ministério de Educação e Saúde. Em 22 do mesmo ano e mês, o citado Ministério expediu nova portaria, a qual de n.º 33, anexas à figuravam as Instruções Metodológicas destinadas à execução dos referidos programas. Ambos os atos foram publicados no “Diário oficial”, seção I, de 29-01-46.

Esses programas faziam-se necessários, em virtude da redução do número de horas semanais, que de três na primeira e segunda séries e quatro nas duas últimas, haviam passado a duas em todas as séries dos cursos ginasial e colegial.

Tocamos aqui numa alteração básica. Quem possui experiência de ensino do latim sabe como é profundamente deficitário o mínimo de duas horas por semana que a lei prescreve.

A incidência de um dia feriado, a decretação de pontos facultativos, a falta ocasional do professor ou qualquer outro impedimento do mesmo gênero reduzem algumas vezes esse número à metade, o que, praticamente, significa impossibilidade de um curso sequer satisfatório. Acrescente-se que o mínimo

de duas aulas semanais sobrecarrega de alunos os professores. É que, com a elevação de doze para dezoito do total de aulas que os professores oficiais devem ministrar semanalmente, resulta que, em vez de seis, são nove as turmas que lhes incumbe lecionar. Como em média, as turmas de nossos estabelecimentos de ensino são constituídas de quarenta alunos, número pedagogicamente excessivo, os professores passam a ter a responsabilidade de ensinar a trezentos e sessenta alunos, quando pelo regime anterior, o máximo orçava por duzentos e quarenta. Houve, pois, um acréscimo de três turmas, ou seja, mais cento e vinte alunos, o que significa dispêndio muito maior de tempo na correção de exercícios, sabatina e provas parciais. Se os professores recebessem realmente a remuneração condigna de que fala a lei, não precisariam procurar alhures ocupações suplementares a esse imperativo econômico que ainda mais agrava a situação que acabamos de desenhar. Forçado a um contato furtivo com os alunos, dificilmente reconhecíveis nas turmas superlotadas, tão comuns em nossos educandários, o professor sente a nostalgia inquietante do pouco que honestamente poderia realizar.

Talvez haja disciplinas que comportem o mínimo de duas horas semanais. O latim, porém, como qualquer outra língua, só se deixa realmente aprender por meio de um contato diuturno, que o torne mais familiar, mais acessível, mais íntimo até. O longo intervalo entre as aulas prejudica simultaneamente a mestres e discípulos, porque gerando um ensino descontínuo, obriga uns e outros a uma acomodação periódica, a qual, por ir de encontro à lei psicológica do menor esforço, conduz freqüentemente muitos alunos ao fracasso. Tratando do mesmo problema, em relação, porém, às leis francesas, Pierre Bourguet observa: “Os horários consagrados ao latim foram-se reduzindo desde o século dezessete... Vejam os leitores: quatro horas por dia no século XVII, quatro horas por semana atualmente. Em tais condições a recuperação necessária, já tão difícil, parece muito comprometida.”

Que diria Bourguet das nossas humilhantes duas horas semanais.

Ante esse fato de tão ruinosas conseqüências, nenhuma virtude pedagógica poderão apresentar estas recomendações paternas das Instruções Metodológicas: “com método acessível, ordenado, progressivo e, quanto possível atraente, que desperte nos principiantes interesse e gosto, ensine-se, etc.” *Ad impossibilia...*

Aliás, as mencionadas Instruções Metodológicas, pela importância da matéria que versam, merecem outros comentários. Em primeiro lugar, é discutível que o objeto principal do estudo do latim no curso secundário seja “assegurar aos que tiveram revelado pendor para as humanidades antigas, um conhecimento mais profundo dessa língua”. Se o ensino do latim começa

precisamente no curso secundário, como selecionar os alunos que “tiveram revelado” pendor para as humanidades antigas? Demais o curso secundário é orientado no sentido da cultura geral, básica, que sirva de terreno comum aos diversos ramos do saber. Como falar, pois, em garantir a uma fração apenas dos ginasianos – já que, no segundo ciclo, a maior parte não estuda latim – “conhecimento mais profundo” do latim?

Discordamos também de que o ensino do latim no curso secundário tenha objetivos filológicos. A filologia é matéria de cursos superiores, e, no ensino do segundo grau, a sua presença deve estar antes na formação do mestre que na cogitação dos discípulos. A lingüística de uma gramática escolar, como dizia Bréal deve ser latente.

As Instruções descem a minúcias dispensáveis, como, por exemplo, quando mandam ensinar simultaneamente as desinências femininas dos adjetivos de primeira classe com as dos substantivos da primeira declinação. Demasiado é o conselho, pois fazer o contrário seria impossível, uma vez que as desinências em apreço são forçosamente as mesmas. Não depende da vontade do mestre acompanhar as Instruções Ministeriais nesse passo; ou ele expõe os fatos da língua com objetividade e está certo, ou não os expõe e incorre em fatal erro.

Igualmente inaceitável é a recomendação contida no seguinte passo: “Os trechos explicados em aula deverão ser comentados em todos os seus aspectos”. Salta aos olhos o exagero de tal propósito. Nem em curso superior é dado ao mestre, cujo saber, por maior que seja, padece de inevitáveis limitações, comentar um trecho em todos os seus aspectos.

As Instruções silenciam, infelizmente, quanto a pontos metodológicos fundamentais, como sejam a técnica da tradução ou o tratamento adequado da sintaxe.

Temos, pois, que a exigüidade do horário semanal compromete irremediavelmente o latim nos cursos secundários. Reconhecemos que se pretendeu atenuar a crise, simplificando razoavelmente o programa. O ponto focal, entretanto, isto é, a inserção do programa no horário, continua à espera de solução, porquanto as mencionadas Instruções Ministeriais são, de um modo geral, supérfluas e falhas.

É verdade que se aguarda nova reforma do ensino, ou antes, uma revolução, como a denominou o Ministro Clemente Mariani. Aludimos à futura Lei de Bases e Diretrizes, que talvez venha a sanar as mazelas atuais, pensarão alguns.

O contrário, porém, é que, parece, nos aguarda. Usamos de expressões cautelosas ao entrar nesse terreno, porque ainda nada foi oficialmente divulgado a respeito. Todavia o que tem transpirado não é tranqüilizador.

Pretende-se apenas isto: eliminar o latim do ensino secundário, quer dizer ferir de morte o curso nativo de humanidades. De caráter “formativo” o ensino secundário passará a categoria de mero ciclo “informativo”, pobremente e lacunosamente informativo.

Temos em mãos um exemplar mimeografado do anteprojeto da Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional, o qual traz nome de um dos membros da respectiva Comissão e a data de 11 de outubro de 1947. Não sei até que ponto ainda hoje possa tal documento ser tido como fiel representante do pensamento da Comissão. Exprime, contudo, pelo menos uma vertente que, na aparência, continua a ser predominante.

De acordo com o anteprojeto, fica mantida a atual divisão do curso secundário em ginásio e colégio. Em ambos os ciclos haverá disciplinas optativas. Pois bem, o latim não figura entre as disciplinas obrigatórias em nenhum dos ciclos. Quer isso dizer que apenas alguns colégios religiosos incluirão no currículo o latim, para cujo estudo, entretanto, contarão com a inevitável resistência dos alunos.

Ao lado do grave prejuízo que a projetada supressão irá trazer à cultura da mocidade, hoje tragicamente afogada na competição comercial a que se deixaram arrastar tantos estabelecimentos de ensino, é preciso colocar o descenso de nível do ensino da língua pátria. Momento dos mais esplendorosos do idioma latino, o português só revela o escrínio de suas incontáveis riquezas aos que palmilharem animosamente a estrada que conduz ao velho Lácio. Para ficar num exemplo: que será da gramática histórica sem os rudimentos indispensáveis do latim?

Partimos de um ponto coberto de apreensões: a crise dos estudos latinos. E chegamos a outro ponto, mais torvo ainda: a superação da crise pela eliminação do objeto. Todavia, nem tudo está perdido. Restam os defensores da cultura humanística, norteada pela aspiração de formarem integralmente o homem, corpo e espírito. A esses que, felizmente, são numerosos dedicamos estas palavras impregnadas da mesma fé e imbuídas da mesma esperança.

(*A Manhã*, 20/08/1948)

*

A língua francesa no após-guerra

A extensão e profundidade das conseqüências da guerra são de tal ordem, que não há domínio da atividade humana que lhes possa ficar imune. As repercussões mais aparentes são as que se notam nos terrenos político, econômico e jurídico, mas a violência da subversão nada poupa e a deterioração moral que, hoje, se vai generalizando não decorre de outra causa.

Neste artigo iremos ocupar-nos com uma das conseqüências da guerra, de real importância, muito embora não dotada daqueles caracteres que imprimem ruidosa teatralidade a certos acontecimentos incorporados, com ou sem razão, à memória universal. Referimo-nos aos fatos lingüísticos.

Antes do impiedoso conflito, era da maior relevância a posição do francês nos círculos intelectuais do mundo inteiro. Valia como língua de cultura internacional, em que se podiam entender os mais ilustres espíritos nas artes como nas ciências. Veículo de uma literatura abundante e valiosa, era ponto obrigatório de convergência de quaisquer doutrinas filosóficas ou científicas, dignas de atenção do homem civilizado. Por isso mesmo a sua difusão merecia o epíteto de surpreendente, não havendo recanto do globo onde morresse sem eco a palavra insculpida no idioma comum dos glauco-romanos.

Acrescentemos, para salientar a relevância da observação, que o fenômeno não é só nosso.

Diante de tais fatos, é natural que os vultos mais representativos da cultura francesa se revelem apreensivos e procurem, com indisfarçável ansiedade, determinar se se trata de crise transitória ou irremediável.

Dentre esses, cumpre ressaltar o nome de *R. L. Wagner*, professor da Universidade de Caen. Em livro vindo a lume em 1947 – *Introduction à la Linguistique Française* – dedica ao problema breve capítulo, em que compreendia os dados essenciais da questão.

Wagner reconhece a gravidade da crise, mas, citando um artigo de Etiemble, publicado em 1946, parece querer ligar o fenômeno a causas econômicas, insuficientes, aliás, para explicá-lo. “O francês, escreve, era falado fora de nossas fronteiras, tanto na Europa Oriental como na América do Sul, por uma classe de grandes proprietários de terra, cujo número e importância tendem a diminuir. Há, incontestavelmente, no fato social do fenômeno do retaliamento dos grandes *latifúndia* grave ameaça, porque os novos possuidores de terras são de um meio que, por tradição, fala apenas a língua nacional e não se acha imbuído em grau algum daquela cultura que os proprietários decaídos iam adquirir em nossas universidades”.

Deixando de lado o romance em que as principais personagens são os proprietários decaídos e os novos proprietários – não é absolutamente o caso brasileiro, – não custa demonstrar a marginalidade do argumento. O essencial não é que uma classe conheça tão somente o idioma de seus maiores e sim a espécie daquele que fatalmente deverá aprender, quando desejar ter qualquer parte no patrimônio cultural da humanidade.

Ora, o fato é que a língua inglesa conta, no momento, com trunfos quiçá decisivos. O mundo ocidental é atualmente um mundo anglo-americano, como o oriental é infelizmente russo. O nível da civilização do Ocidente se revela, porém, tão superior ao do Oriente, que constitui a civilização sem adjetivos. Eis porque o inglês falado por mais de cento e cinquenta milhões de indivíduos em todo o globo, é, em nossos dias, o herdeiro presuntivo da hegemonia lingüística que a França parece estar perdendo. Devemos acrescentar a isso uma razão de ordem mais restrita, a qual diz respeito às estruturas lingüísticas de ambos os idiomas e que Wagner assim resume: “uma simplicidade tal, que, se forçarmos um pouco, por meios artificiais, o caráter elementar de sua morfologia e de sua sintaxe (isto é, do inglês), técnicos de propaganda poderiam fabricar um idioma simplificado, capaz de veicular a Bíblia e Shakespeare em *modelo standard*, acessível a um número incalculável de leitores”.

Diante da ameaça, Wagner sugere uma política inteligente (esse atributo é muito pouco objetivo...) de missões, bolsas, intercâmbio cultural, etc., meros paliativos, afinal de contas. Confessemos, porém, que a verdadeira colocação do problema, Wagner não a desconheceu. Temo-la nesta frase definidora – “le français aura, dans le monde, la place que la France elle-même y reconquerra”. Importa, por conseguinte, antes de mais nada, explicar as condições dessa reconquista.

As bombas de Hilter não atingiram, porém, apenas populações indefesas, roubando-lhes os lares e o senso da alegria. Provocaram a abertura de novos sulcos nas páginas de História e um deles parece que ameaça o destino glorioso do idioma que lograra elevar-se às alturas de língua clássica do mundo moderno.

É verdade ser ainda cedo para profetizar o declínio da língua francesa como veículo por excelência da cultura dos povos. Todavia, certos indícios são inquietantes para quantos se acostumaram a identificar espiritualidade com irradiação do sentimento e da inteligência cunhados com o sinete do universalismo gaulês.

A minha experiência no magistério tem demonstrado que, mesmo no curso secundário, a língua francesa não desfruta do antigo prestígio. A sua grande rival, a inglesa, possui presentemente maior força expansiva. Já me tem acontecido perguntar aos alunos, a propósito da lição do dia, a tradução de um

vocábulo nosso em francês ou em inglês, sem que obtenha resposta em relação ao primeiro. Nota-se, aliás, que tem crescido muito, o número das pessoas que falam ou entendem inglês, idioma, que, há vinte anos, era privilégio de alguns iniciados. Deve-se isso, sem dúvida, ao zelo dos governos britânico e norte-americano, que vêm procurando, com pertinácia, difundir o conhecimento da língua de seus países, mas devemos convir, porque isso é o que importa, que tais esforços encontram ressonância fácil na mentalidade das gerações modernas. O cinema, em particular, tem contribuído poderosamente, para que o teor de vida próprio dos Estados Unidos se vá infiltrando em povos de maior receptividade, o que facilita a assimilação do pensamento e da *weltanschauung*, daquela nação. Hoje, a literatura dos nossos irmãos do Norte já atingiu o grande público e as mesmas camadas intelectuais não se mostram insensíveis às doutrinas pedagógicas, filosóficas ou sociológicas que de lá nos chegam.

Aqui chegados, o problema assume aspectos de vasta complexidade. Adiantaremos apenas que, a nosso ver, na idade nova cujos primeiros albores contemplamos, terá primazia o idioma que melhor interpretar os anseios do homem que está abrindo, entre sangue e fogo, um caminho de maior compreensão entre as classes, na ordem interna, e entre as nações na ordem externa. Quer dizer, para uma nova idade um novo humanismo e para um novo humanismo um novo idioma.

Seria injusto desconhecer as possibilidades de renovação da cultura francesa, ainda hoje um dos pontos mais altos da nossa civilização. A voga existencialista, derivada de Sartre, mostra até que ponto continua viva a tradição francesa nos meios intelectuais. Julgamos, portanto, que, uma vez alterada a pressão econômica que aflige a quase todos os povos da terra, o mundo voltará, na maior parte, a alimentar-se nas fontes da secular sabedoria da pátria de Joana d'Arc. Todavia, uma coisa parece-nos certa, a França terá de repartir com outro irmão latino as glórias de intérprete do humanismo da liberdade concreta que está sucedendo ao humanismo da liberdade abstrata de nossos antepassados. E aqui, sem deturpação nacionalista, queremos pôr em revelo o destino que julgamos reservado à língua portuguesa.

A idade nova é mais da América do que da Europa. E na América duas grandes nações emergiram vitoriosas do conflito, com fundas responsabilidades perante o futuro dos outros povos: Estados Unidos e Brasil. É lícito, portanto, esperar, que, no mundo latino, a língua portuguesa venha a desempenhar papel de primeira ordem, equivalente ao que representará o inglês para os povos germânicos e saxônicos. Não lhe falta nem acabamento das formas, nem riqueza de expressão, nem harmonia de conjunto. Sem falar no heroísmo glorioso daqueles que a criaram, idômitos nas guerras e indominados nos mares.

(*Diário de Notícias*, 12/06/1949)

Espírito universitário

Se existe alguma coisa de que o Brasil necessita imperiosamente é de autênticas universidades. Pensa-se muito na disseminação do ensino primário, na alfabetização de adultos, e pensa-se bem. Mas se julgue que o problema das universidades é uma questão burguesa, de interesse privativo das classes possuidoras, preocupadas com a manutenção de uma liderança que sentem lhes ir fugindo. Sem dúvida a função das universidades é preparar as elites dirigentes, mas o conceito de elite não se confunde com privilégios de classe decorrentes da supremacia do poder econômico. Não ignoramos que as duas coisas têm andado juntas muitas vezes e que o título de “doutor” há sido utilizado como uma espécie de salvo conduto para obtenção de sinecuras e posições. Ainda hoje existe quem se rebele contra o “bacharelismo”, mal profundo da nacionalidade, ao qual periodicamente se lançam os anátemas da condenação patrioteira.

Estudo mais profundo revelaria, porém, exatamente o contrário, pois do empertigado bacharelismo caboclo tem a Pátria recebido muito mais benefícios que danos. Data da criação dos nossos primeiros centros de estudos superiores o surto de autonomia intelectual que a história brasileira registra e, se tivemos em congressos internacionais a admiração de povos de elevado teor cultural, devemos-la à teimosia dinâmica de um baiano irredutível, que resolvera desafiar a esfinge de uma pátria em formação.

Universidade não é, porém, um conjunto de estabelecimentos de ensino destinados a conferir graus de conclusão de curso a certo número de cidadãos que nela ingressaram com o objetivo de conquistarem um diploma miraculoso.

Universidade é, antes de mais nada, um estado mental particular, a que o grande Newman denominou “espírito filosófico”. A sua missão específica é a síntese, a estruturação e hierarquias do saber, o alargamento das perspectivas mentais e o aprofundamento da visão compreensiva da realidade. Quem passou pelos bancos universitários e deles não recolheu uma receptividade mais apurada para tudo quanto diz respeito aos grandes e miúdos problemas que agrilhoam o “peregrino do Absoluto” jogou fora um tesouro que lhe viera ter às mãos. Não basta ser capaz de fazer um diagnóstico com invejável precisão, nem argumentar com habilidade nas barras dos tribunais. Quem não se ergueu ao plano de “homem de elite” só passou pela universidade, não soube vivê-la. Ninguém melhor do que o extraordinário vulto do pensamento católico que foi o Cardeal Newman denunciou o “falso universitário”. “O homem de espírito estreito”, disse, “pretende compreender o que de fato não compreende: está convencido de que nada lhe falta por isso um elemento de progresso. Os espíritos estreitos não vêm as dificuldades; julgam-se capazes do converter os outros à sua

concepção de vida e, não o conseguindo, ficam desorientados. Acreditam que sua teoria resolve todos os problemas, refuta todos os argumentos, satisfaz a todas as apreciações. Imaginam-se precisamente na posse dessa verdade capaz de fazer caminhar tudo sem obstáculos. Sempre baralham e resolvem as mesmas idéias. Têm um ou dois sistemas que impõem com pedantismo, venham ou não a propósito: para tudo têm uma explicação à mão.

É para que nos desvencilhemos dessa mentalidade estacionária e possamos pensar com independência os nossos problemas – a independência de uma nação não é somente política ou econômica, mas acima de tudo intelectual – que devemos cuidar de erguer e sustentar as nossas universidades. Universidade, porém, no sentido real da palavra, isto é, no sentido de formação espiritual orgânica, construída em torno de uma verdade essencial e não de miríades de pequeninas verdades, cada uma das quais mais presunçosa e inchada que a rã da fábula. Até hoje – é uma experiência que as páginas da História revelam abundantemente – nenhuma outra instituição conseguiu infundir à arquitetura universitária o sentido de unidade que a Igreja Católica imprime a tudo quanto cria. A verificação do fato é tão curial, que eu não hesitaria dizer ter encontrado o clima universitário a sua mais correta expressão nas faculdades católicas de ensino superior de ciências e letras.

Eis porque se reveste das galas de uma festa nacional o início da construção do majestoso e belo conjunto onde em breves anos irá funcionar a Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Não se trata de obra santuária, nem postergável, mas de uma exigência elemento do nosso progresso intelectual e da penetração cada vez maior dos princípios católicos na alma generosa da adolescência. Se desejamos de fato – e o são patriotismo não pode indicar outro caminho – o rumo de liberdade de movimentos de idéias e da autonomia crítica, sem o que não há legítima soberania nacional, tratemos, com entusiasmo e afinco, de construir tempos de saber universitário para os nossos filhos. Somente dessa forma a renascente democracia brasileira poderá fazer deste solo estremecido aquilo que todos desejamos ver realizado: uma Pátria senhora de seus destinos e consciente da singular vocação histórica que a elegera para continuadora dos novos cantos que algum futuro Luís de Camões haverá um dia de acrescentar aos “Lusíadas”.

(Jornal do Brasil, 21/09/1951)

*

O Latim

“As notícias referentes à abertura de uma crise política na Itália, em decorrência de decisão anunciada pelo Ministro da Instrução Pública, mostram bem o profundo grau de confusão de valores (em grande parte intencional) que lavra no mundo moderno. Um Ministro de Estado, no uso e gozo de suas funções, resolve adotar uma providência, no âmbito do ensino, que, no seu entender, será benéfica para a juventude. Imediatamente desaba sobre ele uma catadupa de doestos. Fala-se em “tentativa reacionária”, em “burocratas medíocres”, em “medida prematura e impensada”, em “pedantes e portadores de perucas”. E, para liquidar-se de vez com tão repulsiva personalidade, dá-se-lhe o tiro de misericórdia: “duro moralista” e “defensor dos bons costumes”. É indignidade demais para um homem só, e não sei como o pobre Oscar Luigi Scalfaro possa sobreviver a tanta má fama.

Afinal que pretendeu (se é que ainda pretende) o enxovalhado Ministro? Esta coisa ignominiosa: reinstaurar o ensino do Latim nas escolas do grau médio da Itália.

Pense-se bem no disparatado da medida. O Latim foi a língua da mais poderosa organização política que, em determinado momento da História, o mundo conheceu: o Império Romano. Nela compuseram poemas ou versaram temas filosóficos ou literários alguns dos maiores gênios da Humanidade: Cícero, Virgílio, Horácio, Ovídio, Catulo... Foi através do Latim que a imperecível cultura grega penetrou no mundo Ocidental. Foi, pois, o Latim portador da estrutura basilar de nossas instituições sociais e políticas: a cultura greco-latina. Mas não bastou. Durante a Idade Média, incorporou o Latim ao seu patrimônio toda a herança judaico-cristã que deu feição definitiva aos contornos espirituais da nossa civilização. Fomos, portanto, todos nós, gerados, nados e criados à sombra e à luz da frondosa e viçosa árvore latina. Nem se deve esquecer que as línguas não são simplesmente veículos da cultura, mas, o que importa precipuamente, *formas* de cultura. E, sem dúvida, a mais importante delas no plano temporal. Por conseguinte, preservar o Latim é preservar a nossa personalidade histórica. Inversamente, combatê-lo é acesso de autodestruição.

Não se trata de considerações meramente teóricas. Posso trazer o testemunho de minha atividade docente, professor que sou e tenho sido ao longo dos anos que Deus me tem concedido. Durante muito tempo lecionei Latim no Instituto de Educação do antigo Distrito Federal. Pois bem, até hoje não encontrei uma aluna sequer que não me tenha declarado espontaneamente que, para a sua boa formação de mestra, muito concorreram as noções de Latim aprendidas no antigo ginásio do Instituto. Muitas chegam a lamentar a deficiente formação que terão as atuais professorandas, que não poderão contar em seu

magistério com o auxílio insubstituível que o Latim proporciona aos que ensinam a língua pátria. Na verdade, até hoje ainda não encontrei ninguém que se dissesse arrependido por te aprendido um pouco de Latim.

Em vez disso, alguns professores um tanto ofuscados pelos progressos da Linguística moderna ensinam aos seus alunos línguas abstratas, como se as línguas fossem meramente um jogo de relações sem qualquer conteúdo histórico-cultural. Na verdade, o ensino da Linguística deve basear-se no conhecimento das línguas historicamente atestadas (não há línguas “naturais”) e não em códigos artificialmente elaborados. E nesse particular, como diziam os antigos, ninguém leva as lampas do Latim.

Vê-se, pois, que o desatinado Ministro Luigi Scalfaro é um tonto desenraizado. Merece os apodos que lhe deram. Mais *à la page* seria, por exemplo, incluir obrigatoriamente no currículo das escolas secundárias de seu país Erotomania ou qualquer outra ciência congênere.

[Carta aos leitores]

(*Jornal do Brasil*, 13/08/1972)

*

Camões nas escolas

É afirmação cediça, embora jamais comprovada, a de que foi a análise lógica que tornou sensaborão *Os Lusíadas* nas escolas. O juízo contrário seria mais fácil de deglutir.

Com efeito, o texto da gloriosa epopéia é sabidamente vazado nos moldes clássicos. Períodos por vezes longos, inversões freqüentes, sintaxe figuradas são obstáculos, sem dúvida, para um perfeito entendimento do poema. Daí a necessidade de comentários, que sirvam de guia por entre o emaranhado de construções não usuais.

Evidentemente o Poeta não pretendeu burlar-se do leitor. Escreveu à maneira da época, valendo-se dos modismos e vocábulos então vigentes, a que a sua invulgar cultura literária emprestou brilho e densidade raros. Analisar, isto é, descodificar a mensagem em termos lingüísticos (para usarmos de linguagem mais ao sabor dos contemporâneos), só poderia, portanto, contribuir para clarificar a trama dos versos e, portanto, tornar o texto mais assimilável. A análise lógica e sintática das estrofes é, pois, o pressuposto necessário para mergulhos quiçá mais profundos na tessitura do poema.

Não me parece, pois, que a análise lógica tenha sido a grande inimiga do poema. O que aconteceu, e que o tempo só fez agravar, foi o desgosto da cultura

clássica. Ou talvez da cultura propriamente dita. Porque cultura é, na essência, saber desinteressado. À proporção que foi ela cedendo lugar ao saber interessado, isto é, posto a serviço do decantado fator econômico, foi também restringindo-se e encastelando-se. Converteu-se em “alta cultura”. Quer dizer, constituiu-se no ônus de uma minoria que renunciou às benesses do mundo para melhor contemplar a gratuidade do conhecimento.

Por conseguinte os que foram em busca do velocino de ouro fizeram-no *sponte sua e*, se se afastaram das fontes do Belo e da Verdade, assim agiram porque preferiram o Útil e isso, obviamente, nada tem que ver com a malsinada análise lógica. Tanto mais, quanto, hoje em dia, sob as vestes sofisticadas de árvores e símbolos formais, está a análise lógica a rir-se despidoradamente de seus incautos detratores.

Mas nada melhor que o exemplo para conferir. Tomemos de uma das formosas estrofes do poema (VI, 64) os seguintes versos:

O coração no peito, que estremece:
De quem os olha, se alvoroça e teme:
(Mantivemos a pontuação da edição **princeps**)

Numa primeira leitura, a compreensão do período se faz obscura. “O peito que estremece de quem os olha?” Que quererá dizer isso? No entanto, se esclarecermos que o adjunto “no peito” deve ser deslocado para a oração seguinte, tudo se desanuvia. O texto então fica assim estruturado: “O coração que estremece no peito de quem os olha se alvoroça e teme”.

Contudo compreende-se que fique bailando a interrogação: “Mas que direito terá o escritor de violar as regras da gramática?” E aqui é onde entra a cultura.

Linguagem não é só gramática. Principalmente a linguagem literária, em especial, na sua forma poética. As regras da gramática valem escoteiramente para o chamado “discurso neutro”, isto é, para aquele que se limita a servir de veículo à transmissão de idéias. Mas linguagem não é apenas matéria através da qual escoo o pensamento; é também **forma**, forma de pensar e de sentir. E, enquanto forma, é arte; precisamente “arte da palavra”.

As artes são meios de expressão que procuram atingir a inteligência e a sensibilidade valendo-se de suportes físicos para a comunicação. Na música, os sons; na pintura, as cores; na dança, os gestos. Na Literatura, essa matéria é a palavra. A palavra, então, constitui-se em algo com vida própria, sujeita agora aos cânones de outras disciplinas que não a Gramática, definidamente a Retórica e a Poética. E conhecimento de Gramática, Retórica, Poética é uma das faces da Cultura.

Retornemos, pois, ao dístico camoniano e ao questionamento do direito do poeta em violar as regras da Gramática.

É claro que nem o vate lusitano nem nenhum de nós pode (nem deve) violar as regras gramaticais. Mas a Retórica e a Poética (valores mais altos) têm razões que a Gramática desconhece. No caso da feitura de versos, é preciso contar com a rima, com a métrica, com o ritmo, com a expressividade verbal, enfim. Demais, no caso presente, não houve, a rigor, nenhuma infração da regra gramatical, pois, em nossa língua, as inversões são perfeitamente toleráveis (*Nasce o Sol, Em Portugal comprei bons livros, Dos ricos a fortuna não invejo*, etc.). Essa liberdade de colocação é mais livre no verso, e o limite é antes o da *aceitabilidade* do que o da *gramaticalidade*, para falar como certos lingüistas modernos.

No exemplo citado, arrimando-nos à Retórica, vemos ter Camões usado de uma *figura de palavra* pertencente à *elocutio*. Trata-se de um caso de *transmutatio* ou *transposição*. Mais especificamente, de um *hipérbato*, que Lausberg assim define: “separação de duas palavras (ou de dois termos da oração, acrescentamos nós) que sintaticamente estão em íntima ligação, por meio da interposição de um membro de frase que não pertencia diretamente àquele lugar”.

A ocorrência não é isolada nos *Lusíadas*. Em II, 91, temos, p. ex.: “A grita se alevanta ao céu da gente” por “A grita da gente se alevanta ao céu”. E, em V, 60:

Eu, levanto as mãos ao santo coro
 Dos anjos, que tão longe nos guiou,
 A Deus pedi que removesse os duros
 Casos que Adamastor contou futuros.

Entenda-se “os duros casos futuros que Adamastor contou”.

(*Voz de Portugal*)

Suplemento Camões – 13/6/80)

*

Burla no ensino

Em editorial de 9/2/81, feriu o JB um tema de grave e urgente interesse em matéria de ensino: o da tentativa de profissionalização do chamado 2.º grau (na verdade de todo o antigo ensino secundário, ou seja, o 1.º grau 2.º estágio e todo o 2.º). Diz o editorialista com a pena e a tinta da verdade: “A lei 5.692,

que criou o ensino profissionalizante obrigatório em todas as escolas de segundo grau do país, foi mais uma lei feita para não ser cumprida – sendo ao mesmo tempo uma lei que criou efeitos perturbadores”.

Ninguém é contra o ensino profissional; muito pelo contrário. O que se combate é a burla que, da noite para o dia, se passou a cometer contra o referido ensino. Todos sabemos que o ensino profissional exige equipamento caríssimo: laboratórios, oficinas, maquinaria etc. Nenhum – mas nenhum mesmo – de nossos estabelecimentos de ensino do 2.º grau (com exceção, é claro, dos que já se destinavam ao ensino profissional) estava em condições de oferecer esse tipo de ensino. E tiveram de fazê-lo por obra e graça de um simples decreto... Daí a burla, o faz-de-conta, a falsificação de um estado de coisas. Procurou-se remediar a situação por meio de um ensino profissionalizante seletivo, isto é, em que as disciplinas a serem oferecidas fossem as constantes de um elenco apresentado pelo próprio Governo. Mas, como era de esperar, também não deu resultado. “Não havia professores capacitados para ministrar as novas disciplinas”, comenta melancolicamente o próprio editorialista, e isto desde a promulgação da Lei.

Evidentemente que o erro está em querer forçar todos os estabelecimentos de ensino médio a serem profissionalizantes. E a solução as autoridades brasileiras já haviam encontrado de maneira exemplar: diversificar o ensino médio em humanístico, industrial, comercial, agrícola etc., todos eles permitindo o acesso à universidade, via vestibular. “por que deveria ser profissionalizante”, indaga sagazmente o editorialista, “um curso que só atende a futuros universitários?” Não há nada de mais antidemocrático. Observa ainda agudamente o editorialista que “a lei do ensino profissionalizante é não apenas uma extravagância, como produz efeitos perniciosos”.

Dentre esses “efeitos perniciosos”, permito-me salientar o que vem ocorrendo com o Colégio Pedro II. Estabelecimento de belíssimas tradições humanísticas, responsável pela formação de um escol de personalidades que atingiram as culminâncias das carreiras que elegeram, tanto na vida pública, como na particular, viu-se reduzido a “fornecer um simulacro de profissionalização” que a nada conduz, a não ser à ruína do excelente ensino humanístico que sempre ministrou. Onde o valoroso Colégio Pedro II, cuja congregação (hoje dissolvida) era autêntico símbolo do que havia de melhor na cultura brasileira?

Cumpre, pois, recuperar o ensino de grau médio no país (cuja terminalidade, aliás, nunca foi negada), exorcizando a danosa Lei 5.692. Ensino profissional, sim; mas do ensino profissionalizante, *libera nos Domine!*

[Cartas aos leitores]
JB, RJ 06/03/81

*

Evasão de professores

Leio, na edição do JB, de 30 de março findo, primeiro caderno, que a Secretária Estadual de Educação, Prof.^a Mariléa da Cruz, muito justamente preocupada com a evasão de seus professores da rede de ensino, vai tomar medidas que suponho enérgicas, no sentido de obrigá-los à permanência no recinto das escolas, mormente os que trabalham no regime de 40 horas semanais.

Ora, segundo velho preceito jurídico, *sublata causa, tollitur effectus*; ou seja, “suprimida a causa, desaparece o efeito”. Evasão (efeito) há realmente, ou até “fuga”, como está no jornal. Cumpre, pois, indagar da causa. Um dos tipos de fuga ou evasão é a aposentadoria, até agora, pelo menos, direito do servidor. A causa próxima é bastante conhecida: o desastroso projeto de reforma da Previdência, que veio para beneficiar e não para prejudicar, como explica o ministro Reinhold Stephanes, e com o qual se pretende defender a incolumidade do Plano Real. Claro que, se não houver ameaças aos direitos do funcionário, a sua tendência será permanecer em serviço.

A segunda causa é mais grave e dolorosa: os ridículos salários pagos ao magistério de primeiro e segundo graus, o que obriga os professores, com prejuízo do ensino e do seu próprio aperfeiçoamento, a ir buscar em outras atividades algo que, somados aos trezentos reais que, no máximo percebem mensalmente, lhes permita sobreviver para poder trabalhar. Portanto, se o objetivo é a fixação do professor na escola, é por aí que se deve começar. O piso salarial para um professor do qual se exige curso normal ou superior e é selecionado por concurso não pode ficar abaixo de R\$ 800,00, e isso num cálculo modesto (compare-se com o que percebe um assessor de Assembléia Legislativa ou Câmara Federal como salário inicial). Com esses salários serão abertos cursos de reciclagem ou aperfeiçoamento, nos quais os professores serão inscritos *ex-officio*, haverá tempo para reuniões destinadas à elaboração de planos de curso, avaliação de resultados, correções de trabalhos, acompanhamento do aproveitamento das classes, etc. As escolas deverão ser providas de bibliotecas razoavelmente equipadas, de salas de trabalho para os professores. Verão que, com essas e outras medidas, de caráter não draconiano, as diretoras terão a alegria de encontrar diariamente os seus professores num trabalho contínuo e satisfeito.

Não há muito tempo (o que ainda se dá com as Universidades Federais, o ensino público era via de regra bem superior ao particular. E isso porque era o Estado que pagava melhor e por isso sempre podia recrutar os melhores professores. Hoje, porém, não apresenta condições para que os seus professores possam dar à cultura a quota merecida. Tudo decaiu: ensino, cultura, disciplina.

No entanto, fala-se na prioridade do ensino básico e na qualidade que o há de reerguer. Desgraçadamente, não se vê o óbvio.

[Carta aos leitores]
30/3/95

*

Resgate do Professor

No número de 23 de julho, estampou O GLOBO artigo da professora Ana Galheigo, atualmente no exercício do cargo de subsecretária estadual de Educação, sob o título “O resgate do professor”. Como professor tem vivência do problema e, pela função que exerce, responsabilidade no encaminhamento de sua solução. Antigo militante do magistério, onde fruí momentos muito mais saudáveis que os da hora presente, era natural que me lançasse à leitura do artigo com particular interesse. Infelizmente, e muito lamento, o desencanto foi em crescendo até o fecho do artigo. Os professores do estado vêm de uma greve que não lhes trouxe o menor benefício, a não ser talvez um enfezado abono de emergência, paliativo que prolonga a agonia, mas não cura o doente. A greve, naturalmente, reivindicava melhoria salarial, dado que uma remuneração mensal para um cargo que exige curso normal ou superior completos, além de prova de seleção, no valor de R\$ 300 para menos, não dá nem para o sustento semanal de um operário sóbrio e honesto. Vejamos, portanto, como a ilustre professora encara a questão salarial do magistério: “O salário é muito importante, sem dúvida! Mas a recuperação do *status* sócio-econômico do professor está diretamente relacionada à retomada da nossa função social para a maioria”. E continua: “Só quando a maioria da população se beneficiar efetivamente de uma educação de qualidade” etc. Quem não vê logo que os dados do problema foram invertidos? Na verdade, aos professores não se impõe a “retomada” de sua função social, porque nunca a interromperam. Com todas as dificuldades resultantes da precariedade de sua situação econômica (de *status* nem há como falar), aos trancos e barrancos, para usar de uma expressão do povo, vêm cumprindo, com sacrifício e consciência do dever, a sua função social, muitas vezes recorrendo aos seus poucos recursos para suprir as deficiências do meio escolar. Ensino de qualidade? Como esperar por esse outro tipo de retomada, se não dispõem os mestres de base pecuniária que lhes permita a aquisição de livros indispensáveis à sua constante atualização ou o acompanhamento de cursos de reciclagem ou aperfeiçoamento? Dêem aos professores do estado (e também do município) salários condignos, e verão por exemplo, que, em vez de evasão da carreira, valores novos irão acorrer às provas de seleção, contribuindo assim para a “educação de qualidade” almejada

pela senhora subsecretária. Quanto aos que, heroicamente, mantêm-se na liça, uma assistência especial do estado permitiria que recuperassem o tempo perdido, pois nem capacidade nem vocação lhes faltam para o exercício da profissão que abraçaram. O difícil é ver o simples, já filosofava o saudoso general Bertoldo Klinger.

[Carta aos leitores]

(*O Globo*, 07/08/95)

*

Eleição de diretores de escola

No INFORME JB, de domingo 22, vem a notícia de que o governador Marcello Alencar sancionou lei pela qual os diretores de escola serão escolhidos mediante eleição proporcional, em que o voto do aluno terá peso de 50%, devendo os outros 50% ser divididos entre professores e funcionários.

Deixemos de lado a situação de inferioridade a que são relegados os professores, a parte mais qualificada do “corpo eleitoral”, tendo-se em vista o processo de seleção a que se submetem para admissão ao cargo que ocupam. Ponhamos em questão somente o procedimento ora implantado.

Em primeiro lugar, despreza-se o sistema do mérito, o único que deve prevalecer; nem eleição perturbadora, nem a prática condenável do pistolão eleitoreiro. E, mais, o que é de suma gravidade, a opção por um sistema totalmente inadequado à natureza das instituições pedagógicas. O processo pernicioso teve início, aliás, nas universidades, por motivos de ordem estritamente política. Tratava-se de elevar às posições de mando os representantes de correntes políticas empolgadas por alas estudantis, os quais, uma vez eleitos e empossados, passariam a submeter-se a ideologias estranhas às finalidades acadêmicas, com grave prejuízo para o ensino, que ainda hoje lhe sofre as conseqüências desastrosas. As autoridades educacionais, como sempre intimidadas e de vistas curtas, engoliram os sapos. Mesmo hoje, procuram-se remédios para os desacertos do ensino universitário em áreas outras, quando a causa primeira reside na politização alienatória da Universidade.

Pois bem, é esse sistema provavelmente nocivo e, no caso, humilhante para os professores, que o Sr. Governador vem anacronicamente instituir nos estabelecimentos de segundo grau da rede pública, desviando os alunos, já tão solicitados por várias formas de diversão, de seu principal dever escolar, o estudo. Tudo ainda muito século XX.

O ensino no Estado vai bem mal: queda de qualidade, evasão de professores, deficiência e precariedade de material escolar. Com essa serôdia inovação tal situação só tende a piorar tal estado de coisas. Também, que se poderia esperar de um Estado que impõe a seus mestres o piso salarial máximo de cerca de R\$ 250,00, ou ainda menos?

(incompleta)

[Carta aos leitores]
21/01/96

*

Professores

Os professores do estado entraram em greve porque se tomou impossível continuar trabalhando com o salário indigno que recebem mensalmente de R\$ 247,59 para o piso do mais alto posto da carreira. O resultado conhecido é o da evasão de mestres, faltas ao trabalho, queda do nível de ensino. O ensino no estado, que há pouco tempo abrigava a capital da República e era um espelho para todo o país, hoje se encontra em lamentável situação de inferioridade no conjunto dos estados da Federação. E, se ainda não entrou em colapso, isso se deve ao sentido do dever do magistério, que está pagando do próprio bolso para cumprir as obrigações docentes. Não creio, porém, que essa greve logre os seus justos objetivos e será até contraproducente, pois a secretária estadual de Educação, professora (creio que o é) Mariléia Cruz, já ameaçou os desamparados professores com cortes em seus salários, o que, na verdade, pouco significa, pois percebem praticamente nada. O governador do estado alega que não dispõe em caixa de numerário para fazer face a qualquer aumento salarial, por mais modesto que seja. Não vê S. Ex.^a que, com essa declaração, decreta a falência do ensino numa unidade da Federação que já foi modelo para toda a Nação. Vejo nisso incompetência administrativa, pois, pelo tempo de seu governo, já o nosso chefe do Executivo teve possibilidades de tomar medidas que impedissem o caos a que atingiu a educação no Estado do Rio de Janeiro. Lembro que o prefeito César Mala, que também recusa aumento ao magistério municipal, fez realizar, por ocasião da chegada de um novo ano, espetáculo milionário nas areias de Copacabana, totalmente inútil, pois a alegria do povo não necessita de acicates oficiais, deixando os seus dedicados professores a pão e laranja, como se dizia antigamente. Lembro também que a Constituição prescreve, no seu art. 205, que a educação é “direito de todos e dever do estado”. Lembro ainda que a mesma Carta Magna, no § 5.º, do art. 211, dispõe que “O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação”, o que poderia ser estendido das empresas

para a sociedade em geral, pois a pequena contribuição de cada um iria concorrer para um ensino fundamental e médio gratuitos e de real qualidade, como era não muito antigamente. Isso diminuiria a corrida para o ensino particular, com apreciável economia dos assalariados da classe média. O que não pode é continuar a vergonhosa situação em que nos encontramos.

O Globo - 30/8/96

*

A escabrosa situação do ensino

É humilhante e insuportável a escabrosa situação em que se encontra o ensino no Estado do Rio de Janeiro. O ano letivo abre-se com um deficit de 5.000 professores, resultante da evasão de mestres em busca de salários condignos e do não preenchimento dos claros, por falta de combatentes. Desorientado, o Sr. Governador apela para urgente contratação de novos docentes, sem prestação de concurso, o que é inconstitucional (art. 37, item II). Mesmo assim, dificilmente conseguiria candidatos, pois o que o Governo oferece é um salário básico de R\$ 200,00, com a obrigação de 20 horas-aula por semana, ou seja, 80 horas mensais. Simples cálculo aritmético mostra que o salário-aula ficará abaixo de 3 reais. Só os desesperados (serão 5.000?) se submeterão a essa espoliação. Valeu a pena ter formação universitária? Melhor ser flanelinha.

Se o Governador Marcelo Alencar quiser realmente salvar a face, pois então que dê uma demonstração de estar assim resolvido. E dê logo o primeiro passo, mandando incorporar ao salário de seus professores o malfadado abono de emergência 02 15 17. E comecemos a pensar no Brasil. Isto é, no povo brasileiro.

[Carta aos leitores]
7/3/97

*

Paulo Freire

Amainado o sentimento nacional emergido com a perda do educador Paulo Freire, já se fez espaço para uma análise serena e mais objetiva de sua contribuição pedagógica. Numerosas personalidades se manifestaram a esse respeito, mas, como era natural esperar de breves pronunciamentos, tiveram de limitar-se a aspectos gerais da obra deixada pelo saudoso pedagogo. Inspirado andou, portanto, O GLOBO, quando convidou o dominicano Frei Betto, pro-

fundo conhecedor da obra do mestre, para dizer-nos algo que melhor situasse o sentido do trabalho do louvado doutrinador desaparecido.

De início convém frisar que a pedagogia do ilustre mestre, particularmente no setor que lhe deu nomeada, o da alfabetização, se dirigia (e dirige) para o ensino de adultos, em especial operários e camponeses, campo de eleição de Paulo Freire para aplicação do seu método. Essa observação é importante, porque está na essência do referido processo de aprendizagem das primeiras letras.

O artigo supracitado do dominicano Frei Betto se intitula, um tanto gongoricamente, mas sem lhe retirar a pertinência, pelo contrário, “Paulo Freire: a leitura do mundo”.

As suas palavras iniciais visam, uma vez mais, a criticar a orientação dos antigos “manuais de alfabetização” e, para isso, tomou por modelo a frase que se tornou paradigmática do processo, assim apresentada: “Pedro viu a uva”. Ora, como todos sabemos, a frase não é essa e sim “Ivo viu a uva”. Poder-se-á argumentar que a questão é de somenos, porque tanto faz que tenha visto a fruta Pedro, Ivo ou Joaquim. Claro que não tanto faz, porque a frase como a redigiu o dominicano desfigura o método que pretendeu condenar. Tal método, dito da *soletração*, graças ao qual, diga-se de passagem, milhões de crianças brasileiras aprenderam a ler e escrever, procura associar no espírito do educando, o sinal gráfico, a letra, o grafema, ao som vocal que lhe corresponde. Essa explicação, no respeitante às consoantes, seguia a ordem alfabética, partindo naturalmente, como é próprio de toda sã pedagogia, do simples para o complexo; ou seja das letras consonantais portadoras de um só valor articulatório (assim *b* sempre igual a *bê*) e daí para, posteriormente, os grafemas a que pode corresponder mais de um som oral, como a letra *c*, que antes de *e* e *i*, vale como *cê*, mas, antes de *a*, *o*, *u*, tem de ser lida como *kê*. No caso em tela, a cartilha havia chegado à letra *v*, e o autor do manual procurou compor uma frase do tipo mais simples (CV, consoante + vogal), de onde as sílabas *vo*, *vi*, *va*. É o conhecido sistema dito do *beabá*.

Ora, colocando-se *Pedro* em vez de *Ivo*, fere-se de morte o método. Introduce-se um grupo consonantal *dr*, por suposto ainda desconhecido do aluno em sua estrutura fônica, e que, por cima, nada tem que ver com a relação letra / som, objetivo do educador: a letra *v*.

No entanto, em sua ótica (que à a do seu mestre Paulo Freire), Frei Betto está certo, pois a Pedagogia que defende tem por fim “conscientizar” (o verbo está nas primeiras linhas do seu artigo) e não *alfabetizar*. Ler o mundo e não ler o texto. Então, ao contrário do que se dá com a pedagogia da *soletração*, o que importa, e o que Paulo Freire mostrou a Pedro / Ivo, foi muito mais que a

singela uva: mostrou-lhe os cachos, a parreira, a ave, as relações sociais “que fazem do fruto festa no cálice do vinho, mas já não vê Paulo Freire, que mergulhou no Amor na manhã de 2 de maio”. Sim Pedro viu tudo isso, só não viu as letras do alfabeto. Por isso continuou analfabeto. Capaz de ler o mundo, mas incapaz de ler o texto. Mas o objetivo colimado pelo método revolucionário tinha sido atingido. Porque “O mundo desigual pode ser lido pela ótica do opressor ou pela ótica do oprimido”. Neste último caso, Pedro não aprendeu a ler um texto, mas adquiriu uma consciência, a do mestre Paulo Freire. Talvez, se tivesse aprendido pela cartilha da soletração, Pedro poderia ter lido outros textos e assim teria podido formar a própria consciência, que não fosse a da cartilha marxista-leninista, a que fora indefeso levado.

Tudo, porém, está dentro da regra do jogo da “pedagogia do oprimido”. Pois, como disse o Pe. Júlio Lancelloti, que oficiou a missa de corpo presente, “Paulo Freire nos ensinou que a educação é um ato político” (está nos jornais). E é como ato político que a obra pedagógica de Paulo Freire deve ser julgada.

[Carta aos leitores]
(*O Globo*, 19/05/97)

*

A entrevista de Paulo Renato

O GLOBO de domingo, 06 de abril, publicou entrevista com o Sr. Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Sousa, na qual se tratou, primordialmente, da reivindicação dos professores universitários por um salário compatível com seus deveres profissionais. A resposta de S. Excia foi a seguinte: “O reajuste linear pedido não depende do MEC, mas da área econômica. E não está nas cogitações do Governo porque dependeria de um reajuste geral do funcionalismo. Hoje isso é impossível. Não há espaço no orçamento de União para um aumento desses. “Adiante, porém, reconhece que “os professores ganham mal”. Na verdade, muito mal.

Fala S. Ex.^a em reajuste “linear”, coisa de que não cogitam, nem cogitaram os professores, pois o próprio Governo já derrubou o reajuste linear. Foi substituído pelo reajuste “diferenciado”, malajambrado eufemismo para esconder o verdadeiro “aumento privilegiado”, que atingiu o estranho “grupo estratégico” do Ministro Bresser Pereira., os cargos de chefia em comissão e ainda as “vítimas” da “antiga política salarial” do Sr. Néelson Marconi (engenheiros agrônomos, fiscais e orientadores de assentamentos do INCRA, oficiais de chancelaria, técnicos de planejamento, e mais alguns outros, que fizeram jus a reajustes de 10 a 200 por cento!).

Não se trata de saber se referidos salários estavam ou não defasados, como é o caso de todos os funcionários públicos federais, há mais de três anos sem um centavo sequer de reajuste. O que se questiona é a discriminação. Os professores universitários são todos portadores de diploma de curso superior, normalmente com pós-graduação em mestrado ou com doutoramento. Demais para ingressar na carreira docente têm de se submeter a concurso de títulos e provas. Que superioridade tem, no serviço público, um ocupante de cargo de chefia, escolhido por critério pessoal, sobre, digamos, um Professor Titular, universitário ou não, como os do Colégio Pedro II?

Cruelmente injusto é o argumento apresentado por S. Ex.^a no que diz respeito à situação do aposentado: “Ele [determinado professor] se aposentou com salário integral e será reajustado sempre que os professores da ativa o forem. Isso não existe em nenhum sistema previdenciário. O Governo tem que pagar hoje outro professor para pagar a aula que ele não dá”. Essa, perdoe-me S. Ex.^a, é de cabo-de-esquadra. Põe abaixo todo sistema previdenciário. O aposentado estaria sempre usurpando o salário que o Governo se vê obrigado a pagar ao funcionário que vier a ocupar o seu lugar! O mesmo para qualquer aposentado, seja ou não do serviço público. Na verdade o aposentado está recebendo os proventos de uma. aposentadoria que já pagou antecipadamente.

Reconhece S. Ex.^a que os professores estão ganhando mal (muito mal, repito). Todavia a União que diz não dispor de recursos para acabar com essa injustiça deu e dá bilhões a bancos falidos, verdade que só de ouvi-la arrepiam-se ao Governo as carnes e o cabelo. A mesma queixa já a articulou com voz lamentosa o Sr. Marcelo Alencar, governador deste outrora habitável Estado do Rio de Janeiro. Mas se Estado e Federação confessam não se encontrarem em condições de promover condignamente a educação do povo, espinha dorsal da soberania da nação, então já selaram a própria falência. Incompetência? Que responda a fabulosa equipe econômica que se assenhoreou dos destinos do país.

[Carta aos leitores]
7/4/98

D – CIDADANIA

Carta ao Presidente Figueiredo

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército João Baptista de Figueiredo.

Escrevo a Vossa Excelência na qualidade de cidadão brasileiro a quem Vossa Excelência faz questão de ouvir tanto nas ruas e praças públicas, quanto por via epistolar.

Tornei-me Professor Catedrático, por concurso de provas e títulos, segundo ritual prescrito pela Constituição da República, do Colégio Pedro II, designação posteriormente mudada para Professor Titular. Todavia, em virtude do chamado “Plano de Reclassificação de Cargos”, eu e meus colegas de Congregação fomos indiscriminadamente rotulados como “Professores de Ensino de 1.º e 2.º Graus”, sem qualquer distinção hierárquica, ao contrário de como corretamente se procedeu em relação aos Professores de Ensino Superior, em igualdade de condições com os demais professores do estabelecimento, para o exercício de cujos cargos jamais se impôs a exigência de prestação de concurso de provas e títulos, inclusive defesa de tese.

Sem dúvida tal reclassificação foi arbitrária, porque: 1º) alegou-se, para justificá-la, um instituto administrativo denominado “transposição de cargos”; mas uma transposição se há de fazer entre cargos do mesmo nível e não entre um cargo de nível superior e outro inferior, o que, além de contrariar o que há de mais elementar em teoria e prática administrativa, constitui grave dano e injúria aos que são atingidos por tão esdrúxula medida; 2º) os textos legais que se referem ao Grupo Magistério, ou seja, o decreto n.º 74786, de 30 de outubro de 1974, e a lei n.º 6182, de 11 de dezembro do mesmo ano, nenhuma referência fazem ao cargo de Professor Titular do Colégio Pedro II, o que configura a situação de “caso omissis”; 3º) finalmente – o que é decisivo – a Constituição da República prescreve no § 3.º do seu art. 153 que “A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

Ora, o direito adquirido pelos antigos Professores Catedráticos do Colégio Pedro II, posteriormente Titulares, é indisputável, pois resultou de um ato jurídico perfeito. Prestaram todos concurso de provas e títulos, com defesa de tese, como ordena a Constituição da República; foram aprovados e classificados; em consequência da classificação foram nomeados por ato do Presidente da República, tomaram posse e entraram em exercício, situação em que ainda se

encontram. Somente uma legislação revolucionária poderia sobrepor-se à Constituição da República, o que, evidentemente não foi o caso, pois a lamentável transposição se deu ao abrigo da legislação ordinária. E não há como fugir ao imperativo jurídico de que a lei ordinária se há de curvar perante os ditames constitucionais, doutrina pacífica, jamais contestada em qualquer parlamento ou tribunal do país.

Acrescente-se que, à época em que se submeteram às referidas provas, confiaram os então candidatos nas garantias que as leis do país lhes asseguravam, inclusive a vitaliciedade de cátedra (art. 194 da Constituição atual, que revigora artigo da Constituição anterior). Do contrário, teriam optado por outra carreira não sujeita a rebaixamentos após longos e laboriosos anos de exercício.

Para corrigir tão anômalo estado de coisas, o atual Diretor-Geral do Colégio Pedro II, Prof. Titular Tito Urbano da Silveira, encaminhou ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura, Prof. Eduardo Portella, expediente devidamente fundamentado, que já há algum tempo percorre os emaranhados caminhos dos trâmites legais. Temo, Senhor Presidente, que os meandros burocráticos, tão carentes de simplificação, como tão limpidamente viu Vossa Excelência, tenham enredado a referida representação num nó górdio que só a espada de Vossa Excelência poderá desatar.

Senhor Presidente, após mais de trinta anos de serviço à causa do ensino em nossa Pátria, vemo-nos rebaixados de categoria e reduzidos a vencimentos incompatíveis com o nível do nosso cargo (xerox anexo), para cuja ocupação as leis da República fazem rigorosas exigências, inexistentes em outras funções superiormente remuneradas. Somos professores de ensino médio, pois, para o exercício de nosso cargo, exige-se diplomação em curso superior. Demais, Senhor Presidente, em nosso caso específico, sentimo-nos esbulhados, pois o mesmo sentimento teria, estamos certos disso, um oficial de patente superior que fosse “transposto” para o posto de oficial subalterno, ou um Desembargador compelido a voltar à função de Juiz Substituto.

Não contestamos o direito que assiste à alta administração pública de extinguir, se assim julgar conveniente, o cargo de Professor Titular do ensino de 1.º e 2.º Graus. Mas com respeito absoluto dos direitos legitimamente adquiridos pelos que, pelo próprio esforço, ascenderam à posição de Titular. Em casos assim, a legislação brasileira sempre respeitou a situação legalmente amparada dos funcionários em exercício, declarando extintos os cargos, à proporção que fossem vagando. Proceder de outro modo, além de contrariar toda uma sadia tradição administrativa (cremos que imperial e republicana), seria ferir frontalmente o texto expresso da Carta Magna do país.

Senhor Presidente, é em nome da mais estrita justiça que apelamos para a corajosa consciência de homem público de Vossa Excelência, Supremo Magistrado da República, no sentido de vermos, finalmente, sanada a anômala situação a que fomos levados, agasalhando os termos do recurso encaminhado ao Ex.^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura pelo Diretor-Geral do Colégio Pedro II, em fase de andamento.

Aproveito a oportunidade para, agradecendo a atenção que vier a merecer, apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

(26/12/79)

*

O governo e a nova lei do IR

Senhor Redator:

Notícia a imprensa que está nas cogitações do Governo a elaboração de uma nova lei do imposto de renda, medida oportuna e alvissareira para os assalariados, as maiores vítimas da voracidade do Leão, que vive a taxar os ganhos do trabalho, esquecido de que os ganhos de capital é que deveriam ser a sua meta prioritária.

No momento, porém, quero restringir-me a reclamar o cumprimento do art. 153, § 2.º, item II da Constituição-Cidadã, segundo o qual o imposto de renda “não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho”.

A todo-poderosa Receita Federal ignora soberanamente esse preceito constitucional. Senão, vejamos. Introduziu na Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 6.º, item XV, o seguinte texto: “Ficam isentos do imposto de renda (...) os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até o valor equivalente a cinquenta OTN, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade”.

Como, em grande parte, a redação do artigo repete a do texto constitucional, pode ficar a impressão de que a Lei Magna foi respeitada. Mas é só aparência; na verdade, o artigo não isenta coisa nenhuma. Apenas permite a *dedução* de inexpressiva parcela a título de *isenção*. Basta, aliás, olhar para os

demais itens do art. 6.º para se verificar que o único em que se transforma isenção em dedução é o infeliz nº XV. Na realidade, a Receita Federal nada trouxe de novo, como era seu dever, pois os constituintes não legislaram em vão. Simplesmente transpôs para o referido item XV o que já vinha praticando antes da promulgação da Constituição e não tinha nenhum caráter de isenção. Para comprovação do asserto, basta tomar qualquer *Manual de Orientação*, expedido pela Receita Federal anterior a 1988 (o de 1986, p. ex.). Lá está na p. 16: “Se você completou 65 anos até 31/12/85, indique na linha 30 o valor de Cr\$ 4.840,00”(dedução permitida). E acrescenta-se: “Este abatimento não pode ser utilizado pelos contribuintes que tenham optado por incluir como rendimento não tributável os proventos da aposentadoria ou parte deles”. Iludir-se-ia, porém, aquele que julgasse estarem então isentos do IR os aposentados com mais de 65 anos. No fatídico *Manual* lê-se na p. 7: “você deve declarar a parte dos proventos excedente a Cr\$ 25.620,00”. Portanto havia duas coisas: a) parcela a deduzir por aposentado ou reformado com mais de 65 anos e b) parcela a deduzir por contribuinte com mais de 65 anos. O declarante poderia optar, conforme o caso, por uma ou outra. A Constituição, porém, inovou: mandou *isentar* do imposto de renda os rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão pagos a maiores de 65 anos. Se fala em *limites*, estes destinam-se a circunscrever a área de não-incidência do imposto, de modo que, dentro dela, caibam somente os rendimentos constituídos exclusivamente de frutos do trabalho, como prescreve a Constituição. Nada disso, porém, ocorreu, e o aposentado com mais de 65 anos continua pagando o imposto de renda como sempre o fez. E, se tiver mais de uma fonte de renda (caso comum entre os professores, sempre mal pagos), é o pobre aposentado condenado a uma declaração trabalhosa, confusa e maldosa, que a própria Receita Federal anda às tontas com a entrega das declarações anuais de rendimentos e por isso teve de prorrogar até 31 de maio o prazo da entrega das declarações dos contribuintes, fato inédito na história financeira do país. E, se nem “eles” sabem proceder, como exigir do contribuinte exação em sua declaração, ameaçando-o com multas, correção monetária e quiçá prisão?

Vamos, pois, Ministra Zélia, corrigir todas essas injustiças. E fazer com que a Constituição seja realmente respeitada.

[Carta aos leitores]
O Globo, 26/4/90

*

Tumulto nas declarações de IR

Senhor Redator:

Já não é segredo para ninguém que o procedimento para o preparo das declarações de renda este ano está gravemente tumultuado. Tudo por culpa da Receita Federal e da avidez fiscal do Governo anterior, que, sob o pretexto de igualar os descontos de imposto na fonte, obrigou arbitrariamente os contribuintes com mais de uma fonte de renda a uma declaração mensal, sem excluir a anual, agora eufemisticamente denominada “declaração de ajuste”. O resultado é a maior confusão e iniquidade jamais vista em tal setor da administração pública. O prazo para entrega das declarações, já prorrogado, vai até 18 deste mês (quem o exceder terá de pagar em cruzeiros e não em cruzados novos), e até à presente data há repartições que ainda não receberam, para entregar aos funcionários, as respectivas declarações de rendimentos, sem as quais é impossível preencher o formulário azul!

Instaurou-se assim, na área financeira, a maior violação ao art. 5º da Constituição da República, segundo o qual todos são iguais perante a lei. Pois a própria Receita Federal criou dois tipos de contribuintes quanto ao imposto de renda: os de declaração simples e os de declaração “trabalhosa”. A primeira se faz em cinco minutos (ouvi isso, na televisão, de um funcionário categorizado da Receita Federal) e a outra, bem... a outra, depende de “trabalho braçal” (!...). Com isso quis o dito funcionário insinuar que, do ponto de vista “intelectual”, não há qualquer dificuldade para o preenchimento do formulário azul, privilégio das vítimas do Leão. Se não fôssemos tão “burros”, talvez não nos estivéssemos a queixar da carinhosa Receita Federal. Mas a verdade é muito outra, os próprios tributaristas andam às aranhas com o Manual de 1990. Ninguém se entende, nem a própria Receita Federal, que até agora não se desincumbiu da remessa das indispensáveis declarações de rendimentos, de forma completa. O fato é que toda uma encarnação não seria suficiente para desenrolar os embaraços criados pela Receita Federal com o malfadado, iníquo e inconstitucional Mensalão, ou antes, Mensaleão.

Por favor, Ministra Zélia, intervenha para pôr um pouco de ordem e justiça na Receita Federal.

[Carta aos leitores]
(9/5/1990)

*

Mensalão

(...) Leio que está nas cogitações da Ministra Zélia a extinção dessa desastrada e desastrosa forma de tributo, o mensalão (ou melhor, “mensaleão”). O pretexto para a introdução da malfadada cobrança foi uma cerebrina distinção entre o “contribuinte que recebe de uma só fonte” e o que “recebe de mais de uma fonte”. Fazia-se assim brutal discriminação entre contribuintes, a afrontar o artigo 5º da Constituição. (...) Penalizava-se o contribuinte com mais de uma fonte de renda, (...) forçando-o a 12 declarações anuais (mensalão), além de uma, no final do ano, que agora tem nome economês de “declaração de ajuste”. O pretexto de que o contribuinte com mais de uma fonte era descontado menos na fonte (...) não procede. Se isto ocorresse, chegada a declaração anual (...), o imposto devido (...) seria adequadamente ajustado, como sempre aconteceu. (...) Consta que o Governo pretende reformular a atual lei do imposto de renda (...) É urgente que o faça, pois a Lei 7.713 (22/12/88) está inçada de injustiças e mesmo ilegalidades. (...) O mensalão, portanto, já vai tarde. Que a terra lhe seja bastante pesada.

[Carta aos leitores]
O Globo, 30/04/1990

*

O Sr. Justino Rezende protesta

Sr. Redator,

Na edição de 14 do corrente mês, o Sr. Justino Rezende protesta, com inteira razão, contra o não-cumprimento pela Receita Federal do art. 153 da Constituição da República que, no inciso II do seu § 2º, declara expressamente que o chamado imposto de renda “não incidirá... sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos de trabalho”. O texto é claro, claríssimo, mas, infelizmente, algum inimigo do gênero humano (cui prodest?) enxertou naquele espaço ocupado acima pelas reticências o seguinte: “nos termos e limites fixados em lei”. Disso se valeu a Receita Federal para limitar a não-incidência constitucional a 50 OTN, como consta do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (veja-se a admirável rapidez com que essa Lei foi elaborada, votada e sancionada, pois a Constituição-Cidadã é de 5 de outubro do mesmo ano de 88!).

Não se julgue, porém, que esse “generoso” limite (que, de fato, anula a prescrição constitucional) resulta do texto imperativo da nossa Lei Magna. Muito pelo contrário. A Receita Federal valeu-se daquela restrição esdrúxula para eliminar uma das deduções que vinha beneficiando os maiores de 65 anos. Pois, anteriormente à Carta Magna, como se pode ver de qualquer Manual de Orientação até então distribuído, a RF permitia dois tipos de dedução para maiores de 65 anos: um que incidia sobre proventos de inatividade e outro sobre rendimentos de maiores de 65 anos de maneira geral (não podiam ser cumulativos). Pois bem, este segundo caso foi suprimido da ominosa Lei nº 7.713. Mas o que ficou nada tem que ver com a isenção determinada pelo art. 153 da Constituição Federal; a RF continuou a fazer pura e simplesmente o que já vinha fazendo, apenas com outro nome. Fique bem claro que dedução de parcela, mormente nas bases fixadas pela RF, não significa isenção de imposto, como está no texto constitucional; limite de isenção exige um teto e não um desconto irrisório e protocolar. Tem, pois, razão o leitor Justino Rezende: a Constituição da República não está sendo cumprida pelos que tinham o dever exemplar de fazê-lo. Os idosos, que têm recebido do Presidente Collor, jovem que não desconhece a dívida da Nação para com os seus velhos batalhadores, especial atenção, não vêm sendo tratados com o mesmo respeito por alguns setores da administração federal. Mas já lá diz o antigo prolóquio: Não há nada como um dia depois do outro.

[Carta aos leitores]
15/01/1991

*

Inquérito parlamentar... probidade

Sr. Redator,

A agitação parlamentar resultante de um inquérito destinado a apurar a probidade no comportamento de determinado cidadão em suas transações financeiras com reflexos na área estatal fez voltar à tela uma figura que vinha sendo desprezada e até escarneada: a da *moral*, agora pudicamente revestida com a túnica menos comprometedora de *ética*. Sintoma desse estado de espírito é o artigo do Sr. José Murilo de Carvalho, publicado na edição de 11 do corrente deste jornal, sob o título “O udenismo e a velha esquerda”.

O tema da moralidade fez ressurgir uma das mais nobres bandeiras da antiga UDN, o da exigência de serem escolhidos cidadãos probos para o exercício de cargos públicos. Esperava-se, portanto, que o Sr. José Murilo de Carvalho viesse fazer justiça aos udenistas históricos, no seu afã de estender à

vida pública os predicados de honradez inerentes a todo cidadão digno desse nome. Estranhamente, porém, o articulista, defendendo uma tese extravagante, veio condenar a velha UDN exatamente em nome da moralidade. E a razão em que procura apoiar-se é a de que a moralidade que o partido então pregava “era hipocrisia, era elitismo”. Lembrou-se aí o articulista de um nome impoluto, o de Milton Campos e resolveu poupá-lo. Fala em “poucas exceções”, mas, exceções ou não, eram as que definiam a real presença da UDN no cenário político do país. Ou será que também havemos de ter por hipócritas cidadãos como Hamilton Nogueira, Gladstone Chaves de Melo, Afonso Arinos, Virgílio de Melo Franco, Oscar Dias Correa, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro (e pedimos perdão pelas omissões)?

No entanto, a verdade é o avesso do que pareceu ao articulista.

Os esquerdistas de ontem e de sempre foram os que, por rezarem pela cartilha marxista, jogaram esse labéu em seus adversários udenistas. É que, como se sabe ou se precisa saber, a doutrina marxista considera a moral, assim como as demais manifestações culturais do espírito humano, um epifenômeno, ou seja, uma superestrutura ideológica. Os próceres do udenismo, membros da opressora classe burguesa, não seriam os paladinos da moral *tout court*, mas de uma das formas históricas dessa moral, dita *moral burguesa*. Para um marxista consciente, portanto, a moral não existe. Numa sociedade do tipo capitalista, a *moral proletária*, como proclamava Lenine, está inteiramente subordinada aos interesses da luta de classes e serve exclusivamente para reverter a estrutura econômica montada pela classe dominante, e nesse afã são lícitos todos os meios disponíveis, pacíficos ou violentos, éticos ou não.

Uma onda moralizante de inspiração marxista não tem, portanto, nenhuma cara de modernidade. É preciso, pois, não confundir a ética democrática, que é a ética propriamente dita, com a ética marxista, mero recurso estratégico na luta pela consecução do poder. A moralidade arvorada em flâmula de combate pelos notáveis da UDN, que encontraram no legendário brigadeiro Eduardo Gomes, o símbolo e penhor da sinceridade de seus propósitos, nada tinha, portanto, de hipócrita. Muito pelo contrário, pois não via a ética como um instrumento ocasionalmente útil na arena política. Demais, a ética é inteiriça, impera tanto na vida pública como na particular, não pode ser servida em fatias.

[Carta aos leitores]
(12/8/1992)

*

Sobre plebiscitos

Apesar do famoso conto de Artur Azevedo, tudo leva a crer que continuamos sem saber o que é plebiscito. Na propaganda televisiva, aparece um locutor, apregoa as virtudes do sistema que lhe cumpre defender, mas, logo a seguir, surge o seu sucessor para “desmentir” tudo o que foi dito antes. O dr. Paulo Brossard tentou intervir para limpar a área, mas parece que a sua palavra, douta e pausada, não alcançou o objetivo visado. Talvez, então, seja melhor voltar ao ponto de partida e procurar responder à pergunta do garoto: “Papai, que é plebiscito?” Eis o que vamos tentar fazer. Plebiscito é palavra de origem latina, formada pela junção de duas outras palavras: *plebs* “a plebe” e *scitum* “a decisão”, de onde *plebiscitum* “a decisão do povo”. Plebe aí não tem nenhuma conotação pejorativa; significava apenas a parte do povo romano, a grande maioria, que se opunha aos patrícios, a minoria, muito escassa realmente, dominante. Posteriormente, com a constituição da realeza, a plebe passa a opor-se à nobreza, a casta dos privilegiados de sangue azul. O que não impediu, aliás, que, mais de uma vez, o príncipe preferisse uma plebéia para casar-se. Como na romântica estória da Cinderela. Atualmente, plebiscito é uma consulta que o Governo faz diretamente ao povo quando tem necessidade de uma decisão fundamental para o andamento dos negócios do estado. Ou, mais restritamente: consulta direta ao corpo eleitoral, ao cidadão-eleitor. Vê-se, pois, como carece de sentido o recente “plebiscito interno” realizado pelo PT, para decidir a respeito do voto que deveria impor aos seus filiados. O erro está em vincular o plebiscito a uma legenda partidária, o que é negar a essência da consulta, que é direta ao povo, sem a intermediação de agremiações de qualquer natureza. O plebiscito está fora e acima dos partidos. O Governo que pergunta e o eleitor que responde são os únicos interlocutores admitidos nesse diálogo decisório. Não há voto de legenda, o voto pertence exclusivamente à consciência política do cidadão eleitor. Não assiste, pois, a mais mínima razão ao sr. Lula da Silva, quando declara que “o plebiscito interno” foi o maior evento democrático já realizado pelo PT. Ao contrário, foi um dos maiores equívocos de seu percurso doutrinário. Pretendendo espartilhar a consciência do seu filiado enquanto cidadão da república (e, nesse sentido, é que foi convocado a manifestar-se), converteu-se tal plebiscito num ato de violência partidária, portanto anti-democrático, inconstitucional e, pior que tudo, vulnerador da própria natureza do comício. Trata-se, portanto, de um ato nulo, pleno jure. Que impede possa a direção do PT impor qualquer espécie de sanção ao filiado que vier a “desobedecer” aos ditames do seu malogrado “plebiscito interno”.

[Carta aos leitores]
O Globo, 01/04/1993

*

Baixos salários

Em carta ao JB o Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Noel de Carvalho, procurou rebater afirmações da leitora Regina de Oliveira, com relação aos baixos salários pagos pelo estado aos seus professores. O secretário confirmou (...) “que o menor salário pago ao professor do Rio de Janeiro é mais que o dobro do que ganha um professor da rede estadual de São Paulo, com a mesma carga horária”(…); que os referidos CR\$ 75 mil são “o mínimo que recebe um professor que esteja em sala de aula e que cumpra as 44 horas semanais, como qualquer trabalhador brasileiro”.

Confronto essas declarações com o que disse o sr. Noel de Carvalho ao JB, na edição de 21/11/93: “O piso do professor está em torno de CR\$ 18 mil, mas como a maioria dá 40 horas aula, o valor duplica”. Se duplica, penso eu, passa de 18 para 36. Como chegar então aos CR\$ 75 mil (ou CR\$ 77 mil, como consta na edição de 25/11)?

Note-se que o salário de CR\$ 77 mil é atribuído a professor de 2º grau, em início de carreira. De onde se conclui que um professor de 1º grau, em início de carreira, com a mesma carga horária, ganha ainda menos. (...)

Reconhece o secretário que essa remuneração é muito pequena, pois diz que gostaria de elevar os salários dos professores para US\$ 1 mil, (...) “mas isto só será possível quando o quadro de professores, em sua totalidade, se profissionalizar”. Não sei o que o secretário entende por “se profissionalizar”. Sei porém que um professor de ensino médio é um profissional de nível superior, pois para o exercício da função, é exigida formação universitária. Ora, um professor universitário, que também é um trabalhador brasileiro, quando em regime de tempo integral, que é de 40 horas semanais, percebe o dobro do que ganha um colega que cumpre 20 horas semanais, e o seu salário integral conserva-o, mesmo depois aposentado.

O que realmente indica quanto ganha um professor, como se dá com qualquer trabalhador brasileiro, é o piso salarial. Este em novembro era confiadamente CR\$ 18 mil (numa ocasião em que o salário-mínimo era de CR\$ 15 mil e hoje ultrapassa os CR\$ 32 mil). O governo federal concedeu em novembro aos seus funcionários um reajuste de 40% e prepara-se para conceder no reajuste em janeiro, agora de 190%. O governo estadual continua mudo e quedo.

[Carta aos leitores]
Jornal do Brasil, 09/01/94

*

Comentário a artigo de Fernando Pedreira

Senhor Redator,

Muito estranhei, e deplorei, trecho do artigo do Sr. Fernando Pedreira, de que sou leitor assíduo, estampado na edição do JB, de domingo 13 do corrente, sob o título “Fronteiras (novas e velhas)”. Refiro-me à passagem em que o autor faz considerações de ordem sociopolítica a respeito do Rio Grande do Sul, a qual, embora um tanto longa, não posso deixar de transcrever: “O Rio Grande, entretanto, é a exceção, embora uma exceção que conta, e muito. O Rio Grande é “platino”; é a nossa ligação, nosso traço de união com a América hispânica; uma espécie de não-Brasil ou um “outro” Brasil dos pampas. Teria sido ótimo se os nossos tataravós, se o barão do Rio Branco e o próprio Imperador tivessem sido menos zelosos (e mais sábios) e tivessem deixado a fronteira do Uruguai escorregar um pouco mais para cima, até a região da Colônia, até as montanhas do norte do estado, que já se confundem com Santa Catarina e seus colonos alemães e italianos”.

O trecho supra contém profunda injustiça para com nossos patrícios gaúchos, além de fundar-se em perspectivas históricas inaceitáveis.

As nossas fronteiras no Sul não foram obra apenas de acordos diplomáticos, mas resultaram essencialmente de longas e penosas lutas entre hispano-americanos e luso-brasileiros, nas quais os riograndenses se distinguiram pela bravura e tenacidade com que apoiaram as forças portuguesas em combate contra os invasores espanhóis. É o que a história isenta do Brasil nos revela, em relatos a que não faltam lances épicos, à espera de uma tuba canora e sonora.

O Sr. Fernando Pedreira cita os nomes Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, Getúlio, Jango, Brizola como exemplos de caudilhismo. Caudilhos foram ou são, mas caudilhismo não significa antibrasilidade. É um dos traços da fisionomia socio-histórica do Rio Grande do Sul, como outros, a exemplo do cangaço e do coronelismo (cito sem qualquer juízo de valor), marcam diferentes regiões brasileiras. Getúlio Vargas, citado, foi o político brasileiro de maior repercussão nacional no período republicano. O seu enterro, no Rio de Janeiro, converteu-se em apoteose que repercutiu nos quatro cantos do país. Getúlio incorporou a seu governo conterrâneos de alto valor intelectual e lídima brasilidade: Oswaldo Aranha, personalidade que se projetou no cenário internacional; João Neves da Fontoura, modelo de luso-brasilidade; Lindolfo Collor, pai de nossa legislação trabalhista. E a floração continuou e continua: Armando Câmara, Raul Pilla, Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari. Na área das Letras, entre muitos outros, honram e enriquecem a literatura brasileira um Érico Veríssimo, um Simões Lopes Neto, um Moysés Vellinho, um Raul Bopp,

um Mário Quintana. E, se quisermos ouvir uma voz neutra, é só ler o artigo sobre “*La brasilidade du Rio Grande do Sul*”, do professor catedrático da Universidade Paris-Sorbonne, Paul Teyssier, primeiramente comunicação apresentada ao Congresso sobre *Unidade e diversidade da América Latina*, promovido em 1982 pela Universidade de Bordéus, e agora incluído em *Etudes de Littérature et de Linguistique*, Paris, 1990. Desse trabalho permito-me extrair um trechinho, onde está condensada a conclusão do autor: “Assim a geração modernista foi caracterizada no Rio Grande do Sul, como em todo o resto do Brasil, por um nacionalismo muito forte. Os intelectuais dessa região queriam antes de tudo afirmar a sua brasilidade. Sua situação particular de brasileiros de fronteira não fez senão exacerbar esse traço geral” (tradução de minha responsabilidade).

É lícito, portanto, esperar que o Sr. Fernando Pedreira, sempre tão lúcido em suas análises sociopolíticas, venha a retificar o que deixou escapar nas linhas supratranscritas, talvez ao embalo de uma mordacidade que se apoderou do texto. E que não volte a contribuir com bom condimento lançado ao corruptor e miasmático caldeirão separatista, mexido e remexido bolorentamente por um senhor Hirman Marx, de triste memória.

[Carta aos leitores]
15/11/1994

*

A absolvição de Collor pelo STF

Senhor Redator:

A absolvição do ex-presidente Collor pelo Supremo Tribunal Federal do crime de corrupção passiva que lhe foi imputado pela Procuradoria Geral da República tem provocado reações tempestuosas e descontroladas. O alvo são magistrados da Suprema Corte de Justiça do país que não sentenciaram de acordo com os humores e expectativas de setores que sempre se opuseram ao presidente anteriormente eleito. Em vez de argumentos fundamentados na lei ou nos elementos constantes do processo, desencadeiam-se doestos, aleivosias, injúrias. Fala-se em “técnica imbecil”, advoga-se o fechamento do próprio Supremo Tribunal Federal, declarado “instituição perniciosa ao processo democrático”, cujos membros não passariam de “esses caras que estão aí no Supremo”. Serão desabafos explodidos em momento de forte emoção. Muito bem. Mas precisamente tal comportamento é que não se há de exigir da compostura devida a uma corte de justiça numa sociedade democraticamente organizada. Longe do alarido das passeatas, da exibição das caras pintadas (imitação de militares rebeldes argentinos levantados em armas contra a ordem democrática vigente em seu país), da agitação das ruas, num ambiente de

silenciosa tranqüilidade, é que terá de se ir conformando o voto sereno, justo e refletido imposto pela dignidade da toga. Tudo isso está inscrito nas regras do jogo democrático. Portanto, querer virar a mesa quando o jogo não está a nosso favor é que não é nem atitude democrática, nem muito menos ética.

Não se trata de defender o ex-presidente, ofício do seu advogado, e sim de postular o respeito devido a um dos mais altos poderes da República.

Nem se diga que o Presidente Collor ficou impune. Foi punido até duas vezes pelo Poder Legislativo e por “crime de responsabilidade”. Primeiro com a perda do mandato, segundo com a cassação dos direitos políticos pelo prazo de oito anos. Ao Supremo Tribunal Federal coube por dispositivo constitucional a competência para o julgamento de outro tipo de delito, o chamado “crime comum”, de natureza jurídica e não política. Por isso a palavra exata, discreta e ponderada veio na voz ativa e sóbria de um magistrado, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Octávio Gallotti: “O Supremo não pode ser reduzido a um instituto de opinião pública. Como guardião da Constituição não deve ser conduzido por um suposto clamor público, mas agir de acordo com a consciência de seus ministros”.

[Carta aos leitores]
21/12/94)

*

Otimismo... nosso governo da República

Senhor Redator,

O otimismo com que foi recebido o novo governo da República parece ter-se esvaziado em 24 horas. Sem dúvida continua a Nação a confiar na integridade e patriotismo do presidente recém-empossado. Mas o descabro de várias administrações anteriores mergulhou o país num caos econômico surpreendente. Áreas esgotadas nos “tesouros” estaduais, déficits vultosos e insolúveis nas caixas dos bancos das grandes unidades da Federação, a Previdência em pânico...

Herança calamitosa foi a que coube ao governador Marcelo Alencar. Já confessou que não sabe como pagar os miseráveis e defasados salários dos expoliados funcionários do Estado. No entanto (a notícia consta da edição do JB, de 31/12/94, p. 7 do 1.º caderno), o dinheiro parece sobrar em outros setores. Na mesma sessão em que as lideranças partidárias asseguraram a aprovação do Orçamento para 1995, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou resolução segundo a qual cada deputado adquire direito a ter, em vez de 17, 20 assessores! São mais de 210 cargos, cujos salários vão de R\$ 900,00 a R\$ 1.500,00, sem contar o reajuste de 64,85% previsto

para o presente mês de janeiro (portanto, na verdade, os salários vão de R\$ 1.400,00 a R\$ 2.400,00 apte.). Enquanto isso, um professor no topo da carreira, de nível universitário (pois, para o exercício do cargo, precisa ter curso superior), concursado, percebe o salário base de R\$ 178, 27, que, com alguns acréscimos (triênios, abono, regência de turma), pode aproximar-se de trezentos reais. Não admira, pois, que a indignação do magistério estadual já tenha chegado às ruas.

Onde não está implantado o sistema do mérito, não há democracia.

[Carta aos leitores]
(5/1/95)

*

Novo governo... palavras mágicas

Sr. Redator,

O novo governo da República entrou em exercício num ambiente de forte otimismo e animosa confiança. Palavras mágicas (e vãs), *moderno*, *modernização*, *reforma* (um tanto desgastada), *mudança*, entram a flutuar no espaço político, como flocos de inebriante euforia. Por isso mesmo precisam as recém-empossadas autoridades responsáveis pelo destino desta nossa infortunada República acautelar-se urgente e prontamente contra a sensação crescente de *déjà vu* que vai tomando conta de expressivas camadas da população.

A investida contra o funcionalismo público é uma delas. Em todo início de Governo lá vem a mesma lengalenga: vamos acabar com a estabilidade do funcionalismo, vamos demitir, vamos rever os critérios de aposentadoria e agora também vamos arquivar o projeto da isonomia salarial entre os três poderes (aliás assegurada no art. 39, §1º da Constituição-Cidadã). Como se, por aí, é que fôssemos abrir caminho para a solução dos grandes problemas que nos afligem, o econômico, o educacional, o social e, *last but not least*, o moral (e não simplesmente ético).

Na verdade, o essencial não se faz (talvez porque dê trabalho): levantamento exaustivo e rigoroso dos quadros do funcionalismo público, a fim de conhecer as suas necessidades e as suas distorções, de modo que os agentes do poder público possam cumprir, com eficiência e urbanidade, os seus deveres de ofício, isto é, o serviço correto e prestante do povo que os sustenta com os seus impostos. Claro que poderia, e até em certos casos se impor, haver demissões: funcionários-fantasma (recebam sem ir trabalhar), funcionários relapsos ou desonestos, mas, para isso, existem as leis competentes.

Demais, só com a extinção de cargos excessivos, extintos à medida que fossem vagando, faria o Governo apreciável economia. Outro ponto muito importante é o restabelecimento do sistema do mérito nos três poderes (também previsto na Constituição). Não só para os cargos de carreira (aliás os mais mal pagos), mas também os de direção e assessoramento (os famosos DAS). Oh, as assessorias! Por que não se cria uma Escola de Administração Pública, destinada à formação de pessoal habilitado para o exercício de tais funções? No seu discurso de posse, fez o ministro Bresser Pereira uma distinção curiosa entre “agente administrativo” e “gerente público”. Ei-la: “os salários pagos aos agentes administrativos são iguais ou maiores do que os do setor privado, enquanto os salários dos gerentes públicos são muito menores”. Pergunta-se: Que qualificações terão esses “gerentes administrativos”, tão bem pagos? Terão entrado para o serviço do Estado mediante concurso público, como, espera-se, o fizeram os agentes administrativos?

Onde não impera o sistema do mérito, não há democracia.

[Carta aos leitores]
(12/1/95)

*

Abre-se mais uma legislatura

Senhor Redator:

Abre-se maio uma legislatura, assumem os novos congressistas, entra em pauta a reforma constitucional. Tema prioritário, segundo anunciado, é a revisão do sistema da Previdência Social. Depois do funcionalismo público, chegou a vez dos aposentados e pensionistas.

A questão fundamental é a seguinte: a Previdência, como tanta coisa no país, está falida. O Governo não pode sequer aumentar os míseros setenta reais de salário-mínimo para outros míseros cem reais. No entanto tenho na memória (e espero que não ma traia) a informação de que o orçamento da Previdência é o segundo do país, acima inclusive dessa potência econômica que é o Estado de São Paulo! Para que ralo então escorre toda essa dinheirama? Levanta um pouco a ponta do véu o Sr. Presidente da República, na sua primeira prestação de contas ao povo que o elegeu. A culpa teria sido do Congresso passado, que aumentou não só o salário-mínimo, mas todos os benefícios em 42%, o que gerou um rombo de mais de cinco bilhões de reais no orçamento da Previdência. Quer dizer, toda casa fábula deslizou para os bolsos puídos dos velhinhos... e das velhinhas (convém evitar o machismo), que continuam a comer o bromato que o padeiro amassou.

No entanto, em editorial de 03 do corrente, lê-se no JB que a Previdência foi estruturada num modelo tripartido de contribuição, a dos empregados, dos empregadores e do Governo. Mas acrescenta: “Logo [um mês, um semestre, um ano?] o Tesouro viu-se às voltas com outros compromissos previdenciários... e transferiu seus encargos para as empresas e os próprios segurados da Previdência”. Quer dizer, o Governo, após certo período não esclarecido, por isso ou por aquilo deixou de pagar a sua parte, também não sabemos se *ad libitum* ou *ex lege*. Se o fez de próprio alvedrio, então assumiu a figura de “caloteiro” e contraiu uma dívida com a Previdência, que não sei se já terá saldado. Mas, se encontrou apoio na lei para assim proceder, é evidente que aumentou a carga tributária dos indefesos segurados. Outro aspecto da questão é a possibilidade de ter tido o Governo necessidade de lançar mão dos recursos da Previdência para enfrentar situações de emergência. Devolveu-os? E as monumentais fraudes da Previdência? Todos os culpados já foram devidamente punidos? E os seus bens devidamente confiscados para cobrir os vultosos deficits de que foram causadores? Será que a culpa recairá sempre nos velinhos e nas velinhas?

A propósito, não há nada de mais revoltante que o atendimento nos postos do INSS. Às portas da repartição, formam-se longas filas de idosos, adoentados, senhoras grávidas e outros desassistidos, que esperam o raiar do sol para verem abrir-se as portas do almejado Sésamo, aonde pretendem buscar alívio para os seus problemas e sofrimentos. Quase sempre em vão. Instituiu-se um sistema de distribuição de senhas, em número infinitamente menor do que o dos penitentes da madrugada. Decepções, frustrações, desesperos, raramente indignações de um povo sofrido e cabisbaixo. Se existe um horário de funcionamento da repartição, por que não se faz o atendimento obrigatoriamente dentro desse horário? Por que “senhas”? Por que entra governo, sai governo, e ninguém extingue esse vergonhoso e humilhante sistema da senha? Creio que os segurados do INSS merecem mais respeito e consideração.

Enfim a tão reclamada reforma da Previdência vem aí. Conforme declarou o ministro Reinhold Stephanes na televisão, vem para beneficiar e não para prejudicar. Mas houve por bem tranquilizar os já aposentados com a ressalva de que não serão beneficiados.

[Carta aos leitores]
(4/2/95)

*

Infeliz reforma do sistema previdenciário

Ilmo. Sr. Redator.

Em relação à projetada e infeliz reforma do sistema previdenciário brasileiro, vejo destacado como um de seus pontos “acatar, com a isenção de pagamento do imposto de renda *dada hoje* a aposentados de alta renda” (o sublinhado é meu). Fiquei perplexo com a notícia, pois a não-incidência do IR sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, determinada pela Constituição de 88, no item II do §2º do art. 153, nunca foi aplicada. Ao revés, a lei nº 7.713, de 22/12/88, “isentou” os aposentados maiores de 65 anos (esse limite de idade está na Constituição) “até o valor equivalente a cinquenta OTN [uma das “moedas” da época]”, o que, na prática não alterava nada do que se vinha fazendo, pois tal dedução [dedução e não limite, convém acentuar] já vinha sendo concedida, e até com mais liberalidade, no regime anterior. Portanto o art. 153 do texto constitucional, no que se refere aposentados e pensionistas, converteu-se em letra morta, e os constituintes de 88 receberam diploma de otários. Disse *dedução* e não *limite*, e é exatamente assim como consta dos indicadores de IR distribuídos oficiosamente aos jornais.

Mais perplexo ainda fiquei quando vi encampada tal inexistência pelo ministro Reinhold Stephanes, em entrevista concedida a esse no domingo 19 do corrente. Eis o texto: “A isenção do imposto de renda é um exemplo típico. Ela não atinge a maioria dos aposentados pelo INSS, cujo teto máximo de aposentadoria é inferior ao teto dos que precisam pagar imposto de renda. Os que recebem até dez salários-mínimos já estão isentos. Apenas os que ganham alta renda vão pagar”.

Diz certo S. Excia. quando afirma que a maioria dos aposentados não pagam IR porque percebem proventos inferiores ao teto da isenção. Está claro, portanto, que estão isentos, não por serem aposentados e sim por terem um nível baixíssimo de proventos. Quanto aos aposentados “de alta renda”, ou seja, os que percebem acima de dez salários mínimos (R\$ 700,00 atualmente, um mínimo de sobrevivência, para não morar debaixo da ponte, nem dormir pelas calçadas), fazem anualmente a sua declaração de renda e pagam ou não impostos, conforme o mosaico das malhas finas ou grossas da Receita Federal, e isso como todo e qualquer contribuinte. Não há, pois, isenção de imposto de renda no regime atual especificamente para aposentados, nem de baixa, média alta ou altíssima renda (talvez para estes haja).

[Carta aos leitores]
(19/3/95)

*

AIDS

O Jornal do Brasil vem publicando artigos de D. Lourenço Prado, monge beneditino e grande educador, atualmente nas funções de reitor do Colégio São Bento, nos quais fustiga a lamentável orientação que os órgãos oficiais vêm dando à triste propagação da Aids (ou Sida) entre nós. Para combater os malefícios trazidos por essa nova praga, nascida não se sabe onde nem como, as autoridades responsáveis por essa campanha estão se limitando a alertar para os meios de transmissão da moléstia, sem ir às causas que a disseminam. Não se trata, é claro, dos recursos para a destruição do vírus, a cujo estudo se vêm dedicando empenhadamente os especialistas, e sim dos aspectos moral e social que estão na fonte de sua expansão.

Ora, a tônica da propaganda oficial, de que todos nós somos testemunhas, está no insistente aconselhamento ao uso de “camisinhas”. Isto mostra que: a) a causa maior da propagação da doença é o contato sexual; b) esse contato se dá com pessoas já contaminadas ou possivelmente contaminadas. Pergunta-se: “Quem são essas pessoas?”

As próprias autoridades nos respondem: “Aqueles que pertencem ao chamado grupo de risco. Bem essas já sabemos quem são. Portanto, as autoridades, em vez de lançarem uma campanha saneadora do ambiente moral da sociedade, ao contrário, incentivam a continuidade de tais práticas nocivas moral e fisiologicamente a ambos os parceiros. A propaganda, como denunciou dignamente D. Lourenço, desce a detalhes que raiam pela obscenidade, numa cumplicidade prazerosa, que antes insufla que amortece o flagelo que aparentemente procura debelar. O que me faz vir à mente esta frase de Nelson Rodrigues: “Não há educação sexual; há informação sexual, a educação é sempre moral”.

[Carta aos leitores]
(*Jornal do Brasil*, 04/09/1991)

*

Aids x Carnaval

Nada mais deprimente do que a campanha contra a propagação da Aids desencadeada pelo governo e outras entidades, através dos meios de comunicação. Não há a menor dúvida de que o tiro sairá pela culatra. E isso porque a apresentação das badaladas “camisinhas” como couraça intransponível pelo vírus de obscuras origens não pode ter outro efeito senão o de levar ao paroxismo os desregramentos sexuais. Carnaval e sexo passam a ser as duas bandas da

mesma degradação. Bandalheira, libidinagem, libertinagem, licenciosidade, assim é que a nossa outrora “maior festa popular” é vista atualmente pelos responsáveis pela saúde pública do país.

(...) Fazer da camisinha o símbolo do Carnaval é confessar que o reinado de Momo se transformou numa bacanal coletiva. E que, portanto, no Carnaval, as transas sexuais vão campear; o vírus da Aids se transmite no ato sexual; o maior grupo de risco são os homossexuais (o que geralmente se omite). (...) Ora, se o grande perigo está na conjunção sexual com parceiros mais ou menos aleatórios, que faz a propaganda das camisinhas senão instigar uma prática que sabidamente é a maior portadora do mortífero vírus?

A questão é vista de um ângulo totalmente deslocado. Sem dúvida a natureza dotou o homem e a mulher de órgãos sexuais que garantem a perpetuação da espécie. (...) mas o homem não é simplesmente um animal; é essencialmente um ser moral, dotado de consciência e, portanto, capaz de avaliar a distância entre o bem e o mal. Ora, uma campanha séria, eficaz e decente contra a propagação da Aids só poderia ser feita, na linha do homem enquanto ser moral, isto é, dotado do poder de escolher racionalmente entre o bem e o mal. Que fazem porém as nossas autoridades sanitárias? (...) Encaram os cidadãos como brutos e montam o seu (pseudo) combate à Aids na linha animalisca. Claro que assim apenas incitam os machos e as fêmeas a caminharem no sentido da própria destruição. Depois da folia, virão as lágrimas do arrependimento. E aí já será tarde. (...)

(*O Globo*, edição não-identificada)

*

Combate à Aids

Lamentável, inoperante e por certo altamente custosa a trilha pornográfica que andou sendo exibida em nossos complacentes televisores a título de combate contra a propagação da Aids e, o que é sumamente grave, com a chancela do próprio Ministério da Saúde. Protestou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mas infelizmente a mídia (e não mídia, pois não somos anglófonos), com exceção talvez do Globo, não deu à crítica o relevo que merecia. A forma debochada com que o filmezinho se apresenta é um insulto à sociedade brasileira, que não se encontra no nível de degradação que dita propaganda pressupõe. O próprio Globo tem agasalhado cartas de leitores de aplausos às providências tomadas pelo prefeito César Maia, no sentido de impedir a exposição nas bancas de jornais de ilustrações de capas de revistas incompatíveis com a moralidade pública. Que dizer então de projeções indecorosas que penetram em nossos lares, noite e dia, sem pedir licença? Além de ofensiva ao

pudor, tal propaganda é ineficiente e contraproducente. Todos sabemos que, no combate à Aids a decantada camisinha é de pouco ou nenhum valor – de fato não passa de reles incentivo à prática de atos libidinosos e dissolutos. Como consta do texto da CNBB: “usar a camisinha... deseduca e estimula o sexo desregrado”. À frente do Ministério da Saúde se encontra um cidadão que, pelo exemplo de sua vida, profissional e altas virtudes pessoais, conquistou o apreço e o respeito da Nação: o dr. Adib Jatene. É, pois, impensável que ele tenha concordado com esse tipo de corrupção. Está no Globo: “O ministro concordou com a posição da Igreja, mas disse aos bispos que cedera aos argumentos dos técnicos do Ministério”. Deus do céu, que técnicos. De uma só cajadada, indispueram o Governo com as altas autoridades eclesiásticas, afrontaram a família brasileira e chegaram a comprometer a imagem do próprio presidente da República, a cuja orientação obedecem os seus ministros. Com tanta competência, a campanha não resvala para a vulgaridade, simplesmente chafurda na obscenidade.

[Carta aos leitores]
JB, 13/05/1995

*

Show milionário no Ano Novo

Sr. Redator:

O show milionário que o nosso alcaide fez realizar na entrada do Ano Novo converteu-se em mais uma desastrada homenagem à memória do saudoso Tom Jobim. Não só o brilho e a vibração popular foram menores que os do ano passado, como é voz corrente, mas principalmente a divulgação dos elevados cachês pagos aos participantes do espetáculo chocaram a gente carioca, num momento em que a saúde e o ensino andam ao descabro no município e no estado, com médicos e professores miseravelmente pagos, sob a alegação de falta de recursos.

Em defesa dos artistas integrantes do show, escreveu o festejado cantor e compositor Caetano Veloso desabrida carta (ou artigo?) a esse jornal, cujos termos não lhe dão sombra de razão, nem lhe honram a inteligência. O fato é que o maldado show repercutiu negativamente nos vários cantos da cidade, e não será com tardios apelos a uma desbotada demagogia que se poderão justificar gastos tão altos quão inúteis e inoportunos. Venho, pois, congratular-me com os leitores agredidos e com eles identificar-me.

Sílvio Elia

Ilmo. Sr. Redator.

Venho nestas linhas solicitar a V. Sa. a publicação do texto supra em sua importante Secção “A opinião dos leitores”. Pelo acolhimento que esta vier a merecer de V. Sa., fica-lhe imensamente grato o leitor.

[Carta aos leitores]
18/1/96

*

Previdência

Tem toda a razão o experiente comentarista Joelmir Beting, ao afirmar em sua coluna de 24/03 que “A reforma da Previdência... não vai salvar a Previdência”. Nem muito menos o país, podemos acrescentar. E isso porque, para falar ainda como o eminente jornalista, “A emenda aprovada... introduz mudanças meramente superficiais ou cosméticas”. Se realmente a intenção do legislador foi tapar os ralos por onde escorrem gordas verbas orçamentárias, então é irrisório, e até fútil, ir procurá-los nos minguados bolsos dos trabalhadores, dos funcionários públicos, de carreira ou de nossos dedicados professores. Não é por aí certamente que se esvaem os bilhões dos cofres públicos. A fixação, por exemplo, de um teto de dez salários-mínimos para a aposentadoria pelo INSS, ou seja, de R\$ 1.000, na base do mínimo atual de R\$ 100, nada tem de grandiosa, particularmente num momento em que sobem as tarifas, os combustíveis, os remédios. Aliás, de maneira geral, tudo que vem apregoado como benefício não passa de ficção. É que, como tem divulgado a imprensa diária, os “benefícios” já concedidos não aumentam e os por ser concedidos não alcançarão o supradito teto de mil reais antes de, pelo menos, três anos... A reforma também não garante a indexação ao mínimo, contrariando a legislação em vigor. Igualmente não se entende por que os professores universitários irão perder o direito à aposentadoria especial, mantida para os professores de primeiro e segundo grau. Se se quer dar prioridade ao chamado ensino básico, então, mais uma vez, o “benefício” cai no vazio. O que os professores de primeiro e segundo grau precisam com urgência é de um salário condigno, que os retire da situação de mendicidade em que atualmente soçobram. E na qual irão permanecer, se não houver substancial aumento em seus ganhos, após a “privilegiada” aposentadoria a que terão direito. Nem se menospreze o ensino superior, porque somente ele é que nos poderá libertar do colonialismo cultural em que ainda nos encontramos. Se o que se queria evitar era a aposentadoria precoce, então, sem qualquer estardalhaço ou barganha, bastaria fixar um mínimo de idade para as aposentadorias. Não posso deixar de manifestar a

minha surpresa com o júbilo do presidente Fernando Henrique pela aprovação de um ato que em nada irá contribuir para a solução dos graves problemas nacionais.

[Carta aos leitores]
(*O Globo*, 7/04/96)

*

A ALERJ extingue 787 cargos

Senhor Redator:

Em sua edição de 09 de abril corrente, estampa o JB a notícia de que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decidiu extinguir 787 cargos de funcionários da Casa, por serem excedentes e, portanto, desnecessários. Eis exemplo a ser seguido pelo Governo Federal, uma vez que pretende enxugar o quadro de seus servidores civis. Assim procedendo, evitaria o cômodo processo das demissões arbitrárias, que só fazem agravar, pelo desemprego, os problemas sociais que aguardam solução.

Os cargos extintos vão do piso salarial de R\$ 6.000,00, o nível mais alto, a R\$ 1.600,00, o menor. Neste se incluem os agentes de segurança e os operadores de serviços diversos (expressão tão ampla, que nela cabe qualquer tipo de função).

Compare-se agora este piso salarial com o teto salarial de um professor de ensino médio. O mesmo Estado que paga no Legislativo um piso salarial mínimo de R\$ 1.600,00 remunera os seus professores de ensino médio, no fim de carreira, com o teto salarial máximo de R\$ 247,59. Note-se que o professor de 1.º e 2.º graus é um profissional de nível superior, pois, para o exercício da docência, dele se exige diplomação universitária. Mais, para ser admitido no magistério do Estado, tem de submeter-se a concurso de provas e títulos. Dessa precária situação salarial decorre a inevitável evasão de professores e a deplorável falta de mestres nas salas de aula. Só não vê quem não quer. Nunca as condições do ensino no Rio de Janeiro, que já foi espelho para todo o país, chegaram a esse nível de abastardamento e deterioração.

[Carta aos leitores]
11/4/96

*

Aposentados

Mais do que uma ilegalidade ou inconstitucionalidade, é pura iniquidade o ato pelo qual o Executivo da União mandou que fossem reduzidos os proventos dos aposentados. Há mais de dois anos sem reajuste, compreende-se facilmente

o que tão clamoroso ato trouxe de novos sofrimentos aos idosos, duramente atormentados pelos salários irrisórios e pelos achaques da velhice. A alegação oficial é a de que, com o controle da inflação e a conseqüente estabilidade da moeda, não há motivos para reajustes salariais (o que, no entanto, não funciona para certos setores privilegiados da administração pública). Como, porém, falar em controle da inflação, se tudo aumenta, menos os salários: mensalidades escolares, planos de saúde, quotas condominiais, tarifas, transportes, alimentação, mesmo produtos da cesta básica (pão, leite, café, enlatados e muitos outros)? Que outra explicação para elevação dos preços e serviços senão a queda do valor aquisitivo da moeda? Ainda recentemente o próprio Governo concedeu aumento nos serviços bancários, argumentando que se tratava de reajuste destinado a compensar supostos prejuízos bancários decorrentes da operação “real”. E as perdas salariais? E os bilhões carreados para a rede bancária? Onde estão os responsáveis por esses rombos fabulosos? Na cadeia ou nas Ilhas Seychelles? Ainda é tempo, senhor presidente, de devolver aos maltratados “velhinhos” a parte de seus proventos que lhes está sendo surripiada. Assim procedendo, estará vossa excelência esquivando-se do julgamento das urnas, numa possível reeleição, julgamento que lhe poderá trazer o dissabor de passar envergonhado e corroído de remorsos pelo resto da existência.

[Carta aos leitores]
(*O Globo*, 14/10/96)

*

O BC e o RJU

Senhor Redator.

Divulgou o INFORME JB, de 09 do corrente mês de dezembro, reiterando matéria já noticiada pela imprensa diária, que o Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Loyola, vai adequar os funcionários do BC ao Regime Jurídico Único. Em conseqüência os referidos funcionários terão o seu salário inicial elevado de R\$ 1.092,00 para R\$ 2.770,00. Portanto aumento de cem por cento.

Maravilha como a passagem de funcionários do regime salarial a que estão submetidos para o Regime Jurídico único tenha o condão de dobrar-lhes os vencimentos. Digo passagem, porque os funcionários que já se encontram enquadrados no Regime Jurídico Único desconhecem tamanha regalia. Sobrevivem com baixos salários (há quase dois anos não aparece em seus contracheques um centavo sequer de aumento), o fantasma da demissão, compulsória ou voluntária, vive a rondar-lhes os passos e, como fecho glorioso, o excelen-

tíssimo senhor Presidente da República beneficiou os privilegiados idosos com uma redução de doze por cento em seus polpudos proventos de aposentadoria.

Darei um exemplo para concretizar o que ficou dito. E irei buscá-lo à carreira do magistério superior. Tomarei como pontos de referência o salário inicial da categoria e o salário final. A carreira do magistério superior começa com o cargo de professor auxiliar, vencimento-base R\$ 424,65 e tem, no topo da hierarquia, o cargo de professor titular, com o vencimento-base de R\$ 1.219,00. Com as gratificações de praxe, esses salários poderão dobrar; portanto R\$ 849,30 para o professor auxiliar e R\$ 2.438 para o titular. Compare-se agora o salário inicial do funcionário do BC já “adequado”, R\$ 2.770,00, com o salário final na hierarquia universitária e tiremos nossas singelas conclusões. E, note-se, para alcançar o topo de Professor Titular, há que vencer os seguintes obstáculos: a) curso superior (graduação); b) título de Doutor (pós-graduação); c) aprovação em concurso público de provas e títulos. Como exemplificar a disparidade (a isonomia foi pelos ares)? Talvez porque passamos do regime jurídico da lei para o das medidas provisórias e já deixamos de ser uma democracia para tornar-nos uma ditadura.

[Carta aos leitores]

10/12/1996

*

Plano de Cargos e Salários para o BC

Sr. Redator.

Na coluna de Danuza de 30/12/96, leio que o nosso Presidente, Fernando Henrique Cardoso, assinou Medida Provisória criando o plano de cargos e salários para os funcionários do Banco Central e que um analista do Banco Central irá receber mensalmente R\$ 10.135,00. Breve comparação com os vencimentos do magistério oficial mostra a que ponto chegou em nosso país a educação, prioridade nacional.

Um professor de ensino médio do Estado do Rio de Janeiro, profissional de nível superior (para o exercício do cargo exige-se diploma de curso universitário) percebe mensalmente salário em torno de R\$ 300,00; no Município um pouco mais. Um Professor Titular de Universidade Federal, cargo para o qual se exigem cursos de Mestrado e Doutorado, além de concurso público de provas e títulos, não recebe nem a metade dos referidos dez mil e picos. Contar com o heroísmo de professores e professoras, disse-o muito bem o experiente Ziraldo, é coisa sórdida. Com tantas avaliações e burocratices inúteis, não se eleva o nível da educação brasileira, que, aliás, já foi muito melhor. Só com salário condigno e não indigno é que se poderá selecionar mestres qualificados e motivar

os que já penam em seus misteres, pois nenhum plano terá êxito se não dispuser de um professorado em condições materiais e psicológicas para executá-lo. Educação, prioridade nacional...

[Carta aos leitores]
1/1/97

*

A inflação de 96 é...

Sr. Redator.

O JB de 09 do corrente, em vistosa manchete, anuncia que a inflação de 1996 “é a menor em 46 anos”. Medida pela Fundação Getúlio Vargas, essa inflação atingiu no Rio 11,54%. Somado esse percentual aos 23,16% de 1995, conforme ainda dados do JB da mesma data, temos o total de 34,70%. E parece que estamos sendo otimista, pois o JB, na edição supracitada (p. 13, caderno *Negócios*) faz-nos saber que “No balanço de dois anos e meio de Plano Real, verifica-se uma inflação de 60,34%”. Pois bem, nesse período como era de esperar, subiram sensivelmente os preços das mensalidades escolares, dos planos de saúde, das quotas condominiais, dos aluguéis, dos transportes, tarifas e combustíveis. No entanto foi mantido o arrocho salarial e, como se não bastasse, os aposentados idosos sofreram drástica, fria e ilegal redução de 12% em seus magros proventos. Houve, pois, inflação, ainda que desacelerada. A que atribuí-la ? Em tal sentido, espantoso é que o redator do editorial do JB de 09/01/97, intitulado assustadoramente *Espectro do Perigo*, tivesse perpetrado as seguintes linhas: “A situação falimentar de muitos estados e centenas de prefeituras só poderá ser enfrentada se o Congresso aprovar as reformas administrativa, previdenciária e tributaria, além de acabar com a estabilidade e os privilégios na aposentadoria”.

Ora, todo o mundo sabe que o descalabro administrativo de prefeituras, estados e da própria União tem outra origem: está no clientelismo, na fraude, na sonegação. Esses os vilões que têm de ser enfrentados e não o indefeso funcionalismo de carreira (isto é, aquele que ingressa no serviço público mediante concurso), que certamente será o mais prejudicado (como já está ocorrendo), com arrocho salarial, demissões voluntárias (e custosas) ou compulsórias, perda de estabilidade, etc. Contudo as fontes dos males acima apontados, porque não estancadas, continuarão a jorrar. O clientelismo, p. ex., voltará a empanturrar o serviço público com um funcionalismo balofo e ineficiente. Se há necessidade de um enxugamento dos quadros administrativos, que seja feito dentro da lei, sem punição de inocentes burocratas. Enfim todas as suspi-

radas e mágicas reformas nada mais farão do que esmagar a SMRB (Sociedade Mantenedora da República Brasileira), ou seja, a classe média. E com ela virá a derrocada de todo o imponente edifício da Estatolatria Delirante.

[Carta aos leitores]

10/1/97

*

FH dá aumento de 170%... aos DAS

Sr. Redator,

O JB, na edição de 22 do corrente mês de fevereiro, estampou, em seu primeiro caderno, o seguinte informe: “O presidente Fernando Henrique Cardoso deve sancionar nos próximos dias uma lei que aumenta de 170% para 285% a gratificação extraordinária de 700 servidores do Ministério Público que ocupam cargos de direção e assessoramento superior, os chamados DAS”. E, pouco abaixo: “Os servidores públicos que terão aumento da gratificação recebem salários de até R\$ 6 mil por mês”.

Deve ser o começo dos tais aumentos diferenciados. Como justificativa dessa diferenciação (na verdade discriminação), alega-se tratar-se de serviços *indispensáveis* ou, noutra versão, *essenciais*. Ora, se o rebotalho e de *dispensáveis*, por que não dispensá-los de uma vez? Ou, se os seus serviços não são essenciais, para que mantê-los dispendiosamente em exercício? Respondam os sábios da Escritura.

No mesmo número do JB e no mesmo caderno, noticia-se que a FAEP (órgão do Estado do Rio de Janeiro) irá “contratar, mediante seleção, professores de Filosofia, Sociologia, Química, Física, Psicologia das Relações Humanas, além de Organização e Segurança do Trabalho (*excusez du peu*). Para atrair os possíveis candidatos, informa-se que o salário será de R\$ 240, para uma carga de trabalho de 20 horas semanais (portanto 80 horas mensais). Cálculo elementar mostra que a hora-aula ficará em sedutores 3 reais. Compare-se com o custo de uma hora de trabalho de um carpinteiro, um bombeiro, um electricista, uma faxineira. É com esse irresistível salário que a presidente da FAEP, Nilda Ferreira, pretende fazer com que “nossas escolas sejam referência, como a CEFET e a Escola Técnica Federal de Química”. O *sancta simplicitas!*

Note-se que um professor legalmente habilitado para lecionar as supracitadas matérias precisa de ser diplomado de curso superior. Não admira, por conseguinte, que o Estado se veja compelido a tapar o rombo sofrido com a inevitável evasão de mestres, em busca de mais dignas condições de trabalho.

Tal, porém, como seria de esperar, não vem o Estado logrando êxito em sua empreitada, pois se viu constrangido a prorrogar o prazo de convocação(?) de 500 professores para cobrir os claros de oito escolas técnicas estaduais.

Educação, prioridade nacional. Qualidade e não quantidade no ensino. Contudo, como a coisa vai, o que se constata é o declínio da cultura brasileira, mesmo em face de outros países da América Latina.

Será isso pensar no Brasil?

[Carta aos leitores]
27/2/97

*

Aumento de aposentados 7,76% é enganoso

Senhor Redator,

A manchete “Aposentado tem aumento de 7,76”, estampada na primeira página do primeiro caderno da edição de 29 de maio último do JB, é, na sua concisão jornalística, enganosa. Faz supor que foram os aposentado em geral privilegiados com o fabuloso aumento de 7,76%, em detrimento dos que se acham em atividade, que nada teriam percebido.

Em primeiro lugar é preciso sublinhar que o propalado aumento atingiu somente os aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); os aposentados do serviço público federal continuam sem um centavo sequer de aumento, tanto quanto os abnegados servidores de carreira em atividade. Portanto, o celebrado aumento foi parcial e não geral.

Em segundo lugar, o benefício anunciado em nada beneficia o segurado do INSS, antes o prejudica. Nos termos da MP que fixou a porcentagem do aumento, o menor pagamento passará de R\$ 115 (não era R\$ 112?) para R\$ 123,92 (que precisão!) e o maior para R\$ 1.031,86. Contudo, de acordo com a lei que julgávamos em vigor (quando foi revogada?), as aposentadorias do INSS iam de 1 a 10 salários mínimos (embora haja aposentadorias muito maiores), ou seja, com base nos novos valores, entre o mínimo de R\$ 120 e o máximo de R\$ 1.200. No entanto, pela citada MP, o teto baixou para R\$ 1.031,86, por conseguinte diferença para menos de R\$ 168,14. Logo os aposentados perderam e não ganharam.

Em terceiro lugar, esse avultado aumento concedido em virtude de lei, embora por MP, será pago de forma diferenciada (o que, acentue-se, ocorre pela primeira vez): os aposentados que percebem o menor “benefício” vão

receber o aumento em junho (o que está acontecendo), os demais só em julho. Quer dizer o Governo instituiu o ano de 11 meses para cinco milhões de aposentados. E assim vai o Governo embolsar alguns milhões retirados dos minguados proventos dos assalariados, que nunca sonegaram a contribuição devida ao INSS. Cumpre-se, pois, o triste fadário do presente Governo: os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres.

[Carta aos leitores]
5/6/97

*

Venda de férias... pagamento de taxa extra

Sr. Redator.

O JB, de 17 do mês corrente, estampa na 1ª pág. do, 2º caderno curta nota na qual informa que o Governo Federal emitiu Lei Executiva (também chamada Medida Provisória) nº 1523, *já em vigor*, segundo a qual as pessoas (naturalmente os pequenos e médios assalariados) que “vendam” parte de suas férias (e o fazem por necessidade, pois há três anos sem receber qualquer reajuste salarial) irão pagar uma *taxa extra* à Previdência (ao Estado, não?) que deverá variar de 8% a 11% (qual o critério?).

Para quem não sabe, essa “venda” consiste no seguinte: o assalariado tem direito a férias anuais remuneradas de 30 dias; se quiser reduzi-las de uns 10 dias, digamos, pode fazê-lo. Nesse caso, o empregador paga ao empregado a quantia correspondente aos 10 dias de trabalho que trocou pelas férias. Trata-se, pois, de salário devido pelo empregador ao empregado. Taxá-lo, e assim diretamente, é violentar frontalmente o texto constitucional. Basta ter olhos de ver para entender, pois lá se encontra com todas as letras, inciso VI, art. 72 da Constituição ex-Cidadã, hoje Retalhada: “São direitos dos trabalhadores: ... irredutibilidade do salário”. Mas, como dizia o saudoso Presidente Getúlio Vargas: “A lei, ora a lei!”.

Note-se que o Governo Federal vem impassivelmente transgredindo a lei, sempre contra o trabalhador e o idoso (ex-trabalhador). Como fez, p. ex., ao mandar descontar dos proventos dos aposentados pouco mais de ... 12%, como nova contribuição para efeito de uma aposentadoria já perfeita e acabada. Medida ruinosa, pois terá encurtado a vida de muitos desfalcados de recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Diga-se, aliás, como arremate, que as propagadas e gritantemente reclamadas reformas constitucionais são inteiramente

supérfluas, inúteis, dispendiosas e desgastantes. Como a da Previdência, cuja anunciada crise encontra o seu remédio natural na eliminação dos conhecidos males que a corroem: sonegação, fraude, má ou indevida aplicação da receita.

[Carta aos leitores]
(22/8/97)

*

Imposto de Renda

Na edição 28/02, foi publicada reportagem sob o título “Servidor aposentado de mais de 65 anos poderá pagar IR”. O título é enganoso (certamente em virtude de confusão que a Receita Federal vem fazendo sobre o assunto), pois dá a entender que o aposentado com de 65 anos goza atualmente de isenção de Imposto de Renda, isenção que lhe é retirada pela lei de reforma da Previdência, em trâmite no Congresso. Nada menos verdadeiro. Hoje o aposentado com mais de 65 anos está sujeito, como qualquer contribuinte, a pagamento de Imposto de Renda. É o que a lei menor determina, contrariando a lei maior, a Lei Magna, ou seja, a Constituição-cidadã de 88. E o que diz a Constituição ora retalhada no inciso II do § 2º do art. 153, citado pelo digno jornalista? Que o IR não incidirá “sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a pessoa com idade superior a 65 anos, cuja renda seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho”. Todavia algum empedernido protetor das finanças públicas não pôde conter o impulso de enxertar no claríssimo texto constitucional esta intempestiva restrição: “nos termos e limites da lei”. Intempestiva, porque o texto não dá margem a dúvidas sobre a vontade do constituinte. Os limites, por exemplo, estão bastante explícitos no próprio corpo do artigo, a saber: a) os rendimentos devem ser pagos pelos cofres de órgãos estatais ou paraestatais; b) devem provir exclusivamente de ganhos salariais (i. e., do trabalho). Quanto aos termos, são os mesmos do texto constitucional; alterá-los é incorrer em falta gravíssima. Pois foi o que fez a lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.: converteu o que era isenção em dedução. Porque quem deduz está a deduzir de rendimentos tributáveis e não isentos. Neste ponto é que entram os R\$900 referidos na matéria em causa. O qual significa que o aposentado nas condições previstas na Constituição passa a ter o direito de deduzir essa quantia dos seus proventos não isentos. Que muda então no projeto da reforma da Previdência? A meu ver o que se intenta agora é cortar do aposentado esse direito a uma “isenção” transvestida de dedução. Choco benefício que vinha sendo atribuído ao aposentado, há três anos, sem qualquer reajuste realmente válido, ao contrário dos que vêm sendo concedidos pelo Executivo federal a certos grupos

privilegiados. É mais um passo dado no sentido de levar a bom termo a operação Mata o Velho!, que vem sendo executada com invejável perícia pelo Governo da República.

[Carta aos leitores]
(*O Globo*, 14/03/1998)

*

FHC x Classe média

Sr. Redator,

A animosidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso para com a classe média já era notória. Mas agora, com a sua afirmação explícita de que “Os privilégios estão na classe média e na classe média alta” (frase selecionada pelo JB, secção *O que eles dizem*, ed. de 18 de maio último), tornou-se patente. Proferida pela mais alta autoridade da República, soa como acusação, que expõe digna e respeitável parcela do povo brasileiro a um sentimento de repulsa da parte daqueles que tanto sofrem com o desemprego, o subsalário, a falta de assistência social e individual. Cumpre, pois, evidenciar a realidade dos fatos.

Não há muito, declarou S. Ex. que “os ricos *estão* mais ricos, mas que, em compensação, os pobres *estão* menos pobres”.

Quanto aos ricos, passemos, basta ler as colunas sociais (que, aliás, se multiplicam). Em relação aos pobres, porém, nada se conhece, por iniciativa do poder federal, além de uma assoalhada “cesta básica”. De qualquer forma, houve na referida fala presidencial gritante omissão: a classe média. E por quê?

Se os ricos estão mais ricos e os pobres menos pobres, é que há um fluxo de ganhos que alimenta a uns e outros. Como o Estado não produz bens materiais, que geram a riqueza, é claro que eles provêm do trabalho da omitida classe média, que paga impostos. O mecanismo é diabólico, mas simples. O assalariado paga pelo preço de mercado e recebe pelo preço de tabela. Atenção, porém! há duas tabelas: A e B. A tabela A é a dos “indispensáveis” que, a talante do Governo, são contemplados com aumentos “diferenciados”; a tabela B é “privilégio” do “bolo comum” (médicos, professores, funcionários administrativos...), que há mais de três anos estão submetidos a rigoroso jejum salarial. É a também chamada “tabela zero”.

Eis a classe privilegiada que o nosso Presidente, intencionalmente ou não, expôs à execração pública.

[Carta aos leitores]
21/5/98

*

Declínio da popularidade de FHC

Sr. Redator,

As mais recentes pesquisas eleitorais registram sensível declínio do pré-candidato à reeleição, Presidente Fernando Henrique Cardoso, no que diz respeito e intenções de voto. Como já estamos em clima eleitoral, é de supor que cada possível concorrente já esteja organizando o seu plano de campanha e, portanto, estudando o modo mais eficiente de contra-atacar. Embora não seja nem cientista nem analista político, apenas simples observador dos fatos da vida pública brasileira, pareceu-me de bom alvitre vir trazer aos interessados aquilo que se me afigura como os pontos sensíveis da atual conjuntura sociopolítica, a fim de que se apresentem os remédios capazes de devolver saúde ao corpo um tanto combalido da sociedade brasileira. Ei-los:

- a) reforma administrativa: contra o funcionalismo público.
- b) reforma da Previdência: contra os idosos e aposentados.
- c) caos: invasão de propriedades alheias, saques de estabelecimentos comerciais, assaltos nas estradas a veículos de transporte de carga.
- d) conseqüências funestas: desemprego, corrupção, criminalidade.

A lista não é exaustiva, mas *já dá* para um bom começo.

[Carta aos leitores]
10/6/98

*

STF ganho de causa de 28,86%

Sr. Redator,

O Supremo Tribunal Federal, como é sabido, deu ganho de causa a 11 funcionários públicos federais que moveram uma ação contra o Governo da União, no sentido que lhes fosse estendido o mesmo reajuste salarial de 28,86% já concedido aos servidores militares. O Governo da República, surpreendentemente, resolveu, num estilo que lhe não é próprio, aplicar dita sentença a todos os demais funcionários do Executivo (os do Legislativo e do Judiciário já haviam sido beneficiados, e todos são iguais perante a lei, art. 5.º da Constituição-Cidadã). A explicação para tal gesto incomum num Governo que permite que cresçam as despesas, mas estabiliza os salários, logo se fez clara: estamos em clima de eleição. Contudo não há de ter sido essa a causa única. Transcrevo o que *O Globo* publicou em sua edição de 18 de julho, 1.º caderno, p. 8:

“É o caso (direito ao reajuste integral de 28, 86%) de 50 mil ocupantes de cargos DAS e das categorias que estão com os salários congelados há 4 anos”.

Para quem não saiba, a sigla DAS desenvolve-se em “Direção e Assessoramento Superior”. Trata-se de cargos em comissão, para cujo exercício não se exige concurso e cujos ocupantes são escolhidos *ad libitum*. Demais aí o adjetivo “superior” não significa “exigência de curso superior” e sim “superioridade de vencimentos”. De estranhar também a referência a “salários congelados há quatro anos”, quando o jejum salarial imposto aos funcionários públicos de carreira data de menos de quatro anos, ou seja, pouco mais de três anos, contados a partir da administração Fernando Henrique Cardoso. Mas esta esquisita elasticidade do jejum salarial é nó fácil de desatar. O que se tem em mira é justificar a tese de que, para fazer “justiça” é preciso ir além do período governamental em curso. No entanto o congelamento abusivo do salário dos funcionários de carreira do Executivo por mais de três anos, sem que, de fato, houvesse a conclamada estabilidade do cafezinho popular, só fez agravar a precária situação anterior. A adotar o esquipático princípio da retroatividade, aonde é que iremos parar? Em Itamar Franco, em Juscelino Kubitschek, em D. João VI?

E, quanto a “categorias que estão com o salário congelado há quatro anos” e que irão receber os 28,86% integralmente, um cálculo elementar mostra que os demais funcionários, isto é, aqueles que estão com o salário congelado há mais de três anos, mais uma vez estão sendo vítimas do malabarismo matemático de nossos doutos economistas governamentais. Pois, se quem está com salário congelado há quatro anos receberá aumento integral de 28,86%, ou seja, $4/4$ ($1/4$ por ano), quem o tem há três anos deverá perceber $3/4$ de 28,86%.

Mas não é disso que se trata e sim de pagar integralmente os 28,86% a todos os servidores federais que há três anos não recebem um centavo de reajuste salarial e deixar de confrangedores contorcionismos de leguleios.

[Carta aos leitores]
27/7/98

Ao nível original

O desenvolvimento dos estudos lingüísticos em escala mundial levou à publicação de elencos, em ordem alfabética, dos principais temas debatidos pela moderna ciência da linguagem, os quais logo encontraram tradutores em várias línguas. Podemos recordar: *La Linguistique (guide alphabétique)*, dirigido por A. Martinet, Edições Denoel, que é de 1969; o *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Language*, por Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, Edições du Seuil, de 1972; *Le Langage*, sob a direção de Bernard Pottier, Centre d'Étude et de Promotion de la Lecture, de 1973; e o *Dictionnaire de la Linguistique*, por Georges Mounin (diretor), PUF, de 1974. Entre nós temos o conhecido *Dicionário de Filologia e Gramática*, da autoria de Mattoso Camara Jr., recentemente reeditado sob o título *Dicionário de Lingüística e Gramática*, 7.^a ed., Vozes, 1977, com um *Posfácio* do prof. Francisco Gomes de Matos, onde se acrescentam alguns verbetes.

O presente volume é uma tradução do *Dictionnaire de Linguistique* organizado por um grupo de professores franceses, à frente dos quais Jean Dubois. A publicação francesa é da Larousse, Paris, 1973. A nosso ver, dos trabalhos acima relacionados, do ponto-de-vista do conteúdo e da didática da exposição, é o melhor. Na edição brasileira, o grupo de tradutores “agradece ao prof. Dr Isaac Nicolau Salum... a inestimável ajuda na refundição de numerosos verbetes”. Portanto numerosos verbetes foram refundidos, naturalmente com a devida autorização dos seus Autores. Pena que, numa *Advertência*, ou coisa semelhante, não tivessem os tradutores enumerados quais os verbetes refundidos.

Como se trata de tradução, o nosso escopo será simplesmente o de respigar alguns verbetes para verificar até que ponto conseguiram os tradutores, todos estudiosos da matéria ou professores universitários, manter-se fiéis, na letra e no espírito, ao texto original. Os exemplos em francês também foram traduzidos, às vezes com adaptação a língua portuguesa.

Dentro da orientação que nos impusemos, temos de reconhecer que logo o primeiro verbe – *abdução* – impressiona bem, quer respeitando ao pensamento lingüístico original, quer no estilo da redação portuguesa, que se tornou mais concisa e flexível. No terceiro verbe: *abessivo*, acrescenta-se a indicação de que se trata de caso da família fino-úgrica, e onde o texto francês, fala em “*situation a proximité immédiate d'un lieu*” (e o ex. dado é *La maison est près de l'église*), em português, se diz “uma casa está fora da rua: como se vê, houve substituição do conceito de *proximidade* pelo de *exterioridade*.”

No *Dicionário* dirigido por Mounin, o verbete *abessivo* (*abessif*), assinado por S. K. (Sami Kozah, assistente do Instituto de Letras Orientais, de Beirute), informa que esse caso “indica ausência ou privação”, o que está mais de acordo com a formação do vocábulo (ab mais esse). E apresenta o seguinte ex. do finlandês: *Joka kuri-tta kasvaa, se kunnia-tta kuolee*, o que, ao pé da letra, significa: *Quem, sem disciplina, cresce, esse, sem honra, morre*. O elemento *-tta* é o responsável pela idéia de “privação” (abessivo). O texto brasileiro, portanto, de certo modo corrigiu a lição do texto francês, pois, sem trocadilho, a noção de “proximidade” está por fora do assunto.

Um verbete que precisaria ser refundido é o que trata da *língua franca*, o qual se complementa com o verbete *sabir*. No primeiro desses verbetes se diz que se dá o nome da *língua franca* “ao sabir falado até o séc. XIX nos portos mediterrâneos”. Não se esclarece desde quando, mas seria relevante informar que o sabir data da Idade Média e pelo menos tão antigo quanto as Cruzadas; não há paralelo, aliás, entre as chamadas *lingue franche*, para a longevidade do *sabir*. Vê-se, pois, que é mais conveniente inverter o esquema de Dubois: a *língua franca* é que é gênero e o *sabir*, espécie. Dubois (citamos o primeiro nome dos colaboradores, uma vez que nos verbetes não há indicação de autoria) acrescenta a respeito da *língua franca* (ou seja, da sua variedade, o *sabir*): “Baseada no italiano central, compreende diversos elementos das línguas românicas”. No entanto o especialista Ian F. Hancock assim define o *sabir*: “Basicamente uma variedade pidgnizada do provençal, influenciada lexicamente pelo francês, catalão, italiano, etc. e várias línguas do Mediterrâneo oriental” (*in Pidgnization e Creolization of Languages*, editado por Dell Hymes, Cambridge University Press, 1971, p. 516). Portanto nem se pode dizer que a base do sabir (= língua franca) seja o italiano, nem se pode restringir o aporte dos outros léxicos às línguas românicas.

Outro verbete refundido é o que se refere aos nomes imparissilábicos da gramática latina. Dubois ensina que são imparissilábicos os substantivos e adjetivos da gramática latina “que comportam uma sílaba a mais nos casos distintos do nominativo”. Na verdade, conviria que o A se tivesse limitado ao confronto entre o nominativo e o genitivo singular (o seu semplo é *consul, ulis*), pois um caso como dativo – ou ablativo – plural tem duas sílabas a mais: *consulibus*. Mas a idéia de aumento silábico em relação ao nominativo singular está correta.

Na tradução brasileira procura-se aperfeiçoar a definição, ensinando-se que os imparissilábicos “não têm, no singular, no nominativo e no vocativo, o mesmo número de sílabas que os outros casos”. Tampouco no plural, poderíamos acrescentar. Por que não se limitar à clássica oposição nominativa, genitiva singular?

Houveram por bem os tradutores acrescentar que o radical dos imparissilábicos se descobre melhor no genitivo plural. Mas isso não é uma peculiaridade dos nomes imparissilábicos (de fato é da declinação latina, em geral), nem, a nosso ver, tal explicação é pertinente. Ela só o é quando ocorre a observação de que os nomes imparissilábicos fazem o genitivo plural em *-um* e os parissilábicos, em *-ium*. Mas esse confronto não foi feito no texto (que é lexical e não gramatical), de modo que tal explicação, mais correta do ponto de vista histórico, não cabia no verbete. Assim *dux* é imparissilábico e faz o genitivo plural em *-ium* (ducum); *ars* é também imparissilábico, mas faz o genitivo plural em *-ium* (artium), por se tratar de um tema sonântico. Por outro lado, *dens*, tema consonântico faz o genitivo plural *dentium*. São fatos conhecidos; mas o que queremos dizer é que o seu lugar é na gramática e não no dicionário.

Os tradutores, em *imparissilábico*, remetem para *parissilábico*, que no texto não existe. O que se encontra, certamente por lapso, é *parassilábico*.

E claro que se fôssemos comentar os numerosos verbetes da obra, não iríamos dispor de espaço suficiente. Basta, portanto, assinalar que, conforme dissemos, o *Dicionário* é dos melhores e agora podemos ajuntar que a tradução brasileira se situou ao nível do original; e tenta mesmo, em certos casos, melhorá-lo.

(*Dicionário de Lingüística* de Jean Dubois, Mathée Giacomo, Louis Guespin, Christiane Marcellesi e Jean-Baptista Marcellesi e Jean-Pierre Mevel. Trad. Frederico p. Barros, Gesuina D. Ferretti, John R. Schimitz, Leonor S. Cabral, Maria E. L. Salum e Valter Khedi. Cultrix, 1978, São Paulo. 653 pp.)

JB - Suplemento Livro
[Carta aos leitores]
(26/8/78)

*

Anchieta e a evangelização do Brasil

No dia 22 de junho de 1980, o Santo Padre gloriosamente reinante, João Paulo II, elevava aos altares como beato o Padre José de Anchieta. Era o reconhecimento oficial pelo Vaticano de uma vida cristianissimamente vivida, que teve por cenário a selva brasileira e por interlocutores gente em idade da pedra, afeita à caça e ao nomadismo, guerreiros desnudos e antropófagos, numa palavra, homens sem Fé, nem Lei, nem Rei, para falar com Pedro de Magalhães de Gândavo.

No entanto, eram também criaturas de Deus e, como tais, redimidas pelo sangue de Cristo, cuja mensagem ainda não haviam recebido.

Desembarcou Anchieta na Bahia, em 1553, vindo na comitiva do 2.º Governador Geral, Duarte da Costa. Com o 1.º Governador Geral, Tomé de Sousa, chegara outro gigante espiritual, o não menos justamente famoso Pe. Manuel da Nóbrega, que passou a exercer as funções de superior dos jesuítas da Província do Brasil. Sabedor Nóbrega de que na capitania de São Vicente havia muita falta de doutrina, “porque os portugueses viviam quase como gentios, cativavam por escravos os índios, fazendo nesta matéria grandes insolências e infidelidades”,¹ tentou pôr cobro a tais desmandos e para isso, no mesmo ano de 1553, fez com que se deslocassem para São Vicente seis missionários, dentre os quais o irmão José de Anchieta.

Fundou-se então um colégio de catecúmenos e estabeleceu-se uma segunda casa da Companhia. Aí permaneceram os missionários que, em 1554, se passaram para os campos de Piratininga e nesse planalto, a 25 de janeiro, fundaram o Colégio de São Paulo, semente da progressista cidade do mesmo nome, que se tornaria a maior do Brasil.

“Em paupérrima e estreitíssima casinha”, diz Brasília Machado, “a 25 de janeiro, celebrou-se a primeira missa, e, como era o dia em que a Igreja comemorava a conversão do apóstolo São Paulo, esse nome ficou para a casa e, desta, mais tarde, para toda a capitania”.²

Em 1565 teve Anchieta de vir ao Rio de Janeiro, a fim de auxiliar Estácio de Sá na expulsão definitiva dos franceses da capitania. Tendo ido à Bahia em busca de reforços, aproveitou a estada para receber a ordenação sacerdotal e regressou ao Rio de Janeiro em 1567, com a ajuda prometida. A vitória final se deu em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, mas a cidade já estava fundada desde 1.º de março de 1565, entre o morro Cara de Cão (hoje São João) e o Pão de Açúcar, devendo o seu nome ao jovem rei de Portugal, D. Sebastião.

Em 1560 fora Anchieta nomeado Reitor do Colégio de São Vicente, onde permaneceu seis anos. Em 1578 é feito Provincial da Companhia. Em 1585 renuncia ao provincialato por motivo de saúde. Passa então ao Espírito Santo, tendo fixado residência na aldeia de Reritigbá, onde veio a falecer, aos 64 anos de idade, no dia 9 de junho de 1597. Do total de anos de sua existência, 44 foram vividos no Brasil.

Do admirável apostolado que exerceu em terras de Santa Cruz, dois acontecimentos precisam ser destacados: o da pacificação dos tamoios e o da pretensa execução de João de Bolés.

O primeiro episódio está ligado às lutas para a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Haviam os normandos (como foi hábito dizer) aliciado os índios tamoios a seu favor, e estes, em belicosa confederação, ameaçavam a permanência dos portugueses no Rio de Janeiro e mesmo em São Vicente. Determinou então o Pe. Manuel da Nóbrega de tratar pazes com eles. Partiram Nóbrega e Anchieta de São Vicente a 18 de abril de 1563 e a 5 de maio chegaram a Iperoígue, no litoral paulista, entre São Sebastião e a atual Ubatuba. Deu-se então a troca de reféns, para assegurar a lealdade de ambas as partes. Ou, como diz Anchieta, “*ut unus aut duo morerentur homines pro populo et non tota gens periret*”.³ Daqui em diante iremos freqüentemente deixar falar o próprio Anchieta, que descreve o evento em uma de suas notáveis cartas.

Chegados à praia, pusemo-nos de joelhos dando graças a Nosso Senhor e desejando abrir-se já alguma porta, por onde entrasse a sua graça a esta nação que tanto tempo está apartada dela.

E mais adiante:

Em o primeiro domingo depois que saímos, fizemos um altar em um bosque junto ao lugar e dissemos a primeira missa naquela terra, e depois, aos 14 de maio dentro do lugar nos aposentaram em uma casa, etc.

Não se pense, porém, que tudo eram flores e sorrisos. Muito pelo contrário. Eis outro trecho. A 9 de junho, correram grande risco, “o maior ou, ao menos, dos maiores que o Pe. Manuel da Nóbrega teve em sua vida”. Acossados pelos índios

houveram os padres de percorrer à pressa toda a praia, atravessar o riacho, encharcando-se totalmente, subir o monte, arrastar-se por matos espinhosos e refugiar-se na cabana do velho chefe, infelizmente ausente. Aí puseram-se a rezar as vésperas à espera da morte. Mas Deus tocou* de tal modo os corações àquelas feras que o próprio filho de Pindobuçu afastou-se dizendo: “Eu vinha a fazer isto e aquilo, mas quando entrei a ver os padres e lhes falei, caiu-me o coração e fiquei todo mudado e fraco; eu não os matei que vinha tão furioso, já nenhum os há de matar ainda que todos os que vierem hão de vir com o mesmo propósito e vontade”. (p. XVI)

Anchieta termina essa angustiada narração observando:

Não é mister mais, senão que, dali em diante, cada dia bebíamos muitos tragos de morte.

Aos 20 de junho teve Nóbrega de retornar a São Vicente, sem que as pazes tivessem sido concertadas. Despedia-se de Anchieta com muitas lágrimas,

* No texto está “trocou”.

e ao Apóstolo do Brasil coube ficar sozinho, visitado de tribulações. Eis reflexões suas nessas horas tormentosas:

Conhecendo de todo a grão falsidade daquela gente e sua pouca constância no bem começado e a muita arte para dissimular maldades que determinam cometer, acabei de persuadir-me que mui pouca coisa bastava para os mover a nos dar a morte, e determinei-me de me dar mais intimamente a Deus, procurando não só achar-me mais aparelhado para recebê-la, mas também desejá-la e pedi-la a Deus N. S. com contínuas orações e inflamados desejos!

Lembra Anchieta que também era prática dos indígenas dar aos hóspedes as filhas e irmãs por esposas, havendo a recusa por ofensa. Compreende-se a melindrosa situação do piedoso jesuíta, que tentava explicar-lhes, sem que chegassem a compreender, o motivo da impossibilidade de aceitação da confraternizadora oferta.

Em Piratininga chegou-se a falar na morte de Anchieta. Nóbrega angustiava-se com a falta de notícias. Finalmente voltou Cunhambeba, o chefe indígena encarregado do tratado de paz e com boas notícias. Só então Anchieta partiu em liberdade.

Os sofrimentos de Iperoígue Anchieta sublimou-os num longo poema em dísticos elegíacos, dedicado a *De Beata Virgine Dei Matre Maria*. É voz corrente tê-lo escrito nas areias da praia, abrasado de Fé, e havê-lo retido por inteiro na memória. Pero Rodrigues, o primeiro biógrafo do recém-beatificado jesuíta, diz a respeito:

Ia-se à praia passear e ali, sem tinta nem papel, andava compondo a obra, valendo-se somente da sua rara habilidade e memória extraordinária e sobretudo do favor da Senhora, por cuja honra tomara aquela devota empresa. E desta maneira compôs a obra toda e a encomendou ou fechou no cofre da fiel memória, para dali a alguns meses, depois de sair de cativo, a desenrolar e escrever, como escreveu, na nossa casa de São Vicente.⁴

O poema, como se sabe, foi editado na íntegra (texto latino, versão, introdução e notas), em 1940, publicação do Arquivo Nacional, pelo Revdm. Pe. Armando Cardoso, S. J., um dos beneméritos da obra anchietana.

O outro episódio refere-se à pretensa execução de João de Bolés, ou João Cointa, doutor da Sorbonne e Senhor de Bolés.

O Pe. Pero Rodrigues, seu contemporâneo, nada nos diz sobre o controvertido enforcamento. No entanto, o Pe. Simão de Vasconcelos, autor de uma *Vida do venerável Pe. José de Anchieta* (outro jesuíta do século XVI), deu curso à informação de que João de Bolés, calvinista convertido pelo próprio

Anchieta, fora condenado à pena máxima. “Como, na execução, o carrasco se mostrasse inepto”, escreve Capistrano de Abreu, “o jesuíta o admoestou e industriou o carrasco, para andar mais depressa, receoso de que o converso de gênio impetuoso, indomável, num arranque de cólera, revogando as convicções recentes, inutilizasse toda a obra tão laboriosamente acabada. O jesuíta chamava-se José de Anchieta; o francês, senhor de Bolés”.⁵

O mais curioso é que o próprio Anchieta, referindo-se a tão estranha personagem, nem de longe alude ao fantasioso evento. Eis o que se lê em *Informações e Fragmentos Históricos*:

Um dos moradores desta terra era um Joannes de Bolés, homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas e mui lido na escritura sagrada, mas grande herege. Este, com medo de Villegaignon, que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu com alguns outros para São Vicente, nas canoas dos tamoios que iam lá à guerra com título de os ajudarem e, chegando à fortaleza de Bertioga, meteu-se nela com os seus e se ficou em S. Vicente. Ali, começou a vomitar a peçonha de suas heresias, à qual resistiu o padre Luís da Gran e o fez mandar preso à Bahia e daí foi mandado pelo bispo D. Pedro Leitão a Portugal, e de Portugal à Índia, e nunca mais apareceu.⁶

Acrescenta Brasília Machado, de quem tiramos a informação supra, que: “Quando não bastasse um testemunho tão cabal, em reforço viria a *Annu*a do padre Luís da Gran, escrita anos antes, a 26 de junho de 1562, e que dá o mesmo destino a João de Cointa, senhor de Bolés.”

Ajuntemos que estudos posteriores só fizeram confirmar as palavras de Anchieta. Estão nesse caso os artigos de Cândido Mendes, Ramiz Galvão e Pe. Américo Novais. “Todos esses trabalhos”, salienta Brasília Machado, “estão firmados em documentos indestrutíveis e apontam a má fé ou a ignorância dos que ainda tentam marear a piedosa reputação de Anchieta”.⁷

Um historiador de categoria intelectual de Capistrano de Abreu, em pequeno estudo sobre a questão, põe este fecho ao debate:

Pela história contada por Paternina e Simão a execução de Monsieur de Bolés, em que Anchieta representava tão singular papel, ocorreu em 1567, um ano depois dessas publicações. É, porém, possível que a Inquisição, que se reservara a licença para Bolés sair do Reino, lhe permitisse tornar à Colônia, que ele escandalizara com seus destemperos? É pelo menos tão improvável como se consentisse que tornasse à França tão grande conhecedor deste país, cujas entradas e saídas praticara, e que só podia fazer mal à nossa terra. Por isso nada se opõe, antes de tudo impõe a aceitação do testemunho do próprio Anchieta. Bolés foi mandado para a Inquisição de Lisboa: depois foi para a Índia e não mais apareceu.⁸

O assunto parece, aliás, inteiramente morto. A beatificação do Apóstolo do Brasil encerra definitivamente a questão.

Esses curtos dados biográficos do beato José de Anchieta podem servir de introdução à obra ciclópica da evangelização do Novo Mundo, de que os jesuítas foram inexcedíveis artífices.

Quando da passagem do tricentenário da morte de Anchieta, o grande escritor e ensaísta que foi Eduardo Prado organizou em São Paulo uma série de doze conferências comemorativas do acontecimento, infelizmente interrompidas – a tanto vai a intolerância cientificista! – “pela reação da má vontade irreligiosa”, para falar com Américo Jacobina Lacombe. A Comissão Nacional para as Comemorações do Dia de Anchieta reuniu em volume três dessas conferências, sob o título *Conferências Anchietanas*, e, de uma delas, a de Brasília Machado, já nos utilizamos na primeira parte desta nossa palestra. Agora, na segunda parte, vamos utilizar-nos dos outros dois belos estudos, o do próprio Eduardo Prado e o de Joaquim Nabuco.

Eduardo Prado vê a ação evangelizadora dos jesuítas sob dois prismas: o da sobrenaturalidade, que inspirou Inácio de Loiola a fundar a Companhia de Jesus, e o da temporalidade, que fez da colonização do Brasil uma colonização portuguesa.

Segundo o denodado autor da *Ilusão Americana*, houve três métodos aplicados pelos colonizadores europeus nas terras conquistadas. Ao primeiro chamou, não sei se por ironia, “científico”, pois consiste na destruição dos primeiros ocupantes do solo. “Foi”, disse, “o que fizeram os espanhóis nas Antilhas, no primeiro ímpeto de sua cobiça, antes que a Igreja e sobretudo os jesuítas se tivessem interposto entre os fortes e os fracos para a salvação destes. É e foi este o método norte-americano, que tem prevalecido, apesar dos protestos e dos esforços das almas generosas. É este o método inglês no Cabo da Boa Esperança, na Austrália e na Nova Zelândia”.⁹

O segundo método denomina-o Eduardo Prado “mercantil” e ajunta que dele os mais expressivos exemplos foram dados por ingleses e holandeses. É o método da dominação pelo dinheiro. Lembra Eduardo Prado um provérbio da época: “Os ingleses, ao passarem ao Extremo Oriente, deixam a consciência no Cabo da Boa Esperança para retomá-la na volta”. E explicita:

Neste comércio o europeu engana pelo dolo e pela astúcia, desmoraliza pelos seus maus costumes, envenena pelo álcool ou pelo ópio, contamina e mata pelas suas doenças as populações nativas.

Ao terceiro método chama Eduardo Prado sem reboços “católico”. Na sua opinião foi esse o método aplicado pelos portugueses na colonização do

Brasil, através principalmente da catequese jesuítica. Antecipando-se a certas idéias de Gilberto Freyre, podemos dizer que Eduardo Prado viu na indiscriminação racial dos portugueses, que procriavam com as negras e as índias, a solução ideal para o sadio convívio que poderemos traduzir também com a palavra “mestiçagem”. Não se trataria, simplesmente, de desdobramentos sexuais, mas de algo mais enraizado, ou seja, do sentimento de que todos pertencemos a uma só raça, a de filhos do mesmo Deus, criador e onipotente. Vejam-se, por exemplo, estas palavras do famoso publicista:

Ufane-se aquela* de todas as suas grandezas; tenhamos nós o nosso orgulho; é o de sermos um povo que deve a sua existência não à trucidção de uma raça inteira, hecatombe que o Protestantismo não impediria no Sul, como não soube impedir noutras regiões, mas à fusão de raças opostas de origem, e que o Catolicismo, renovando o seu antigo prodígio da cristianização e da absorção dos bárbaros, soube também na América ensinar, civilizar, abençoando a união fecunda das raças, de que deviam brotar tantas nações.

Tais palavras ditas hoje, quando se volta a agitar o problema da sobrevivência das etnias indígenas, devem levar-nos a algumas reflexões.

E a primeira há de ser a de se louvar a firme atitude jesuítica de defender a liberdade e a vida dos indígenas, o que fizeram tenazmente, indo até ao sacrifício extremo de si mesmos. E a segunda, exatamente na linha da miscigenação, que, permitindo a fusão de raças, diluiu e não exterminou o sangue brasileiro. Foi daí que surgiram o mameluco e o caboclo, o primeiro figura de proa na epopéia do bandeirantismo, o qual, sublinha Eduardo Prado, “não teria aparecido, se a catequese, a redução, o aldeamento, isto é, a domesticação do índio não tivesse sido feita pelos jesuítas”. Quanto ao caboclo, é o homem do sertão ou da Amazônia, vaqueiro ou seringueiro, pequeno agricultor, supersticioso, místico, romântico, valente às vezes até à crueldade.

Na obra da catequese procederam os jesuítas com sabedoria e prudência, sobretudo com amor.

De certo modo a catequese era uma experiência inédita para os inácianos. Tinham vindo encontrar uma população de costumes praticamente desconhecidos, vivendo desnudos, em aparente promiscuidade, dados a práticas repugnantes, como a antropofagia e ainda, psicologicamente, naquela fase pré-lógica, a que se reportou Lévy-Bruhl.

Os primeiros informes sobre os “brasis” se encontram na famosa *Carta* de Pero Vaz de Caminha. O escrivão da nau cabralina, aliás, deixou-se impres-

* Refere-se aos Estados Unidos da América do Norte.

sionar bastante bem pela presença de nossos indígenas, particularmente das indígenas, e a maior parte de seu relatório se ocupa com tão curiosos personagens. E deles recolheu boa imagem:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.¹⁰

Para Thales de Azevedo, já se delineava o mito do bom selvagem:

Nessas impressões estão em gérmen as doutrinas sobre a bondade natural do homem que viriam a ser desenvolvidas por filósofos europeus que leram as crônicas das descobertas e que se encontravam com indígenas levados da América à Europa no século XVI.¹¹

Mas o contato com a realidade sócio-cultural teria de escurecer um tanto as tintas quase idílicas desse quadro. Certos vícios arraigados os padres lutavam muito para extirpar: a antropofagia, a poligamia, a embriaguez. Demais, eram fáceis de doutrinar, mas também mais fáceis de esquecer no dia seguinte aquilo que haviam aprendido antes.

O padre Afonso Brás escreve do Espírito Santo:

Não ousou aqui batizar esses gentios tão facilmente, ainda que o pedem muitas vezes, porque me temo de sua inconstância e pouca firmeza, senão quando estão em artigo de morte. Tem-se cá muito pouca confiança neles porque são mudáveis, e parece aos homens impossível poder estes vir a ser bons cristãos, porque aconteceu já batizar os cristãos alguns, e tornarem a fugir para os gentios e andam lá piores que dantes, e tornaram-se a meter em seus vícios e comer carne humana...¹²

Aspicuelta Navarro, vindo do interior da Bahia, lamenta-se:

Daqui fui bastante triste para outras aldeias, onde também lhes disse cousa de Nosso Senhor, e folgaram de as ouvir, mas logo se esqueciam, mudando o sentido em seus vinhos e guerras.

Essas queixas repetem-se em vários tons. Daí surgiu a tese de alguns historiadores e sociólogos como os profs. Mecenas Dourado e Florestan Fernandes de que o gentio não era passível de conversão. Nesse caso, a obra de catequese, além de um fracasso, teria sido uma violência, ainda que praticada com piedosa intenção. Escreveu mesmo a respeito o Prof. Mecenas Dourado um trabalho. *A Conversão do Gentio*. Procura nesse ensaio alicerçar a sua tese em documentação de origem jesuítica, basicamente no *Diálogo sobre a conversão do gentio*, do Pe. Manuel da Nóbrega, editado primeiro pela nossa Academia Brasileira em 1931 e posteriormente pelo Pe. Serafim Leite, 1954, que fez a melhor leitura do manuscrito. O prof. Mecenas Dourado reproduz em

seu livro citado o *Diálogo**, com as correções introduzidas pelo Pe. Serafim Leite.

Na página 34 do referido livro, afirma o prof. Mecenas Dourado:

A tese que aí se expõe, como remate de dez anos de experiência dos padres, é que o gentio brasileiro, por condições que lhe são próprias, é inconvertível à fé católica.

Essa conclusão do prof. M. Dourado parece-me um tanto apressada. Vejamos de que se trata.

No Diálogo** põe Nóbrega dois interlocutores: o Irmão Gonçalo Álvares, bastante desesperado da conversão dos índios, e Mateus Nogueira, “ferreiro de Jesus Cristo”, o qual não prega com palavras, mas fá-lo com obras e marteladas.

Limitar-nos-emos a algumas transcrições que nos pareceram mais expressivas. Vejam-se as palavras iniciais do Irmão Gonçalo Álvares:

Por demais é trabalhar com estes! São tão bestiais, que não lhes entra no coração coisa de Deus! Estão tão encarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar! Pregar a estes é pregar em deserto de pedras.

Note-se o tom emocional e exclamativo dessa entrada *in medias res*, verdadeiro desabafo.

A isso retruca o ferreiro em termos solidários e acaba por dizer:

... e como este gentio não adora nada, nem crê nada, tudo o que lhe dizeis se fica nada.

E, respondendo a outra intervenção de Gonçalo Álvares, reforça o que dissera antes:

Uma coisa têm estes pior de todas, que quando vêm a minha tenda, com um anzol que lhes dê os converterei a todos, e com outro os tornarei a desconverter, por serem inconstantes e não lhes entrar a verdadeira fé nos corações.

Mais adiante é o próprio Gonçalo Álvares quem fala:

Tudo provam logo e com a mesma facilidade que dizem *pâ* dizem *aani*. E se algumas vezes chamados dizem *neimtia* é pelos não importunardes. E mostra-o bem a obra, que se não é com o bordão não se erguem. Para beber nunca dormem! Esta sua facilidade de tudo lhes

* A referência é ao texto do *Diálogo* de Nóbrega.

** Utilizamos-nos do texto que vem em Apêndice ao livro do Prof. Mecenas Dourado.

parecer bem, acompanhada com a experiência de nenhum fruto de tanto *pã*, tem quebrado os corações a muitos.

Prosseguindo na conversa, o Irmão Gonçalo Álvares quer saber do ferreiro que opinião tem ele do gentio, pois muito conversa com eles. A isso replica Mateus Nogueira:

Ainda que, segundo me parece deles, para este fim de se converterem e serem cristãos, não há mister muita inteligência, porque as obras mostram quão poucas mostras eles têm de o poder vir a ser.

O bom do catequista está cheio de dúvidas e chega a indagar do ferreiro: “Dizei-me, Irmão Nogueira, esta gente são próximos?”. Ao que responde singelamente o interrogado: “Parece-me que sim”.

Mesmo com tal resposta, o Irmão Gonçalo Álvares ainda duvida:

Pois a pessoas mui avisadas ouvi eu dizer que estes não eram próximos, e porfiam-no muito, nem têm para si que estes são homens como nós.

Curiosamente, o Irmão Gonçalo Álvares é quem mais duvida da própria natureza humana dos indígenas, pois adiante indaga:

Dizei-me, Irmão, por amor de Nosso Senhor, não há entre meus irmãos e padres quem esteja da parte deste negros* ? E mais uma vez o ferreiro fala verdade com simpleza:

Todos, porque todos os desejam converter e estão determinados de morrer na demanda.

Vê-se que o tom começa a mudar. A catequese é difícil, quase impossível; mas o serviço de Deus não conhece muralhas. O Irmão admite que o gentio “com medo venha a tomar fé”. Mas o bom senso do ferreiro logo retruca: “E isso que aproveitaria, se fossem cristãos por força e gentios na vida e nos costumes e vontade?”. Então Gonçalo Álvares pondera:

Aos pais, dizem os que têm esta opinião, que pouco; mas os filhos, netos e daí por diante o poderiam vir a ser, e parece que têm razão.

A seguir o irmão insiste com o ferreiro para ser mais explícito, e há como que uma conversão no diálogo, pois o ferreiro é que vem a doutrinar o irmão. Com efeito, observa que “a caridade tudo faz e derrete” e, quando Gonçalo Álvares se mostra incrédulo quanto aos índios terem alma, o ferreiro logo responde: “Isto está claro, pois a alma tem três potências: entendimento, memória, vontade, *que todos têm*” (o sublinhado é meu).

* Diziam-se então “negros” todos os homens de pele escura; aos negros ppte. ditos chama vavam “pretos”.

E antes já havia observado que “tanto vale diante de Deus por natureza a alma do Papa, como a alma do vosso escravo Papaná”. Em continuação adverte: “Sabereis como o ofício de converter almas é o mais grande de quantos há na terra e por isso requer o mais alto estado de perfeição que nenhum outro”. E a seguir define o catequista:

Há de ter muita fé, confiando muito em Deus e desconfiando muito em si; há de ter graça de falar mui bem a língua; há de ter virtude para fazer milagres quando cumprir, e outras graças muitas, que tinham os que converteram gente, e sem isso não tenho ouvido que ninguém se convertesse. E vós quereis converter sem nada disso, e que de graça sejam logo todos santos? Esse seria o maior milagre do mundo.

Portanto, o que se pode depreender desse diálogo é que se tratava de um irmão bisonho, fraco na doutrina e fraco na vontade. O ferreiro, personagem simbólica, pois se trata da frágua de Deus, é quem põe as coisas nos seus devidos termos. Converter é obra divina, é obra que pressupõe a Graça e que, por conseguinte, não pode ser praticada com meios puramente humanos. Daí que até a aculturação do gentio não pode ser obtida por meios exclusivamente naturais, ainda que adornados com o epíteto de “científicos”, pois, sem caridade e amor, o civilizado nada ou muito pouco irá conseguir do aborígine.

Como teriam os jesuítas enfrentado o problema?

A acusação de que teriam procurado forçar a aculturação do indígena, perturbando-lhe a integração no meio social, não é procedente, em particular quando formulada de maneira um tanto sumária.

Não há de se exigir dos padres daquela época, em luta contra a maré montante do Protestantismo, que tivessem das culturas não europeias uma compreensão heterocêntrica. Mas, sem os dados de que dispõe a ciência moderna, pode-se dizer que a sua atuação foi admirável.

Um de seus primeiros intentos foi procurar o entendimento do psiquismo dos silvícolas. “Os jesuítas estudaram a fundo o caráter dos índios”, diz o Pe. Serafim Leite.¹³ E o objetivo, dificilmente alcançado, é verdade, era despertar neles “uma consciência nitidamente humana, com sentimento profundo da responsabilidade, transformando aquelas crianças grandes em homens verdadeiramente civilizados, morigerados, cristãos, – que é o próprio fim da catequese, por amor de Deus” (II, 10). Desta forma buscaram reformá-los, mas, na medida do possível, respeitando-lhes os padrões culturais. Ouçamos ainda o Pe. Serafim Leite:

A questão da conversão dos índios do Brasil não era, pois, doutrinária; era questão de costumes. Requeria a boa prudência que se permitissem os (costumes) indiferentes ou secundários para atrair os índios com

mais suavidade e os levar a abandonar, com mais prontidão, costumes fundamentalmente maus, como eram, entre outros, a antropofagia e a poligamia. (II, 12)

Entre os costumes secundários incluíam-se, por exemplo, a maneira de enterrar os mortos com cantorias, as suas danças e folguedos, os enfeites no corpo e nos cabelos.

Ao lado dos preceitos religiosos e morais, os jesuítas sempre colocaram os bens da inteligência; por isso não descuraram da instrução do gentio. Logo que chegavam, abriam escolas elementares para o ensino da arte de ler e escrever, estabeleciam pequenos seminários, arrebanhavam para as aulas os espertos curumins. Os jesuítas consideravam-nos inteligentes, as crianças aprendiam a ler depressa, ajudavam na missa; em certos casos, já crescidinhos, colaboravam até na catequese.

Quanto ao processo da evangelização, passou por três fases: a das *missões volantes*, a do *aldeamento* e a da *sojigação* (esta terceira fase é acrescentada pelo prof. Mecenaz Dourado).

Na fase das missões volantes, o padre ia alcançar o indígena onde estivesse e, por assim dizer, doutrinava-o *in loco*.

O método era inoperante, porque, mal se afastavam os jesuítas, o silvícola retornava ao seu meio e a todos os hábitos a ele inerentes, fossem bons, maus ou indiferentes. Demais, estavam sempre sujeitos à cobiça e crueldade dos colonos, que os dizimavam ou procuravam reduzi-los ao cativo. Surgiu daí a idéia de formar pequenas comunidades, administradas pelos jesuítas, que preservassem a liberdade e incolumidade do indígena, e onde pudessem com maior continuidade exercer o munus catequético. A esses núcleos missionários chamou-se “aldeamento”. O sistema deu resultados e permitiu uma catequese real e efetiva. Diz o Pe. Serafim Leite: “Soara a hora dos aldeamentos, a modalidade mais eficaz e original da colonização cristã do Brasil, primeira semente das célebres reduções” (II, 45).

A terceira fase, para o prof. M. Dourado, seria um desdobramento da segunda, nos aldeamentos poderiam os padres sujeitar com mais eficiência o aborígine. Liga o mesmo professor a essa fase o nome do terceiro Governador Geral, Mem de Sá, porque este realmente deu todo o apoio ao método do aldeamento. Daí dizer M. Dourado:

A providência fundamental de Mem de Sá, como dissemos, foi ajuntar o índio em aldeamentos policiados, pequenos campos de concentração sob a jurisdição espiritual dos padres que orientavam, naturalmente, a jurisdição temporal que emana do governador.

Essa aplicação de uma expressão moderna própria dos regimes totalitários a uma instituição simultaneamente espiritual e temporal do passado não é exata. Por certo não se havia de esperar a existência, nos aldeamentos, de uma organização do tipo democrático, com assembleias gerais, plebiscitos, eleições, etc. Ainda hoje os indígenas em estado nativo são havidos como relativamente incapazes, não possuindo, portanto, direitos políticos. O fundamental eram os objetivos que se tinham em vista, os quais podemos definir como a conquista das almas para Deus, com todas as conseqüências de ordem espiritual, moral, cultural que esse *desideratum* implica. Na verdade, não são os métodos catequéticos que estão em causa e sim os próprios valores da civilização cristã. Pois ou se reconhecem e proclamam esses valores, e se há de bendizer a catequese, ou se negam tais valores, e se há de lamentar a catequese.

Outro aspecto da atividade missionária dos jesuítas, que demonstra o seu respeito pelos valores culturais que não entrem em conflito com a espiritualidade cristã, foi a preocupação com o aprendizado da língua dos silvícolas. Assinala o Pe. Serafim Leite: “Uma das regras da Companhia de Jesus é que todos aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a sua própria” (II, 545). E assim procederam os jesuítas no Brasil.

Difundindo a “língua da terra” sob a forma de “língua geral”, muito contribuíram para o alargamento do uso do tupi em nossa pátria. Mas não se pode prender uma coisa a outra, isto é, não se há de fazer depender a sobrevivência da língua tupi da presença dos jesuítas no Brasil. Os inácianos, por assim dizer, combatiam em duas frentes: se aprendiam o tupi, também ensinavam o português, o que fizeram desde que pisaram pela vez primeira a terra brasílica.

José de Anchieta, humanista transplantado para a selva brasileira, não esquecia as origens européias. Por isso não só adquiriu a língua dos selvagens, mas estudou-lhe ainda as regras e assim compôs a primeira gramática que se publicou da língua tupi, obra de valor ímpar do século XVI: *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Coimbra, 1595). Desse livro disse com entusiasmo, um tanto exagerado, o Pe. Serafim Leite:

É a primeira gramática publicada na língua tupi-guarani, monumento de inapreciável valor lingüístico e filológico, glória da Companhia de Jesus no Brasil, o fato que deu a Anchieta maior renome. (II, 550)

O exagero está na parte final do período, pois não foi a *Gramática* o fato que deu a Anchieta maior renome e sim a sua incansável e assombrosa ação apostolar em terras brasileiras, a qual o levou recentemente aos altares, no glorioso pontificado de João Paulo II.

Desses vários métodos jesuíticos de aculturação do indígena nenhuma figura mais representativa que a de José de Anchieta. Aprendeu a língua dos

aborígenes, deu-lhe forma gramatical, compôs autos e poesias para edificação do gentio, consumiu a sua precária saúde, que Deus quis prolongar, em benefício daquele povo que ele tanto amava, em certos momentos fez da própria vida um holocausto à catequese. Como estamos longe daquela “sojigação” a que se refere o prof. Mecenas Dourado, da visão dos aldeamentos como campos de concentração, da pretensa escravização do índio com o fito de grossas rendas (?) para proveito dos jesuítas, dos colonos, do próprio rei! Um antropólogo isento como Thales de Azevedo pinta-nos realidade inteiramente diversa:

Seguidas essas sábias instruções, a conversão dos pagãos far-se-ia por um autêntico processo aculturativo de reinterpretação de ritos e crenças, sem a ruptura dos quadros institucionais e sem a desnecessária substituição de materiais assimiláveis.¹⁴

Temos aqui a verdadeira imagem da catequese jesuítica no Brasil. E, como diz o Pe. Serafim Leite: “Esta é a grande honra de Portugal. Nenhum outro país colonizador (exceto a Espanha) fez de catequese a base da colonização” (II, 4).

Isto mesmo viram espíritos lúcidos e bem formados como o de Joaquim Nabuco. São de sua conferência na oportunidade do tricentenário da morte de Anchieta:

Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que esse território não se teria, pelo menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto, apenas, brasileiro, como o somos hoje?¹⁵

E, linhas abaixo:

Quanto à população, acreditais que sem o Catolicismo tivesse sido possível fundir, pelo modo por que o foram, em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano?

Creio que, no momento em que, providencialmente, Anchieta, o Apóstolo do Brasil, recebe a beatificação a que o país todo aspirava, cumpre-nos volver integralmente a nossa alma para o seu exemplo e nele buscarmos força e remédio para a gravidade dos males que nos afligem. Não será na luta sem quartel, na fuga para os alucinógenos, no desbragamento dos costumes, na desagregação da família, na licenciosidade corruptora, na permissividade sexual, no desrespeito e no cinismo que o mundo moderno encontrará salvação. Tudo isso são sintomas de uma alarmante decadência, que virá a ser fatal, se prestimosamente não acudirmos com a terapêutica do bem, da caridade, da justiça e do amor, de que Anchieta foi exemplo vivo. Seja ele a nossa inspiração

nesta hora conturbada. A causa de tamanhos sofrimentos, como já vira Joaquim Nabuco, está na avalanche materialista que nos afoga, mas que, curiosamente, se apresenta como a solução capaz de fazer emergir a sociedade presente do caos em que cada vez mais submerge. Eis por que nos parece o melhor fecho para esta descolorida homenagem estas palavras candentes e proféticas do espírito de eleição que foi Joaquim Nabuco:

O que ameaça o princípio religioso no Brasil é o indiferentismo que está em nossos espíritos: é o abandono das gerações futuras à sua sorte, qualquer que esta possa ser, grave sintoma de atrofia nacional. Em tais condições, o centenário de Anchieta toma o caráter de um apelo a nossa consciência religiosa; a voz que nos vem do humilde santuário de Reritigbá é o generoso e largo hausto da vida dos espíritos e corações, que qualquer presente asfixiaria, por mais extenso que fosse, é que só podem respirar e mover-se em futuros que confinem com a eternidade; é a ambição infinita de Nóbrega, a quem 'o Brasil todo parecia pouco para a dilatação e o conhecimento do nome de Deus'. Possa, por um milagre póstumo, a coligação, a comunhão dos Nóbregas, Anchietas e Inácios de Azevedo fazer reflorir na terra de Santa Cruz o emblema que eles plantaram; possa o amplius! amplius! de Francisco Xavier chegar outra vez até ela, porque aqui há de novo uma grande nação católica a criar.

Referências Bibliográficas

- 1 – MACHADO, Brasília. Anchieta., Narração da sua vida. *Conferências Anchietanas*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1979, p. 47
- 2 – p. 57
- 3 – ANCHIETA, S. J. Pe. José de. *Poema da Bem-Aventurada Virgem Mãe de Deus Maria*. Rio de Janeiro, publicações do Arquivo Nacional, 1940, p. XIV
- 4 – p. XXIV
- 5 – ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 3.^a série, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1976, p. 4
- 6 – MACHADO, Brasília. *Loc. cit.*, p. 69
- 7 – p. 68, nota 42
- 8 – ABREU, Capistrano de. *Loc. cit.*, p. 16
- 9 – PRADO, Eduardo. O Catolicismo, a Companhia de Jesus e Colonização do Brasil. *Conferências Anchietanas* (ut supra) p. 23
- 10 – CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal, 1943, p. 233
- 11 – AZEVEDO, Thales. Catequese e Aculturação. *Ensaios de Antropologia Social*. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1959 (data do Prefácio), p. 41

- 12 – DOURADO, Mecenas. *A Conversão do Gentio*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 68-69
- 13 – LEITE, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa-Rio de Janeiro, 10 vols., 1938-1950, II
- 14 – AZEVEDO, Thales. *Loc. cit.*, p. 38
- 15 – NABUCO, Joaquim. Significação nacional do centenário anchietano. *Conferências Anchietanas* (ut supra), p. 82

No *Jornal do Brasil*, de 22 de agosto de 1980, Tristão de Athayde publicou um artigo intitulado *Anchieta e Bolés*, onde perfilha a informação, havida hoje por inconcussa, de que Bolés “foi mandado pelo Bispo Dom Pedro Leitão a Portugal e de Portugal à Índia e nunca mais apareceu”. Mas, quando esse artigo apareceu, a minha palestra já tinha sido escrita.

(*Revista das Letras*, Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, ano 1981/82, vol. 4-5, n.º 2/1)

*

500 Anos de Brasil

“E assim seguimos nosso caminho por este mar de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um de abril, estando dita ilha obra de 600 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais era muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno.”

Com estas palavras, bem conhecidas, da pena do escrivão da frota cabralina e cidadão do porto, Pero Vaz de Caminha, nascia o Brasil. A Carta, disse-o muito bem o sempre inspirado Afrânio Peixoto, tão saudoso quanto esquecido (fala-se muito atualmente no grupo dos “excluídos”, mas a ele temos de somar o não menos importante grupo dos “esquecidos”) é a nossa certidão de batismo.

Desde 21 de abril até nossos dias, percorreu o Brasil meio milênio de História, que vem sendo pesquisada em várias dimensões: a narrativa, a política, a econômica, a ideológica. Vamos assumir a perspectiva cultural, dado que se trata da comemoração dos 75 anos da fundação de uma Universidade. Primeiros anos de vida, se compararmos por exemplo, com os sete séculos de sua congênere portuguesa, fundada por el-rei D. Dinis. Mas o momento histórico já é outro, pois cada nova Universidade que se cria tem, atrás de si, toda uma herança cultural que a faz nascer adulta. A nossa data de 7 de setembro de 1920 se deve a ato do Presidente Epitácio Pessoa. Surgiu como Universidade

do Rio de Janeiro, depois Universidade do Brasil (1937) e finalmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Anteriormente a 1920, tínhamos algumas faculdades isoladas. Assim os cursos de Direito, de São Paulo e Olinda, criados em 11 de agosto de 1827, e que passaram, em 1854, a denominar-se *faculdades*. O próprio Príncipe Regente, logo após a sua chegada ao Brasil, (1808), instituiu no Rio de Janeiro a Escola de Anatomia e Cirurgia, o mesmo fazendo na cidade do Salvador; ambas, em 1832, converteram-se em Faculdades de Medicina. Em 1858, a Escola Militar da Corte passou a Escola Central, destinada à formação de oficiais do Exército e de engenheiros civis. Em 1874, tomou o nome de Escola Politécnica. Foi da agregação dessas três faculdades – Medicina, Direito, Politécnica – que, por motivos conjunturais, veio o Brasil a ter, em 7 de setembro de 1920, a sua primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro. E é dessa Universidade que estamos aqui a comemorar mais um ano de vida. Pareceu-me, portanto, que o rápido bosquejo que iremos apresentar de nossos primeiros quinhentos anos de trajetória planetária caberia ser focado numa perspectiva cultural, tomando-se este adjetivo em seu sentido mais amplo, vale dizer, tanto no intelectual quanto no antropológico. Preparei então o seguinte esquema cronológico que vai com as datas-baliza arredondadas dado o caráter de relativa convencionalidade do fracionamento do vir-a-ser histórico: *Brasil Jesuítico*: a Fé e o Império (1500-1760), *Brasil Pombalino*: a Razão e o Império (1760-1810), *Brasil Coroado*: Educação e Política (1810-1890), *Brasil Liberal*: Ordem e Progresso (1890-1990). Não disse, como é de praxe, neste último período, “até nossos dias”, porque, nesse caso, em vez de *Brasil* deveria estar *Mundo* e teria por marca distintiva algo como *desarvorado* ou *Nau sem Rumo*. É a Pós-Modernidade.

O Brasil Jesuítico

“Porém o melhor fruto que dela (desta terra) se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”. Conselho prudente e avisado do experiente escrivão Caminha, na carta-prefácio de nossa História a el-rei D. Manuel, a mais lida no Brasil. Antepõe-se aqui a Fé ao Império, e disso não descurou o governo metropolitano, ao enviar prestimosamente à terra descoberta várias missões evangelizadoras.

O primeiro sacerdote católico a pisar o solo que seria brasílico foi um franciscano, Frei Henrique Coimbra, que rezou a missa inaugural da liturgia romana em nossas plagas, num ilhéu que se chamaria da Coroa Vermelha: era dia de domingo. Na sexta-feira, 1.º de maio, foi chantada cruz no continente e oficiada segunda missa pelo mesmo capelão. Ainda nesse dia, voltando às naus, zarparam as caravelas com destino às almeçadas Índias. Contudo a obra de evangelização aguardava o seu momento.

Este chegou em 1549, com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, que se fizera acompanhar de seis jesuítas, à frente dos quais o Padre Manuel da Nóbrega, que se tornaria figura tutelar da obra de cristianização do gentio. Já em carta de 9 de agosto (Tomé de Souza aportara em 29 de março), ao seu colega de roupeta, Padre Simão Rodrigues, declarava ardorosamente: “Esta terra é nossa empresa”. E, de fato, cumpriu a sua missão até o último dia de vida.

Nóbrega não lamentou a sua transferência do urbanizado Portugal para o inóspito Brasil; ao contrário, em sua descrição da terra e da gente, só ocorrem elogios. Veja-se para exemplo este quadro quase paradisíaco que faz da natureza brasílica em carta ao Padre Azpicuelta Navarro:

É terra fresca, de inverno temperado, e o calor do verão não se sente muito. Tem muitas frutas e de diversas maneiras, e muito boas, e que têm pouca inveja às de Portugal. Morre no mar muito pescado e bom. Os montes parecem formosos jardins e hortas, e certamente nunca eu vi tapeçaria de Flandres tão formosa, nos quais andam animais de muitas diversas maneiras, dos quais Plínio nunca escreveu nem soube. Tem muitas ervas de diverso cheiro e muito diferente das de Espanha e certamente bem resplandece a grandeza, formosura e saber do criador em tantas, tão diversas e formosas criaturas.

E, quanto ao clima, eis o que diz em outra carta ao supracitado Padre Simão Rodrigues: *A terra cá achamo-la boa e sã. Todos estamos de saúde, Deus seja louvado, mais sãos do que partimos.* Do ponto de vista moral, muito angustiava a alma pura de Nóbrega ter de suportar a mancebia reinante, pois os brancos se uniam com as negras (era como chamavam as índias), mas com elas não se casavam. O remédio que ocorreu ao bom do padre foi pedir a el-rei mandasse a esta parte recém-descoberta do Novo Mundo “algumas mulheres que lá (em Portugal) têm pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas mui bem, porque é terra muito grossa e larga, contanto que não sejam tais, que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo”.

A Nóbrega vieram juntar-se, em 1553, trazidos pelo 2.º Governador Geral, Duarte da Costa, mais 16 jesuítas, dentre os quais Luís de Grã, ex-Reitor do colégio de Coimbra, e o irmão José de Anchieta, que se iria tomar o Apóstolo do Brasil. Vieram também algumas órfãs casadoiras.

Os jesuítas associavam a catequese com o ensino. E, de mãos dadas, o gago e o corcunda empenhavam-se desprendidos de si mesmos na obra salvífica, que era sua empresa. Anchieta em suas cartas, por vezes bem longas, deixa patentes, sem queixa nem recriminação, os perigos, canseiras e ameaças de toda espécie que tiveram que enfrentar, em sua marcha incansável de milicianos

de Cristo. Relata com objetividade e minúcia o dia-a-dia de sua atividade missionária, demonstrando mesmo espírito científico quando nos descreve as espécies da fauna e da flora brasileira.

Aonde chegavam os jesuítas, logo erigiam as suas casas e colégios. Foi assim com Nóbrega, na Bahia, onde, com suas mãos operárias os próprios inacianos ergueram a modesta habitação que iria acolher o futuro Colégio de Todos os Santos, na qual o gênio de Antônio Vieira encontrou alimento para a sua imoderada fonte de saber. Pouco depois, o Padre Leonardo Nunes levantava em São Vicente um dos mais prestigiados colégios da província. E, em 1554, cabia a José de Anchieta plantar nos campos de Piratininga o colégio que viria a ser a semente de onde emergiria a maior cidade da América Latina, São Paulo, padrão da pujança brasileira. Numa de suas cartas, o mesmo Anchieta enumera outros colégios: o de Ilhéus, o do Rio de Janeiro, o do Espírito Santo, o de Pernambuco.

O método aplicado era do *Ratio Studiorum*, levado a bom termo em 1586 pela energia e decisão do Padre Cláudio Aquaviva, de inspiração humanista e de aplicação progressiva. Evidentemente não era o que se usava no ensino das primeiras letras ministrado aos curumins e filhos de colonos. O Prof. Raymond Moniz de Aragão chega a falar num período de floração dos Colégios de meninos, nos quais a assimilação dos curumins se fazia pela comunhão de vida com as crianças brancas e mamelucas. Pedro Calmon lembra que o topônimo “Água de Meninos”, no Salvador, remonta à época em que foram recolhidos ao colégio dos jesuítas sete meninos órfãos como alunos.

Aos poucos, porém, foram os jesuítas ampliando as suas áreas de ensino. Cito a respeito ainda Moniz de Aragão: “Aí, nesse extenso e bem articulado sistema, ministravam, em graus rigorosamente hierarquizados, além do ensino primário geral, cursos de Letras Humanas, de Filosofia e Ciências, e de Teologia e Ciências Sagradas”. Pedro Calmon, apoiando-se em ter o Padre Inácio Tolosa, o primeiro doutor saído dos bancos da Universidade de Évora, introduzido no Colégio da Bahia o padrão eborense, destaca do modelo o costume da solene colação de grau. Em 1581, acrescenta, informa Anchieta que o ato coroou-se do “aparato que se costuma nas academias da Europa, como nunca se tinha feito aqui. Não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pajem de barrete, nem o capelo feito de estofado de seda”. A concessão do “padrão da redízima” ao Colégio da Bahia, depois estendida aos colégios do Rio de Janeiro e de Olinda, permitiu que a Companhia de Jesus mais desenvolvesse o seu âmbito de ensino, que se alargou por todo o território brasileiro. O espírito de escol que foi Joaquim Nabuco viu nessa estruturação uma das razões que podem explicar este fato singular da história da colonização: a unidade política e territorial do Brasil.

Contra o processo catequético e educacional dos jesuítas algumas contestações foram levantadas. Principalmente de uns tempos para cá, afirma-se que se tratou de uma forma de etnocídio, ou seja, de uma descaracterização cultural, chamada *desculturação* pelo Prof. Darcy Ribeiro (creio que, mais vernacularmente, deveríamos ter *desculturação*). A tese da desculturação parece-me contudo a partir de falsa premissa, qual a de que as culturas são impermeáveis. A tese orça pelo racismo. Cada macaco no seu galho, cada homem em sua cultura. Cada homem sentiria o mundo e o interpretaria segundo suas solitárias raízes históricas. O racismo segmenta pelo sangue a humanidade em blocos estanques, o culturalismo em almas incomunicáveis. O resultado é o mesmo. Tudo, porém, voltará à harmonia e ao equilíbrio, se reconhecermos a unidade da espécie humana; isto é, se adotarmos a posição humanista. Então saberemos separar o que é essencial, que tem de ser respeitado (direito à liberdade, inseparável do seu correlato, a dignidade), do que é acidental e, portanto, acessório. Ora, é inegável que os jesuítas caminharam nessa linha, ainda que alguns excessos possam ter sido cometidos. Conhecedores dos volteios e inquietudes da alma humana, quase um imperativo de sua ação evangélica, não iriam os inicianos assumir atitude puramente repressora na obra da catequese. Eis o depoimento de um grande e isento historiador, o Prof. Jaime Cortesão:

Eminentemente maleáveis, e ecléticos nos meios de aliciação, os jesuítas procuravam adaptar-se ao estado de espírito dos indivíduos, aos seus usos e costumes, não se pejando até de respeitar os prejuízos e superstições, alguns bem grosseiros, dos povos entre os quais exerciam seu mister. Na China não hesitaram em vestir-se à maneira chinesa, em adotar certas formas do culto exterior que depararam, em lisonjear enfim, até onde lhes pareceu compatível com sua fé, o temperamento, a educação, as idéias dos indígenas, mas não sem chegar por vezes a combinações bastante estranhas.

De livro recente dos historiadores Arno Wehling e Maria José C. de Wehling, colho estas linhas:

Menos de duas centenas em todo século XVI, os jesuítas realizaram no Brasil uma obra inigualável para a época. Penetrando no interior com as entradas, fundando colégios como o de São Paulo, convertendo indígenas, descrevendo seus costumes e estudando suas línguas, defendiam com entusiasmo sua concepção de vida e de religião.

E o Padre Serafim Leite, autor, como se sabe, da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra em dez volumes, que tem sido, com justiça, classificada como “monumental”, deixou nela isto exarado:

A questão da conversão dos índios do Brasil não era, pois, *doutrinária*; era questão de *costumes*. Requeria a boa prudência que se permitissem os indiferentes ou secundários para atrair os índios com mais suavidade

e os levar a abandonar, com mais prontidão, costumes fundamentalmente maus, como eram, entre outros a antropofagia e a poligamia.

Entre os costumes secundários, incluíam-se ainda a maneira de enterrar os mortos com cantorias, as danças e folguedos, os enfeites no corpo e nos cabelos. Mesmo o hábito de andarem nus (que, parece, agora os civilizados estão revivendo) não foi de pronto coibido.

Não era a pregação o método predominante; preferiam os jesuítas as formas pedagógicas dirigidas para a imaginação e a sensibilidade. Daí os espetáculos, as representações teatrais (e Anchieta escreveu vários autos), manifestações piedosas, por meio de cantos, hinos, ladainhas. Obviamente sentiram os jesuítas necessidade de maior aproximação com o gentio, e daí o empenho de aprender-lhes a língua. Como assevera o Gal. Couto Magalhães, um de nossos primeiros indianistas, em *O Selvagem*: “Para o selvagem, aquele que fala a sua língua é um seu parente, portanto seu amigo”. Fato sem dúvida de conhecimento rotineiro na atividade catequética dos missionários jesuítas. E foi o que se deu entre nós. O santo e benemérito Anchieta serve-nos de exemplo, pois fez publicar em Coimbra, em 1595, a sua *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*; ou seja, o tupi.

Na série “Nova História da Expansão Portuguesa”, vol. VI, dedicada a *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, encontra-se esta restrição ao ensino jesuítico:

Tem-se exagerado muito o alcance dos colégios jesuíticos para a educação no Brasil do século XVI, pois é preciso não esquecer que esses colégios se destinavam fundamentalmente à preparação de quadros da Companhia para a catequese dos índios. Poucos brancos aprenderam nos colégios deste período, embora mais tarde a sua ação educativa se tivesse ampliado em relação à população branca.

Não é bem isso que se lê em outros autores. De Américo Jacobina Lacombe são estas palavras: “A ação dos jesuítas no colégio era dupla. De um lado promovia a incorporação dos filhos dos selvagens e os mestiços à cultura portuguesa; por outro formava os filhos dos colonos que iriam chefiar, passada a fase de confusão inicial, a nova aristocracia do Novo Mundo etc.” E agora do Prof. Raymundo Moniz de Aragão:

Enquanto contou este [Nóbrega] com o decisivo apoio do Padre Mestre Simão Rodrigues, imprimiu à ação educativa dos seus comandados orientação eminentemente social e consoante às condições do meio, visando incorporar o elemento nativo à sociedade em formação, pelos curumins, cuja assimilação se fazia através da vida em comum, em recolhimentos, com crianças mamelucas e brancas (crianças abandonadas, recolhidas nos burgos portugueses, e filhos de colonos que, na condição de externos, ali fossem aprender).

De tudo isso se depreende quanto foi benéfica e fecunda a atividade dos discípulos de Loyola em terras brasílicas. Encômios não faltam.

Eis o juízo de um historiador, o saudoso professor Hélio Vianna:

Consolidando a vida espiritual das Capitânicas do Sul; auxiliando, eficazmente, a conquista do Nordeste; mantendo boas relações, grandemente úteis à colônia, com os mais notáveis Governadores, Donatários e Capitães-Mores; regularizando a vida particular, naturalmente desregrada, dos primeiros povoadores; assenhoreando-se, principalmente, da tarefa, sobre todas importante, da catequese dos indígenas – coube, em suma, aos jesuítas uma bela parte da História do Brasil na primeira centúria de existência política do país.

E, para não alongar essa fieira de altos louvores, remontando um pouco no tempo, ouçamos uma das vozes mais eminentes de nossa cultura, a do saudoso Joaquim Nabuco:

Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que esse território não se teria, pelo menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto, apenas, brasileiro, como o somos hoje?

Estava, portanto, cheio de razão Capistrano de Abreu ao escrever estas memoráveis palavras: “Uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil”. O desiderato já se cumpriu. Realizou-o, e a isso já tivemos oportunidade de nos referir, o jesuíta português Padre Serafim Leite, em obra magistral que o Instituto Nacional do Livro teve o privilégio de apadrinhar.

Por certo não foram os jesuítas os únicos religiosos que embasaram a consciência moral da colônia; depois deles, houve ordens que para cá vieram com o mesmo objetivo, a mesma fidelidade, o mesmo ardor catequético. Os beneditinos chegaram em 1584, seguidos dos franciscanos, dos carmelitas, dos oratorianos, dos mercedários. Mas, sem dúvida, coube à Companhia de Jesus o exercício mais constante, amplo e profundo da ação evangelizadora. Por isso escolhemos os jesuítas como protótipo da Fé, no binômio a Fé e o Império.

A Fé e o Império. Voltemo-nos para esta outra face do binômio.

Império, nesta acepção, representa a expansão atlântica portuguesa, ao lado da africana e da asiática. Entre nós, e, no período, os historiadores alinham as seguintes etapas colonizadoras: feitorias, capitânicas, governo geral. Como acontecimentos políticos de maior relevância, tivemos o domínio espanhol, de 1580 a 1640, a ocupação holandesa de 1630 a 1654, as tentativas abortadas da

França Antártica no Rio de Janeiro (1555) e da França Equinocial, no Maranhão (1612). Os franceses da França Antártica foram derrotados em 1565 pelas tropas de Estácio de Sá, que, a 1.º de março, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; os da França Equinocial em 1612 fundaram S. Luís e aí permaneceram até que em 1615, ante o ímpeto da reação luso-brasileira, tiveram de abandonar a presa. Quanto aos holandeses, após vitórias e derrotas, em que se defrontaram forças flamengas e luso-espanholas, acabaram os invasores por serem fragorosamente batidos em 1649 pelos insurretos pernambucanos na homérica batalha dos Guararapes, onde estiveram unidos o branco Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o índio Camarão, os três pilares da etnia brasileira. O golpe de graça foi a guerra deflagrada em 1651 entre Holanda e Inglaterra. Sentindo-se cada vez mais enfraquecidos e desesperançados da fixação de um Brasil holandês, renunciaram de vez os flamengos às suas ambições e tiveram de voltar aos pagos pátrios em 1654, com a capitulação da Campina da Taborda. O domínio espanhol cessara em 1640, com o movimento chamado da Restauração.

Um golpe de Estado leva à invasão do palácio sede do governo dualista, o secretário de Estado, D. Miguel de Vasconcelos é assassinado e atirado pela janela ao povo em delírio no Terreiro do Paço, o duque de Bragança é aclamado rei com o nome de D. João IV. Surgia assim a dinastia dos Braganças, que iria continuar nos imperadores brasileiros.

O século XVII viu também o achamento do ouro e de pedras preciosas, a marcha dos bandeirantes para o Oeste, configurando-se afinal as linhas-mestras das nossas fronteiras. Ficou o período marcado pelo assédio de países estrangeiros sobre nossos territórios, afinal malgrado e derrisório. A nossa reação consolidou decididamente a unidade nacional. Todavia em suas persistentes tentativas colonialistas, franceses, ingleses, holandeses conseguiram afinal manter enclaves ao norte do continente sul-americano, com o nome de Guianas. As antigas possessões inglesa e holandesa converteram-se em repúblicas; mas a Guiana Francesa continua francesa...

Para assinalar o período com um nome símbolo, outro não poderá ser senão o venerável e beato Padre José de Anchieta.

O Brasil Pombalino

A expulsão dos jesuítas e confisco de todos os seus bens, mandada executar pelo todo-poderoso marquês do Pombal, foi desastrosa para o ensino e, portanto, para a cultura brasileira. Alguns depoimentos:

Em 1759, ao se dar o fatal golpe contra a organização dos jesuítas, contavam eles em Portugal 24 colégios e 17 casas; no Brasil 17 colégios

e 25 casas e 36 missões, além das escolas elementares em vários pontos do país, e os seminários seculares entregues à direção da Companhia, entre os quais o célebre de Belém, próximo à Bahia, onde estudara Alexandre de Gusmão. Não foi reforma, comenta Fernando Azevedo (...), “mas destruição, pura e simples, de todo o sistema colonial.” (*Lacombe, 1973:195*)

Decretada a expulsão da Ordem, fechados os seus estabelecimentos educacionais, em verdade nada ou muito pouco foi feito pelo Governo Português para preencher o vazio que se gerou. (*Moniz de Aragão, 1976:319*)

Extintos os cursos, dispersados os estudantes, expatriados os professores (...), pode-se falar de retrocesso no Brasil, ao tempo em que, na Metrópole, se falava em razão e *boa razão*, desanuviada e culta. Para o Brasil sobreveio o período obscuro das lições particulares, da retórica e da filosofia ensinada nos conventos, à espera da aula régia, que as articulasse com a reforma da universidade; a corajosa e vasta reforma pombalina a cargo do fluminense reitor D. Francisco de Lemos. (*Calmon, 1976:360-361*)

A mais grave acusação que se faz à política pombalina é a relativa à expulsão dos jesuítas de Portugal e domínios ultramarinos portugueses, apesar de todos os serviços aqui prestados pelos inacianos, principalmente quanto à catequese dos indígenas e desenvolvimento da instrução entre os filhos dos colonos, em seus numerosos e reputados Colégios, escolas de ler e escrever, etc. (*Vianna, 1970:334*)

Afinal, o que teria levado o onipotente marquês a esse ato radical da expulsão dos jesuítas? Pombal nunca vira com bons olhos a ação missionária dos jesuítas, cuja dedicação à causa dos silvícolas parecia-lhe entrar em choque com as diretrizes regalistas do seu governo. A resistência dos indígenas à cláusula do Tratado de Madrid (1750), que os obrigava a abandonar as suas povoações, para facilitar a troca dos Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento, foi atribuída pelo marquês a instigação dos jesuítas. As guerras guaraníticas que vieram em consequência aumentaram a crescente incompatibilidade entre Pombal e os inacianos. Uma tentativa da nobreza, articulada pelo Marquês de Távora, de reconquistar o poder, que fracassou devido a frustrado regocídio, levou os Távoras ao cadafalso e à tortura. No processo, apareceram inculcados os jesuítas. Tudo isso somado deflagrou a expulsão da Companhia de todo o território sob o governo português.

Havia, porém, debaixo de todos esses acontecimentos, um sentimento de oposição, senão aversão, ao espírito que informara o panorama cultural dos séculos anteriores, marcadamente contra-reformistas. A esse novo estado de espírito deu a História o nome de *Iluminismo*.

O Iluminismo representa o advento do espírito científico em oposição ao espírito teológico, como interpretação do universo. Despontou, no século XVI, com Copérnico, que, contrariando o geocentrismo de Ptolomeu, fez ver aos astrônomos que era a Terra que girava em torno do Sol, e não o contrário, como se acreditava até então. O sistema de Copérnico, porém, foi considerado negador das Escrituras e por isso ficou longo tempo em reclusão. Reviveu-o Galileu Galilei, mas também fraco e doente, aos 70 anos, teve de desdizer-se, embora, segundo a fama, houvesse dito baixinho, a respeito da Terra: “*eppur si muove*” (“no entanto, se move”).

De igual modo, o desprezo de Lutero pelo sistema de Copérnico matou rapidamente a Revolução na Alemanha: em 1596, Kepler, que era protestante, teve que refugiar-se junto dos jesuítas. O ambiente onde a Revolução Científica florescia à morte de Galileu, em 1642, era a Inglaterra em rebelião contra um rei ditatorial; nesse ano nasceu, em Inglaterra, Isaac Newton. (*Bronowski & Mazlish, 1983:139*)

Newton é o terceiro sábio que faz progredir a Revolução Científica em marcha; foi, como é notório, o primeiro a formular a lei da gravitação universal. Começam, os cientistas a reunir-se em associações. Na Inglaterra foi a *Royal Society*, fundada em 1660, na França a *Académie Royale des Sciences*, em 1666. A filosofia não tardou a refletir também o novo estado de espírito. Hobbes com o *Leviathan* (1670), Locke, com os *Ensaios sobre o entendimento humano* (1690), Leibniz com os *Novos ensaios sobre o entendimento humano* (1704), Descartes, com o *Discurso do Método* (1637). Assim como o saber humano estaria a desfazer falsos conhecimentos, pretendidamente apoiados em doutrinas divinas, assim também a sabedoria terrena ia despedindo a divina, punha a Enciclopédia no lugar da Bíblia, a Razão desterrava a Fé.

Mas em que o conhecimento ao nível da razão humana, a verdade científica, em suma, poderia ser útil aos desígnios autocráticos de Pombal? É que essas novas idéias iam surgindo e deslocando o fundamento divino da autoridade do rei para o da razão humana. As verdades da doutrinação jesuítica, apoiada na autoridade da Palavra de Deus e não no Pensamento do Homem, não pareciam compadecer-se com o espírito reacionalista dos novos tempos. Façamos a Revolução antes que o Povo a faça, advertia um de nossos mais hábeis e experientes políticos. Foi isso que fez o marquês, alinhando-se assim entre os chamados “*déspotas esclarecidos*”. Curioso que certas reformas, ditas avançadas ou progressistas, tenham sido feitas não em regime democrático e sim autoritário, ou mesmo ditatorial. Relembre-se Napoleão com Código Civil, Catarina II, da Rússia, acolhendo na Corte sábios e filósofos e, mais recentemente entre nós, Getúlio Vargas, introduzindo no direito pátrio a legislação trabalhista.

Pombal, influído pelo cientificismo dos Iluministas, não foi feliz em seu combate à pedagogia jesuítica, de base humanística. Contra o medievalismo filosófico dos inacionos, mormente de inspiração tomista, excedeu-se buscando apoio em outras fontes religiosas. Um dos nomes mais citados no capítulo é o Padre Luís Antônio Verney, convicto adversário do ensino escolástico e autor de um livro de certa repercussão, o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). Nesse trabalho, Verney faz considerações sobre o ensino da gramática da língua portuguesa, do português, do latim, do grego, do hebraico, das línguas modernas, da Retórica, da obra de Vieira, da poesia. Nada nos diz, porém, sobre os fundamentos filosóficos de sua pedagogia reformadora. Podemos vê-la, no entanto, através da reforma da Universidade de Coimbra por Pombal, especialmente no tocante ao ensino das ciências naturais e da matemática. Note-se que Verney escreve, como diz na folha de rosto do *Verdadeiro Método*, “para ser útil à República e à Igreja”. Tem, pois, uma finalidade prática (a utilidade) e não especulativa e, em vez de *Fé e Império*, diz, invertendo a ordem, *República e Igreja*, o primeiro termo designando uma forma política voltada para o povo (o sistema era monárquico), de onde, mais tarde se iria dizer, um tanto retoricamente, emana todo o poder, e o segundo apresentando a Fé na sua forma exteriorizada e não espiritualizada.

Mas, no que diz respeito ao Império, em nossa expressão *Razão e Império*, o julgamento dos pósteros geralmente é favorável ao Marquês. Extraímos alguns dados de Vianna, *História do Brasil*, vol. I:

Extinguiu o Estado do Maranhão, medida que concorreu para a integridade política do Brasil. Transferiu, com toda oportunidade, a capital da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro (1763). Extinguiu também de vez as restantes capitanias hereditárias. Soube cercar-se de bons administradores, como Gomes Freira de Andrade, o marquês de Lavradio, Francisco Xavier Mendonça Furtado. Deu impulso à lavoura cafeeira, que começava a desenvolver-se, transferindo a sua zona produtora do Pará e do Maranhão para o Rio de Janeiro, onde encontrou o seu habitat de excelência. Incrementou a indústria naval, fazendo construir navios em estaleiros brasileiros. E, mesmo nas letras, teve o Brasil um momento de fastígio, com os florões da Escola Mineira.

A referência à Escola Mineira nos faz tocar ainda num ponto delicado desse período, que não poderia ficar omissos: a Conjuração Mineira.

Foi esse movimento, em que se espelhou o alvorecer da consciência nacional, ainda um rebento do Iluminismo em nossas elites intelectuais. No volume da série “Nova História da Expansão Portuguesa”, direção de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, de n.º VIII, dedicado a *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*, se faz clara e fundamentada exposição do que os autores

(a coordenação é de Maria Beatriz Nizza da Silva) chamam “as raízes da consciência nacional brasileira”. Daí extraímos alguns dados que irão orientar o que se segue.

No mês de outubro de 1786, Thomas Jefferson, enviado dos Estados Unidos em França, recebeu uma carta de um brasileiro que se assinava Vendek. Na verdade tratava-se de José Joaquim Maia, antigo aluno da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Medicina de Montpellier. Maia simplesmente pedia o apoio dos Estados Unidos, que acabavam de se tornar independentes da metrópole inglesa, para uma rebelião do mesmo cunho, em curso em Minas Gerais. Intermediário entre os dois tinha sido Domingos Vidal Barbosa, proprietário em Juiz de Fora, também estudante em Montpellier. As idéias liberais e iluministas que os empolgavam tinham sido hauridas em Coimbra e mais profundamente na França. Entre 1772 e 1783 estiveram matriculados em Coimbra mais de 300 estudantes brasileiros, dos quais muitos continuaram os estudos em França. José Bonifácio de Andrada e Silva era um deles e compunha versos onde apareciam os nomes de Rousseau, Voltaire, Locke. Foram essas idéias racionalistas e liberais que animaram as bases ideológicas da Conjuração. Nela estiveram envolvidos os homens mais proeminentes da cultura mineira de então: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, o cônego Luís Vieira. Livros com as novas idéias revolucionárias foram encontrados na biblioteca dos conspiradores: Voltaire, Rousseau, Condillac, a *Enciclopédia*, Adam Smith. Descoberta a conspiração, foram todos processados e condenados. Somente um, porém, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pela alcunha de *Tiradentes*, foi executado por enforcamento e seu corpo esquartejado, posto em salmoura e espalhado pelos lugares onde fizera propaganda. Fora o ativista do movimento e aquele que o encarnara com toda a sua coragem e idealismo. Hoje, mártir da Independência, é um dos heróis nacionais. Cláudio Manuel da Costa apareceu enforcado na cela aonde havia sido recolhido e sua memória foi declarada infame; Gonzaga e Alvarenga Peixoto tiveram como pena o degredo em África; o cônego Vieira ficou preso num convento em Lisboa.

Essa a marca mais profunda e dolorosa que o Iluminismo deixou no Brasil.

Como nome símbolo do período, outro não poderia ser senão o do Marquês de Pombal.

Brasil Coroado

Começa com a transmigração da família real portuguesa para o Brasil, em virtude das guerras napoleônicas, aonde aportou em janeiro de 1808. Aliada da Inglaterra, negava-se a Coroa Portuguesa a abandonar a sua posição de neutralidade e, por isso, Napoleão declarou deposta a Casa de Bragança e ordenou a invasão do território português. No trono estava o Príncipe D. João como Regente, dadas as condições mentais de sua mãe, a rainha D. Maria I. Por morte da rainha-mãe em 1816, o príncipe regente é aclamado rei, com o título de D. João VI. Já desde o ano anterior, Napoleão fora batido e confinado na ilha de Santa Helena; D. João VI, porém, preferiu continuar no Brasil. Portugal passou a ser governado por uma Regência, que acabou dominada pelo ministro inglês, marechal Beresford. A agitação política na metrópole tornara-se intensa. As idéias liberais, vitoriosas com a Revolução Francesa, impulsionavam civis e militares, que contavam com o apoio da Maçonaria. Em Portugal deflagrou no Porto uma revolução constitucionalista, que acabou por se estender a Lisboa. Instituiu-se então na capital portuguesa uma Junta Governativa Provisória, que assumiu o poder. Avolumaram-se as pressões para que retornasse o rei a Portugal. E foi o que ocorreu a 26 de abril de 1821. Antes de embarcar, premido pelas circunstâncias, teria D. João VI dito esta frase a seu filho D. Pedro, que ficara como Príncipe Regente: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar do que para alguns desses aventureiros” (a frase consta de uma carta de D. Pedro a D. João VI, datada de 19 de junho de 1822). Era a antevisão de um estadista. D. João permanecera no Brasil durante 13 anos.

A personalidade política do soberano tem sido diversamente julgada por historiadores e grande público de maneira geral. A começar pela sua agitada vinda ao Brasil, ante a iminência da invasão das tropas napoleônicas. À primeira vista, pode tal decisão parecer um ato condenável e mesmo suscetível de ser tido por covarde: abandonar o rei a pátria e o povo na hora do perigo. Mas sabidamente a resistência era impossível e inútil o derramamento de sangue. Sobreviria a queda da monarquia e a conseqüente submissão de Portugal e do próprio Brasil ao jogo napoleônico. A retirada, como foi feita e planejada, garantia a continuidade do governo, o não reconhecimento da ocupação francesa, e a justiça e legalidade de qualquer movimento de expulsão dos invasores. E foi o que se deu, com as tropas francesas inteiramente batidas em 1811.

Não houve, portanto, pânico nem correrias, nem atropelos de última hora. Talvez os gritos de espanto da rainha demente tivessem levado alguns espectadores a essa conclusão. A verdade, porém, está nestas palavras de Pandiá Calógeras:

Todo o acervo administrativo estava a bordo, arquivos, documentos e papéis do governo, e de tal forma foram arranjados, que, ao desembarcar no Rio de Janeiro, nenhuma falta ou dificuldade especial se fez sentir, e a faina de dirigir a monarquia continuou no Novo Continente tão normalmente como se estivera o regente em Lisboa. (1957:79)

A independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, com a ascensão ao trono do Príncipe D. Pedro, com o título Pedro I, Imperador do Brasil, é mais uma demonstração da argúcia política de D. João VI.

Para o Brasil, o seu governo foi altamente proveitoso. Logo em janeiro de 1808, graças ao assessoramento de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, foram os portos brasileiros abertos às nações amigas. O fomento da agricultura – açúcar, arroz, algodão, fumo e até o incipiente café – foi um dos objetivos primaciais da administração joanina. Em 1818, teve início a emigração de colonos estrangeiros, com a criação da colônia suíça de Nova Friburgo. Ato político de especial relevância foi a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1816. Contudo, e isto se inclui melhor em nossos objetivos, nada excedeu ao grande incentivo que D. João VI deu à expansão da cultura no Brasil. No campo do ensino, aumentou-se o número de escolas régias e aulas isoladas, destinadas ao ensino do que hoje chamamos de 1.º e 2.º graus. Números estudantes foram concluir seus estudos na Universidade de Coimbra, inclusive em outras universidades européias. Mesmo entre nós, criou-se o primeiro estabelecimento de ensino superior: a Escola de Medicina e Cirurgia, que deveria funcionar na Bahia, já a partir de 1808. Para a formação de oficiais militares, fundaram-se no Rio de Janeiro as Academias Militar e da Marinha. E a José da Silva Lisboa foi atribuída uma aula de Ciência Econômica, no Rio de Janeiro. Veio também com o Príncipe Regente o acervo da Biblioteca Real, que, segundo cálculos de um conhecedor, devia conter mais de 60 mil volumes. Em 1814 foi aberta à consulta pública e se constituiu na base da nossa Biblioteca Nacional. Fundou-se no Rio de Janeiro a Imprensa Régia, naturalmente a serviço da impressão dos atos oficiais, mas que, com o aparecimento das tipografias, no Rio e na Bahia, permitiu a edição de livros e folhetos. Um jornal, oficioso, começou a circular, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e uma revista, *O Patriota*. Eram primeiros passos tímidos sem dúvida, mas, de qualquer forma, um começo. No campo das Letras, apenas alguns nomes: Visconde de Cairu, economista e grande doutrinário do liberalismo econômico; Baltasar da Silva Lisboa, historiador, redator dos *Anais do Rio de Janeiro*; Manuel Aires do Casal, o nosso primeiro geógrafo, autor de uma *Corografia Brasílica*; Frei Francisco de São Carlos, poeta e orador; Antônio de Moraes Silva, notável lexicógrafo, autor de um *Dicionário da língua portuguesa*, obra que até hoje não envelheceu. No campo estritamente científico, D. João VI fundou o Jardim Botânico e despertou a curiosidade de numerosos mineralogistas, dentre os

quais José Bonifácio de Andrada e Silva. Também atraídos pelos favores e interesse do rei luso-brasileiro, estiveram entre nós vários cientistas estrangeiros: Guilherme von Eschwege, mineralogista alemão, autor do *Pluto Brasiliensis*; o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, botânico e zoólogo, que escreveu uma *Viagem ao Brasil*; o naturalista francês, Augusto de Saint-Hilaire, que percorreu várias regiões brasileiras e de suas incursões deixou importantes observações em volumes publicados; os alemães Spix e Martius, que muito se dedicaram ao estudo da botânica, zoologia, mineralogia e etnologia brasileiras, pesquisas consubstanciadas em grande parte em sua *Viagem ao Brasil*. E, *last but not least*, fundou-se o Banco do Brasil. Recordemos que, desde 1815, já era o Brasil Reino Unido ao de Portugal e Algarves. “Tomou assim o Brasil”, disse João Ribeiro, “um impulso extraordinário e excepcional”.

Vê-se, portanto, quanto é falaciosa a imagem folk-lórica de um D. João VI apavorado, glutão, sem qualidades de Chefe de Estado, vítima de áulicos ambiciosos e do gênio irascível da própria mulher, D. Carlota Joaquina. Talvez o seu caráter lhano e afeito à simplicidade tivesse concorrido para esse falso juízo. Pandiá Calógeras assim o descreve:

O regente, ao contrário [dos subalternos cortesãos], era amado e respeitado. Pelas ruas que atravessava, ou nas estradas que percorria, as gentes se ajoelhavam diante dele. Sua conduta benévola, bondosa e chã para com os humildes conquistava-lhe todos os corações, nessa população acostumada a ser detestada pelos europeus, ou, pelo menos, sofrer vexames e injustiças. (op. cit.: 82)

Aliás o eminente historiador que foi Oliveira Lima, em seu *D. João VI no Brasil*, livro que João Ribeiro considera “capital para o estudo deste período”, já havia corrigido tão lamentáveis distorções. Trata-se de *factos* e não de *factóides*.

E, já que estamos com a mão na massa da cultura, por assim dizer, demos um salto até o Segundo Império, pois nenhum Chefe de Estado amou tanto a cultura no Brasil, quanto D. Pedro II, a quem Pedro Calmon cognominou “o rei filósofo”.

O período do Segundo Reinado, da Maioridade à proclamação da República, ou seja, de 1840 a 1889, foi de 49 anos, praticamente meio século. Coincide esse período com a explosão romântica, cujo início os nossos manuais costumam datar de 1836, com os *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Pode-se estendê-lo até 1870, quando o espírito romântico entra em crise, ante a emergência do Naturalismo. São, portanto, quarenta anos dentro do regime monárquico de Pedro II. Os grandes vultos da época, todos os conhecemos: Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Bernardo Guimarães, Laurindo

Rabelo, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Martins Pena, e por aqui ficamos. No terreno do conhecimento, avultam estudioso com Varnhagen, João Francisco Lisboa, Felício dos Santos, Couto de Magalhães, Tobias Barreto, para citar alguns. Já vivíamos o Brasil brasileiro.

Quanto à personalidade do Imperador, não resistimos a fazer nossa toda esta página bem humorada da filóloga italiana Luciana Stegagno Picchio, catedrática da Universidade La Sapienza, de Roma e tão presente na cultura destas plagas atlânticas, página que tomamos a liberdade de traduzir:

Deste documento o imperador-sábio, em contraste dialético com o pai libertino, sublimará suas aspirações artísticas, nunca adequadamente realizadas em primeira pessoa, com contínuas transferências de participação cultural. É assim que toma parte nas polêmicas literárias do tempo; subvenciona do próprio bolso edições de textos patrióticos, como *Colombo* ou a *Confederação dos Tamoios*; ou ainda contribui para o pagamento de pensões para a estada no Rio ou mesmo na Europa, em favor de poetas, pintores e musicistas. Carlos Ferreira, poeta-ourives, futuro autor de versos no estilo de Victor Hugo, vai a São Paulo de sua Porto Alegre às custas de D. Pedro; Carlos Gomes estuda em Milão com uma bolsa de estudos imperial; Vítor Meireles pôde pintar em Florença a “Primeira Missa no Brasil”, Pedro Américo “A Batalha do Avaí” e mais tarde “O Grito do Ipiranga”. Como o seu contemporâneo, lampedusiano príncipe de Salina, o imperador se fecha num observatório astronômico; traduz versos de poetas franceses, italianos, ingleses; estuda com paixão, aperfeiçoando-se na Europa, línguas mortas, do sânscrito ao hebraico, provocando o sorriso radical e metropolitano de Eça de Queirós e do Ramalho Ortigão das *Farpas*. Mais ainda: escreve aos sábios e literatos da Terra, de Renan a Pasteur, de Victor Hugo a Longfellow. Aspira à amizade de Juan de Valera, secretário da Legação da Espanha, de sir Richard Francis Burton, consul britânico em Santos e de Artur de Gobineau, ministro de Napoleão III no Rio. Procurando sempre ser ele próprio diferente do monarca, procurando mitigar com o exemplo tropical o racismo de Gobineau (que dele se lembrara quando esboçou o perfil do príncipe Jean-Théodore das *Pléiades*), ou exaltando-se numa conversa anônima numa diligência européia com um senhor anônimo que se soube depois ser Frederico Nietzsche. Giuseppe Carducci recebe-o em sessão solene na Universidade de Bolonha. O próprio Manzoni, fascinado por esse estranho personagem que esnoba os primos reinantes, visitando em trajes bem pouco protocolares a Graciosa Majestade da Rainha Vitória mas que, ao invés, tem verdadeira fome de convívio intelectual, lhe faz presente de um simbólico *Dei Delitti e delle Pene*, onde Beccaria está para significar a aprovação da parte católica por aquele que, num Império de Ultramar, suprimiu a pena de morte; aquele que Victor Hugo não hesitará em denominar neto de Marco Aurélio (“celui qui a Marc-Aurèle pour ancêtre”).

Stegagno Picchio salienta como alguns de nossos modernistas satirizaram esse pendor pela erudição de D. Pedro II. Por exemplo, Oswald de Andrade em *Pau brasil*: “Se Pedro Segundo / vier aqui / com história / eu boto ele na cadeia”. Ou Mário de Andrade que ordena: “Silêncio! O Imperador medita os seus versinhos”. Stegagno Picchio poderia ter acrescentado mais esta, agora de Murilo Mendes em *História do Brasil*: “O Imperador, de pijama, / Lê Larousse na rede. / O facto é que com essa calma / Cinquenta anos se agüentou.”

Não esqueçamos que no setor de ensino, foi da maior relevância a criação por Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1837, ainda no período regencial, do Imperial Colégio Pedro II, transformado por curto prazo em Ginásio Nacional, mas logo retornado ao seu primeiro e credenciado nome. Sabe-se que o Imperador visitava o Colégio e chegou a presidir-lhe bancas de exame.

O Segundo Império foi também escola de estadistas. Sob a égide de um governo constitucional e parlamentarista, à maneira inglesa, liberais e conservadores se alternavam no poder. Não se pode datar ao certo o início do sistema parlamentarista no regime monárquico brasileiro. Hélio Vianna o faz de 1851, em consequência de uma das crises políticas que marcaram o governo de D. Pedro II. Ao Imperador cabia a prerrogativa de Poder Moderador, pelo qual lhe competia intervir nas questões políticas que ameaçassem a estabilidade das instituições ou pudessem gerar perigosos impasses entre partidos que se revezavam no poder. Diz o citado Hélio Vianna que tal missão “D. Pedro soube exercê-la com permanente superioridade de vistas, embora descontentando aos Partidos que de vez em quando era forçado a dispensar do governo, sujeitando-os a temporários mas revigoradores ostracismos” (1970:137). Dentre os estadistas que compuseram o quadro político que sustentou o equilíbrio do sistema parlamentar podemos salientar: o marquês do Paraná, o Visconde do Rio Branco, o marquês de Olinda, o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, o marquês de São Vicente, o conselheiro Lafayette, o Visconde de Ouro Preto (que presidiu o último gabinete, o 36.º, em razão da proclamação da República). Dentre os acontecimentos políticos que assinalaram a passagem do Segundo Império destacam-se os seguintes: a Pacificação do Império pelo Duque de Caxias, a Guerra do Paraguai, a obra ciclópica, no domínio do progresso material e técnico levada a efeito por Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, recentemente e excelentemente biografado por Jorge Caldeira (as primeiras estradas de ferro, a navegação do Amazonas, o telégrafo submarino, a iluminação a gás, as construções navais, a metalurgia, a criação de novas instituições bancárias, entre outras menores), a Questão Religiosa, entre a Igreja e a Maçonaria, que acabou por levar ao cárcere os bispos D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa, a Abolição que, juntamente com a Questão Militar, pôs fim à Monarquia em 15 de novembro de 1889.

Creemos que todos os títulos convergem para fazer de D. Pedro II o nome símbolo do período.

O Brasil Liberal: Ordem e Progresso

A proclamação da República não surgiu de um movimento de cunho popular. Os professores João Luís Frago e Francisco Carlos Teixeira da Silva, no capítulo que escreveram para a *História Geral do Brasil*, coordenada pela professora Maria Yedda Linhares, registram que Aristides Lobo, ardente republicano e integrante do ministério de Deodoro da Fonseca, foi forçado a reconhecer que “em 15 de novembro de 1889, o povo assistia *bestializado* ao movimento das tropas do exército que iriam proclamar a República. Sem compreender o que se passava, o povo, que deveria ter sido o protagonista maior da república, pensava tratar-se apenas de mais uma parada militar” (1990:187).

Por seu turno, Pandiá Calógeras, em *Formação Histórica do Brasil*, escreve:

Em todas essas circunstâncias, de modo nenhum e em nenhum momento havia intervindo o elemento popular. Fora simples motim, vitorioso em toda linha por surpresa. (1957:398)

Contudo Calógeras via no acontecimento apenas uma “antecipação”, pois tinha como certo que, mais cedo ou mais tarde, a República seria uma fatalidade.

Vale a pena recordar aqui, a respeito da República, a anedota engendrada por Machado de Assis, que Barreto Filho, seu melhor intérprete, caracterizou como “registro malévolo”. Está no *Esaú e Jacó* e se passa entre o Conselheiro Aires, que iria figurar no título de seu último romance, e um velho confeitiro, por nome Custódio. Foi o caso que uma velha tabuleta com o nome do negócio, “Confeitaria do Império” estava toda corroída e imprestável para qualquer reforma. Tornou-se preciso encomendar uma nova, que afinal chegou, elegante e pintadinha de novo. Posta no lugar devido e coberta com um pano de chita, aguardava a inauguração para o dia seguinte. Aconteceu, porém, que o dia seguinte coincidiu com a proclamação da República. Apreensivo, quase apavorado, correu o “seu” Custódio para a rua do Catete, mas já lá encontrou a tabuleta pendurada. Esse o motivo da ida do confeitiro ao diplomata, ou seja, ao conselheiro. O diálogo entre os dois vai abaixo transcrito, reduzido às suas linhas essenciais (por isso dispensei as aspas):

- Mas o que é que há? perguntou Aires.
- A República está proclamada.
- Já há governo?
- Penso que já; mas diga-me V. Ex.: ouviu alguém acusar-me jamais

de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo Ajude-me a sair deste embarço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado “Confeitaria do Império”, a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a bora não estivesse acabada, mudava o título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Ex. crê que, se ficar *Império*, venham quebrar-me as vidraças?

- Isso não sei.
- Realmente não há motivo; é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo.
- Mas pode pôr “Confeitaria da República”...
- Lembrou-me isso em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.
- Tem razão... Sente-se.
- Estou bem.
- Sente-se e fume um charuto.

Foi então que o Conselheiro, diplomaticamente, sugeriu a solução: *Confeitaria do Governo*. “Tanto serve para um regime como para outro” explicou. Mas o confeitiro argüiu que todo governo tem oposição (pelo menos em regime democrático) e o problema voltou à estaca zero.

Esse relato imaginário reflete, no entanto, um momento singular de transição política na realidade brasileira. Confirma a ausência do povo nos acontecimentos que levaram à queda do império. E o povo aqui não está usado em sentido de segmento social oposto à elite, mas possui significação abrangente, pois o próprio Conselheiro recebeu surpreso a notícia da proclamação da República em sua casa (“Mas o que há?”). E admitiu mesmo a possibilidade de uma reviravolta.

Demais é notório que até as altas classes dirigentes não se sentiam ameaçadas. Uma semana antes (9 de novembro) realizara-se no Rio de Janeiro o mais espetacular e rumoroso baile de que se tem notícia no período imperial. O famoso “Baile da Ilha Fiscal”. O pretexto (pois a festança não era proporcional ao evento comemorado) foi a recepção com que o Governo distinguira a oficialidade de um barco de guerra chileno surto no porto do Rio de Janeiro. Os ecos dessa ruidosa homenagem mantêm-se vivos até os nossos dias. Ainda recentemente, um de nossos romancistas mais justamente lidos, o acadêmico Josué Montello, inspirado nos sucessos dessa noite memorável, criou mais uma de suas obras marcantes, *O Baile de Despedida*, onde habilmente entrelaçou ficção e realidade. Eis como Josué Montello nos transmite o seu espanto ante o que lhe pareceu desperdiçado exibicionismo:

Uma loucura o tal baile. Como explicar tanto gasto, tantos convidados (dizia-se que tinham sido cinco mil, e havia mesmo outros testemunhos que aumentavam para seis), tanta comida, tanta exibição de vestidos e uniformes, de casacas e penteados, de capas e de jóias, com o país a se debater na crise social e econômica que decorreria da repentina transição do trabalho escravo para o trabalho livre? (1992:94)

Na verdade, várias causas concorreram para a derrubada da monarquia. Havia a chamada “Questão Militar”, um descontentamento nos meios das Forças Armadas, particularmente no Exército, em virtude de punições disciplinares, que alguns oficiais de alta patente julgavam ilegais e desairosas. A liberdade de opinião permitia também o desdobramento da propaganda republicana, que contava com não muito adeptos, porém obstinados e aguerridos. Dentre esses destacava-se o Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, lente de Matemática na Escola Militar. Sentiu-se o oficial atraído pela filosofia de Augusto Comte e tornou-se ardoroso positivista. Os dizeres “Ordem e Progresso”, inscritos em nossa bandeira, são de origem positivista e se devem a Benjamin Constant. O lema completo é este: O Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim”. Paralelamente à ideologia positivista, desenvolvia-se o movimento federalista, de maior repercussão. E a estrela de primeira grandeza desse ideário político foi Rui Barbosa. Em discurso pronunciado na Constituinte de 1890, declarou peremptoriamente: “Eu era federalista antes de ser republicano”. E mais tarde, no Senado, não se pejou de afirmar, já vigente o novo regime: “Não tenho a honra de pertencer ao número dos republicanos históricos; sou dos republicanos da hora”. E mais: “Bati-me contra a monarquia sem deixar de ser monarquista” (v. de Exúpero Monteiro, conferência pronunciada em 5 de novembro de 1949, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em *Conferências*, Casa de Rui Barbosa, 1958:66).

Talvez o fator-mor que fez ruir a monarquia tenha sido a retirada do apoio ao governo dos grandes proprietários rurais, pois haviam sido os mais diretamente atingidos pela promulgação da lei da libertação dos escravos.

Para alguns analistas de nossa História, encontrar-se-ia aí a causa decisiva da queda do trono. No entanto, a questão parece necessitar de estudo mais detido. Hélio Vianna, por exemplo, assim pondera em sua *História do Brasil*:

Ao contrário do que esperavam os pessimistas, não se verificou nas zonas agrícolas do país, onde era maior o número de escravos, o abandono, em massa, dos trabalhadores. A maioria continuou a residir nas fazendas, passando a receber pagamento regular pelos serviços prestados. (II, 1970, 215)

Em contraste com a frieza do movimento republicano, alteia-se o calor da campanha abolicionista. Aqui houve nas ruas vibração popular, na imprensa

fervilhavam os artigos de repulsa à escravatura, a mocidade punha-se em pé de guerra contra o regime que enodoava a nação. Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, expoentes da raça humilhada, tribunos grandiloquentes e brilhantes jornalistas, exigiam a imediata libertação dos cativos. Tinham o apoio inquebrantável de homens de envergadura do aristocrata Joaquim Nabuco ou do democrata Rui Barbosa. Castro Alves empolgava o país com a força irresistível de seu estro juvenil:

Cristo! Embalde morreste sobre um monte...
 Teu sangue não lavou da minha fronte
 A mancha original.
 Ainda hoje são, por fado adverso,
 Meus filhos - alimária do universo...
 Eu - pasto universal...

Assim bradava em suas indomáveis *Vozes d'África*.

O ato de extinção da escravatura passou à História com o nome de *Lei Áurea*, e a mão que teve a glória de assiná-la foi a da Princesa Isabel, então regente do Império, gesto que lhe valeu o imorredouro epíteto de “A Redentora”.

Feita a República, emancipados os escravos, desterrado o imperador, ingressa o país no mundo da Revolução Francesa, sem guilhotina nem Iluminismo. Instalava-se o culto da liberdade em lugar da veneranda Autoridade. Não mais a nobreza, mas o povo. Era o regime do povo, pelo povo e para o povo. Ou seja, assumia o Liberalismo. Já o havia proclamado, em 1830, no prefácio de *Hernani*, o tonitroante Victor Hugo. O Romantismo não é outra coisa senão o liberalismo em literatura.

Esse regime político (o liberal democrático) surgido do pronunciamento de 1989 e bafejado pelas auras do Positivismo. Durou quarenta e um anos, até 1930, quando foi sepultado sob o manto desgastado da República Velha.

Nesse período tivemos treze presidentes, com mandato previsto para quatro anos, a saber: Marechal Deodoro da Fonseca: 1891 (alçou-se ao posto com a derrubada da monarquia, mas, sem condições de governo, teve de renunciar logo no primeiro ano de mandato); Marechal Floriano Peixoto: 1891-1894 (assumiu a Presidência na qualidade de vice-presidente e completou o mandato de seu antecessor, embora a Constituição previsse nova eleição, caso a vacância se desse dentro dos dois primeiros anos do mandato); Prudente de Moraes: 1894-1898; Campos Sales: 1898-1902; Rodrigues Alves: 1902-1906; Afonso Pena: 1906-1909; Nilo Peçanha: 1909-1910 (vice-presidente, assumiu o poder por falecimento de Afonso Pena); Marechal Hermes da Fonseca: 1910-1914; Venceslau Brás: 1914-1918; Delfim Moreira: 1918-1919 (exerceu interinamente a Presidência, até a realização de novas eleições, por haver falecido

antes da posse Francisco de Paula Rodrigues Alves, eleito para suceder Veneslau Brás); Epiácio Pessoa: 1919-1922 (paraibano e não paulista, como seria de esperar, dada a regra da alternância do poder entre os dois maiores estados da Federação, Minas e São Paulo); Artur Bernardes: 1922-1926; Washington Luís: 1926-1930 (deposto quase ao término do seu mandato, em virtude de um movimento revolucionário de inconformados com a vitória do candidato novamente paulista, Júlio Prestes, por considerarem ter sido fraudada a eleição).

Nesse Período os acontecimentos mais importantes foram os seguintes:

O encilhamento (governo Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto). Chamou-se assim por comparação com o ato de *encilhar*, apertar com a *cilha* (do latim *cingula*, do mesmo radical de *cingere* “cingir”), uma espécie de correia. Talvez preparar o animal para uma corrida, porque o encilhamento se caracterizou por ser um jogo frenético na Bolsa, que levou o país a uma especulação desenfreada, causando progressiva desvalorização da moeda.

Canudos (governo Prudente de Morais). No interior da Bahia, no semi-abandonado Arraial de Canudos, surgiu um movimento de rebeldia, chefiado por Antônio Vicente Mendes Maciel, que passou à História como Antônio Conselheiro. Antônio Conselheiro era um foragido da lei, tocado pelo espírito messiânico do sertanejo nordestino. Fizera-se líder de uma população de maltrapilhos, a que se ajuntava a jagunçada sem trabalho definido. Havia algo de místico em sua personalidade. Os habitantes das cidades vizinhas passaram a temê-lo; dizia-se querer restaurar a monarquia, permitia desmandos e abusos entre seus sequazes, fascinava até o fanatismo. Contudo o problema era mais sociológico que político. Mas Conselheiro foi tratado como revoltoso e, após várias tentativas infrutíferas, morto o Conselheiro e toda a jagunçada, foi o Arraial aniquilado. Euclides da Cunha celebrizou a campanha inglória numa epopéia que o imortalizou: *Os Sertões*.

A Recuperação Financeira. No governo Campos Sales notabilizou-se o seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, que, graças a uma política de contenção de gastos, conseguiu sanear as finanças públicas.

O Barão do Rio Branco (governos de Rodrigues Alves e Afonso Pena). A maior figura da política externa brasileira na primeira fase da República; a ele se deve a demarcação de nossas fronteiras litigiosas com a Argentina, a Colômbia, o Peru e as três Guianas. De grande importância foi a solução encontrada para a integração em nosso mapa de terras da Amazônia, o que se consumou com o Tratado de Petrópolis, que, contudo, nos obrigou ao pagamento de dois milhões de esterlinos e à construção da ferrovia Madeira-Mamoré, em troca da posse do Território do Acre. Deveu-se também a Rio Branco a magnífica participação do Brasil na terceira Conferência Internacional Americana, no

Rio de Janeiro, bem como a segunda Conferência de Paz, em Haia, onde refulgiu o talento e o saber de Rui Barbosa, que reivindicando ardorosamente a igualdade jurídica dos países grandes e pequenos, voltou à pátria consagrado como a “Águia de Haia”.

Ordem e Progresso. Os governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha puderam fazer a República ingressar numa fase de crescimento e prosperidade. Intensificou-se a imigração, criou-se o Instituto de Manguinhos, realizou-se com êxito a Exposição Nacional de 1908, comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, nasceu o Serviço de Proteção aos Índios.

O Breve Consulado de Pinheiro Machado. A sucessão de Nilo Peçanha foi comandada pelo Senador Pinheiro Machado (que acabou assassinado no período presidencial posterior), que se convertera numa espécie de condutor da política nacional. Apresentaram-se candidatos o Conselheiro Rui Barbosa e o Marechal Hermes da Fonseca. Desencadeou-se contra este a Campanha Civilista, que empolgou o país. A vitória de Hermes da Fonseca, estimulada por Pinheiro Machado, gerou um quadriênio de agitações políticas e movimentos armados, que muito contribuíram para corroer os ganhos do período anterior.

Este período viu o desaparecimento de grandes vultos da nacionalidade, republicanos históricos, na realidade varões do Império: o Barão do Rio Branco, Campos Sales, Quintino Bocaiuva. A partir de Venceslau Brás, iria começar propriamente a safra republicana.

A Primeira Guerra Mundial. Coincidiu com todo o período de governo de Venceslau Brás. O Brasil manteve-se neutro, mas o torpedeamento em 1917 de quatro navios da marinha mercante brasileira levou-nos a reconhecer o estado de guerra com a Alemanha. A conflagração européia, os vultosos gastos militares e a interrupção com o comércio exterior, tudo concorreu para o desmantelamento econômico-financeiro do país. Esvaiu-se grande parte dos ganhos anteriores. Como compensação, tivemos, em 1917, a promulgação do Código Civil Brasileiro, cuja redação provocou uma das mais célebres polêmicas gramaticais do país, a que se travou entre Senador Rui Barbosa e seu antigo mestre no Ginásio Baiano, Prof. Ernesto Carneiro Ribeiro.

O Centenário da Independência. Ocorreu no governo Epitácio Pessoa. Houve grandes festividades, dentre as quais uma grandiosa Exposição Internacional, que atraiu a participação das mais avançadas nações do mundo e onde o Brasil pôde apresentar os importantes progressos realizados no período republicano. Foi revogado o decreto do Governo Republicano Provisório que banira a família imperial brasileira. Visitou o Brasil o rei Alberto I, herói da guerra mundial, entusiasticamente recebido pelo povo. Foi-lhe concedido o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Rio de Janeiro, então

criada com a fusão das Faculdades existentes. Também no governo Epiácio Pessoa visitou o Brasil o Dr. Antônio José de Almeida, Presidente da República Portuguesa.

Rumo à Social-Democracia. O Presidente Artur Bernardes foi eleito em meio a grande agitação político-social. O tradicional minueto São Paulo-Minas Gerais para a escolha, por revezamento, dos presidentes da República já provocava insatisfação nos demais estados. Nasceu daí a “reação republicana”, que apresentou como candidato o fluminense Nilo Peçanha. O clima político tornou-se muito tenso e acabou por penetrar nos quartéis. Em 5 de julho de 1922, ainda sob o governo Epiácio Pessoa, um grupo de jovens tenentes sublevou o Forte Copacabana, no Rio de Janeiro; mas, apesar do forte apoio popular, não contou com a adesão da oficialidade veterana, e o movimento fracassou. Um pugilo de jovens oficiais, porém, não se rendeu e, capitaneados pelos tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes vieram lutar, de peito aberto nas areias de Copacabana (dezessete mais um civil que a eles se juntou) contra as tropas do Governo, muito mais numerosas e mais municadas. Houve um sobrevivente, Eduardo Gomes, que mais tarde se tornaria, já no posto de Brigadeiro da Força Aérea Brasileira, uma espécie de nome tutelar da nacionalidade. São os famosos *18 do Forte*, momento épico na nossa história republicana.

Eleito e empossado Artur Bernardes, não cessou a agitação político-militar. Para garantir o seu mandato, teve o Presidente de governar durante quase todo o período de seu mandato sob o regime de estado de sítio, ou seja, de suspensão das garantias constitucionais.

Em 1924, estourou em São Paulo outra revolução, chefiada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes. Ocuparam os sediosos a capital paulista por mais de vinte dias, mas, sem receberam o apoio que esperavam, tiveram de render-se. Foi nessa ocasião que surgiu no Rio Grande do Sul um novo líder, o jovem capitão Luís Carlos Prestes. Prestes, porém, não conseguiu aliciar muitos combatentes e, para fugir à perseguição das tropas legalistas, encetou longa marcha pelo interior do país, dando origem à quase lendária “Coluna Prestes”. Finalmente, partindo do Rio Grande do Sul, chegaram os colonistas à Bolívia, onde se dispersaram. O nome de Prestes, que se tornaria o líder máximo do comunismo brasileiro (acabou, no entanto, expulso do partido, ou *partidão*, como a imprensa passou a chamá-lo) já revela a presença de nova componente nesses movimentos revolucionários: a inquietação social.

Essa onda socializante acentuou-se no governo Washington Luís, eleito sem competidores, mas ainda dentro da regra praxista da alternância Minas-São Paulo, o chamado “café-com-leite”. Tudo parecia ir muito bem, até que,

em 1929, explodiu uma crise mundial, de caráter econômico-financeiro, que desequilibrou a nossa balança comercial, pois nosso principal produto de exportação, o café, sofreu em conseqüência enorme desvalorização. A isso acrescenta-se o incremento da lavoura cafeeira em outros países, tudo a gerar insatisfação, desânimo, contestação. Tais dificuldades contribuíram para o crescimento do movimento operário, e o partido comunista, fundado em 1922, já figurava como peça no jogo político. Para o Presidente Washington Luís, porém (a frase lhe é atribuída), “a questão social não passava de um caso de polícia”. O “tenentismo”, duas vezes derrotado mas não vencido, esperava pela última batalha. Foi nesse clima de impacientes expectativas que Washington Luís cometeu o grave erro de romper o pacto político do café-com-leite e escolheu para seu sucessor o presidente de São Paulo, Júlio Prestes. Minas uniu-se ao Rio Grande do Sul e constituiu-se uma coalização sob a legenda de “Aliança Liberal”. Como candidato de oposição à Presidência foi indicado o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e para vice, o presidente da Paraíba, João Pessoa. Realizadas as eleições, foi dada a vitória a Júlio Prestes. Todavia, em todo o território nacional a candidatura de Getúlio Vargas gozava de maior popularidade. Foi nesse ambiente explosivo que se deu um acontecimento que sacudiu o país. Num bar em Recife, era assassinado a tiros o presidente João Pessoa. Não tardou muito que a Nação se levantasse em armas de Norte a Sul. O Presidente Washington Luís não conseguiu deter o ímpeto da força revolucionária e a 24 de outubro de 1930 (o seu mandato terminaria em 15 de novembro) viu-se apeado do poder e exilado do país. A República Velha agonizava.

Do ponto de vista cultural, pode a República Velha ser dividida em dois momentos: o liberal-democrático, de 1890 a 1920, e o de transição para o social-democrático, de 1920 a 1930.

Na primeira fase, viveu o país os seus dias de *belle époque*. A luz elétrica, a telefonia, o cabo submarino, os primórdios da aviação, os grandes e luxuosos transatlânticos, tudo, ou quase tudo, parecendo confirmar a tese comtiana de que a industrialização traria finalmente a idade da paz, da ordem e do progresso. Mas a catástrofe de 1914 acabou com o sonho; ou, se quiserem, com a utopia, para ficarmos atualizados com o jargão dos intelectuais. Foi o momento parnasiano de nossa História, assim como o período do Segundo Império vivera o momento romântico. Sem dúvida tivemos *Canudos*; mas *Canudos* com Euclides da Cunha converteu-se na epopéia de *Os Sertões*. Avultaram, desde o alvorecer, os nomes de Machado de Assis, Rui Barbosa, Sílvio Romero. O Rio “civilizou-se”, com a revolução urbanística de Pereira Passos. Abriu-se a Avenida Central (hoje Rio Branco), construiu-se a Avenida Beira-Mar, fundou-se a Academia Brasileira de Letras em 1896. O Rio elegante desfilava na rua do Ouvidor,

freqüentavam-se as ricas e majestosas confeitarias, como a Colombo, ainda hoje a mais bem montada do Rio de Janeiro, companhias estrangeiras faziam-se representar nos principais teatros, o Lírico, o Municipal: óperas, recitais, bailados. Imperava a cultura francesa na moda, nas livrarias (muito bem abastecidas, melhores que as de hoje), ponto de encontro de intelectuais e até na culinária o bom gosto era francês. Mais tarde surge, na poesia, a grande trindade parnasiana: Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Corrêa, a que veio juntar-se com justiça o nome de Vicente de Carvalho. Elegiam-se os príncipes da poesia e da prosa, e, no pódio, pompearam duas celebridades, Olavo Bilac, poeta e Coelho Neto, prosador. Iriam ser as primeiras vítimas da iconoclastia modernista. Mas, com a I Guerra Mundial, a festa terminou. Em 1917 triunfava na Rússia o comunismo revolucionário, e o czar e toda a família Romanov foram executados. Alastra-se então o rastilho da “revolução mundial”. Em vez de guerras nacionais, guerras sociais. “Operários de todos os países, uni-vos!” A essa convocação à luta, acorriam os injustiçados, ao som dos acordes da Internacional.

O regime instaurado por Lenine era totalitário e provocou em vários países uma reação nacionalista, igualmente totalitária. Ditadura nacionalista x ditadura proletária. Espremida entre esses dois extremos, cada vez mais fortes, esvaía-se a liberal-democracia. Mussolini, na Itália, assume o poder na década de 20 e o partido fascista torna-se o protótipo de todos os movimentos nacionalistas. Na mesma década, subia ao ministério em Portugal o Dr. Antônio de Oliveira Salazar, que acabaria Primeiro Ministro, posto que só deixou por doença muitos anos depois. Na Espanha, o Gal. Franco, na crista de uma revolução, assume o governo com poderes ditatoriais e, na mesma década de 30, Adolfo Hitler se torna o Führer da Alemanha nazista. O nazismo, porém, era um movimento pangermanista e não propriamente nacionalista. Pregava o racismo, o anti-semitismo, o revanchismo, linhas divergentes das que seguiam até então os movimentos de cunho fascista. Hitler, por exemplo, assinou com a Rússia o pacto germano-soviético, a fim de ter mãos livres para invadir o Ocidente, e aliou-se ao Japão, país sem qualquer tradição fascista.

Foi nesse ambiente conturbado que a Revolução de 30 trouxe ao centro do poder, na capital do país, o ex-presidente do Rio Grande do Sul, o Dr. Getúlio Vargas. Iria abrir-se uma nova página na história da República.

Não podemos esquecer que a década de 20 viu irromper um movimento de profundo abalo nos alicerces dos cânones culturais vigentes. “As novas gerações”, diz Alceu Amoroso Lima, “que estavam ameaçadas de ser devoradas pelo ecletismo ou pelo diletantismo, pelo agnosticismo e pelo ceticismo, que haviam fortemente impregnado o período inicial do século, encontraram-se perante um mundo em chamas, no qual outras virtudes humanas, muito diversas, iam ser postas à prova” (1956:64). Era a ruidosa e ansiosa chegada do *Modernismo*.

Foi o modernismo ainda uma repercussão entre nós de espírito universal. Dois acontecimentos fulcrais o marcaram: a Semana de Arte Moderna, em São Paulo (1922) e a tumultuada sessão da Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro (1924), onde se digladiaram, entre palmas e vaias, os Antigos e os Modernos, simbolicamente divididos entre Coelho Neto e Graça Aranha.

O Modernismo teve início com a pintura de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, com a escultura de Brecheret, a música de Vila-Lobos. Na literatura, Graça Aranha, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Manuel Bandeira.

No primeiro momento (1920-1930), predominam o futurismo italiano de Marinetti e o dadaísmo francês de Tristan Tzara, entre outros. Foi essa a fase “futurista”, denominação mais tarde renegada pelos próceres do movimento, como Oswald e Mário de Andrade (em artigo de 1921, Oswald de Andrade ainda chamava Mário “O meu poeta futurista”). Nesse período, o afã era demolir o passado, o “passadismo”. Investia-se contra a forma (a rima, a métrica, a língua culta) e o fundo (o amor, a lacrimosidade, o luar, o belo). A ferrugem na panela da cozinha, a pedra no caminho, o pneumotórax, o sabonete Araxá, as prostitutas do Mangue... adquirem direito de cidade nas páginas demolidoras da poética modernista.

O segundo momento (1930-1945) trouxe nova dimensão à vaga modernista: a inquietação social. A atoarda esteticista da fase heróica ia esmorecendo e os espaços esvaziados foram sendo rapidamente ocupados pelos portadores de mensagens calcadas na vida miserável de populações sem horizontes. A resposta veio do Norte, onde o problema era, e é, mais agudo. Em vez da poesia desabusada e carnavalesca dos vanguardistas, a narrativa pungente dos excluídos. São os romances da seca, do beatério, do cangaço, da opressão econômica. Rachel de Queirós, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos (as “vidas secas”), Jorge Amado (a luta proletária, em *Cacau e Suor*, as crianças abandonadas, em *Capitães de Areia*), José Lins do Rego (o açúcar, a decadência dos engenhos) são exemplos de sofrimentos e perseverança de uma das regiões mais martirizadas do país, o Nordeste, mas onde o amor à terra e à gente brasileira corre paradas com a flama intelectual.

Foi nessa atmosfera de ruptura e renovação que, sustentado nas armas dos insurretos e no clamor popular, assumiu a chefia do governo o gaúcho Getúlio Vargas. Quebrava-se de vez o pacto Minas-São Paulo, morria a República Velha, despontava a República Nova, chegava ao fim a liberal-democracia e, com a instituição da legislação trabalhista, ingressávamos na social-democracia.

Getúlio Vargas geriu os destinos da Nação ininterruptamente de 1930 a 1945. De 1930 a 1934 com poderes discricionários; de 1934 a 1937, já promul-

gada a nova Constituição, como Presidente da República eleito pelos próprios constituintes; de 1937 a 1945, como Presidente da República e Guia da Nacionalidade, em virtude de um golpe de estado, impôs ao país uma Constituição outorgada, posto em que ficou até que, com o fim da guerra e a derrota das potências do Eixo, foi deposto pelas Forças Armadas. Após o interregno de um ano, em que a Chefia do Governo foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, promulgada nova Constituição, a de 1946, foi eleito, nos seus termos, novo Presidente da República o Gal. Eurico Gaspar Dutra, aliás com o apoio do presidente deposto, que se havia retirado para os pagos nativos de São Borja. Dutra governou de 1946 a 1951 e teve como seu sucessor o próprio antigo ditador e presidente, Getúlio Vargas, agora e pela primeira vez escolhido pelo voto popular. Não concluiu, porém, Getúlio o seu mandato, pois, em virtude de agitações políticas que levaram ao assassinato de um oficial da Aeronáutica, vingança tramada pelos porões do palácio, teve de entregar o governo. Desgostoso e deprimido, suicidou-se, não sem ter deixado uma carta-testamento, onde denuncia o que via como um complô destinado a pô-lo fora da chefia do Estado, e se declarava vítima de forças reacionárias. Ficou assim na memória do povo como líder mártir dos oprimidos e ainda hoje, com essa imagem, é que é cultuada sua personalidade de homem público.

Durante o longo consulado getuliano, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, contra os países do Eixo (*Roma, Berlim, Tóquio, “Roberto”*), fundou-se a Usina Siderúrgica de Volta Redonda (hoje privatizada), criou-se o salário-mínimo, instituiu-se a Justiça do Trabalho.

Com a morte de Getúlio, assumiu a presidência o vice Café Filho e realizaram-se novas eleições para escolha do seu sucessor legal, tendo sido vitorioso o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Corriam, porém, rumores de que não seria dada posse ao presidente eleito. Esses rumores se agravaram quando o presidente Café Filho se afastou do governo, alegando motivos de saúde, e passou a faixa presidencial ao seu substituto imediato, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. É que, dizia-se, o deputado Carlos Luz estava implicado no golpe que visava impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Interveio então o Ministro do Exército, Gal. Teixeira Lott, já ameaçado de demissão. Ficou assim garantida a posse do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Juscelino fez construir Brasília, para onde transferiu a capital da República (21 de abril de 1960), sufocou localizado movimento de rebeldia, em Aragarças, tentativa sem êxito de alguns oficiais da Aeronáutica e elaborou um Plano de Metas, que deveria fazer o Brasil crescer 50 anos em 5.

O sucessor de Kubitschek foi Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, que, arvorando a bandeira da regeneração nacional (o seu símbolo político era uma vassoura), foi eleito com grande margem de votos. Por motivos, porém,

até agora mal explicados, renunciou após sete meses de governo. Devia suceder-lhe o vice-presidente João Goulart que, por suas ligações com Getúlio Vargas e posições políticas radicais de esquerda, não contava com o apoio das Forças Armadas. Foi assim tentado o seu impedimento, mas o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado do vice Goulart, assumiu a chefia da Campanha da Legalidade e conseguiu trazer para sua causa o comandante do III Exército. Em face dessas dificuldades, foi necessário transacionar, e João Goulart ascendeu à presidência, num improvisado regime parlamentarista. Mais tarde, no entanto, por meio de um plebiscito, conseguia Goulart restaurar o regime presidencialista, à frente do qual se conservou. Nessa condição, procurou pôr em prática o seu plano de instituir uma república sindicalista e de promover a reforma agrária, com apoio das ligas camponesas, solidarizou-se com os movimentos grevistas que pipocavam em todo o país. O ponto crítico foi o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, de tom subversivo, com a presença de marinheiros e sargentos das três Armas. Era a indisciplina militar abertamente pregada e, nessa conjuntura, as Forças Armadas, que contavam com o apoio de governadores e da consciência civil do povo, temeroso de ver o país caminhar para a anarquia, depuseram o presidente faccioso. Era 31 de março de 1964.

Instituiu-se então o Governo Provisório composto de três oficiais-generais, um de cada uma das Forças Armadas, alterou-se a Constituição e foi proclamado Presidente o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Iniciou-se assim o período chamado dos “Governos Militares”: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Medici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Batista de Figueiredo (1979-1984).

Durante o período dos governos dos militares, foi promulgada nova Constituição em 1967, pela qual se introduziu o sistema de eleição indireta do Presidente da República. Muitas medidas foram tomadas, que trouxeram vários benefícios ao povo e ao país. O aspecto sombrio desse período é o que diz respeito à repressão de movimentos articulados no sentido da derrubada do regime autoritário. Foi o momento em que se intensificaram as ações da chamada *guerra revolucionária*, obrigando o Governo a forte repressão. Cometeram-se então excessos, e até hoje a Nação tem de ser curvar ante as lágrimas, protestos e indignações dos parentes dos “desaparecidos”. O que nos leva a meditar sobre a impossível atenuação do que seja “crime político”. O crime não pode ter coloração, é sempre crime. Assaltos, terrorismo, seqüestro, torturas, mortes são sempre atos criminosos, sejam praticados à direita ou à esquerda, por Hitler ou Stalin.

Após ao regime militar, voltamos à democracia representativa. Tancredo Neves, ainda eleito em regime indireto, faleceu antes de tomar posse. Ocupou então a presidência o seu vice, deputado José Sarney, solução política mais

adequada à situação. Com Sarney acelerou-se o processo inflacionário, multiplicaram-se as greves promovidas pela CUT, votou-se a Constituição de 88, que o deputado Ulysses Guimarães iria batizar como *Cidadã* e que, pouco depois, seria apontada pelo Presidente Sarney como causa da ingovernabilidade do país. A Sarney sucedeu Fernando Collor de Melo, que pouco pôde realizar, pois foi apeado do poder por *impeachment* do Parlamento, acusado de corrupção política, qual a de se achar envolvido em negócios escusos, valendo-se da posição que ocupava no Governo. Substituiu-o o vice, Itamar Franco, cujo maior mérito foi o de ter posto em execução o “plano real”, que restituiu à moeda brasileira a estabilidade necessária ao saneamento financeiro do país (pelo menos, até hoje), plano elaborado na gestão do seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Em eleição de grande vibração cívica, sagrou-se vitorioso nas urnas, com ampla margem de votos, o candidato Fernando Henrique Cardoso.

Com Fernando Henrique Cardoso mergulhamos na Pós-Modernidade. Só Deus poderá saber o que é isso.

Como nome símbolo do período, parece-nos avultar o de Getúlio Vargas, pelo novo sentido que imprimiu à República Brasileira, fazendo-a transitar da liberal-democracia para a social-democracia.

(18/9/95)

*

Hamilton Nogueira

Mais do que uma simples vitória eleitoral, a escolha de Hamilton Nogueira para uma das cadeiras do Senado demonstra que boa parte do povo carioca sabe colocar acima das transitórias competições partidárias o destino superior da Pátria Brasileira, cujas novas feições políticas vão ser em breve modeladas pelos constituintes de 46. Com efeito, Hamilton Nogueira não possuía nenhum dos títulos clássicos que asseguram esmagadores triunfos nas urnas. Nunca foi político no seu tido profissional do termo. Não tinha, por conseguinte, a clientela acostuada aos favores cobiçados ou às expectativas alvorçadas. Não alistou ninguém diretamente, muito embora tivesse contado com o caudal de votos do partido a que se filiou. Não fez, propriamente campanha eleitoral, pois, só no fim da mesma foi que discretamente acompanhou o major-brigadeiro Eduardo Gomes ao Sul e ao Norte do país. Não se lhe conhecem, portanto, discursos ou entrevistas em que tivesse condenado irremissivelmente todo o nosso passado político e declarado que iria reconstruir o Brasil desde os alicerces. Não fez demagogia. O seu nome não apareceu em faixas, nem cartazes, nem muito menos em muros lamentavelmente pixados. Nunca

foi herói nacional, nem chefiou movimentos armados de salvação pública, nem sequer andou a bordo do famigerado “Pedro I”. um autêntico valor negativo para os manipuladores de vitórias eleitorais.

Entretanto o que se viu foi a sua votação impressionante desde o início da apuração, tendo-se mantido no primeiro posto quase até o terminar da mesma. Todos nos lembramos das sombras angustiosas projetadas pelas notícias, felizmente infundadas, de que havia sido ultrapassado por outro candidato melhor conhecedor do ofício. Para nossa alegria, dados posteriores mais exatos vieram confirmar a sua indicação definitiva para o Parlamento, onde será um dos pontos altos.

De onde provém, então, a força polarizadora de sufrágios que lhe deram a magnífica vitória? Não podemos, em primeiro lugar, esquecer o grande prestígio de que gozava a UDN no Distrito Federal, partido que o incluiu na sua chapa para o Senado. Mas a verdade também é que o seu companheiro não pôde competir com os votantes adeptos do Cavalheiro da Esperança... Apelemos, então, para a sua qualidade de católico. E aí teremos mais um dos elementos capazes de explicar-lhe a eleição. Todavia à mesma LEC nem sempre foi favorável o *verdictum* das urnas.

Juntemos, então, à LEC e à UDN o próprio Hamilton Nogueira. Não o vimos, entretanto, desprovido pessoalmente de clientela eleitoral? Não o vimos farto de títulos que engrandecem os políticos aos olhos e aos ouvidos das massas votantes? Claro está, pois, que o valor de Hamilton Nogueira é de outro quilate. E realmente a sua vida é um exemplo de modéstia e honestidade. Hamilton Nogueira cumpriu probamente o seu dever de estudante, passou pela crise intelectual da juventude, quando encontrou a mão amiga e leal de Jackson de Figueiredo, formou-se em medicina, casou-se, teve filhos (muitos filhos), prestou mais de um brilhante concurso de provas e títulos, graças ao que é hoje catedrático da Faculdade Nacional de Medicina e da Escola de Medicina e Cirurgia. Tudo isso, porém, ele o fez de maneira superior e diferente. Diferente em quê? Nisto, na sua vocação puramente cristã, que o leva a distinguir-se entre os seus pares, quase sem o saber, de leve tocado por alguma coisa que lhe comunica o senso do justo e do perfeito. Esta alguma coisa é a sua fé viva, sincera, equilibrada. Exatamente o cristão não é aquele que se distingue dos contemporâneos pelo exagero dos atos que pratica, mas aquele que realiza (o que é muitíssimo mais difícil) as tarefas rotineiras da vida cotidiana num plano mais alto, que é o do amor de Cristo transfigurando tudo o mais.

Este é o segredo da personalidade irradiante e forte de Hamilton Nogueira, que encarna da maneira mais tranqüila possível o antípoda do homem vulgar.

Num momento em que o que falta ao Brasil e ao mundo é, antes de tudo, um timbre mais elevado de caráter e harmoniosa formação espiritual, a escolha de um nome, como o de Hamilton Nogueira, homem de fé singular, de cultura larga e profunda, e de amor cem por cento cristão aos que erram, representa uma guinada na vida política do Brasil, que nos faz exclamar num ímpeto irreprimível:

– “Sursum Senatus!”

(s/d)

*

Missão Interamericana de Direitos Humanos

Li no *Informe JB*, de 09/10/95, a) que o Brasil receberá no dia 04 de dezembro uma missão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos; b) que dita Comissão fará uma viagem de uma semana pelos estados amazônicos, com a finalidade de investigar desrespeitos à dignidade humana na região; c) que houve autorização do governo Fernando Henrique Cardoso para tal, e que essa autorização é inédita e representa um ato de coragem.

Quanto ao último item, lamento o precedente aberto pelo governo Cardoso, pois permite interferência de organismos internacionais em assuntos que dizem (ou deviam dizer) respeito à nossa soberania, coisa que os países livres não consentem. Demais, por que a Amazônia é o pulmão do mundo, ouve-se dizer. Nesse caso, advertia o saudoso Carlos Lacerda, o mundo devia pagar royalties ao Brasil.

Note-se que, na Amazônia, foram demarcados espaços enormes (maiores que alguns de nossos estados) em terras de fronteira, para a deambulação de alguns milhares de indígenas. Enquanto isso, no Sul, centenas de sem-terra clamam por um pedaço de chão para trabalhar e produzir. Não seria mais justo dividir esses vastos espaços demarcados entre os sem-terra e os indígenas?

Diz ainda o jornalista que o ministro Nelson Jobim acredita que os integrantes da missão irão surpreender-se com as iniciativas do Governo no sentido de colocar o Brasil no caminho de uma sociedade que zele mais pelos direitos humanos. *Sancta simplicitas!*

Ato de coragem. A outros poderá parecer antes de submissão.

[Carta aos leitores]
(10/11/95)

*

Frei Betto

A edição do JB de 07 do corrente estampa uma entrevista com o Sr. Carlos Alberto Libânio Cristo, internacionalmente conhecido por Frei Betto, no dizer na entrevistadora.

Dois pontos nessa entrevista chamam a atenção. O primeiro é aquele em que o entrevistado nega que haja uma “guerra santa” entre a Igreja Universal do Reino de Deus e certos órgãos da imprensa brasileira, nomeadamente os da Organização Globo. O segundo diz respeito a restrições de Frei Betto ao Santo Padre gloriosamente reinante.

Quanto ao primeiro ponto, é evidente que não se trata de nenhuma “guerra santa”, pois o que esta caracteriza é ser um conflito motivado por antagonismos religiosos. Em relação à Globo, o óbvio é ululante, porquanto a Rede Globo, organização comercial, é inteiramente laica. Mas o mesmo se há de dizer da pretensa Igreja Universal do Reino de Deus, pois não se conhece dessa instituição nenhum corpo doutrinário, mas apenas a sua atuação como evangelismo empresarial. Por conseguinte, se, por hipótese, houvesse um conflito entre a Igreja Universal e a Igreja Católica, continuaria a não haver guerra santa, pois só um dos lados, a Igreja Católica, é verdadeiramente igreja.

Consiste o segundo ponto numa crítica de Frei Betto a João Paulo II, a quem acusa de haver revertido “o processo de renovação promovido pelo Papa João XXIII, nos anos 60, que se refletiu no Brasil através da criação das Comunidades Eclesiais de Base, na reforma litúrgica e numa nova leitura da Bíblia”. Na verdade, o que o Papa João Paulo II fez (e continua fazendo) foi corrigir desvios a que certas correntes da emergente Teologia da Libertação pretendiam arrastar a doutrina católica. Para exemplo: uma releitura da Bíblia à luz do “evangelho” de Marx, a celebração do culto segundo ritos estranhos à liturgia romana, a sobreposição, nas Comunidades Eclesiais de Base, da ação política ao sentido evangelizador que as criou e lhes dá autenticidade. Vê-se, portanto, que Sua Santidade, o Papa João Paulo II, ao contrário de pontífice retrógrado, passará à História como regenerador da doutrina católica, contra desvirtuamentos, surgidos aqui ou ali, em razão de pretendidas e precipitadas modernizações, de todo incompatíveis com o sentido do *aggiornamento* pregado por João XXIII. E esse é um dos altos méritos que dão a João Paulo II a dimensão de uma das personalidades exponenciais deste nosso atribulado século expirante, senão a maior.

[Carta aos leitores]
(10/1/96)

*

O sociólogo Emir Sader

O professor e sociólogo Emir Sader publicou no JB de 05 do corrente mês de agosto, instigante artigo em que defende com ardor idéias e ideais conservadores no campo político-social. Mas, no decorrer de sua exposição, existem afirmações que não podem ficar sem contradita. Esta, p. ex.: “Do que se trata então é de desqualificar a esquerda e, antes de tudo, o fato de que abrigou ao longo do século, o que de melhor a inteligência humana produziu”. Eis uma crença que embalou durante muito tempo numerosos intelectuais, alguns, *hélas!*, de escol, e que arrastou adesões de quantiosos espíritos ofuscados pela sensação de que o mundo caminhava com eles. Contudo a afirmação do Prof. Emir peca pelo dogmatismo de sua enganosa generalização.

No que diz respeito ao Brasil, é claramente insustentável. Numa visão retrospectiva de nossa atividade cultural no fluir deste século XX, ora longo, ora breve, não é difícil detectar um movimento de singular profundidade intelectual, que o mareou indelevelmente. Refiro-me ao surto da renovação católica, que teve início, no Rio de Janeiro, com Jackson de Figueiredo, e que se alastrou por todo o país. Entre nós basta citar nomes como os de Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, Hamilton Nogueira, Gustavo Corção, Sobral Pinto, Barreto Filho, Jônatas Serrano, Tasso da Silveira, Andrade Muricy, e relevem-me as omissões. Na literatura, poetas da estirpe de um Murilo Mendes, um Jorge de Lima, um Augusto Frederico Schmidt, um Francisco Karam ou um romancista. da densidade de um Cornélio Penna. Em São Paulo, apraz-me registrar o brioso movimento democrata-cristão, de onde emergiram as grandes personalidades de Queirós Filho ou Franco Montoro, que realizou em seu Estado Natal um dos melhores governos que os paulistas já tiveram. E, advirta-se, marcado pelo selo da incorruptibilidade, *avis rara*, compunge-me dizê-lo, em nossa administração pública. No Rio Grande do Sul, lembro um Armando Câmara, na Bahia um Pedro Calmon, em Pernambuco, um Luís Delgado... E, pelo mundo fora, um Jacques Maritain, um Etienne Gilson, um Gabriel Marcel, um Chesterton, um Papini. Um Karl Adam, um Berdiaeff, um Claudel, um Saint-Exupéry...

Não sei se devemos rotular todos esses nomes como de “direita”; simplesmente rejeitaram a receita marxista-leninista.

Não se pode negar, contudo, que a onda esquerdista haja conquistado grande parte da *intelligensia* do Ocidente e que contou com o poderoso auxílio dos chamados meios de comunicação de massa. Tal fato deveu-se ao reducionismo da doutrina marxista, convertida numa cartilha onde se encontraria a solução para todos os problemas da Humanidade, o que deveria levar ao fim da História. Mas a História continua e, em suas páginas, irá figurar o marxismo-

leninismo como o grande logro do século XX. Suportou-o durante setenta anos o povo do Leste europeu, mas afinal a ditadura soviética ruiu sobre suas próprias bases. Talvez julgue o Prof. Emir Sader que se trate de efêmera vitória da ignorância sobre a sabedoria. Posição compreensível, entre outras mais, dado o inesperado choque traumático trazido pela fragorosa derrocada da calamitosa utopia comunista.

[Carta aos leitores]
6/8/96

*

Extrema-direita na PUC

Li, estarecido, a reportagem publicada nesse jornal, de 07 do corrente mês, sob o título “A extrema direita faz escola na PUC”, a respeito de um jornalzinho escolar, que teve o condão de levar ao pânico a nossa vigilante *intelligentsia* esquerdista. A folha intitula-se *O Indivíduo* e foi escrita por quatro jovens entre 17 e 25 anos. Pois bem, essa modestíssima publicação conseguiu “abalar as sólidas estruturas da tradicional instituição” e provocou uma reunião de especialistas convidados pelo JORNAL DO BRASIL, cientistas políticos, psicanalistas, filósofos, para análise do sensacional documento. A condenação não tardou: o texto era racista e a punição veio logo em seguida: “cusparadas, sopapos e pontapés”, tudo no mais puro estilo nazicomunista. E a douta mesa censória sentenciou com pausada gravidade: “Estamos observando o primeiro movimento organizado de extrema direita ao longo de toda a história da PUC”.

Vejamos alguns dos perigosos sintomas desse explosivo movimento organizado por quatro jovens “adolescentes”: “Adoram Aristóteles, louvam São Tomás de Aquino, acreditam que a Igreja verdadeira encerrou sua atividades bem antes dos Concílio Vaticano II, acham que o filósofo ultraconservador Ortega y Gasset é a antena da raça”. Além do mais, “evocam (não sei se será “invocam”) frequentemente o nome de Deus” e “são ultraliberais no individualismo radical que pregam em seus escritos”. Certamente teriam merecido incendidos encômios, se tivessem citado outros ídolos, a exemplo de Marx, Lukács ou Gramsci. Cometem ainda os desavisados outros deslizes, como “apreciar bastante a Metafísica”, “ferramenta filosófica que, sintomaticamente, não permite a reflexão sobre a ação” etc., pois se dedica “a questões que transcendem a esfera humana e que se dariam na Cuculândia das nuvens, como diria Nietzsche”. É que ignoram que, já nos fins do século passado, Sílvio Roméro, em nome do naturalismo filosófico, havia anunciado a morte da Metafísica.

Investigou-se também a família dos jovens extremistas. São filhos de abastados pais de classe média alta (abastados da classe média?), o que deveria

explicar, pelo menos em boa parte, o seu extremismo. Como se não houvesse entre nós abastadíssimos esquerdistas. De um dos rapazes chega-se a dizer ser filho de “uma reles funcionária da Receita Federal, bem reles mesmo” (entre aspas no texto da reportagem, não sei por quê).

É o caso de se perguntar: “E onde fica a liberdade de expressão?”. Esta naturalmente é exclusividade daqueles que, quando se manifestam, não visam a qualquer tipo de autopromoção, que exigem dos *media* “reserva de mercado”, que só pensam nos prazeres do corpo e ignoram o amor ao próximo. Por isso, enquanto se nega o direito de expressão a quatro jovens insatisfeitos com certo tipo de mentalidade dominante em amplos segmentos da nossa combalida sociedade, levanta-se um clamor em prol da liberdade de expressão de um grupo de rock que reivindica o direito dos jovens ao uso de drogas, isto é, à franquia de se autodestruírem, corpo e alma.

Isso não significa minha adesão aos pontos de vista expressos pelos quatro jovens em seu jornalzinho, mesmo porque não tive acesso a ele, suspensa que foi sua circulação, e sim um protesto contra a violência de que foram vítimas nas dependências da PUC, exatamente em nome da liberdade de expressão. Idéias combatem-se com idéias. É o que me parece.

[Carta aos leitores]
(17/12/97)

*

Frei Leonardo Boff

No domingo, 10 do corrente mês, o suplemento *Idéias/Ensaios* desse jornal publicou, págs. 4-5, esclarecedor artigo do conhecido líder político Frei Leonardo Boff. Esclarecedor porque, sem blocos nem torneios, vai direto ao assunto e põe a nu as suas posições meramente seculares. Marta e não Maria.

Logo de início, Frei Leonardo foi taxativo: “É verdadeira a constatação de que os setores progressistas das Igrejas especialmente ligadas à teologia da libertação ajudaram na vitória de *Lula* para chegar ao segundo turno das eleições. É bom que assim seja”. Vê-se, pois, quanta razão assistia ao candidato Leonel Brizola, outro defensor dos oprimidos, quando protestava contra o apoio faccioso que a Igreja Progressista Brasileira estava dando ao seu principal concorrente, o petista Luís Inácio *Lula* da Silva.

Acompanhando ainda a clara lição progressista do frade franciscano, fica-se sabendo que a essencial diferença entre a resposta tradicional das classes dirigentes ao processo histórico da libertação dos oprimidos e a destes mesmos está no seguinte: *antes*, o pobre era *objeto* da solicitude das classes conser-

vadoras, mas *agora* é ele próprio *sujeito* dessa libertação. A primeira posição é *paternalista* (Getúlio, pai dos pobres...) e *assistencialista*; a segunda, o bom do frade não o diz abertamente, mas cremos poder chamá-la *revolucionária* (“Aqui o pobre é visto como aquele que tem poder”). Todavia há-se de perguntar: “Como se chegou a tão marcante viragem?”. Ainda nesse ponto, o límpido articulista vem em nosso auxílio: “Ora, os cristãos das comunidades de base e das pastorais sociais *aprenderam* (o grifo é meu) a rejeitar a primeira opção e a construir a segunda”. Vê-se, portanto, que não se tratou de um processo orgânico de causas estruturais, que tivessem levado os oprimidos a tomarem consciência, *por si mesmos*, de que chegara a hora e a vez de alcançarem o poder. Para isso foi necessário que a Igreja Progressista organizasse e multiplicasse comunidades eclesiais de base, recrutasse alunos e mestres e transmitisse aos primeiros a ideologia própria de uma certa ala de intelectuais, patrícios e não patrícios. Por conseguinte, não houve nenhuma modificação essencial: o pobre continuou *objeto* de um processo que se realizou de cima para baixo; do detentor da verdade para o seu disponível receptáculo. Em vez de *assistencialismo caritativo*, o *assistencialismo ideológico*.

Saliente-se ainda a insistência de Frei Leonardo na palavra “oprimido”, que está inclusive no título do artigo. Na verdade, o termo cristão autêntico não é *oprimido* e sim *injustiçado*. Porque não são apenas os economicamente oprimidos que têm “fome e sede de justiça”. A redução do injustiçado à categoria de oprimido é um ranço da ideologia marxista, que interpreta a História como um processo dialético de luta de classes (não sabemos se *ad infinitum*; Marx não esclarece o ponto), onde sempre há, numa ótica materialista, opressores e oprimidos. Teria chegado agora a vez de ser o operariado a classe dominante, não por motivos de justiça social, expressão incômoda no ninho marxista, mas em virtude de um mecanismo histórico irreversível, a que os homens, peças mais ou menos ilustres da engrenagem, haverão fatalmente de curvar-se. Nesse mundo novo, criado pelo autodinamismo do fator econômico, brotarão “comida, saúde, moradia, salário decente, educação e liberdade”, promete Frei Leonardo Boff. Note-se como a liberdade vem no finzinho, pois já agora o movimento irreprimível do Leste Europeu demonstrou, mais uma vez, que liberdade não é o engodo com que as democracias tentam embair “o néscio povo”, como queria Lenine; nem é a Religião o ópio desse mesmo povo, como queria Marx.

Na parte final, faz Frei Leonardo Boff um paralelo entre as candidaturas Collor e Lula. Sem dúvida, a sua opção é por Lula. *Opção*, disse, e logo me corrijo, pois, nas palavras do inflamado articulista: “Não se trata de optar pelo PT. É muito mais. É uma opção ético-política, inspirada nas convicções cristãs vividas no campo político”, etc.

Vê-se, com apreensão, a gravidade de tal atitude. Não há opção, votar em Lula é imperativo de ordem moral e até religiosa (“convicções cristãs”), não fazê-lo talvez seja trair a Cristo e à Pátria. Há mesmo uma *co-naturalidade* entre a *proposta de Lula* e a *proposta ético-política das comunidades cristãs*.

Ora, como todo o mundo não deve ignorar, a democracia é opção, é liberdade de escolha, é espaço de opinião emancipada, é respeito à vontade política das minorias. O contrário disso chama-se intolerância, opressão, totalitarismo. Quem não vê nessa fremente empolgação um fanatismo potencial, senão mesmo já real?

Ainda haveria muita coisa que comentar no precioso artigo de Frei Leonardo Boff. Como, p. ex., a sua interpretação de que a Bíblia é “depositária da Palavra histórica de Deus”. Se, com isso, se quer dizer que a Bíblia contém a palavra de Deus feito Homem em determinado momento da História, está-se a desfraldar um truísmo. Mas, se a intenção for a de que os ensinamentos de Cristo se esgotam na História, vista provavelmente numa perspectiva marxista, sem nenhum conteúdo transcendente, o qual é da sua própria essência, então se desvirtua medularmente o Evangelho. Mas já me estendi mais do que deveria.

Estou seguro de que Frei Leonardo Boff é cristão sincero e que se deixou comover pelas terríveis injustiças de que são vítimas as classes trabalhadoras. Quis lutar por elas e com elas. Tudo bem. O que não posso compreender é que haja sentido necessidade de alterar a mensagem cristã, a ponto de se ver compelido a co-fabricar (perdão, é o termo) uma nova teologia, acomodada à perempta ideologia marxista, materialista, atéia e anticristã, teologia já condenada expressamente pelo Santo Padre (ao contrário do que apregoam os seus inconformados adeptos) enquanto busca temporalizar, historicizar a doutrina pregada por Cristo, quando, nas encíclicas, na doutrina social da Igreja, no Evangelho encontraria o fundamental para reivindicar a realização da justiça na face da Terra entre os homens de boa vontade.

[Carta aos leitores]
(s/d)

*

Villas-Bôas Corrêa está coberto de razão

Caro e ilustre jornalista Villas-Bôas Corrêa.

Estou-lhe enviando cópia da carta que remeti à prestigiosa Secção desse jornal, na certeza de que não será publicada como vem ocorrendo ultimamente, com a agravante de ter extensão maior do que as anteriores. Não queria, no

entanto, que o eminente jornalista deixasse de tomar conhecimento do seu conteúdo, pois lhe quis trazer a minha solidariedade e o meu aplauso, ainda que modesto, em face do inacreditável artigo-resposta do Sr. Nelson Marconi. É de espantar a frieza, para não dizer cinismo, do Governo quando se trata do congelamento, que já dura três anos, dos salários dos funcionários públicos federais. Aumentam-se as remunerações dos servidores do Judiciário, do Legislativo (e como!), mas os do Executivo, a não de ser de algumas categorias privilegiadas, continuam estagnadas. Era preciso que se levantasse uma voz autorizada, como a do nobre jornalista, para que se pusesse o problema em foco. E foi isso que incomodou os guardiães da invulnerabilidade administrativa dos infalíveis gerenciadores da res pública brasileira. Parabéns e muito obrigado.

Cumprimenta-o cordialmente o leitor assíduo,

Sílvio Elia
(3/2/98)

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1998.

Sr. Redator.

O artigo que o Sr. Nelson Marconi, Diretor de Carreiras e Remuneração do Ministério de Administração, publicou no JB de 27/01/98, em contradita ao que escreveu o jornalista Villas-Bôas Corrêa, na ed. de 20/01/98 igualmente do JB, prima pela hialineidade, quer no tocante à argumentação, quer no respeitante aos dados que apresenta. Não deixa a menor dúvida de que o jornalista está coberto de razões.

O título do artigo – “Os salários dos servidores” – já revela a sua plena atualidade. Que logo se complementa com o objetivo declarado: provar que “os salários reais [dos servidores federais] permanecem num nível bastante satisfatório”. Missão impossível, que, mais adiante, vai obrigar o Dr. Marconi a entrar em conflito consigo mesmo.

Afirma o articulista que três argumentos básicos demonstram que a política salarial posta em prática pelo Ministro Bresser Pereira é a mais correta e coerente para o funcionalismo público federal. “Correta” é o que fica por demonstrar; “coerente”, sim, não no sentido de uma política que tenha em vista o [bem do] funcionalismo federal, mas, ao contrário, destinada a destruí-lo. É o que está contido nos superestimados três argumentos básicos. Ei-los:

1.º – O atual patamar do salário médio real [que pretenderá dizer insistentemente o Dr. Marconi com “real”?] dos servidores públicos sofreu sensível recuperação a partir de 1994, tendo atingido em 1995 um nível sem precedentes.

Será o caso do Dr. Marconi?

2.º – A indexação salarial, como toda indexação, alimenta o processo inflacionário.

3.º – (o mais relevante) O MAFRE apurou que existem graves distorções remuneratórias na hierarquia salarial dos servidores civis do Executivo Federal.

Analisemos a procedência de tais argumentos.

1.º – Que nível sem precedentes – que todos, os do “bolo comum” ignoramos – foi esse que os servidores civis atingiram em 1995? A verdade é que, daí para cá (Governo Fernando Henrique), portanto já três anos decorridos (1994-1997), os servidores civis e militares da União, quer em atividade, quer aposentados ou reformados, não tiveram um centavo sequer de reajuste. Com a agravante de que os inativos sofreram até corte em seus proventos, pois passaram a ser descontados novamente, não sei com que base legal, em seus ganhos, da contribuição para uma aposentadoria já paga. E que, a partir de 1995, éramos nababos e não sabíamos.

2.º – O segundo argumento é o da maldição da indexação salarial, que não faria senão alimentar o processo inflacionário. Quem não vê que a questão foi posta de cabeça para baixo? Pois é a inflação que provoca a defasagem salarial e não o reajuste salarial que gera a inflação. É constrangedor que o Governo Federal faça o funcionalismo pagar por uma conta que não contraiu. Se há excesso de funcionários (e há, excesso numas áreas, deficiência em outras), as leis em vigor têm remédio para isso, sem necessidade de esfrangalhar a Constituição-Cidadã. Sabidamente a causa da inflação de funcionários civis federais não se encontra nas carreiras de servidores concursados e sim no vezo do clientelismo. Na hora das demissões, à claro que os primeiros é que serão atingidos.

3.º – Quanto ao argumento mais relevante, eis as razões do Dr. Marconi: “Os ocupantes de cargos de chefia e de formação escolar de nível superior (...) recebem salários mais elevados no setor privado, enquanto aqueles que trabalham em atividades auxiliares, em que há excesso de pessoal, recebem salários maiores no setor público”.

Que monstruosidade! É a tentativa de criação de castas no serviço público federal. Em cima os chefes (nomeados, selecionados de que maneira?), abaixo, os novos felás, meros servidores auxiliares, que inflacionam a moeda, porque percebem mais do que merecem. E são os concursados. E se não o são, a culpa cabe a quem os nomeou indevidamente. Ou desnecessariamente.

Quanto ao paralelismo com o setor privado, é de todo impraticável, pois se trata de órgãos funcionalmente incompatíveis. No setor empresarial (pois é

disso que se trata), o a que se visa é o lucro. Assim a remuneração varia em função dos lucros (ou perdas) alcançados (ou sofridas). Altos salários realmente só para a minoria dirigente. Quanto à maioria dirigida, ou seja, os empregados, os baixos salários decorrem da necessidade que têm as empresas de contabilizar lucros.

Já o serviço público é de outra natureza. Como o nome está dizendo, a sua função é prestar serviços ao cidadão, que paga impostos, e não auferir lucros. Por isso precisa o Estado de servidores qualificados, selecionados segundo os ditames da lei, e condignamente pagos. O “grupo estratégico” do Ministro Bresser Pereira, p. ex., como foi selecionado e em que faixa salarial está enquadrado? Pois bem, essa política salarial em vigor, diz o Dr. Marconi, “foi iniciada com sucesso no ano passado”. Sucesso para uns poucos privilegiados, desastre para a maioria desamparada. O Dr. Marconi enumera algumas das “vítimas” desse sucesso, que tiveram aumento de 10% a 200%: área jurídica de informação [que será isso?], fiscalização agrícola, ciência e tecnologia (?), engenheiros agrônomos, fiscais e orientadores de assentamentos do INCRA, oficiais de chancelaria, técnicos de planejamento, orçamento, finanças e controle e do IPEA.

A justificativa para tais aumentos setoriais é a de que se trata de reparar inaceitáveis “distorções salariais”, o novo nome para a já desgastada “indexação salarial”, pois, com três anos de “inflação contida e não domada”, para falar com Villas-Bôas Corrêa, sem qualquer reajuste salarial (a não ser as consabidas exceções), a grande maioria do funcionalismo público federal vive em situação angustiada.

O artigo do jornalista Villas-Bôas Corrêa continua, portanto, irrespondido e irrespondível.

[Carta aos leitores]

F- RESENHAS CRÍTICAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, 404 pág.

É o Sr. Alfredo Bosi Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, aonde ingressou como professor de literatura italiana. Integra atualmente o Departamento de Literatura Brasileira e, como fruto de suas atividades no setor, publicou uma *História concisa da literatura brasileira*, livro que mereceu a melhor acolhida da crítica especializada e muito contribuiu para alargar a sua notoriedade em âmbito nacional. Vê justamente o Prof. Alfredo Bosi a literatura como parte eminente da cultura de um povo (e não simplesmente como arte – ou artifício – da expressão verbal), o que o tem levado a fecundas indagações interdisciplinares, como é o caso desta *Dialética da Colonização*. Com esse trabalho ingressa o Prof. Alfredo Bosi na reduzida, mas luzida, grei de nossos intelectuais que vêm pensando o Brasil. Registro um tanto ao acaso: Capistrano de Abreu, Alberto Torres, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro.

Nos “Agradecimentos”, adverte-nos que o livro “foi escrito em diferentes momentos”. E acrescenta:

O seu ponto de partida está nos cursos de Literatura Brasileira que venho ministrando na Universidade de São Paulo desde 1970. Algumas passagens já saíram em versões que alterei a fundo ou apenas retoquei. A maior parte dos textos, porém, achava-se inédita. (pág. 9)

Todavia o autor não nos indica quais os capítulos inéditos, quais os que apresentam retocados, quais os que foram alterados a fundo; excetua-se o capítulo 10, “Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras”, redigido, segundo consta de nota do pé de página, entre 1979 e 1980, e agora incorporado ao volume com alguns retoques de linguagem.

O título, *Dialética de Colonização*, exige alguns esclarecimentos. Por que “dialética”, por que “colonização”? *Dialética* como se sabe, é termo equívoco, ou melhor, multívoco. Nasceu na Grécia e sua cunhagem tem sido atribuída ao pré-socrático Zenão de Eléia (séc. V a.C.) Na própria Hélade, o sentido do termo evoluiu de Platão para Aristóteles e deste para os estóicos. Na Idade Média, a filosofia escolástica fez do vocábulo um equivalente de *lógica formal* e o incluiu no *trivium*. Nos tempos modernos, o alemão Hegel refundiu o conceito, que passou a significar o processo pelo qual o Racional se converte em Real, através da progressão triádica *tese, antítese, síntese*.

A inovação teve grande êxito, principalmente depois que o messiânico Karl Marx a adotou em seu esquema revolucionário, pondo-a, porém de cabeça para baixo, isto é, fazendo o Racional ser produto do Real, graças à substituição da Filosofia do Espírito pela do Materialismo Histórico. Daí o alerta de Sortais: “Dada a variedade de sentidos atribuída à *dialética*, não se deve empregar esse termo senão precisando-lhe a significação”.

No momento atual, o nome é usado corretamente no sentido hegeliano-marxista. É o que se dá no livro do Prof. Alfredo Bosi (dedicado a Celso Furtado, Jacob Gorender e Pedro Casaldáliga), embora de forma não muito ortodoxa. Também a palavra *colonização* deixa o leitor um tanto confuso. O livro não se limita à análise do período de nossa história dito “colonial”, pois se estende à monarquia e mesmo à república; cronologicamente, portanto, ultrapassa o período colonial. Poderia então ter havido uma sinédoque, como, parece-me, já foi lembrado: a parte pelo todo. Na verdade, dá o autor ao termo um sentido muito mais amplo. Indagado a respeito pelo entrevistador do caderno *Idéias* (Livros & Ensaios), do *Jornal do Brasil* de 26/12/92, respondeu o Prof. Bosi que deu “amplitude máxima ao conceito no capítulo inicial”. Vê no significado da palavra três dimensões, a primeira das quais é a de “exploração, apropriação e domínio”, que ocorreria, por exemplo, na frase “Portugal colonizou o Brasil”; “sentido clássico da palavra”, acrescenta o Prof. Bosi, “que no marxismo aparece quase em estado puro”. O segundo sentido aproxima-o do “processo da catequese”; ou seja, ainda o situa no período colonial. Finalmente, na terceira dimensão, o termo “adquire conotações próximas a influência colonizadora”. Esse deve ser o sentido que justifique a presença da palavra no título da obra. Quer dizer, além do sentido propriamente dito, teríamos um outro, translato, que permitiria falar em colonização econômica, intelectual, política, etc. No entanto, em virtude do enorme desenvolvimento atual dos meios técnicos de comunicação (o que já se levou a interpretar o mundo como uma “aldeia global”), torna-se difícil distinguir colonização, em sua terceira dimensão, de influência ou interinfluência. O próprio Prof. Bosi rebate a posição dos que se mostram refratários a qualquer intrusão ideológica de origem externa em nossa vida mental, pois afirma na entrevista: “A idéia de fora pode ser progressista, como no caso do liberalismo de Joaquim Nabuco, que era pelo fim da escravidão. Não fora a ressalva, e teríamos de incluir o marxismo, por exemplo, entre uma das formas de colonização da inteligência brasileira.

O período estudou-o o autor no pensamento e na ação de quatro figuras exponenciais: José de Anchieta, Gregório de Matos, Antônio Vieira e João Antônio Andreoni (Antonil). Curiosamente, com exceção de Gregório, os outros três são jesuítas. O que, aliás, se explica pela excepcional influência que teve a Companhia de Jesus na formação da consciência brasileira. Conhecida é a

afirmação de Capistrano de Abreu de que não se poderia escrever a história do Brasil sem antes escrever a correspondente da Companhia de Jesus. Desiderato cumprido magistralmente, como se sabe, pelo padre jesuíta português Serafim Leite. Nesse sentido, a posição de Gregório de Matos entre os inacianos soa a estranho no ninho.

Alfredo Bosi, professor de Literatura que é, parte sempre de uma leitura “literária” dos textos jesuíticos (e, evidentemente, também de Gregório de Matos) e procura daí tirar ilações para ir desenhando o perfil da cultura brasileira. A contradição que identifica na atividade missionária de Anchieta (e sempre deve haver contradição) é, por exemplo, a da utilização de dois códigos, um para uso próprio, ou de seus pares, outro para uso do povo, situação que decorreria, quase de forma fatal, da sua condição de intelectual que vive em colônia.

Pequeno reparo. Nos comentários ao *Auto da Ingratidão*, não há qualquer referência à edição e estudo do texto pela Prof.^a Edith Pimentel Pinto (1978), perda recente, irreparável e muito sentida da própria Universidade de São Paulo. O auto, sabe-se, é bilingüe (português e castelhano), e a seleção da cada um desses idiomas para fala dos personagens tem, claro está, a sua razão de ser. A Prof.^a Pimentel Pinto ocupa-se com a questão (págs. 144-148) e atribui ao “fundamento social” uma das causas da referida escolha. O *Auto* foi escrito no período da dominação espanhola, e a língua espanhola era havida por de maior prestígio, como, aliás, já observara Paul Teyssier, em sua notável contribuição *La langue de Gil Vicente*. Não deixa, pois, de ser representativo que, no *Auto* referido, a *Ingratidão*, “barregã de Lúcifer e Adão”, fale em português, ao passo que a Vila de Vitória, a “mocinha” da história, fale castelhano, apesar de que personifique uma povoação “brasileira”, da capitania do Espírito Santo.

O Padre Antônio Vieira nasceu em Lisboa, mas foi educado no Brasil, onde se ordenou. Viveu vida tumultuada, chegou a sofrer pena de reclusão, interveio freqüentemente em questões de natureza política ou diplomática. Por ser um denodado participante das controvérsias do seu tempo, o Prof. Bosi viu no jesuíta, antes de tudo, um homem de ação. E pôs como epígrafe, no capítulo que lhe dedicou, isto que retirou ao sermão da Terceira Domingo do Advento: “O que fazeis, isso sois, nada mais”. Chega então a escrever que “Para o voluntarismo inaciano o agir constitui a essência da alma racional e livre”.

Ora, para se compreender essa e outras afirmativas de Vieira, é preciso recolocá-las no centro das controvérsias que as geraram. A reforma protestante, especialmente em sua feição luterana, ensinava que a natureza humana havia sido corrompida essencialmente pelo pecado original, de modo que a salvação da alma viria pela Fé e não pelas obras. Foi a tese do *quietismo*, do Padre Miguel de Molinos, a que alude o Prof. Bosi, combatida pelos jesuítas e

finalmente condenada pelo papa Inocêncio XI. Mas a verdade é que a *natureza humana* não se constrói ao longo de nossas vidas e em razão de nossos atos. A natureza humana não é produto do agir individual, nem se constitui como um projeto ou processo histórico. O homem é um *ser natural* e um *projeto cultural*. Na linha desse agir no tempo é que ele define a sua personalidade, não a sua pessoa. A pessoa é o *ontos*, a personalidade a *práxis*. Quando esta (a ação) não se pauta por aquela (a natureza decaída e redimida), o homem ou a sociedade perece. Foi o que se deu com o comunismo soviético, quando, finalmente, o *ontos* derrotou a *práxis*.

Vieira, portanto, não fazia da essência humana um epifenômeno da sua existência. Sabia muito bem distinguir uma da outra e, por isso mesmo, não ignorando que o homem é um *ser moral*, isto é, livre para optar entre o bem e o mal, advertia que o homem se salva ou condena segundo a razão dos atos que pratica. O fariseu é que prega uma coisa e faz outra: “dicunt enim et non faciunt”(Mateus XXIII, 1-4). Mas no cristão doutrina e ação têm de estar coesas.

No jesuíta Antonil viu o Prof. Bosi um anti-Vieira.

Nascido na Itália (Lucca), em 1649, veio para o Brasil por iniciativa de Vieira, em 1681, e aqui ficou lecionando no Colégio da Bahia, de que foi o Reitor, e desempenhando ainda cargos de responsabilidade, como os de Visitador e Provincial. Faleceu na Bahia, em 1716.

Embora não tivesse sido autor de obra vasta, deixou-nos um livro, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, que o historiador José Honório Rodrigues considerava “um dos dez maiores livros que se escreveram sobre o Brasil Colonial”. Publicado em 1711, com todas as licenças necessárias dos poderes civis e eclesiásticos, teve logo depois a edição confiscada e queimada por ordem real; dela restam apenas sete exemplares, dois dos quais na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O conhecimento da “cultura e opulência do Brasil”, num momento de convulsões políticas internas e delicados problemas externos, pareceu à coroa portuguesa capaz de despertar, ou antes, aguçar a cobiça estrangeira (o saque do Rio de Janeiro pelos corsários de Duguay-Trouin deu-se exatamente em 1711). O que se pode concluir de todos esses percalços é que o trabalho de Antonil era sério e objetivo.

Anchieta, Vieira e Antonil viveram, como era natural, as questões próprias de sua época. Anchieta, perante um mundo novo onde tudo estava por fazer, teve como empresa a conversão do gentio; Vieira chegado a uma sociedade já parcialmente estruturada, fez da luta pela libertação do gentio a sua cruzada; Antonil, contemporâneo de Vieira mas de uma geração a ele posterior (a diferença de idade entre ambos era de quarenta anos), defrontava-se com uma sociedade estruturalmente escravocrata, fato que condenava; contudo admitia

que os próprios padres tivessem índios a seu serviço, *pretio laboris soluto*, ou seja “liberado o pagamento do trabalho” (algo como a nossa “livre negociação”, sintagma um tanto desajeitado, construído à moda inglesa). Todos três procuravam aplicar os princípios cristãos ao tipo de sociedade em que viviam; *espiritualismo histórico e não materialismo histórico*. A condenação sumária da posição de Antonil pelo Prof. Bosi expressa nestas palavras “em Andreoni a consciência moral já está inteiramente dobrada às razões do mercantilismo colonial”, parece-me pois, excessiva e decorrente do princípio marxista de que “Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, ao contrário, é a sua existência que determina a sua consciência” (quarta das quinze proposições que Marx arrolou na introdução de sua *Crítica da Economia Política*).

Princípio falso, sem dúvida. Pois como se pode admitir que condições materiais da existência, necessariamente passivas e inertes, possam pilotar a mente humana, única força capaz de pensar e interpretar a vida? A aceitá-lo, pensar seria um ato *mecânico* e não *criativo*. Por certo, as condições materiais fornecem dados que a inteligência assimila para raciocinar livremente. Influem, mas não determinam. Aliás o determinismo histórico (a roda da História...) é uma das facetas mais ilustrativas da gestação oitocentista do pensamento de Marx e uma das causas do decadentismo atual de seu embasamento filosófico.

O período monárquico é visualizado em três estudos: a) o indianismo de Alencar (1829-1877); b) a escravidão entre dois liberalismos; c) sob o signo de Cam (o abolicionismo de Castro Alves, 1847-1871, e as vozes negras de Cruz e Sousa, 1861-1898, e Lima Barreto, 1881-1922).

O indianismo de Alencar é focalizado principalmente nos textos de *Guarani* e *Iracema*, livros que, diz, paradoxalmente fundaram o romance nacional (pág. 179). Na visão do prof. Bosi, Peri, o índio-símbolo do primeiro dos romances supracitados, assume atitude conservadora, quando o esperável, argumenta, seria que ocupasse no imaginário pós-colonial o papel de rebelde. Ao revés o índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador (v. pág. 177). Esse o sentido político da trama, que, deixando de lado a literariedade, pode o Prof. Bosi depreender do mais importante romance alencariano.

No capítulo 7, sobre a escravidão, põe o autor em foco a contradição surgida entre uma sociedade escravocrata e a ascensão do pensamento liberal, que ia minando os fundamentos tradicionais do regime monárquico. A consequência foi a diferenciação progressiva surgida dentro da própria doutrinação liberal. A princípio teve o liberalismo caráter oligárquico e conservador: liberdade para gerir a produção de bens de consumo, mas ignorância quanto à condição inumana do trabalho escravo. A semente liberal, porém, continuava

a germinar, e daí nasceu o *novo liberalismo*, expressão de Joaquim Nabuco, quem arvorou a bandeira do abolicionismo. Veio a Abolição, extinguiu-se a escravatura, extinguiu-se a monarquia.

O capítulo “A arqueologia do Estado-Providência”, que estuda o período republicano até o Estado Novo, é porventura o mais original. Traz à baila a forte influência da ideologia positivista no período, patente e latente na penosa marcha do nosso republicanismo. A revolução de 30, capitaneada pelo Sr. Getúlio Vargas, de “extração castilhistas” (pág. 286), ainda foi eco do prolongado positivismo sulriograndense. A presença da ideologia positivista em nossa evolução política é, aliás, precioso filão para novos mergulhos na fase republicana da nossa história.

O capítulo 10 tem por título “Cultura brasileira e culturas brasileiras”.

O autor, acompanhando moderna tendência pluralista atuante nas ciências ditas humanas, vê no uso da forma do plural uma submissão do pesquisador aos fatos, uma vez que “é claro que uma tal unidade ou uniformidade parece não existir em sociedade moderna alguma e, menos ainda, em uma sociedade de classes” (pág. 308).

O comprometimento inicial dessa posição está na identificação de dois conceitos que não se ajustam como verso e anverso da mesma medalha: *unidade* e *uniformidade*. Por exemplo: pode-se (e deve-se) falar na unidade da espécie humana e não na sua uniformidade. A unidade é constituída pelos caracteres essenciais de um ser, ao passo que a uniformidade engloba na definição os caracteres acidentais, o que, de fato, não ocorre em nenhuma cultura. Negando, porém, ao nosso país unidade cultural, ainda será lícito falar em “nação brasileira”? O tema é delicado.

Dentre as diferentes acepções que o termo *cultura* apresenta, inclina-se o Prof. Bosi para a de tipo antropológico, que declara ser “de longe, a mais fecunda” (pág. 322). Tal afirmação se encontra na seção do capítulo dedicado à “cultura popular”, o que já demonstra os pendores do A. para a identificação de nossa identidade cultural com a cultura popular, que, assim, assume o posto deixado vago pela cultura brasileira. Note-se que, no final do capítulo, vem pequena bibliografia de apoio, onde os itens referentes a autores brasileiros dizem respeito particularmente à cultura popular: folk-lore, cultura de massa, tradições populares, condição operária. É verdade que o A. se ocupa também com a cultura de elite ou cultura universitária. Nesse ponto devo confessar que me surpreendeu o teor de sua crítica, sem resquícios ideológicos, no tocante ao rumos do ensino universitário, o que, aliás, se explica pela vivência acadêmica, titular que é da Universidade de São Paulo. Como não concordar, por exemplo, com a condenação do exibicionismo cerebrino a que leva “a tendência a sincro-

nizar tudo... em tudo submeter ao foco subjetivo do intérprete imerso em sua temporalidade”? (pág. 312). Pena é que mais adiante vá arrimar-se ao ideologismo pedagógico do Sr. Paulo Freire, a quem galardoou com o título de “maior mestre da Educação brasileira”... (pág. 342).

Tenho as minhas dúvidas sobre se a prática da educação preconizada pelo Sr. Paulo Freire conduz realmente ao mundo da liberdade, como pensa o A.

O livro de Vivian Schelling *A presença do povo na cultura brasileira* consta de dois ensaios, um sobre o pensamento de Mário de Andrade e outro sobre o de Paulo Freire. Não me posso estender na apreciação deste segundo ensaio, mas tenho de dizer alguma coisa para dar os fundamentos das minhas dúvidas.

Informa-nos a autora, no capítulo consagrado ao “Método de alfabetização de adultos” que, em 1960, sob o governo de Miguel Arrais, foi Paulo Freire encarregado da coordenação do projeto de Educação de Adultos. Logo criou duas instituições, que a autora julga fundamentais: os *Círculos de Cultura* e os *Centros de Cultura*. A técnica da dinamização dos cursos era a das “relações dialógicas”. Nessas relações dialógicas, conta Paulo Freire, “os temas de discussão que mais se repetiam eram: nacionalismo, remessa de lucros para o estrangeiro, o desenvolvimento político do Brasil, políticas de desenvolvimento, analfabetismo (para não dizer que não toquei no assunto...), o direito de voto dos analfabetos, socialismo, comunismo, direitismo, Sudene, democracia e as Ligas Camponesas” (pág. 328). Como se vê, relações dialógicas muito adequadas ao método de alfabetização de adultos... Pouco adiante (pág. 331) declara a A. que “Esse processo global de auto-reflexão foi então descrito por Paulo Freire como *conscientização*”. Portanto *conscientização* e não *alfabetização*. O objetivo do “método não é, pois, ensinar a ler e escrever, mas instalar na mente do adulto a ideologia do educador. O que, convenhamos, é altamente deseducativo. E logo de início lhe retira a *liberdade* de escolha tão apregoada.

Alfabetizar consiste, desde a mais remota Antigüidade, em promover no aluno a capacidade de apreender a relação entre a letra e o som, segundo o alfabeto próprio de cada língua. Em inglês, *literate* é o alfabetizado. Para alcançar tais objetivos, já se tentaram vários métodos: soletração, silabação, sentencição... Mas, realmente o método auto-reflexivo, cognitivo ou o que mais o seja da escola de Paulo Freire, é uma *trouville* de ideólogos e não de pedagogos. Nela não há professores, e sim coordenadores. Esses “coordenadores” são formados no Método Paulo Freire e na análise da “realidade brasileira”, com cursos sobre a natureza do “processo revolucionário brasileiro”, sobre a “cultura erudita e popular”, sobre a “economia brasileira”, a “falta de organicidade da educação brasileira” e sobre o “processo de desalienação”. (pág. 347). *Excusez du peu*. Quanto à alfabetização propriamente dita, neça.

Na verdade, só depois dessa limpeza ou intoxicação cerebral, como queiram, é que o indefeso aluno estará apto para ser devidamente alfabetizado. Ou, conforme diz a A.: “Tendo esgotado (!) a discussão do conceito antropológico de cultura, o processo de alfabetização começa com uma palavra geradora – uma codificação da experiência existencial dos sujeitos” (pág. 350). Essa palavra “geradora” não gera vocábulos fonicamente seminais, mas *conceitos* extraídos da tão decantada cultura popular. Daremos um exemplo buscado à pág. 372. Palavra geradora (ou ficha motivadora): COZINHA. Alfabetização e Politização (era inevitável...). Projeção: Uma cena nordestina – uma mulher trabalhando numa cozinha, aparecendo também as palavras: jarra (rr), fogão (ão), tigela (je ?), junto aos objetos respectivos.

Que mixórdia fonográfica! A palavra geradora é altamente imprópria para iniciar os alunos no conhecimento das normas da escrita. O grafema C, dependendo do contexto fônico, pode corresponder a dois fonemas distintos: /k/ ou /s/. Ao fonema /ñ/ corresponde não uma letra e sim um dígrafo: *nh*. Em *jarra*, outro dígrafo, *rr*, com a agravante de que o fonema que lhe corresponde, em outros contextos fônicos, pode ser representado por um *r* singelo. Segue-se uma palavra – fogão – com o ditongo /ãw/, o que já é uma unidade complexa: vogal + semivogal. Em *tigela*, o autor da unidade didática deixa transparecer que ignora se a grafia correta da palavra se faz com *g* ou *j*. Outro erro técnico do alfabetizador: o fonema /š/ admite na língua portuguesa a representação, segundo o contexto fônico, por dois grafemas *j* e *g*. Não há graduação nesse “método” e sim babélica confusão.

Como pode uma pessoa sem conhecimentos rudimentares de fonética e fonologia arvorar-se em renovadora de métodos de alfabetização? Contudo a resposta é simples: não se trata de método de “alfabetização” e sim de “conscientização”.

Concluído este intermezzo pedagógico, retornemos à questão da cultura brasileira. Que nos seja permitido sugerir no pleito a leitura do excelente capítulo que o Prof. Gladstone Chaves de Melo dedicou ao assunto em sua *Origem formação e aspectos da cultura brasileira*.

Mas afinal existe ou não uma cultura brasileira? Se existe, quais os seus elementos definidores?

Sem pretender deslindar tão sensível problema, apontarei alguns desses traços, simplesmente para não deixar a impressão de que se trata de problema insolúvel. Ao contrário, tem solução e positiva. Ei-los:

1 – Cultura americana e não européia. Isso significa que a nossa cultura teve de sofrer a influência do meio, quer natural (clima, paisagem, produtos da terra), quer social (a contribuição do indígena e principalmente africano).

2 – Cultura transplantada e não nativa. Trata-se da cultura latino-cristã, em sua feição ibérica, que para aqui trouxeram os colonizadores portugueses, mas que teve de se adaptar às influências locais supracitadas.

3 – Religião cristã (e não muçulmana, judaica ou budista, entre outras). Nas crenças de origem africana, por exemplo, houve assimilação de elementos cristãos (sincretismo: Iemanjá/ Nossa Senhora, Ogum/ São Jorge); e quanto ao judaísmo, não se podem esquecer as origens judaicas do Cristianismo.

4 – Unidade de língua. O Brasil apresenta notável unidade lingüística, facilmente comprovável, o que é um feito extraordinário, dada a grande extensão de nosso território. Não temos sequer minorias lingüísticas, pois assim não podemos considerar as falas tribais indígenas remanescentes, numerosas e sem qualquer integração real ou possível na comunidade nacional.

5 – Força assimiladora. A não ser graças a incentivos artificiais, os estrangeiros emigrados fácil e rapidamente se adaptam aos nossos gêneros de vida, sem perderem os seus hábitos culturais.

Nascida de pais europeus, criamos neste subcontinente sul-americano uma cultura consciente de sua unidade e do direito conquistado de viver (e não apenas simbólicos) que são *o nosso* patrimônio. Preservar e vitalizar constantemente essa cultura, eis a alta missão das gerações presentes e futuras.

O livro ainda se conclui com um *Post-Scriptum* 1992 e um *Olhar em retrospecto*, aos quais, infelizmente, só poderemos fazer rápidas alusões. De modo geral, porém, mais acrescentam que retificam. Diz, por exemplo o autor (pág. 347) que se mantém fiel ao eixo do texto que gira em torno da qualidade plural da cultura. E, na pág. 353, declara: “Hoje, ao contrário (de um todo internamente articulado), é o desejo do descontínuo e do descentrado, com suas figuras correlatas, que dá um ar de família às expressões culturais”. É o que o autor chama *saber em migalhas*.

Na página seguinte, fala o Prof. Bosi em “um certo *ethos* recorrente na cultura atual que enforma hábitos cognitivos, estéticos, éticos e políticos”. Esse *ethos* se caracteriza pela tendência e gosto da pluralização, da fragmentação, da desintegração, em antagonismo com o anseio da unidade, senão mesmo uniformidade, subjacente, por exemplo, nos regimes fascistas e comunistas. Mas esse *ethos* é próprio da cultura de elite e não da cultura popular. Num país como o Brasil, onde tradição e vocação históricas convergem no sentido da unidade, é nítido o divórcio entre o *ethos* elitista e o sentimento popular.

Ocupa-se ainda o Prof. Bosi com temas na ordem do dia, quais o da modernidade e da pós-modernidade, que ninguém ao certo sabe o que sejam. Mas aplausos não se hão de poupar ao que escreve a respeito da *indústria*

cultural. Os meios de comunicação de massa, os famosos *mass-média*, o quarto poder que Montesquieu desconheceu, é quicá o mais poderoso. Por isso é que têm toda a procedência estas palavras finais do Prof. Bosi:

Enfim, à proporção que o nosso olhar se move no rumo da vida mental contemporânea, uma teia de signos tecnicamente nova marca a sua presença imperiosa: são os meios de comunicação de massa. Dos meados do século XX em diante, passa a ser colonizada em escala planetária a alma de todas as classes sociais.

Colonizar quer dizer agora massificar a partir de certas matrizes poderosas de imagens, opiniões e estereótipos. (pág. 383)

(RJ, 22/01/93)

*

PICCHIO, Luciana Stegagno. Murilo Mendes POESIA COMPLETA E PROSA. Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994.

1 - *Luciana Stegagno Picchio*, a editora do volume (organização, preparação do texto e notas) é nome que dispensa encômios e qualquer tentativa de apresentação. A sua substanciosa e diversificada obra fala, com muita eloqüência, de seus méritos e do seu devotamento à causa da cultura lusíada.

Catedrática de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade *La Sapienza*, de Roma, voltou-se também, com a habitual mestria, para o estudo da Literatura Brasileira, da qual nos deu, em 1972, uma visão modelar (*La Letteratura Brasiliana*, Milão). Dedicou o estudo significativamente a Murilo Mendes. Atraída pelo fascínio da língua portuguesa, mergulhou na análise de um dos períodos mais árduos de sua evolução, a fase arcaica, e, de muitas e devotadas pesquisas, nasceram edições críticas que contribuíram poderosamente para a renovação da ciência filológica portuguesa. Continua a trabalhar, com o mesmo ardor e competência na obra que vem compondo em louvor da cultura luso-brasileira. É disto claro exemplo o presente volume, em que devolve, de corpo inteiro, às nossas letras uma das suas vozes mais originais e significativas, que a insensibilidade das Parcas já começava a pretender encobrir com o véu de um impossível esquecimento.

2 - MURILO MONTEIRO MENDES nasceu em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em 13 de maio de 1901 e veio a falecer em Lisboa, no dia 13 de agosto de 1975, onde foi sepultado. Fez os estudos de primeiro e segundo

graus na cidade do seu nascimento e aí também iniciou os estudos superiores, ingressando na Escola de Farmácia, que abandonaria um ano depois. Em 1917 já está no Rio de Janeiro, e na então capital do país até o ano de 1957, quando se trasladou para a Itália, como professor de Cultura Brasileira na Universidade de Roma. Não mais retornou ao Brasil, a não ser ocasionalmente. Em Roma iria permanecer durante dezoito anos. Já então estava casado com Maria da Saudade Cortesão, filha do notável historiador português Jaime Cortesão, que se exilara no Brasil, por se opor ao regime político vigente em sua pátria. Foi na convivência com os colegas universitários que se sentiu atraído pela cultura e inteligência de Luciana Stegagno Picchio, traduzida em fraternal aproximação e fundada em mútua amizade e admiração. Na Itália não interrompe a sua atividade de homem de letras. Nesse período é que publica *A idade do serrote* (prosa, editado no Rio de Janeiro), *Convergência* (editado em São Paulo) e *Retratos-relâmpago*, 1.ª série (também editado em São Paulo). Na Itália, vieram a lume *Siciliana* e *Italianíssima*. O seu apartamento, na Via del Consolato, tornou-se ponto de encontro de vultos dos mais importantes da intelectualidade italiana (Giuseppe Ungaretti, Alberto Moravia, Ignazio Silone, Rafael Alberti, Ruggero Jacobbi, e muitos outros, sem esquecer a grande pintora portuguesa Vieira da Silva). Em 1972 é-lhe concedido o Prêmio Internacional de Poesia Etna-Taormina, vindo então a fazer companhia a um Dylan Thomas, um Supervielle, um Jorge Guillén, um Ungaretti, amigo particularmente querido. Este o visceralmente poeta que Luciana Stegagno Picchio nos traz na lucidez destas páginas de alto saber filológico e profunda compreensão humana.

3 - Esta feliz edição não restitui apenas ao Brasil um dos seus maiores poetas, mas todo mundo culto. Luciana Stegagno Picchio não a apresenta como uma edição crítica e sim como uma edição “com intenções críticas” (p. 26). O volume traz o subtítulo “poesia completa e prosa”; vale dizer, o adjetivo só se aplica à parte poética. Muito embora, como adverte finamente a editora, “as obras completas nunca estejam completas” (p. 31).

São as seguintes as partes integrantes do presente volume: *Introdução Geral*, *Nota para uma Murilosopia* (José Guilherme Merquior), *Vida-Poesia de Murilo Mendes* (Luciana Stegagno Picchio), *Fortuna Crítica* (vários artigos), *Murilo Mendes por Murilo Mendes*, *Homenagens Poéticas* (colaboração vária), *Cronologia da Vida e da Obra*, *Agradecimentos*, *Poesias 1925-1974*, *Poemas 1925-1929*, *Bumba-meu-Poeta 1930-1931*, *História do Brasil 1932*, *O Visionário 1930-1933*, *Tempo e Eternidade 1934*, *Os Quatro Elementos 1935*, *A Poesia em Pânico 1936-1937*, *As Metamorfoses 1938-1941*, *Mundo Enigma 1942*, *Poesia Liberdade 1943-1945*, *Sonetos Brancos 1946-1948*, *Contemplação de Ouro Preto 1949-1950*, *Parábola 1946-1952*, *Siciliana 1945-1955*, *Tempo Espanhol 1955-1958*, *Convergência 1963-1966*, *O Sinal de Deus* poemas em

prosa), *O Infinito Íntimo* (meditação em quinze partes) 1948-1953, *Quatro Textos Evangélicos* 1956.

Seguem-se os textos em prosa 1945-1975.

O Discípulo de Emaús 1945, *A Idade do Serrote* 1956-1966, *Poliedro* 1965-1966, *Carta Geográfica* 1965-1967, *Espaço Espanhol* 1966-1969, *Retratos Relâmpago*, 1.ª série 1965-1966, 2.ª série 1973-1974, *A Invenção do Infinito* 1960-1970, *Janelas Verdes*.

Segue-se *Miscelânea em Prosa e Verso*:

Conversa Portátil 1931-1974 e *Textos em Outras Línguas*:

Ipotesi 1968, *Papiers* 1931-1974.

Completam o trabalho: *Notas e Variantes*, *Bibliografia*, *Índice de Títulos e Primeiros Versos*, *Índice Geral*.

4 - As fontes dos textos da presente edição são basicamente de duas naturezas: obra impressa e textos inéditos, geralmente datiloescritos. Há também alguns manuscritos e correções do próprio autor em exemplares seus, ou em notas a textos para primeiras ou novas edições. A Editora mais de uma vez se refere a um *Fundo MM* e mesmo ao *espólio* (p. 1704, por exemplo). O que significa não faltar material para “uma futura edição (essa sim, definitiva)”, de que fala, já nostálgica, Luciana Stegagno Picchio (p. 26).

Da obra impressa a fonte principal foi a edição José Olympio, de 1959, *Poesias*, que inclui os seguintes livros: *Poemas*, *Tempo e Eternidade*, *A Poesia em Pânico*, *O Visionário*, *As metamorfoses*, *O Discípulo de Emaús*, *Mundo Enigma*, *Os Quatro Elementos*, *Poesia Liberdade*, *Contemplação de Ouro Preto*, *Parábola*, *Sonetos Brancos*, *Bumba-meu-Poeta*, *Siciliana*, *Tempo Espanhol* foi editado em Lisboa, em 1959, edição única; *A Idade do Serrote* saiu em 1968 pela Sabiá, Rio, 1968; *Convergência* veio a lume em São Paulo, Duas Cidades, 1970. *O Sinal de Deus* foi publicado em 1936, edição do autor logo retirada do comércio; não houve 2.ª edição, *Poliedro*, editado em Roma, 1965-1966, teve 2.ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1972. *Retratos-Relâmpago*, 1.ª série, São Paulo, 1973, foi a última obra publicada em vida do poeta. Póstumo são os *Quattro testi evangelici di Murilo Mendes*, publicados em Roma (em português) em 1987, embora com data de 1984 (n.º de revista). Inédito em poesia, e portanto só agora publicado é *O Infinito Íntimo*, texto datilografado, com correções autografadas do autor. Inéditos em prosa são: *Carta Geográfica*, datiloescrito, com data de Roma, 21 de novembro de 1970; *Espaço Espanhol*, três exemplares datilografados com correções autografadas, escrito em Roma entre 1966 e 1969; *Retratos-Relâmpago*, 2.ª série, originais manuscritos, compostos provavelmente entre 1971 e 1975 (só parcialmente inédito, pois 14 destes

retratos já tinham sido publicados em *Transistor*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980); *A Invenção do Finito*, textos dedicados a pintores, escritos entre 1960 e 1970 (alguns já publicados em catálogos, muitas vezes em italiano), *Janelas Verdes* já tinha original pronto em 1970, mas só em 1989 teve edição parcial (só a primeira parte) e especial (apenas 250 exemplares) em Lisboa, de forma que esta é a sua primeira edição integral; *Conversa Portátil*, textos datilografados e alguns manuscritos contendo dispersos de 1931 a 1974 (na antologia *Transistor*, já aqui referida, incluíram-se seis textos destes dispersos); *Apêndice a Conversa Portátil* contém dispersos de poesia publicados em jornal ou revista, ou mesmo inéditos nunca recolhidos em volume.

Textos em língua estrangeira são *Ipotesi* (italiano) e *Papiers*, agora pela primeira vez impressos.

Convém acrescentar que em, *Notas Variantes*, a editora inseriu poesias que não constam do texto geral, mas que importa conhecer. Também não podemos perder a oportunidade de vivamente acentuar o interesse e o prazer da leitura do texto de Luciana Stegagno Picchio escrito para a edição italiana de *Ipotesi* e esplendidamente traduzido por Maria da Saudade Cortesão Mendes. É uma interpretação de Murilo *civis romanus*, vista de dentro para fora, de alma para o comportamento, iluminada pela argúcia e talento de Stegagno Picchio. Com *Vida-Poesia de Murilo Mendes*, que integra a parte introdutória do presente volume, formam um duo harmonioso, indispensável numa biografia intelectual do Poeta.

O método empregado por Stegagno Picchio consiste na seleção de um texto básico, publicado no corpo do trabalho, ficando o confronto com a lição de outros textos impressos ou mesmo com possíveis correções de Murilo Mendes para a parte final do livro, intitulada *Notas e Variantes*. Cabe salientar que Murilo se preocupava muito com o apuro de seus textos, que revia continuamente, mesmo depois de publicados. Stegagno Picchio chama-o até “variantista e perfeccionista” (p. 1.605), dotado de “ânsia variantista” (p. 1.631) e *Vida Poesia* faz-nos saber que “Murilo continuou... corrigindo até o último momento os seus exemplares dos volumes já publicados” (p. 26). A essa preocupação com a autenticidade do texto não pode ter sido estranho o convívio intelectual com a prestigiosa amiga que agora o devolve por inteiro à privilegiada leitura por seus contemporâneos e pósteros.

A seguir relacionamos os procedimentos seguidos quanto ao estabelecimento dos textos impressos, a que acompanham, em *Notas e Variantes*, os respectivos esclarecimentos. Note-se a coordenação aditiva (e VARIANTES). Não se trata somente do cortejo de variantes; existem *Notas*, que são comentários não exclusivamente de caráter filológico, mas ainda de caráter literário, onde

LSP deixa fluir um pouco de seu afinado espírito crítico. Um só exemplo para justificar o asserto (trata-se da apresentação da estrutura de *O Visionário*, p. 1.614): “A estrutura é de sinfonia com seus tempos e movimentos, dedicados à Mulher, na sua objetivação pelo poeta, à História, contexto em que o Poeta encontra a Mulher, menina, noiva, mãe, e ao Poeta no seu encontro-desencontro consigo mesmo. O clima é o das parábolas surrealistas em que cada verso é um quadro de Chagall, uma invenção de Picabia, um sonho de Max Ernest, um caligrama de Apollinaire.”

5 - Voltemos agora ao estabelecimento dos textos, obedecendo à ordem:

a) *Poesia*, b) *Prosa*.

POESIA

Poemas (1925-1929). 1.^a ed. 1930, Juiz de Fora, Estabelecimento Gráfico Dias Cardoso; 2.^a ed. em *Poesias*, Rio de Janeiro, J. O., 1959. 66 textos na 1.^a ed. reduzidos a 62 na 2.^a 3.^a ed., RJ, Nova Fronteira, 1988, organização, introdução e bibliografia por Luciana Stegagno Picchio. Este é o texto-base da presente edição. Na parte dos textos publicam-se os 62 poemas da ed. de 88, acrescidos, em Apêndice de três poemas não incluídos na 1.^a ed., embora anteriores a 1930. Os quatro poemas expurgados da ed. foram inseridos na parte destinada a *variantes*. As variantes, sempre minuciosas, foram distribuídas pelas seis divisões dos *Poemas*: “O jogador de diabolô, Ângulos, Máquina de sofrer, O mundo inimigo, A cabeça decotada e Poemas sem tempo”. O confronto do texto-base é feito com os textos da 1.^a ed., da 2.^a ed., correções de MM em exemplar da 2.^a ed. com vistas a uma nova edição e com partes publicadas na *Revista de Antropofagia* (1928-29), *Diário de São Paulo* (1929) e *Verde*, de Cataguases (1927-29).

Muitas destas variantes são ortográficas, pois o texto de 88 atualizou a grafia da 1.^a ed., seguindo por certo a de 59. Alguns exemplos (a primeira forma é a do texto-base): *saci-pererê/sacipererê*, *A mãe d'água/a Mãi dagua*, *asseadíssima/asseiadíssima*, *descolam/discolam*, *criouléus/crioléus*, *pôde/poude*, *se/si* e muitos outros (exemplos buscados a *O jogador de diabolô*). Em casos como *para/prá* (Idílio unilateral, de Ângulos), melhor fora a conservação, pois não se trata de mera questão ortográfica, tanto mais quanto, por exemplo, em casos como *procrioléu/pros crioléus* (em *O jogador*) a forma *pro* foi mantida (note-se que no texto-base é *pro crioléu*, p.91). Mas, é natural, nem todas as alterações são de caráter ortográfico. Muitas são estilísticas e, nesse sentido, as variantes assinaladas valem como rico manancial para estudos genéticos ou literários da obra muriliana.

Claro que não nos cabe alongar-nos em comentários desse teor, o que nos afastaria dos objetivos desta recensão. Observamos, contudo, que, de uma

edição para outra, o Poeta se vai aliviando dos tipicismos modernistas, depurando o texto de termos mais vulgares e agressivos e polindo a linguagem no sentido da língua culta. O que nos distancia de um esquema de contínua progressão em busca da forma ideal ou finalmente desejada e devolve a cada unidade editorial o caráter não de elo de uma cadeia *in fieri* e sim de marco numa caminhada de várias estações.

Bumba-meu-Poeta (1930-1931). Adverte Luciana Stegagno Picchio que se trata de um auto, nos moldes do teatro peninsular quinhentista, inspirado no *folklore* do Nordeste brasileiro. 1.^a edição em *Revsita Nova*, São Paulo, 1932 com data de 1931; 2.^a edição em *Poesias*, J.O., 3.^a edição em *Poemas e Bumba-meu-Poeta*, organização de Luciana Stegagno Picchio já citada, 1988. Há correções de Murilo Mendes em exemplar da 2.^a edição. O texto base é o da edição de 1988. As correções de Murilo Mendes não são citadas no elenco das variantes, mas provavelmente concorreram na edição de 1988.

História do Brasil (1932). A exclusão deste livro dentre as poesias reunidas em 1959 mostra mais de uma vez a insatisfação de Murilo Mendes para com a face clownesca da primeira fase do Modernismo; no entanto, dentro dessa linha, *História do Brasil* é um dos trabalhos mais bem realizados de Murilo Mendes. Apesar de enfeitado, vale a pena. Devido à recusa, lamenta (é o termo), Luciana Stegagno Picchio o ter a *História do Brasil* escapado “ao apuro a que Murilo Mendes submetia os seus textos ao voltar a publicá-los. Nem o próprio exemplar do poeta registra correções e sugestões para uma futura edição” (p. 1613). Felizmente, em 1991, pela Nova Fronteira, *História do Brasil* mereceu uma edição com introdução e notas da própria Luciana Stegagno Picchio, cujo texto, diz-nos, “muito deve à amizade e sabedoria de Celso Ferreira da Cunha e de Alexandre Eulálio” (ib.). Destarte não há variantes, exceto (se assim podemos chamá-las), as decorrentes de atualização ortográfica, na edição de 1991. Contudo a Editora fez um confronto com as primícias que Murilo Mendes ia publicando no Boletim de Ariel (só quatro poemas: “Carta ao Pero Vaz”, “Fico”, “O herói sai da estátua”, “Amostra da ciência local”). O texto base é o da edição de 1991.

O Visionário (1930-1933). A 1.^a edição de *O Visionário* é de 1941 e, em 1959, passa a integrar em 2.^a edição o volume *Poesias*, da José Olympio. A essas duas edições Luciana Stegagno Picchio acrescenta as correções de Murilo Mendes (com data de 1960) a exemplar da pré-citada edição de 1959. Em 1984, nova edição, Roswitha Kempf, São Paulo, com introdução de Luciana Stegagno Picchio. A esse respeito cumpre ouvir estas informações da ilustre Editora: “No exemplar de V (1941) pertencente ao poeta, figura, na página de ante-rostho, a nota manuscrita: “Murilo Mendes Caso algum dia se faça uma edição deste livro desejo que sigam a redação conforme as emendas feitas

neste exemplar. Murilo Mendes 1942”. Segue, com a letra diferente, mas sempre de Murilo Mendes, a data da confirmação, 1956. E na página de rosto aparece a escrita, sempre à mão do autor, “Texto definitivo. Murilo Mendes”, seguida pela data, dentro de um quadrado “1956, 14 Nov.” “Todas essas correções, esclarece Luciana Stegagno Picchio, já constam da edição J. O.; no entanto o texto de 1984 reproduz o de 1941 “como curiosidade”. Como não há indicação de qual seja o texto-base e como, nas variantes, se faz o confronto com as edições de 1941 e 1959, que assim ficam excluídas, resta a edição de 1984, que, então, não reproduziria integralmente o texto de 1941. Por exemplo, no último poema do Livro Primeiro, “Pré-História”, adota Luciana Stegagno Picchio a pontuação *ninguém*: em vez de *ninguém!* (p. 1616), próprias das edições 1941 e 1959. Por quê? Outro caso. No poema “Formas Alteradas” está *semelhantes*: “em oposição a *semelhantes*; atribuída a 1941 e 1959 (p. 1615). No entanto em 1959 está *semelhantes!*. A edição de 1941 continha poemas que não foram aproveitados na edição de J. O. de 1959. Luciana Stegagno Picchio fez muito bem em revivê-los em suas *Notas e Variantes* (ao todo seis, mais a abertura do Livro Primeiro, também cancelada em 1959)

Tempo e Eternidade (1935). Escrito de parceria com Jorge de Lima, sob a divisa “Restauremos a poesia em Cristo”, estando no livro separadas as partes correspondentes às composições de cada um. *Tempo e Eternidade* é “um dos (textos) que sofreram mais alterações a passar da primeira edição de 1935 à das *Poesias* de 1959” (p. 1622). Há correções de Murilo Mendes tanto no exemplar de 1935 quanto no de 1959. No exemplar de 1935 há esta nota da mão do autor: “Texto definitivo. Murilo Mendes, 14 Nov. 1956. Corrigi este livro em 1956. Não deverá figurar o dístico do começo do livro: ‘Restauremos a Poesia em nome de Cristo’ Murilo Mendes”. Na página branca que antecede a de rosto, outra nota: “Em vez de ‘A Ismael Nery na Eternidade’, deverá figurar a dedicatória: ‘À memória de Ismael Nery’ (p. 1622). Tomei estas decisões de acordo com Jorge de Lima. 1956. Murilo Mendes” (p. 1622). Na mesma página, Luciana Stegagno Picchio informa que Murilo Mendes fez correções em seu exemplar de 35 válidas para o de 1959, mas que, entre as duas versões, existem algumas diferenças. As composições constantes de 35 mas incluídas em 1959 são reproduzidas em *Notas e Variantes*. Em *Apêndice* estão também reproduzidos dois poemas publicados em *Festa*. 1934 (“Duas canções” e “O fim do mundo”), não aproveitados em livro.

Os Quatro Elementos (1945). Como o livro foi composto em 1935, quando ainda o Poeta vivia a atmosfera demolidora do Modernismo, *Os quatro elementos* figura também entre os livros mais marcados pela ânsia ‘variantista’ do Poeta (p. 1631). Mesmo depois da edição “definitiva” (as aspas são da Editora) de 1959, Murilo Mendes prossegue no corpo-a-corpo cotidiano com a

cópia pessoal do volume em que manifesta suas “últimas vontades poéticas”. Entre a edição de 1945 e a de 1959, por exemplo, 25 poemas já haviam sido suprimidos, sacrificados *ao gosto do poeta* (sublinhado meu). 24 desses poemas constam da presente edição em *Notas e Variantes*. A edição de 1945 engloba dois livros: *Mundo Enigma* (1942) e *Os quatro elementos* (1935). O elenco das variantes refere-se em conjunto às duas obras. O texto-base, como de praxe, é o da edição de 1959.

A Poesia em Pânico (1938). Livro composto entre 1936 e 1937 (Luciana Stegagno Picchio). 2.^a edição em *Poesias*, J.O. 1959. Em exemplar desta edição há correções de Murilo Mendes tendo em vista futura edição. Em *Notas e Variantes*, incluem-se 22 poemas constantes da edição 1938, mas excluídos da de 1959. O texto base, embora não explicitamente declarado, deve ser o da edição de 1959. Na página 1641, a Editora diz-nos que, no limite inferior da página da edição 1959, Murilo Mendes escreveu: “Palavra inventada, sugerida pela *femmina* italiana”. Como o comentário é ao primeiro verso de “Horóscopo”, fica bem claro que a referência é à palavra *femina*, única, aliás, do primeiro verso. *Femina* ainda não ocorre na 11.^a reimpressão da 1.^a edição do “Grande Aurélio”.

As Metamorfoses (1944). O livro primeiro foi composto em 1938 e o livro segundo, em 1941 (LSP). Livro central da produção poética de Murilo Mendes (idem). A 2.^a edição, como era de se esperar, é a de J.O., de 1959 “onde aparecem já registradas as mais significativas variantes que separam o vate modernista dos anos Quarenta do poeta contemporâneo dos ‘restauradores da linguagem’ da chamada Geração de 1945” (p. 1653). Há múltiplas correções de Murilo Mendes tanto no exemplar da edição de 1944 como na de 1959. Luciana Stegagno Picchio chega a ver neste livro de “mudanças” “evidente alusão camoniana”. Em 1964, *As Metamorfoses* teve edição bilingüe ilustrada, pela Editora Lerici, de Milão, com o texto em italiano por Ruggero Jacobbi. Em *Notas e Variantes* reproduzem-se 16 composições que estão na 1.^a edição de 1944, mas que não figuram na de 1959. Nesse caso, tomam-se em consideração as correções de Murilo Mendes nos exemplares das edições anteriores.

Mundo Enigma (1942). Embora compostos em 1942, os poemas de *Mundo Enigma* só vieram a ser publicados em 1945 pela Globo de Porto Alegre, juntamente com *Os quatro elementos*, como já ficou dito. Edição esta que Luciana Stegagno Picchio dá como “muito cuidadosa” (p. 1668). Em 1959, *Mundo Enigma* foi reeditado com muitas variantes que coincidem com as correções manuscritas constantes da edição de 1945, em exemplares pertencentes ao poeta. Mesmo depois, porém, Murilo Mendes continuou a fazer correções em um de seus exemplares da edição de 1959. “E é este texto, revelador do

apuro a que o poeta submeteu um dos seus livros mais elegantes e inspirados, o que se publica aqui” (p. 1668). Nas *Notas e Variantes*, publicam-se sete poemas constantes da edição de 1945, mas que foram suprimidos da edição de 1959.

Poesia Liberdade (1947). Compõe-se de dois livros, um “Ofício Humano”, datado na origem de 1943, e outro “Poesia Liberdade”, de 1945. “Os dois livros (...) foram submetidos a uma primeira e drástica revisão, em 1956, quando da edição das *Poesias* da José Olympio Editora” (p. 1673). Em exemplar da edição de 1947, existe anotação a lápis do punho do poeta: “Texto definitivo; exemplar corrigido por mim”. Mas Luciana Stegagno Picchio esclarece: “A revisão continuou, como de costume, depois da publicação da *Poesia* de 1959 e o texto que aqui se edita é o da última vontade do autor, consignada a esta última correção” (p. 1673). É o que se lê da mão de Murilo Mendes: “Há variantes aqui neste texto que não figuram no exemplar da Biblioteca Nacional, seção das obras raras, também corrigido por mim” (id.). Luciana Stegagno Picchio inseriu em *Notas e Variantes*, quatro poemas constantes da edição de 1947, mas ausentes na de 1959.

Sonetos Brancos (1959). Publicados pela primeira vez na edição J.O. , mas escritos entre 1946 e 1948. E “bem correspondem, dentro da natural inspiração visionária e alucinada de Murilo Mendes, dentro de sua temática transcendente, ao geral regresso ao formalismo que, com a chamada Geração de 1945, distinguiu a primeira fase pós-modernista”, diz Luciana Stegagno Picchio (p. 1679). Do soneto clássico só mantém o número de versos (14) e a chave-de-ouro, esclarece a ilustre editora. No mais, são versos brancos, que vão do heptassílabo ao dodecassílabo, com procurada discrepância entre frase e verso, através de frequentes “enjambements” (Luciana Stegagno Picchio). Stegagno Picchio elege entre os mais perfeitos o que começa com estas palavras: “O soluço da terra, dissonante”. O texto-base é o da citada edição de 1959 (não há edição posterior).

Contemplação de Ouro Preto (1954). 1954 é a data da primorosa edição do poema. MEC, Departamento da Imprensa Nacional. O poema figura também na edição J. O., 1959, que, acrescida das variantes introduzidas pelo poeta no seu exemplar de 1959, é a que serve de texto-base da presente edição.

Para Luciana Stegagno Picchio, *Contemplação de Ouro Preto* inicia nova fase na poesia de Murilo Mendes, particularmente no que diz ao tema (coisas, paisagens, evocações históricas), mas também no que diz respeito à forma poética (soneto branco, metro breve, jogos verbais).

Parábola (1946-1952). O livro, dedicado a João Cabral de Melo Neto, teve uma única edição, a de J.O. de 1959. Num dos exemplares dessa edição, há correções de Murilo Mendes. “As poucas variantes constam do exemplar

das *Poesias* de 1959 pertencente ao poeta, como correções para um edição futura” (p. 1682). Luciana Stegagno Picchio salienta o caráter depuradíssimo dessa poesia, o que explicaria a preferência dos tradutores.

Siciliana (1954-1955). O primeiro livro foi publicado na Itália por Murilo Mendes, em edição bilingüe ítalo-portuguesa vinda a lume em 1959 (Luciana Stegagno Picchio). Mas o texto-base continua o da edição J.O., de 1959. Há correções do autor em seu exemplar da J.O. “As variantes, escassas, são as que constam do exemplar do poeta corrigido para uma futura edição que não chegou a se realizar” (p. 1683).

Tempo Espanhol (1955-1958). Livro dedicado “ao grande ibérico Jaime Cortesão”. Só teve uma edição: Lisboa, 1959. “Nunca reeditado, *Tempo Espanhol* não teve variantes” (p. 1684). Seus poemas têm figurado em várias antologias, brasileiras, portuguesas e estrangeiras.

Nestes versos, que Stegagno Picchio diz serem de “pedra-poesia”, comparamos *Monteserrate, São Domingos, Santiago de Compostela, Ávila, Segóvia, São João da Cruz, Cervantes, Toledo, Santo Inácio de Loiola, Gôngora, Madrid, Velasquez, Goya, Unamuno, Sevilha, Granada, Barcelona, Garcia Lorca, Picasso*, o que mostra como a “matéria de Espanha” tocou fundo as fibras poéticas da alma ibérica de Murilo Mendes.

Convergência (1963-1966). *Convergência* só teve uma edição: São Paulo, 1970. O livro consta das seguintes partes: a) *Grafitos*, 35 poemas dedicados a Ruggero Jacobbi; b) *Murilogramas*, 38 poemas dedicados a Luciana Stegagno Picchio; c) *Sintaxe*, 71 poemas dedicados “à fabulosa memória de Oswald de Andrade”. Anteriormente à citada edição de 1970, foram publicados na Itália, em 1956, em plaquete, sete grafitos e murilogramas de assunto italiano. “As únicas variantes significativas de *Convergência* (à parte a correção de uns erros de grafia e de acentos que o próprio Murilo Mendes corrige no seu exemplar) são relativas a esta plaquete, anterior, contudo, à edição em volume, que fica como base da nossa transcrição” (p. 1685).

No fundo Murilo Mendes existem dois dactiloscritos corrigidos à mão pelo autor, com a indicação “excedente de *Convergência*”, e a data 1964. Luciana Stegagno Picchio reproduz esses textos nessa mesma página 1685.

O livro teve boa recepção no Brasil, especialmente por parte dos poetas chamados experimentais (a observação é também de Stegagno Picchio).

De fato, Murilo Mendes não sentiu dificuldades de integrar-se na corrente experimentalista, particularmente em sua feição dita concretista, da poesia de vanguarda. Eis, por exemplo, o poema que abre *Convergência*, intitulado “Exergo”: “Lacerado pelas palavras-bacantes / Visíveis tácteis audíveis / Orfeu

/ Impede mesmo assim sua diáspora / Mantendo-lhes o nervo & a ságora¹.
Orfeu Orftu Orfele / Orfnós Orfvós / Orfeles.”

Como ficou dito, praticamente não há variantes.

O Sinal de Deus (1935-1936). Coletânea de poemas em prosa, impressa em 1936, edição do autor. O próprio Murilo Mendes, porém, retirou-o logo do comércio. Em 1956, num de seus exemplares, fez Murilo Mendes várias alterações, tendo em vista naturalmente futura edição, que, contudo, nunca veio a lume. O texto da presente edição é, pois, o da de 1936, com as variantes introduzidas pelo autor.

O Infinito Íntimo. Meditação em quinze partes (1948-1953). Terceira parte de um volume que se intitularia *Poesia Madura*, alguns de cujos poemas tiveram publicação em separado (como ocorreu com *Sonetos Brancos*), mas que ficou inédito, em texto datilografado, somente agora posto em letra de forma na presente obra completa. O texto aqui publicado é evidentemente o do original datilografado, com proveitamento das correções nele apostas pelo autor.

Quatro Textos Evangélicos (1956). São os seguintes: *O Paralítico de Betsaida*, *As núpcias de Caná*, *O Cristo aclamado* e *Judas Iscariotes*. Os poemas vieram a lume postumamente, em 1987, em Roma, sob o título *Quattro testi evangelici di Murilo Mendes*. O autor deixou os originais em forma datilográfica, hoje conservados no Fundo Murilo Mendes. De *O paralítico de Betsaida* existem a) texto datilografado com correções do autor; b) quatro cópias datilografadas do texto a, em folhas soltas, com novas correções do autor. Foram consideradas variantes as alterações introduzidas por Murilo Mendes quer no primitivo texto datilografado, quer nas cópias datilografadas que desse texto fez. Os quatro textos evangélicos aqui publicados são os da edição italiana, pois, em cada um deles, Luciana Stegagno Picchio esclarece: “As variantes que aqui se transcrevem já foram publicadas em PB”, ou então: “As variantes referem-se às correções autografadas em FNC (FCA, FJI) e já aparecem em NC (C,A, JI)” (p. 1689, 90, 91).

As alterações e correções introduzidas pelo poeta estão minuciosamente confrontadas e explicitadas por Luciana Stegagno Picchio nos comentários às *variantes*.

¹ *Ságora* é um italianismo; significa “harmonia de linhas”.

PROSA

6 – Luciana Stegagno Picchio reservou para este apartado todos os volumes publicados em vida pelo autor mais os que deixou para organizar e editar em publicação póstuma. Por impossibilidade de ordem material, não incluiu os artigos aparecidos no Brasil, antes de sua partida para a Europa. No entanto, há deles relação completa na Bibliografia. Falta também a epistolografia, de que temos pequena coleção na Fundação Casa de Rui Barbosa, do Rio de Janeiro. Luciana Stegagno Picchio diz-nos que “Murilo Mendes era bom correspondente e entre os que lhe escreviam contam-se alguns dos nomes da cultura européia e brasileira daqueles anos” (p. 1692). Compreende a sua obra em prosa: *O discípulo de Emaús*, *A idade do serrote*, *Poliedro*, *Carta cartográfica*, *Espaço Espanhol*, *Retratos-relâmpago* (1.ª e 2.ª séries), *A invenção do infinito*, *Janelas verdes* e *Conversa portátil*.

O Discípulo de Emaús (1945). O livro é dedicado à sua futura mulher, Maria da Saudade Cortesão. Publicado no Rio de Janeiro em 1945, 2.ª edição 1946. A 2.ª edição é reprodução da primeira; por isso o texto não apresenta variantes. “Murilo Mendes, embora muito ligado a esta obra, que representava o seu exórdio como autor (...), nunca pensou em reeditá-la” (p. 1962). *O discípulo de Emaús*, escrito quase sempre sob a forma de aforismos, é um dos seus trabalhos mais fortes, profundos e originais. Difícil explicar por que nunca pensou em reeditá-lo. Talvez porque temesse a incompreensão de alguns bens dotados, mas que não estivessem ainda preparados para recebê-lo. No entanto, o seu caráter afirmativo decorre da viva experiência de uma arraigada unidade entre o sentir e o pensar a verdade. Emite, por exemplo, justos juízos de valor sobre a obra e até a pessoa de Gil Vicente ou um Camões, cuja produção lírica faz ombrear com a genialidade dos *Lusíadas*. Para confirmar os assertos, algumas brevíssimas transcrições: “A estética é a filosofia do supérfluo”, “O anjo da guarda é proporcional”, “Na Igreja Católica, quando se quer alguma coisa nova, recorre-se ao antigo”. “O erro básico do comunismo consiste em ter relegado para um plano secundário os problemas fundamentais do espírito humano”, “O padre é como o burrico em que Jesus montou em Jerusalém; por mais medíocre que seja, carrega sempre o Evangelho”, etc.

A Idade do Serrote (1965-1966). Livro de memórias, escrito em Roma nos anos de 1965 e 1966. Em vida do autor só teve uma edição: Rio de Janeiro, Sabiá, 1968. Assinale-se contudo que foi muito bem recebido pela crítica. Por ser texto único, não apresentava variantes, “mesmo nos exemplares impressos pertencentes ao poeta, em que porém aparece a nota: ‘Para não enfeiar o livro corrigi somente alguns erros mais graves. Restam muitos outros erros, especialmente de acentuação, troca de letras, etc.’” (p. 1693). Foi o poeta conterrâneo, Belmiro Braga, revela, quem o iniciou muito cedo na leitura dos notáveis mestres

portugueses: “durante mil e uma tardes descobro Bocage, Antônio Nobre, Cesário Verde, Camilo, Fialho de Almeida, Eça de Queirós” (p. 910).

Poliedro (1965-1966). Só teve uma edição: Roma, 1965/66. O *Poliedro* tem quatro faces: Microzoo, Microlições de coisas, A palavra circular e O texto délfico. São textos em prosa, sob a forma de aforismos e reflexões, mas de cunho poético. Luciana Stegagno Picchio diz-nos tratar-se de “livro difícil e estranho, na sua estrutura de prosa-poesia, interessou no Brasil especialmente os adeptos da poesia experimental” (1964).

Não há variantes.

Carta Geográfica (1965-1967). Inédito até à presente edição. Do livro só existe um original datilografado por algum copista (Murilo Mendes não escrevia à máquina), com alterações do autor. O texto referente à Espanha e Portugal foram publicados à parte, respectivamente *Espaço Espanhol* e *Janelas Verdes*. Os textos marroquinos se encontram publicados nos “Grafitos”, de *Convergência*, e dos textos italianos, muitos se acham igualmente nos “Grafitos” da *Convergência*, outros, em italiano, em *Ipotesi*. *Carta geográfica* (são palavras de Luciana Stegagno Picchio) ficará como livro de recortes, de apontamentos, de sobras. “Não por isso menos interessante e menos indicativo da maneira de trabalhar do mineiro em Roma Murilo Mendes, nos últimos anos de sua permanência na Europa” (1964).

O texto que ora se publica é o datiloscrito, já acolhidas as alterações e correções do autor, excetuadas simples emendas de erros devidos ao trabalho mecanográfico. Portanto, são consideradas variantes as diferenças entre o texto datiloscrito e as modificações nele introduzidas por Murilo Mendes.

Espaço Espanhol (1966-1969). Trabalho inédito, do qual Murilo Mendes deixou três exemplares datilografados, em um dos quais escreveu “cópia 1: a melhor”. O texto que ora se publica é o do exemplar 1, colacionado com outros dois exemplares, para que fosse integralmente respeitada “a última vontade do autor” (p. 1698-1699). “Nos seus últimos anos de vida, lidando continuamente com pintores e artistas gráficos, envolvidos em experiências de poesia visual e concreta, Murilo Mendes era sempre mais sensível à forma, mesmo gráfica, em que os seus textos vinham sendo publicados” (p. 1699).

Pelas variantes vê-se que Murilo Mendes fez alterações no exemplar 1, que não mudaram nem a estrutura nem o conteúdo do texto.

Retratos-Relâmpago: 1.^a série (1965-1966); 2.^a série (1973-1974).

A 1.^a série tem a data de 1965/66, Roma, mas só foi editada em 1973 pelo Conselho Estadual de Cultura, de São Paulo. Foi a última obra publicada por Murilo Mendes. Obviamente não teve variantes, mas há uma correção de

erros de impressão feita por Murilo Mendes em um de seus exemplares. A 2.^a série permaneceu inédita e é aqui a primeira vez que se publica. Contudo 14 retratos foram incluídos na revista *Transistor* e outros apareceram em português ou tradução italiana em revistas portuguesas ou italianas. A organização dos textos do presente volume, declara Luciana Stegagno Picchio, não se pode considerar definitiva, porque sempre há de contar com a possível aparição de novos textos. Muitos dos textos se acham manuscritos e contêm inúmeras correções. “Não é possível enumerá-las todas e basear nelas, como seria passível, um estudo de ‘como trabalhava Murilo Mendes’” (1703).

A Invenção do Finito (1960-1970). Inédito. Já organizado em volume por Murilo Mendes. Alguns textos apareceram em catálogos, mais de uma vez em italiano. Dentre os 39 textos portugueses, há vários manuscritos. “Apresentam quase todos correções. Mas só um exame demorado e sobretudo a rigorosa colação com o livro italiano *in fieri* e as suas fontes poderão permitir a fixação das variantes” (p. 1704).

Janelas Verdes. Em 1989, teve *Janelas Verdes* publicação parcial em Lisboa, numa edição especial, com desenhos em tinta da China e duas serigrafias de Vieira da Silveira. Na edição de 1970 de *Convergência*, foram incluídos seis “murilogramas”, que, na presente edição, figuram somente na parte dedicada a *Convergência*. Há um exemplar datilografado que o poeta continuou trabalhando e corrigindo até seus últimos dias. “Mínimas as variantes, devendo a redação impressa da *Convergência* ser considerada a da última vontade do autor.” (p. 1705). Essas variantes dizem respeito unicamente aos poemas que não constam parte do volume. Creio ser este um dos livros da predileção de Murilo.

Conversa Portátil (1931-1974). Texto inédito. Compõe-se de duas partes: 1) *Texto sem rumo*, 2) *Mortos-vivos* e vem acompanhado de um *Apêndice*. Alguns textos, muito poucos, já tinham sido publicados: “A cartomante”, na *Revista Nova*, de São Paulo; *Natal 1961* apareceu em edição bilingüe (português/italiano) de Luciana Stegagno Picchio, *Plaquete* de 1961; *Vivo em Roma* (aqui incluído em “Murilo Mendes por Murilo Mendes”) saiu inicialmente em italiano, em 1963; uma seleção (seis textos) foi incluída na antologia de prosa *Transistor*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

Murilo Mendes pensava juntar em *Conversa portátil* os seus *Dispersos*. Por isso, diz Luciana Stegagno Picchio: “É só uma amostra. Está implícito que o levantamento continua e que outros poemas esquecidos ou ignorados até agora poderão aparecer no futuro”. Não há variantes.

Ao contrário, no *Apêndice* há textos que apresentam variantes. Trata-se de um fascículo datilografado em que Murilo Mendes fez correções à tinta.

É o que ocorre em “Wolfgang Amadeus Mozart” e “O Céu”, correções acolhidas no texto que aqui se publica, por corresponderem à última vontade do autor. Em “Saudade de Jaime Ovalle”, há correções no texto corrigido que aqui se publica.

Os textos em língua estrangeira: *Ipotesi*, italiano, e *Papiers*, francês, não serão aqui considerados.

Murilo Mendes. *Alguma Revisão. Poesia completa e prosa* é um livro denso, de 1782 páginas. Uma edição crítica, que obedeça aos cânones rigorosos, do ofício ecdótico, como ocorre no presente trabalho, é obra que demanda paciência, dedicação, amor da pesquisa, saber acumulado, experiência e valor filológico. Todos esses predicados se acham investidos, neste volume exemplar, obra de dezoito anos de aturada investigação, que exigiu vontade firme e superior conhecimento de causa. Natural, portanto, que, no penoso trabalho de revisão, sempre escapassem, aqui e ali, esquivas infidelidades, afinal de pouca ou nenhuma monta. Mau revisor que sou, às vezes topei com estes lapsos, que para aqui trago, embora certo de que já foram notados e anotados pela ilustre autora, tendo em vista particularmente próxima segunda edição, pois, ao que consta, a primeira já se acha praticamente esgotada. Eis, pois, algumas das ditas infidelidades:

p. 7 - Corrija-se “*Poemas 1295-1929*” para *Poemas “1925-1929”*.

p. 410 - Transfira-se o ponto de interrogação do princípio para fim do verso 13.

p. 459, v. 83, falta o acento agudo no *a* da sílaba final de *voltara*.

p. 578, v. 5, *celtíbero* por *celtibero* será espanholismo?

p. 834, n.º 200, corrija-se “coircustância” para “circunstância”.

p. 1206, l. 11 - *Nietche*. Grafia de Murilo Mendes por *Nietzsche*? Na p. 1210, no entanto lê-se a forma exata *Nietzsche*.

p. 1682, l. 5 - *creativo*, melhor *criativo*, segundo as normas ortográficas oficiais luso-brasileiras.

p. 1682, l. 28 - substituir *miscelânia* pela forma oficial *miscelânea*.

p. 1686, “Clara”, *in fine* - corrija-se *resurreição* para *ressurreição*, como aliás, está na p. 747.

p. 1690, l. 15 - *referem-se as*, sem acento grave no *a*, que já aparece corretamente na página seguinte.

p. 1690, l. 15 - *apareceu* por *apareceram*, como está um pouco abaixo, em “O Cristo Aclamado”, mas onde também falta o acento grave em *as*.

p. 1698, l. 36 - corrigir *homengam* para *homenagem*.

p. 1704, l. 33 - idem *primeirapar-te* para *primeira parte*.

p. 1704, l. 20 - idem *Ma* para *Mas*.

Também chamaram-me a atenção formas como *conceitual* (1679), *materiado* (1698), *prosástico* que não encontrei registradas no chamado *Aurélio* (1975). Tampouco o verbo *materiar*.

Para concluir.

Em primeiro lugar, acentuemos que o que ficou dito a respeito do livro da Prof.^a Stegagno Picchio não são louvaminhas e sim o resultado de reflexões decorrentes de uma análise tanto quanto possível objetiva de uma obra produzida por quem já ocupa no plano universitário europeu o lugar de honra que lhe é devido. Demais, uma pesquisa que demandou dezoito anos de paciente e esmerada investigação não poderia deixar de ter trazido os frutos que agora colhemos.

O trabalho filológico, quando aplicado à apuração de textos, não se limita a mero aparato da restituição do invólucro verbal da matéria escrita. Pois, na linguagem humana, tudo é significação e é o significado que assume o significante, realidade que o lingüista, e principalmente este, não pode nem deve desconhecer. Nesse engano não caiu a experiente organizadora do presente volume, como deixou bem claro em sua edição *A lição do texto* (Lisboa, Edições 70, 1979: 211): “o filólogo sabe hoje não ser ele um mero preparador de textos a serem entregues depois, prontos para a interpretação, a um pesquisador de grau superior, identificável com o crítico literário”. É que, de toda certeza, ao ir procurando estabelecer o texto, vai o filólogo sendo guiado pelo pensamento do escritor, que procura não trair.

E, no tocante ao método Filológico em Ecdótica, embora a polêmica se tenha travado particularmente quanto a textos medievais, não deixa de ser oportuno trazer para aqui estas afirmações de Luciana Stegagno Picchio:

O chamado método neolachmanniano submeteu à crítica o conceito de arquétipo, tomou em consideração eventuais limites à individualização do estema, enfrentou a fenomenologia da contaminação, abandonou a reconstrução lingüística dos textos, introduziu novas idéias como, por exemplo, a de “difração” de lição (Contini), ou a de edição estereoscópica (Segre). Com esta última proposta teoriza-se o conceito de texto crítico que é possível propor ao leitor numa edição crítica, como imagem virtual e não real: e isto com base na constatação de às vezes o conjunto da *varia lectio* sugerir com segurança a lição original, mas em muitos casos ela se limita a indicar uma aparência semântica através do confronto entre os sistemas estilísticos dos vários grupos de manuscritos. (op. Cit.: 224).

O método neolachmanniano, assim descrito pela Prof.^a Stegagno Picchio, parece que é o que vai predominando entre os oficiantes da Crítica Textual. É pelo menos o que nos informa Alberto Blecuca: “Neolachmannianas – o translachmannianas – son, en general, casi todas las introducciones teóricas que se han publicado durante estos anos” (*Manual de Crítica Textual*, Madrid, 1987: 10). E conclui (pág. seg.): “es el menos malo de los métodos conocidos”. O terreno há de ser, portanto, pisado com muita cautela; que é o que não falta na presente edição. Pois, como está na sua espécie de profissão de fé anteriormente citada: “A leitura filológica (...) tende por definição a reconstruir a mensagem segundo a intenção do emissor” (p. 233).

O Prof. Giuseppe Tavani, ao se ocupar com a edição de textos modernos, elencou dez modalidades que podem apresentar-se ao crítico quanto à situação textual da obra. Embora não tivéssemos podido encaixar rigorosamente o caso de Murilo Mendes num dos referidos itens, cremos que o que dele mais se aproxima é o de n.º 3: “testemunho único, impresso, mas disponível em exemplar do autor, com emendas manuscritas – autografadas, autorizadas ou garantidas pelo autor – que não chegaram a entrar em eventuais edições sucessivas, seja por descuido seja por impossibilidade material” (“Los textos del siglo XX” (1988: 58).

As poesias aqui reunidas tiveram normalmente duas edições em vida do autor: a 1.^a, obviamente, e uma segunda – espécie de *poesia até agora* – em 1959, pela José Olympio. Estão nesse caso: *O Visionário*, 1.^a edição, 1941; *Tempo e Etenidade*, 1935; *A poesia em pânico*, 1938; *As metamorfoses*, 1944; *Mundo Enigma*, 1945; *Os quatro elementos*, 1945; *Poesia Liberdade*, 1947; *Contemplação de Ouro Preto*, 1954; O livro de estréia foi *Poemas*, 1930. *Bumba-meu-poeta*, espécie de auto nordestino, foi publicado im *Revista Nova*, São Paulo, 1931. *Poemas* e *Bumba-meu-poeta* foram reunidos postumamente (1988) por Luciana Stegagno Picchio num só volume.

História do Brasil, sátira política, em vida do poeta, só teve uma edição (1932); não foi incluída na edição de 59. Só veio a ter 2.^a edição em 1991, aos cuidados de Luciana Stegagno Picchio.

Só tiveram uma edição em vida do poeta: *Sonetos brancos*, 1959; *Parábola*, 1959, edição bilingüe ítalo-portuguesa, publicada na Itália; *Tempo Espanhol*, 1959, publicado em Lisboa; *Convergência*, 1970, publicado em São Paulo; *O sinal de Deus*, poemas em prosa, edição do autor, logo retirada do comércio.

Inéditos, e, portanto, no presente volume pela primeira vez publicados, são os seguintes: *O infinito íntimo*, texto datilografado com correções do autor; *Quatro textos evangélicos*, constante de: “O paralítico de Betsaida”, texto

datilografado com correções do autor, “As núpcias de Caná”, texto datilografado, “O Cristo aclamado”, texto datilografado, “Judas Iscariotes”, texto datilografado. Mas há outros poemas inéditos, pertencentes a livros já publicados, que Luciana Stegagno Picchio inclui em “Notas e Variantes”; *Carta Geográfica, Espaço Espanhol, Retratos-Relâmpago*, 2.ª série, *A invenção do finito, Janelas verdes, Conversa portátil, Ipotesi e Papiers* são inéditos em língua estrangeira e, portanto, não dizem respeito à Filologia Portuguesa.

A parte publicada consta de: *O discípulo de Emaús*, 1.ª edição 1945, 2.ª 1946, ambas de Agir, a qual repete a primeira; *A idade do serrote*, livro de memórias, Rio, Sabiá, 1968; *Poliedro*, Rio, J. O., 1972; *Retratos-Relâmpago*, última obra de Murilo Mendes publicada em vida, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1973.

Os textos que serviram de base à presente edição foram os seguintes: *Poemas*, edição de 1988, Nova Fronteira, organizada por Luciana Stegagno Picchio; *Bumba-meu-poeta*, idem; *História do Brasil*, é o da edição de 1991, Nova Fronteira, organizada por Luciana Stegagno Picchio; *O visionário*, o texto base deve ser o da edição de 1941, republicada em 1984 por Luciana Stegagno Picchio, com as correções de Murilo Mendes em exemplar dessa mesma edição; *Tempo e Eternidade*, texto da edição de 1959, com as correções de Murilo Mendes em exemplares de 1935 e 1959; *Os quatro elementos*, o texto base deve ser o da edição de 1959, que já inclui as correções de Murilo Mendes em seu exemplar da 1.ª edição de 1945, *A poesia em pânico*, o texto base deve ser o da edição de 1959, com as correções de Murilo Mendes em um de seus exemplares, *As metamorfoses*, texto-base edição de 1959, com as correções de Murilo Mendes em exemplares das edições de 1944 e 1959, *Mundo Enigma*, edição de 1959, as correções de Murilo Mendes num de seus exemplares dessa mesma edição, *Poesia Liberdade*, com as correções do autor em exemplar da edição de 1947 pertencente a um cunhado, em exemplar também de 1947 pertencente à mulher e em seu exemplar de 1959; *Sonetos brancos*, edição de 1959 com as correções do autor em exemplar de sua propriedade, *Contemplação de Ouro Preto*, edição de 1959 com as correções do autor em exemplar dessa edição, *Parábola*, edição de 1959, com correções do autor em seu exemplar, *Siciliana*, edição de 1959 com escassas correções do poeta em seu exemplar, *Tempo espanhol*, edição de 1959 do Círculo da Poesia, de Lisboa; *Convergência*, edição de 1970, São Paulo, Duas Cidades, com as correções de Murilo Mendes em seu exemplar; *O sinal de Deus*, edição do autor, de 1936, acolhidas as variantes de seu exemplar. Os inéditos constam de textos datilografados de um Fundo de Murilo Mendes, geralmente com anotações e correções do autor. O acesso a esses textos se deu graças à solidariedade amiga de D. Maria da Saudade Cortesão Mendes, viúva do Poeta. Ou nas palavras de Luciana Stegagno Picchio:

Quando, em 1975, Murilo morreu e ficou decidido que seria eu a me ocupar dos papéis por ele deixados, Saudade continuou sendo uma amiga e uma irmã, encorajando-me no meu trabalho, recebendo-me em sua nova casa em Lisboa, entregando-me para consulta os exemplares em que Murilo, até a última hora, tinha introduzido variantes para a edição definitiva de sua obra, corrigindo os meus textos maculados de italianismos, e ultimamente selecionando a documentação fotográfica que enriquece esta edição. (p. 79)

Concluída a primeira fase da *recensio*, ou seja, a da recolta das *fontes criticae*, para falar com Blecua, procedeu naturalmente a Prof. Stegagno Picchio à segunda fase, a da colação dos textos, em busca de possíveis ou mesmo prováveis *lectiones varias*.

Neste particular, reconhecamos, o material disponível não era muito rico: as primeiras edições, as edições posteriores, raras – muito importantes devido ao rigor ecdótico da mestra italiana –, a edição básica de 1959, as correções manuscritas do autor em exemplares seus. Em relação a este último ponto, Luciana Stegagno Picchio, que manteve com o Poeta longa convivência, o descreve como “variantista e perfeccionista” (p. 1605), dotado de “ânsia variantista” (p. 1631), razão por que corrigia sempre “até o último momento os seus exemplares dos volumes já publicados” (p. 26). Claro que Luciana Stegagno Picchio acolheu integralmente essas correções, uma vez que teve sempre em mira fixar a intenção final do autor. Estas palavras traduzem muito bem o sentido de fidelidade e transparência contido em seu método filológico:

O grande público, que de um livro de poesia só quer o que lá está, naquele momento, e não o que lá esteve e agora já não aparece, que quer sincronia e não a diacrônica histórica do texto, não vai ter que enfrentar todo um aparato em rodapé. Mas quem quiser verificar como o poeta Murilo Mendes chegou àquela forma, por quais hesitações e arrependimentos alcançou a estrutura (o que não quer dizer que a última forma seja, ou pareça ser, sempre a melhor: mas é essa que acolhemos no texto), terá aqui todos os elementos para o seu estudo. Variantes formais, gráficas, geracionais: um ótimo cotejo para a história da língua. Mas também, será lícito dizê-lo?, variantes ideológicas: como quando os anjos e os peixes azuis da primeira versão se tornam todos igualmente *vermelhos*. E também variantes até agora desconhecidas do público brasileiro, que só possuía o texto “definitivo” das *Poesias* de 1959 e o dos únicos dois volumes republicados na série “poesia brasileira” da Nova Fronteira: *Poemas* e *Bumba-meu-poeta*, 1988, e *História do Brasil*, 1991. (p. 26)

Transcrição sem dúvida um pouco longa, mas necessária, porque exprime com clareza a orientação crítica que presidiu à elaboração do presente trabalho, a única pela qual poderá ser julgado.

Na técnica lachmanniana, como sabemos, o objetivo é a eliminação das variantes testemunhadas, para se achar a *varia lectio optima* – se assim é lícito dizer –, que será incorporada ao texto ideal, ou arquétipo. Mas, já o observara no passo acima Stegagno Picchio, a última forma nem sempre é a melhor. Vale dizer, uma coisa é a intenção do autor, outra o valor literário, estilístico, cultural da forma.

Trago a esse propósito um exemplo colhido no belo ensaio, infelizmente um tanto esquecido, do Prof. Jesus Belo Galvão, intitulado *Língua e Expressão Artística* (Civilização Brasileira, 1967). Trata-se de um trecho do romance *O quinze*, da escritora cearense Rachel de Queirós, que passamos a transcrever:

E a moça lembrou-se de uma vez, em casa do major, no dia em que inauguraram o gramofone, e as meninas, e Conceição, que também estava lá, puseram-se a dançar. (p. 81)

Comentário do Prof. Belo Galvão:

Se tivermos presente que em “moça” e “Conceição” há uma única pessoa, percebemos a desnecessidade *lógica* de usar o nome próprio, bastando revivar “moça” por um pronome pessoal.

A seguir faz o Prof. Belo Galvão algumas considerações de ordem estilística e assim termina:

Infelizmente, Rachel alterou a redação [refere-se aqui o Prof. ao texto da edição posterior, a 4.ª] dando-lhe caráter mais lógico e gramatical. Infelizmente, porque, como nos parece demonstrado, a construção lógico-gramatical imobiliza a fluência específica do estilo. (p. 83)

Eis como ficou o texto “corrigido”:

E [a] moça lembrou-se de certa vez, em que a casa do major, no dia em que se inaugurou o gramofone, e as meninas, e ela própria, que também estava lá, puseram-se a dançar. (p. 83)

Perdeu, sem dúvida, o texto em força expressiva. O sujeito temático de toda a frase era a moça Conceição e a sua substituição anafórica por “ela própria” sombreou a identidade.

Agora o mais grave. Na nota 4 da página 84. Belo Galvão informa-nos: Rachel não foi quem alterou, em consequência a meus comentários, a redação primitiva. Nem autorizou ninguém a fazê-lo. À sua revelia, portanto, as alterações, mas da responsabilidade dos revisores da José Olympio Editora – disse-me ela.”

A última vontade do autor...

A variante não pode, por conseguinte, ser vista simplesmente como acidente num percurso mecânico em busca do texto ideal. Ela tem a sua “personalidade”, a sua história, a sua posição determinada na gênese de uma obra. Não admira, assim, que um autor da envergadura de Bernard Cerquiglini tivesse escrito um síntese de pouco mais de 120 páginas expressivamente intitulada *Eloge de la variante*, com o subtítulo *Histoire critique de la philologie* (1989).

Luciana Stegagno Picchio ama as variantes. Ela as arrecada, as ordena, as põe em confronto, deixa-as falar. Com paciência, cuidado, segurança. Oferece assim à curiosidade científica do pesquisador os elementos selecionados para que possa investigar as qualidades literárias, ideológicas ou idiossincráticas do texto. Deu-nos disso alguns exemplos. Aos quais não custa juntar alguns. Tomemos, ao acaso, um dos livros do poeta. E seja *Poesia Liberdade*. Alinharemos diversas substituições. Tomemos o livro Primeiro “Ofício Humano” e a sua composição inicial “Poema Presente”. No texto anterior à edição 59, o título é “Poema Presente e Futuro”(o confronto é entre o texto de 59 com formas anteriores, que foram substituídas ou modificadas): *formas* passa a *nuvens*, *paciência* muda para *sopro*. “Poema Estático”(o título anterior era somente “Poema”): *na terra* passa *na música*; *o peso* para *o sexo*; *eterno* para *fértil*; *doce morte* para *funda morte*. “A Manhã”: *sabiás* substituem *bentivis*; *no ar* em vez de *no caos*; *espantam* melhor que *sacodem*. “A noite e suas operações”: *distante* por *enorme*; *absolve* por *envolve*; *o essencial* por *o inenarrável*. “Ofício humano”: *róseas* por *azuis*. “Memória”: *nevoentas* por *cheirosas*; *címbalos* por *sanfonas*; *coros e pianos* por *flautas e pianos*. Como disse, pequenos exemplos. Mas, se avaliarmos que o cotejo se estende por todo o conjunto da produção do poeta, poderemos bem avaliar a poderosa contribuição de Luciana Stegagno Picchio para o consciencioso estudo da obra muriliana.

Gostaríamos, portanto, que este magnífico volume ficasse como exemplo e modelo para os nossos jovens pesquisadores atraídos pela Crítica Textual. Tivemos, em 1958, sob a Presidência da República do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, criada a Comissão Machado de Assis, da qual faziam parte os professores Antônio Houaiss, Antônio José Chediak, Celso Ferreira da Cunha e José Galante de Sousa, que iriam constituir a subcomissão encarregada da publicação das obras do criador de Capitu. A subcomissão logrou publicar pelo MEC três dos mais importantes romances da seara machadiana, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro* e *Quincas Borba*, cujos preparadores foram respectivamente Antônio Houaiss, Celso Cunha e Antônio José Chediak. As bases ecdóticas adotadas no primeiro livro, deduzidos os pontos propriamente referentes aos textos em preparo, tornaram-se o paradigma para futuras edições de textos modernos brasileiros. Foi um marco decisivo no progresso

da constituição de nossa Crítica Textual, que, não esqueçamos, teve no eminente Sousa da Silveira o seu mestre de vanguarda. A esse trabalho pioneiro vem juntar-se agora esta fundamental edição “de intenção crítica” da grande lusófila que é a mestra de La Sapienza, de Roma, Luciana Stegagno Picchio. São dois marcos em nossa ainda infelizmente escassa trilha de edições críticas. Mas que serão por certo estímulos geradores de novos estudos e pesquisas que as Universidades brasileiras poderão e deverão trazer ao enriquecimento do nosso patrimônio cultural.

(Rio de Janeiro, 30/08/1994)

RESENHAS CRÍTICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.^a ed. revista e ampliada. Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 1999, 672 páginas.

Para se comprovar o valor que representa a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, talvez seja suficiente observar que o grande hiato de tempo decorrido entre a 36.^a edição e a que está sendo lançada neste ano não conseguiu apagá-la da memória dos professores e de todos aqueles que por ela estudaram.

Isto se deve em grande parte ao fato de que as análises apresentadas por Evanildo Bechara sempre se caracterizaram, desde a primeira edição de sua obra, pela clareza na exposição e consistência doutrinária, defendendo o que há de melhor em nossa tradição gramatical, desde as posições ainda hoje irrefutáveis de Said Ali ou de Epifânio da Silva Dias, entre outros, até as pouco divulgadas intuições de alguns estudiosos como Martinz de Aguiar.

Cumprе ressaltar que, mesmo com as limitações quase impostas pela NGB, Evanildo Bechara sempre se mostrou ousado em assinalar e interpretar fenômenos não enquadrados na terminologia gramatical vigente em nosso país.

Na realidade, sobretudo com os avanços da lingüística moderna, hoje já é possível avaliar claramente os efeitos da proposta da NGB. Se, de um lado, ela trouxe a discutível vantagem da simplificação e da uniformização, de outro cerceou de algum modo a liberdade dos professores e elaboradores de compêndios e manuais didáticos para o ensino-aprendizagem da língua.

Não se nega a necessidade de um corpo mínimo de diretrizes ou sugestões que devem ser adotadas, principalmente nas situações em que haja risco de prejuízos ou dificuldades para os alunos, a exemplo dos concursos públicos, dos exames vestibulares ou das transferências escolares. O que se condena é a falta de abertura ou de flexibilidade para atualizar o que não foi previsto e redefinir o que foi estabelecido erroneamente.

Diante disso, a postura de Evanildo Bechara se revela bastante inovadora e até ousada. Enquanto a maioria dos gramáticos prefere omitir os fatos não agasalhados pela proposta da NGB, conferindo a esta quase um caráter de dogmatismo, ele percebe que a elaboração de uma gramática não pode prescindir das contribuições da lingüística. Ou melhor: deixa claro que não tem sentido algum a suposta oposição entre gramáticos e lingüistas e que, por con-

seguinte, do gramático atual não se pode deixar de exigir uma sólida fundamentação científica.

Sendo assim, como a lingüística constitui uma ciência, por isso mesmo evoluindo em função de hipóteses e teorias, ao gramático compete escolher o arcabouço teórico-metodológico que, segundo os seus estudos e enfoque adotado, melhores subsídios forneça para a descrição gramatical que pretende desenvolver.

Coerente com esse princípio, Evanildo Bechara enriquece a nova edição de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, seguindo em muitos pontos as interpretações coserianas e jakobsonianas (veja-se, por exemplo, a descrição do sistema de conjugação verbal), sem todavia distanciar-se do pensamento daqueles que melhores soluções apontaram para os fatos da língua portuguesa, sejam lingüistas reconhecidos como Câmara Jr. e Herculano de Carvalho, sejam gramáticos tradicionalistas como Saïd Ali e Maximino Maciel.

Dessa forma, Evanildo Bechara a nosso juízo adotou uma atitude conciliadora, acatando em princípio o modelo tradicional de descrição gramatical, mas em todos os níveis buscando redimensioná-lo à luz das orientações da lingüística moderna. Por isso, a obra que produziu se distingue das demais congêneres pelo menos em dois aspectos: no acúmulo de terminologias não previstas na NGB e na apresentação de soluções ou novas hipóteses para a explicação de fatos em geral analisados de maneira insatisfatória ou até mesmo incoerente.

Com respeito à questão nomenclatural, fica-nos clara a convicção de que hoje é praticamente inviável discutir problemas de linguagem com um aparato terminológico tão restrito quanto o sugerido pela NGB. Em razão disso, Evanildo Bechara não só emprega termos cunhados ou difundidos pelos lingüistas (o *sintagma* e o *signo* de Saussure, o *entorno* de Coseriu, a *lexia* e o *arquilexema* de Pottier etc. etc.), mas também resgata os que, embora necessários, foram banidos pela NGB (o *anexo predicativo* de Saïd Ali, o *complemento relativo*, o *modo condicional* etc. etc.).

Com relação às novas hipóteses para a interpretação dos fatos da língua portuguesa, são duas as atitudes tomadas pelo autor: ou ele acata a descrição tradicional, mas sugere soluções alternativas, ou critica o que considera falacioso e propõe para o caso uma análise mais coerente.

Das hipóteses que defende, algumas nem tanto inovadoras mas ainda pouco difundidas entre nós, queremos destacar as que, se seguidas por outros gramáticos, podem ter uma grande repercussão no ensino da língua.

Vejamos, inicialmente, alguns pontos de sua descrição morfológica.

Ao tratar do mecanismo da flexão nominal, afirma que em português só existe flexão de gênero e número. Reproduz então a opinião de Câmara Jr., já aceita por vários estudiosos, segundo a qual o grau, como não é marcado por desinência, se realiza mediante expedientes de natureza sintática (quando não se altera a forma do substantivo, do adjetivo ou do advérbio) ou se enquadra no processo derivacional (quando ocorre a presença de um sufixo intensificador).

Trata-se de uma posição contra a qual não pode haver argumentos, mas cuja plena aceitação tem enfrentado o peso da tradição. Tanto se associou grau a gênero e número que, apesar da consciência de que o processo flexional se opera por meio da adunção de desinências, quando se fala em grau, ainda se corre o risco de alguma contradição. Esse peso do hábito ou da tradição justifica, por exemplo, a afirmação do autor de que “entre as desinências está a marca da gradação” (p. 142) ou de que o processo analítico de formação de aumentativos e diminutivos se inclui na derivação (p. 140). No mesmo sentido, adverte que o advérbio não tem flexão, mas há alguns que admitem grau (p. 289).

Ainda na parte da flexão nominal, traz uma observação que não deixa de ser polêmica, ao entender, com Herculano de Carvalho, que inexistente o processo flexional na distinção entre os gêneros dos substantivos. A rigor, em *lobo – loba*, tem-se uma derivação, desde que as formas do masculino e do feminino expressam significações inerentes diversas.

O grande problema para a aceitação dessa proposta reside no fato de que, morficamente, o adjetivo tem sob esse aspecto o mesmo comportamento do substantivo. Como se pode entender que ambos são nomes, apenas diversificados quanto à função, afirmar que ocorre flexão quando se trata de adjetivo e derivação quando o nome é substantivo, termina descaracterizando a flexão e a derivação como processos morfológicos.

Inovações menos polêmicas e bem oportunas nos parecem as que sugere na distribuição das classes gramaticais. Assim, critica as gramáticas tradicionais que incluem o artigo definido e o indefinido na mesma classe quando, na realidade, diferem pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais (p. 153). Critica também a análise do clítico *o*, que aparece antes de *que* ou *de*, como demonstrativos equivalentes a *isso*. Com efeito, pelos argumentos que oferece, não há dúvidas de que, em estruturas do tipo “não sei *o* que sentes” ou “os homens de talento e *os* de pouco valor”, o que se tem é o artigo definido e não um pronome demonstrativo.

Por outro lado, discorda da tradição gramatical quanto à inclusão dos ordinais, multiplicativos e fracionários na classe dos numerais. Aliás, se é óbvio que não deveriam fazer parte dos numerais, já que são por natureza adjetivos ou substantivos, a nosso ver o simples fato de expressarem a idéia de número

não é também motivo suficiente que justifique uma classe específica para os cardinais. A ser assim, as classes gramaticais teriam que proliferar indefinidamente, para abrigar diferentes ordens de idéias e não apenas privilegiar a de número...

Outro avanço considerável, incorporado na nova edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, diz respeito ao quadro das categorias verbais, que foi ampliado e revisto segundo as reflexões de Jakobson e Coseriu. Há alguns pontos em que Evanildo Bechara parece resgatar noções já defendidas antes da NGB como, por exemplo, a distribuição dos modos verbais. Retoma a idéia do condicional para o futuro do pretérito (p. 222), que assim não poderia fazer parte do indicativo. Distingue ainda o optativo do subjuntivo e, com isso, a língua portuguesa teria, em vez de três, cinco modos verbais.

Ao estudar o advérbio, toca na questão da *antitaxe*, que se define como a retomada ou substituição de uma unidade de um nível gramatical, já presente ou virtual no discurso. É de fato um assunto que, apesar de muito discutido atualmente, não tem sido analisado adequadamente pelas gramáticas em geral, que continuam a colocar no mesmo plano itens bastante distanciados semanticamente, como o *não* modificador de um verbo (“Ele não fez o trabalho”.) e o *não* substituto de uma oração (“Ele fez o trabalho? – Não”.) A interpretação de Evanildo Bechara neste ponto, se não representa uma inovação, vale pela iniciativa de enfrentar um problema, cuja solução implica uma revisão profunda na teoria das partes do discurso.

E é com esse mesmo espírito de rever questões descritas de modo inconsistente que, na parte dedicada à sintaxe, ele demonstra uma série de conceitos e classificações, evidenciando o que há de falso e propondo análises às vezes até bem mais simples. Como são muitos os pontos em que isso se verifica, vamos selecionar, a título de exemplificação, apenas duas situações em que o autor diverge da tradição gramatical.

Uma delas consiste na identificação dos elementos que servem de elos entre unidades oracionais. Evanildo Bechara, em vez de considerar a existência de conectivos, distingue os *conectores* (quando se trata de parataxe ou coordenação, ocasionando o chamado *grupo oracional*) dos *transpositores* (quando ocorre hipotaxe ou subordinação, havendo então a oração complexa).

Todavia, não é só uma distinção terminológica. Os processos de coordenação e de subordinação são explicitados de forma meticulosa e, com isso, o esquema das conjunções é inteiramente revisto. Deixam de ser consideradas como coordenativas as explicativas e as conclusivas. E mais: a lista das adversativas se resume a três conectores: *mas*, *porém* e *senão*. São excluídos, pois, desse rol vocábulos como *entretanto*, *todavia*, contudo etc. que, na realidade,

outra coisa não são que puros advérbios. Novamente o autor, seguindo a doutrina de Epifânio da Silva Dias e Maximino Maciel, demonstra que alguns dos lamentáveis equívocos atuais se devem apenas ao esquecimento ou ignorância do que antes já tinha sido muito bem resolvido.

Para concluir, vamos mencionar um outro ponto polêmico em que o autor se distancia da tradição gramatical brasileira. Trata-se da distinção entre os tipos de predicado (verbal, nominal e verbo-nominal), feita em função do pressuposto de que existem, a par de verbos nocionais, os chamados verbos puramente relacionais ou copulativos. Evanildo Bechara qualifica de errônea e desnecessária tal distinção, entendendo que em todos os casos o núcleo da oração é sempre o verbo. Os argumentos que aduz para fundamentar essa hipótese exigem pelo menos que o assunto seja reavaliado em seus devidos termos.

Em suma, a revisão ampla que o autor fez de sua obra deve inaugurar uma nova fase na história das idéias gramaticais. Trata-se a rigor de um novo livro, mais voltado para o aspecto descritivo, embora sem anular de todo a preocupação normativa ou prescritiva. Um livro em muitos pontos inovador e polêmico mas, por isso mesmo, necessário para a evolução dos estudos lingüísticos no Brasil.

José Lemos Monteiro

NOTICIÁRIO

COLABORAÇÃO DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
ÀS BIBLIOTECAS DO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Para informação dos leitores da revista *Confluência*, transcreve-se a seguir a parte do Relatório da Diretoria do Liceu Literário Português, relativo ao ano de 1998, em que se expõe a situação atual da Biblioteca Geral da instituição e o plano de reorganização da mesma, levado avante com a colaboração do Instituto de Língua Portuguesa:

“No que diz respeito à Biblioteca-Geral do Liceu Literário Português, continuam a ser executados, com razoável presteza, os trabalhos de reorganização do acervo bibliográfico conservado na sala 2 do 2.º andar, o que se faz com o propósito de o mais depressa possível reabrir as possibilidades de consulta a leitores credenciados segundo critério que venha a ser estabelecido pela Diretoria do Liceu. O plano das atividades, organizado e desenvolvido pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, integrante da Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa, e supervisionado pela Diretora Bibliotecária da instituição, Prof.^a Maria Lêda de Moraes Chini, contou em 1998 para o seu efetivo andamento com as providências administrativas proporcionadas pela direção do Liceu, entre as quais a de manter duas colaboradoras para o desempenho das tarefas rotineiras do dia-a-dia.

Entre os trabalhos comuns indicados no Relatório anterior que tiveram prosseguimento no ano de 1998 figuram os seguintes:

- classificação por assuntos e por autores dos livros retirados das prateleiras, onde se encontravam reunidos sem nenhum critério seletivo;
- colocação dos livros reclassificados em nova posição nas estantes, para facilitar a localização dos mesmos;
- separação dos livros raros para serem conservados em lugar mais apropriado e seguro;
- separação dos exemplares danificados para serem submetidos a tratamento especial de limpeza e restauração;

- reunião de duplicatas de livros e revistas nas prateleiras mais altas, de mais difícil acesso;

- separação dos livros que possam ser doados a critério da Diretoria do Liceu, desocupando espaços preciosos para o melhor arranjo e o futuro enriquecimento do acervo bibliográfico (livros de Biologia, História Natural, Medicina, Veterinária, Agronomia, Direito, Administração, Economia, Matemática, Física, Química, etc. – exceto os livros raros de interesse próprio e os livros de Direito da coleção Evaristo);

- serviços de organização da biblioteca e dos fichários do Instituto de Língua Portuguesa.

Vários desses trabalhos deverão concluir-se no corrente ano de 1999, o que permitirá e muito facilitará o posterior trabalho da elaboração dos fichários ou listas bibliográficas, para o que será necessário recorrer ao auxílio do computador, através de cujos programas se poderá estabelecer inclusive, se assim for decidido pela Diretoria do Liceu, a interligação das bibliotecas do Liceu, do Real Gabinete Português de Leitura e outras, para maior proveito dos usuários.

Convém acrescentar que, além do prosseguimento do que já vinha sendo realizado em 1997, a urgência e necessidade de atender ao problema dos numerosos exemplares bibliográficos em péssimo estado de conservação determinou, embora em condições precárias, o início da primeira etapa do trabalho de restauração dos livros mais danificados, com capas e folhas soltas ou rasgadas, e extremamente sujos ou empoeirados. A este trabalho virá acrescer-se no corrente ano de 1999 o de cuidar da parte do acervo conservado na sala 1, à espera do mesmo tratamento que o Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, com a ajuda das suas duas colaboradoras, já teve oportunidade de dar aos acervos reunidos na sala 1 e na sala 8 (biblioteca do Instituto de Língua Portuguesa).

Levando em conta os entendimentos que têm sido mantidos, a Biblioteca-Geral do Liceu deverá ter em princípio os seguintes setores, a serem definidos oportunamente com maior rigor pela mesma Diretoria: Seção de Letras (línguas e literaturas, especialmente as de expressão portuguesa) / Seção de História (especialmente História de Portugal e do Brasil) / Seção de Arte Popular e Folclore / Seção de Biblioteconomia / Seção de Assuntos Afins / Seção de Documentos e Livros Raros / Seção de Duplicatas.

Com essas medidas, está portanto a Biblioteca-Geral sendo preparada para atender ao interesse dos Institutos que compõem o Liceu, dois deles em atividade (Instituto de Língua Portuguesa e Instituto Luso-Brasileiro de História) e outro atualmente desativado (Instituto de Folclore). Graças ao que já foi feito, livros e revistas que estavam dispersos por muitas estantes, não devidamente catalogados, estão em grande parte reunidos por assuntos e por autores,

com óbvias vantagens para a sua localização e o controle do acervo. Basta lembrar, a título de exemplos, que reaberta a Biblioteca ficarão ao alcance dos funcionários e dos usuários coleções como os de livros de História de Portugal (separados por épocas), de Literatura Portuguesa (separados por épocas e por autores), e assim por diante.”

Maximiano de Carvalho e Silva

*

DOUTORAMENTO NA USP

A professora Nilda Cabral, da Universidade Federal Fluminense, concluiu no dia 28 de janeiro o seu doutoramento no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, com a defesa da tese a que deu o título *Edição Crítica de Textos Científicos: Proposta de Edição Crítica de “Princípios de Lingüística Geral”, de Matoso Câmara Jr.*, obtendo como resultado final a aprovação com distinção e louvor. Da banca examinadora, sob a presidência da orientadora da candidata, professora Elza Miné da Rocha e Silva, da Universidade de São Paulo, participaram especialistas de várias áreas dos estudos lingüísticos e filológicos: os professores Benilde Justo Lacorte Caniato (Língua Portuguesa), Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Lingüística), Marlene Gomes Mendes e Diléa Zanotto Manfio (Crítica Textual e Crítica Genética).

Ao elaborar o seu trabalho, com o propósito de contribuir para a fixação do alcance dos procedimentos ecdóticos aplicados a textos modernos e contemporâneos, partiu a autora do pressuposto de que a aplicação da Crítica Textual a textos ditos não-figurativos ou não-literários comprova o papel interdisciplinar da ciência filológica entre demais ciências da linguagem, das quais se vale para a consecução de seu objetivo final - a preparação de edições críticas - a elas oferecendo por seu lado, com as edições críticas e comentadas, produto derradeiro do labor filológico, uma nova e instigante fonte para investigações particulares e específicas de grande interesse. A tese de Nilda Cabral pretende, assim, confirmar e comprovar os benefícios da Crítica Textual e sua indispensável contribuição ao conhecimento da trajetória editorial e cultural não só de obras literárias, mas também de obras de alta divulgação científica, ao fornecer elementos seguros para um exame minucioso da evolução do pensamento dos autores e da contribuição dos mesmos ao progresso das ciências a que se dedicaram. No que diz respeito a *Princípios de Lingüística Geral*, comprova a tese com o estudo comparativo de textos de vários capítulos e os seus comentários filológicos a pertinência e relevância da preparação da edição crítica do livro

como forma de propiciar o conhecimento mais apurado da evolução do pensamento lingüístico de Matoso Câmara e a reconstituição dos passos de sua busca teórica, captadas através do exame das muitas modificações textuais nitidamente apreensíveis mediante a aplicação dos rigorosos procedimentos da Crítica Textual. Comprova ainda que acompanhar a trajetória editorial de *Princípios* favorece a compreensão do papel privilegiado que o autor e sua obra ocupam na bibliografia de língua portuguesa das ciências da linguagem, e também favorece o conhecimento mais exato das condições concretas da divulgação acadêmica das lições pioneiras do grande lingüista e a avaliação da renovação por ele promovida nos estudos e no ensino da nossa gramática.

Na apresentação da tese, registra a autora a gênese do plano de elaboração de uma edição crítica de *Princípios de Lingüística Geral*, de Matoso Câmara, como trabalho de pesquisa no âmbito da disciplina de Filologia / Crítica Textual, incluída em 1976 por iniciativa do professor Maximiano de Carvalho e Silva como matéria básica para as licenciaturas em Letras na Universidade Federal Fluminense. Pertencendo ao quadro de docentes da Universidade, na qualidade de professora concursada em Crítica Textual, a autora da tese foi chamada juntamente com a professora Neusa de Deus Lima Brito a colaborar na realização do primeiro projeto de edição crítica dos *Princípios de Lingüística Geral* idealizado por Maximiano de Carvalho e Silva, e participou das tarefas preliminares de recensão da tradição impressa e dos confrontos preliminares das edições, tendo em vista a definição de procedimentos gerais de pesquisa. Esse projeto, todavia, foi interrompido ainda na fase incipiente da colação dos textos. Já no curso de doutorado da USP, Nilda Cabral, na fase da escolha do assunto da sua tese, obteve a autorização do professor Maximiano para retomar o plano primitivo, a que deu nova forma, bastante ampliada e modificada, como se vê no alentado volume dessa tese com que se credenciou à obtenção do título de Doutor na área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo.

M.C.S.

*

REYNALDO VALINHO ALVAREZ AGRACIADO COM O
PRÊMIO LITERÁRIO CAMAIORE DE POESIA

O Sol nas Entranhas – em italiano *Il Solle nelle Viscere*, 1988, Campanotto Editora – de Reynaldo Valinho Alvarez acaba de receber o Prêmio Especial Internacional da XIII Edição do Prêmio Literário Camaioire de Poesia, promovido pela Prefeitura de Camaioire, Toscana, Itália, que lhe será entregue em 11 de setembro próximo.

O Júri era constituído pelas mais altas expressões da poesia italiana da atualidade, a saber: Francesco Belluomini (Presidente), Alberto Capi, Marcello Ciccutto, Elio Pecora, Paolo Ruffilli, Ciro Vittielo, Valentino Zeichen.

Gaetano Longo, a quem coube o privilégio da introdução da edição italiana, além de referir-se às premiações do nosso Poeta, “I libri dell’autore carioca vengono più volte premiati nei più importanti concorsi nazionali”, assinalou com rara acuidade e percepção a trajetória de Reynaldo: “Vero poeta, di chiara tendenza sociale, Valinho non cade mai nell’ovvio. La sua è una poesia oggettiva, limpida, è l’occhio di una cinepresa che registra i cambiamenti sociali con nostalgia e, attraverso la denuncia, con passione e forza. – Anche in questo *Il Solle nelle Viscere* troviamo gli elementi predominanti della poesia valinhana. La malinconia e i ricordi dell’infanzia in una Rio de Janeiro più a misura d’oumo, si alternano, attraverso un ritmo poetico serrato, alla denuncia e al dolore per questa città ormai malata...”.

A mais recente obra publicada de Reynaldo Alvarez é *Galope no Tempo*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997, que mereceu o Prêmio Jabuti 1998 de Poesia; enquanto a ainda inédita *Janeiros como rios* foi galardoada com o Prêmio Cruz e Sousa, 1997.

Seu texto já foi traduzido em sueco, macedônio, espanhol, francês, e nesta última língua virá a lume brevemente, em Quebec, *Le temps et la pierre*.

Estamos felizes por contar entre nós um poeta, um amigo, um ser da mais alta relevância, de imensa sensibilidade e simplicidade, um Reynaldo Valinho Alvarez a quem abraçamos afetuosamente.

Antonio Basilio Rodrigues

*

ANTÔNIO HOUAISS (15.10.1915 – 7.3.1999)

É com muito pesar que registramos o falecimento de Antônio Houaiss, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, aos 7 de março último.

Com sua ausência, fica desfalcada a Cultura brasileira, da qual Houaiss é um dos seus mais lídimos representantes. A curiosidade intelectual do já saudoso amigo e colega se espraiava por vários domínios, mas a atuação para nós de maior relevo situa-se no campo da linguagem, em que se mostrou admirável na elaboração de dicionários, enciclopédias, vocabulários, e no seu exercício da bibliologia e da crítica textual. Com Celso Cunha, Antônio José Chediak e alguns mais integrou a Comissão Machado de Assis, a quem ficamos a dever edições críticas do nosso escritor maior.

Sabendo trabalhar em equipe – coisa rara entre nós –, deixou-nos praticamente pronto seu grande Dicionário, que será lançado no próximo ano, graças ao empenho de seus amigos e colaboradores do Instituto Antônio Houaiss.

Lutando tenazmente por suas idéias e ideais, Houaiss foi modelo de intelectual e de homem extremamente generoso.

Evanildo Bechara

*

CARLOS ALBERTO SHORT NUNES (16.5.1941 – 14.5.1999)

A Academia Brasileira de Filologia perdeu mais um de seus membros, no dia 14 de maio próximo passado: o acadêmico Carlos Alberto Short Nunes.

Nascido em 16 de maio de 1941, deixou-nos dois dias antes de completar 58 anos. Jovem nas idéias, no amor à Filologia, muito ainda poderia contribuir para a cultura em nossa pátria. Desde cedo demonstrou pendor para as Letras, cultivando, com dedicação, os textos clássicos dos mestres de nossa literatura. Sempre afável, alegre e de simpatia contagiante, era um amigo sincero que não media palavras para o elogio, bem como não poupava crítica quando necessário. Admirado pelos alunos, estimado por todos que com ele conviveram, reuniu em sua posse na Academia Brasileira de Filologia perto de trezentas pessoas, que lá foram dar-lhe o abraço de congratulação. Nesse ato, pôde-se constatar a admiração que lhe devotavam parentes e amigos, e o afeto que Short possuía pelo ser humano. Agradeceu quase um a um dos parentes e amigos, mencionando-lhes o nome com uma palavra de carinho.

Exerceu o magistério no ensino médio e no ensino superior, lecionando na Universidade Santa Úrsula, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Faculdade de Ciências e Letras São Judas Tadeu, na Faculdade de Ciências e Letras de Volta Redonda. Deixou inúmeros artigos publicados em revistas especializadas, em jornais de cultura, além de obra sobre língua e literatura. De atividade incessante, promoveu congressos e seminários na UERJ, sempre de alto nível filológico, merecendo o apoio e a participação de mestres como Evanildo Bechara, Sílvio Elia, Olmar Guterres da Silveira, Gladstone Chaves de Melo, além de outros.

Ardoroso defensor da Filologia, soube incutir nos alunos o amor ao idioma nacional, o trato com os textos, fonte primordial para o conhecimento da língua.

Deixa vaga a cadeira número 25, que tem por patrono Hemetério dos Santos.

Short fará faltas às Letras. Como homenagem, certamente, a ele se pode atribuir um epíteto elogioso que proferia Serafim da Silva Neto: foi um “peregrino da Filologia”.

Horácio Rolim de Freitas

*

OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA (19.6.1922 – 26.5.1999)

Perde a cultura lingüístico-filológica um eminente Mestre: Olmar Guterres da Silveira. Submetido a cirurgia, após queda e fratura da perna, por dois meses ficou hospitalizado, vindo a falecer no dia 26 de maio, deixando consternados amigos, colegas e mais de uma geração de ex-alunos.

Professor Emérito de Língua Portuguesa da UERJ, Professor Catedrático interino de Língua Latina do Colégio Pedro II, lecionou por mais de quatro décadas. Foi professor de Português e Latim de colégios oficiais, tendo sido Diretor do Colégio Estadual Bento Ribeiro e do Colégio Pedro II, seção do Engenho Novo. Lecionou, ainda, nos colégios Andrews, Paiva e Sousa e Rabelo. A probidade marcou sua trajetória no magistério. Deixou nos seus alunos, tanto no ensino médio como nos cursos universitários de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado), uma lição de vida e de amor ao semelhante. Possuía invejável cultura de filólogo e latinista. Granjeou o respeito e a admiração de colegas e alunos, que freqüentemente dele se socorriam para dirimir dúvidas em qualquer assunto complexo, no campo lingüístico-filológico. Sua contri-

buição ao estudo das línguas portuguesa e latina está reunida no livro *A Obra de Olmar Guterres da Silveira*, de Horácio Rolim de Freitas, Editora Metáfora, Rio, 1996, onde constam teses como “Orações subordinadas sem conectivo”, “Prefixos e não-prefixos portugueses”, inúmeros artigos em revistas especializadas, diversas conferências, traduções, crônicas, além de comentários filológicos de textos latinos, que constituem um acervo precioso para o conhecimento desses idiomas. Dentre suas obras destaca-se a *Gramática de Fernão de Oliveira*, de repercussão internacional. Foi membro fundador de entidades culturais como a Sociedade de Romanistas, a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, o Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, a Academia de Letras do Rio de Janeiro. Era membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia, onde ocupava a cadeira número 35, que tem como patrono Amadeu Amaral. Deixa a viúva Renée Amaral da Silveira, os filhos Vera Amaral da Silveira e Paulo César Amaral da Silveira, e netos.

Fica o magistério sem um dos mais completos filólogos de nosso país. Sua última participação cultural se deu no Colégio Pedro II, onde lecionou por mais de quarenta anos, ao recepcionar, no dia 19 de novembro de 1998, a acadêmica Prof.^a Dr.^a Eneida Monteiro Bonfim, em sua posse na Academia Brasileira de Filologia.

Ao inesquecível Mestre podemos atribuir os versos de Horácio:

“Non omnis moriar, multa que pars mei
viver semper in memoria omnium”

H.R.F.

*

ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA (9.3.1924 – 7.7.1999)

Quando mais esperávamos de sua inteligência, preparo e capacidade de trabalho, eis que também deixa órfã a lexicografia de língua portuguesa o nosso amigo e colaborador Antônio Geraldo da Cunha. No auge de sua produção, com a perspectiva de que editoras e instituições oficiais comesçassem a trazer à luz seu *Dicionário histórico de regência verbal*, seu *Dicionário de estrangeirismos* e seu *Índice do vocabulário do português medieval*, deixa-nos A. G. Cunha tão repentinamente, que mal pudemos acreditar na veracidade desse golpe rude. Ao lado de Houaiss, o falecimento do amigo Cunha deixa também órfã a lexicografia da língua portuguesa, especialmente no domínio da etimologia e da história do léxico português. Ficam-nos as lições de seus livros tão indispensáveis; isto só ameniza a perda do amigo e colaborador de quem guardamos as melhores e mais ternas lembranças.

E.B.

ÍNDICE DE ARTIGOS PUBLICADOS EM
CONFLUÊNCIA
N.ºs 1 A 16 (1991 A 1998)

- ARAGÃO, Maria do Socorro S. de. *A presença africana nos falares nordestinos*. 12/1996, 87-100.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. *As edições da Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa, de Antônio José dos Reis Lobato*. 15/1998, 68-84.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. 4/1992. *Sobre os tercetos de Camões*. 4/1992, 83-92.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Sobre um poema da moderna literatura angolana*. 12/1996, 147-156.
- BARBOSA, Jorge Morais. *Crioulos portugueses em África e no Oriente*. 12/1996, 59-72.
- BARBOSA, Jorge Morais. *Modalidades verbais portuguesas*. 16/1998, 49-64.
- BECHARA, Evanildo. *A nossa português casta linguagem. Para a diacronia de um fato morfológico*. 7/1994, 65-70.
- BECHARA, Evanildo. *A tradição gramatical luso-brasileira*. 10/1995, 67-76.
- BECHARA, Evanildo. *Antenor Nascentes - Romanista*. 1/1991, 37-42.
- BECHARA, Evanildo. *Na (de)rota das erratas d'Os Lusíadas*. 3/1992, 69-78.
- BECHARA, Evanildo. *Pronúncia de nomes próprios: o problema de Gandavo ou Gândavo*. 16/1998, 89- 93.
- BECHARA, Evanildo. *Um aparente desconcerto de adjetivação em Camões e as áreas semânticas de puro n'Os Lusíadas*. 4/1992, 101-112.
- BECHARA, Marlit. *Dois notas de linguagem à Feira dos Anexins*. 9/1995, 79-81.
- BECHARA, Marlit. *O termo anexim na Feira dos Anexins de F. Manuel de Melo*. 6/1993, 87-96.
- BERGO, Vittorio. *A cólera-morbus*. 2/1991, 53-55.
- BERGO, Vittorio. *A propósito de "eis"*. 3/1992, 61-64.

- BERGO, Vittorio. *Expansão do sufixo -inho*. 8/1994, 75-84.
- BERGO, Vittorio. *Uma interjeição singular*. 5/1993, 66-69.
- CANIATO, Benilde J. *Crioulo e português: vertentes lingüísticas da literatura de Cabo Verde*. 12/1996, 137-146.
- CARVALHO, Castelar de. *A voz medial: do latim ao português*. 16/1998, 78-88.
- CARVALHO, José Herculano de. *Ortografia e as ortografias do português*. 13/1997, 39-46.
- CASTRO, Aníbal Pinto de. *Camilo, o Brasil e os brasileiros*. 2/1991, 57-66.
- CAVALIERE, Ricardo. *Fonética sintática*. 15/1998, 61-67.
- CAVALIERE, Ricardo. *O ritmo em poesia*. 7/1994, 45-56.
- COSERIU, Eugenio. *Do sentido do ensino da língua literária*. 5/1993, 29-47.
- COSERIU, Eugenio. *O meu Saussure*. 14/1997. 33-36.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *A propósito de um dicionário de frequência*. 8/1994, 31-56.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Aditamento ao Índice do Vocabulário do Português Medieval*. 3/1992, 23-35.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Eslavo → escravo: estudo histórico etimológico*. 9/1995, 33-45.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *O sufixo -ACO² em português (estudo histórico-etimológico)*. 15/1998, 85-91.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *O tratamento lexicográfico das variantes e das formas paralelas*. 10/1995, 61-66.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Os sonetos de Camões (alguns dados estatísticos)*. 13/1997, 69-75.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Três exotismos quinhentistas (o bétel, a coca e a cola)*. 11/1996, 33-37.
- CUNHA, Viviane. *A posição da metáfora no quadro das alternâncias vocálicas*. 13/1997, 49-56.
- ELIA, Sílvio. *Antenor Nascentes, o dialectólogo*. 1/1991, 21-36.
- ELIA, Sílvio. *Da negatividade em português*. 16/1998, 31-39.
- ELIA, Sílvio. *Para uma teoria sintática*. 4/1992, 33-45

- ELIA, Sílvio. *Porque a comunidade*. 12/1996, 157-164.
- ELIA, Sílvio. *Sobre a Crítica Genética - I. Antecedentes*. 9/1995, 83-97.
- ELIA, Sílvio. *Sobre a Crítica Genética - II*. 10/1995, 77-91.
- ELIA, Sílvio. *Sobre as novas gramáticas*. 3/1992, 43-51.
- FREITAS, Horácio Rolim de. *Crônicas de Machado de Assis ou crônicas machadianas? Aspectos lingüísticos do problema*. 16/1998, 94-103.
- FREITAS, Horácio Rolim de. *Etimologias numa visão culturalista de Serafim da Silva Neto*. 14/1997, 73-84.
- FREITAS, Horácio Rolim de. *Um problema de semântica*. 9/1995, 61-67.
- GAMBOA, Marcia. *Garvaya: da cantiga à busca de testemunhos*. 6/1993, 79-86.
- GÄRTNER, Eberhard. *Particularidades morfossintáticas do português de Angola e Moçambique*. 12/1996, 27-58.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *As idéias lingüísticas em Portugal no século XVIII*. 14/1997, 37-59.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Origem das Letras, de Antenor Nascentes: uma reescritura*. 16/1998, 65-77.
- KEHDI, Valter. *Complemento nominal: problemas de caracterização*. 5/1993, 60-65.
- KEHDI, Valter. *Complementos verbais preposicionados*. 3/1992, 37-42.
- KEHDI, Valter. *Da unipessoalização/impessoalização à pessoalização verbal (e vice-versa)*. 8/1994, 69-74.
- KEHDI, Valter. *Dicionário de regência verbal da língua portuguesa*. 2/1991, 35-46.
- KEHDI, Valter. *Diretrizes gerais para a elaboração de uma gramática descritiva*. 11/1996, 65-69.
- KEHDI, Valter. *Mário Pereira de Souza Lima — Gramática Portuguesa*. 7/1994, 39-43.
- KEHDI, Valter. *Os sufixos verbais freqüentativo-diminutivos em português*. 9/1995, 23-31.
- KURY, Adriano da Gama. *Em busca da palavra exata: Graciliano Ramos, perfeccionista*. 8/1994, 57-67.
- KURY, Adriano da Gama. *O apuro da forma no Quincas Borba*. 1/1991, 50-58.

- LABAN, Michel. *O português literário do Cabo Verde*. 12/1996, 101-113.
- LEITE, Yonne. *A pesquisa com línguas indígenas brasileiras - Um debate*. 10/1995, 53-59.
- LIMA, Luiz Soares de. *Emprego dos demonstrativos ESTE, ESSE, AQUELE na carta de Pero Vaz de Caminha*. 1/1991, 59-67.
- LIMA, Sônia Maria van Dijck. *Em demanda da gênese: uma metodologia de trabalho*. 8/1994, 85-91.
- LOPES, Edmílson Monteiro. *Cirigüela*. 15/1998, 92-97.
- MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro. *Lusografia em Angola e Moçambique: implicações educativas*. 11/1996, 25-31.
- MATOS, Francisco Gomes de. *A Lingüística e o professor de português como língua materna*. 4/1992, 47-52.
- MATOS, Francisco Gomes de. *Honrar o português como língua materna*. 15/1998, 117-120.
- MEGALE, Heitor. *A gramática histórica de Eduardo Carlos Pereira*. 9/1995, 47-53.
- MEGALE, Heitor. *A Post-Vulgata Arturiana na Península Ibérica: qual foi sua primeira tradução?* 11/1996, 39-55.
- MEGALE, Heitor. *A propósito do recente Dicionário da literatura medieval, galega e portuguesa*. 7/1994, 19-32.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua das "Sextilhas de Frei Antão"*. 4/1992, 53-64.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Convite a ler Vieira*. 7/1994, 38.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Dêiticos e anafóricos na língua portuguesa*. 2/1991, 25-33.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Em defesa da língua-comum do espaço luso-brasileiro*. 1/1991, 43-49.
- MENDES, Margarida V. e MARQUILHAS, Rita. *A quarta mão: um manuscrito de Clavis Prophetarum do Padre Antônio Vieira*. 9/1995, 13-21.
- MONTEIRO, José Lemos. *As idéias lingüísticas de Fernão de Oliveira*. 15/1998, 98-116.
- NASCENTES, Antenor. *Basilica e ecclesia nas línguas românicas*. 2/1991, 15-20.

- PEREIRA, Cilene da Cunha P. e SILVA, Maria Emília Barcellos da. *Para o estudo léxico-semântico de uma língua de especialidade*. 3/1992, 53-60.
- PERUGI, Maurizio. *Conceito de “difração” em Crítica Textual*. 9/1995, 55-59.
- PINTO, Edith Pimentel. *O drama de escrever*. 2/1991, 47-52.
- PINTO, Edith Pimentel. *Aspectos da receptividade aos acordos ortográficos*. 3/1992, 17-21.
- PINTO, Edith Pimentel. *De neologismos*. 4/1992, 25-32.
- PRETI, Dino. *Diálogo literário e realidade lingüística*. 11/1996, 57-64.
- PRETI, Dino. *Transformações sociais e seu reflexo no léxico da linguagem urbana brasileira contemporânea*. 4/1992, 93-99.
- RANAURO, Hilma. *Colocação de o(s), a(s) como complementos de infinitivo regido de POR e PARA em Fernão Lopes*. 9/1995, 69-78.
- RANGEL, Jorge. *A língua e a cultura portuguesa em Macau e nas instituições ao seu serviço no presente e no futuro*. 12/1996, 73-86.
- RIBEIRO, Fátima. *Moçambique, março de 1995: o português da imprensa*. 12/1996, 115-135.
- ROTH, Wolfgang. *Língua literária e língua padrão*. 11/1996, 17-24.
- SÁ, Álvaro de. *Acerca do texto reconstituído da Ode IX de Camões*. 13/1997, 57-68.
- SILVA, Carly. *A evolução do conceito de Lingüística Aplicada ao ensino de línguas*. 1/1991, 68-76.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Crítica Textual: conceito - objeto - finalidade*. 7/1994, 57- 63.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Lembranças do Professor Jacinto do Prado Coelho*. 10/1995, 43-51.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Padre José de Anchieta, o “apóstolo do Brasil”*. 14/1997, 85-106.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Proteção ao texto literário como peça integrante do nosso patrimônio histórico-cultural*. 4/1992, 65-82.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Fontes para o estudo da vida e obra de M. Said Ali*. 5/1993, 48-59.
- SILVEIRA, Olmar Guterres da. *Coincidências lingüísticas*. 13/1997, 47-48.

- SILVEIRA, Olmar Guterres da. *O reino da estupidez*. 6/1993, 47-60.
- SILVEIRA, Olmar Guterres da. *Reflexões sobre a nomenclatura de fatos de sintaxe*. 3/1992, 65-67.
- SPINA, Segismundo. *Ernst Robert Curtius e sua obra*. 16/1998, 40-48.
- TEYSSIER, Paul. *Sobre o "patriotismo lingüístico"*. 2/1991, 21-23.
- TORREIRA, Ramon Quintela. *Regularidade e irregularidade nos versos de J. Rodrigues*. 6/1993, 61-77.
- VERDELHO, Evelina. *A tradução de livros estrangeiros em Portugal, com Manuel Rodrigues Lapa*. 14/1997, 60-72.
- VILELA, Mário. *O léxico do português: perspectivação geral*. 8/1994, 17-30.

*

ÍNDICE DE RESENHAS CRÍTICAS PUBLICADAS EM
CONFLUÊNCIA
 N.ºs 1 A 16 (1991 A 1998)

- ALVAREZ, Reynaldo. *Galope do tempo* (Antônio Basílio Rodrigues). 16/1998, 124-125.
- ARAGÃO, Maria do Socorro S. de. *A linguagem regional popular na obra de José Lins do Rego* (Evanildo Bechara). 2/1991, 83-84.
- ATLAS LINGÜÍSTICO DE SERGIPE (Adriano da Gama Kury). 1/1991, 98-99.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Lírica de Camões 2. Sonetos, tomo II* (Sílvio Elia). 1/1991, 93.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Lírica de Camões, vol. 3, tomo I. Canções* (Sílvio Elia). 11/1996, 109-113.
- BACELAR, Bernardo L.M. *Gramática filosófica da língua portuguesa* (Sílvio Elia). 13/1997, 107-109.
- BARCELLOS, José Carlos. *O herói problemático em Cerromaior* (Antônio Basílio Rodrigues). 14/1997, 114.
- BECHARA, Evanildo. *Luís de Camões: de língua e de linguagem* (Sílvio Elia). 13/1997, 111-115.
- BESEELAAR, José van den. *As palavras têm a sua história* (Evanildo Bechara). 8/1994, 97-98.

- BORK, Hans Dieter. *Die lateinisch – romanischen Zusammensetzungen Nomen + Verb und der Ursprung der romanischen Verb – Ergänzung – Komposita* (Evanildo Bechara). 2/1991, 105-106.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Lettera sulla scoperta del Brasile* (Sílvio Elia). 5/1993, 84-88.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe* (Sílvio Elia). 2/1991, 91-94.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *O português do Brasil* (Sílvio Elia). 5/1993, 88-104.
- CEPEDA, Isabel Vilares. *Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa. Subsídios* (Antônio Geraldo da Cunha). 11/1996, 105-106.
- COELHO, Adolfo. *Obra etnográfica - Vol. I: festas, costumes e outros materiais para uma Etnologia de Portugal*. (Evanildo Bechara). 7/1994, 93-94.
- COELHO, Adolfo. *Obra etnográfica - Vol. II: cultura popular e educação* (Evanildo Bechara). 9/1995, 109-111.
- COSERIU, Eugenio. *Introducción a la Lingüística* (Sílvio Elia). 1/1991, 94-98.
- COSTA, Marcos de Farias. *João Ribeiro. Bibliografia anotada e comentada* (Hilma Ranauro). 16/1998, 126-128.
- CRESSOT, Marcel. *O estilo e as suas técnicas* (Gladstone Chaves de Melo). 1/1991, 99-100.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Os verbos dar, dizer, estar e fazer no vocabulário do português medieval*. 9/1995, 113-118.
- CUNHA, Euclides da. *Krieg im Sertão*. (Gerardo G. de Figueiredo e Wolfgang Roth). 9/1995, 118-119.
- ELIA, Sílvio et al. (org.). *Na ponta da língua* (Castelar de Carvalho). 16/1998, 122-123.
- FREITAS, Horácio Rolim de. *A obra de Olmar Guterres da Silveira. Sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina* (Hilma Ranauro). 14/1997, 110-113.
- FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia* (Sílvio Elia). 2/1991, 99-103.
- GONÇALVES, Elsa. *Poesia de Rei: três notas dionisinas* (Sílvio Elia). 6/1993, 105-111.
- ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica* (Evanildo Bechara). 7/1994, 95-103.
- KEHDI, Valter. *Morfemas do português* (Evanildo Bechara). 1/1991, 105.

- KEHDI, Valter. *Morfemas do português* (Sílvio Elia). 2/1991, 95-97.
- LIMA, Carlos H. da Rocha. *Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira* (Sílvio Elia). 3/1992, 121-123.
- LIMA, Carlos H. da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa* (Evanildo Bechara). 3/1992, 125-127.
- MENEGAZ, Ronaldo. *Vocabulário da "Miscelânea de Garcia de Resende"* (Antônio Geraldo da Cunha). 11/1996, 103-104.
- MESSNER, Dieter. *Dicionário dos dicionários portugueses* (Antônio Geraldo da Cunha). 13/1997, 117-118.
- MESSNER, Dieter. *Dicionário dos dicionários portugueses* (Antônio Geraldo da Cunha). 16/1998, 128.
- MESSNER, Dieter. *Dicionário dos dicionários portugueses, I: ABA-ABC* (Antônio Geraldo da Cunha). 7/1994, 105-106.
- MESSNER, Dieter. *Dicionário dos dicionários portugueses, II: ABD-ABU* (Antônio Geraldo da Cunha). 10/1995, 123-124.
- MOLLICA, Maria Cecília. *(De) que falamos* (Sílvio Elia). 11/1996, 107-108.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa* (Sílvio Elia). 2/1991, 85-89.
- PEREIRA, Maria Teresa G. (org.). *Língua e linguagem em questão* (Sílvio Elia). 14/1997, 118-125.
- PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa – Metodologia e funções* (Valter Khedi). 1/1991, 101-102.
- PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil* (Sílvio Elia). 1/1991, 101.
- PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto* (Sílvio Elia). 14/1997, 116-118.
- PRISTA, Luís e ALBINO, Cristina. *Filólogos portugueses entre 1868 e 1943* (Evanildo Bechara). 13/1997, 119-122.
- RANAURO, Hilma. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil* (Evanildo Bechara). 13/1997, 125-126.
- ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (Sílvio Elia). 7/1994, 83-92.
- ROSÁRIO, Pe. Manuel da Penha do. *Questoens apologeticas* (Evanildo Bechara). 11/1996, 115-118.
- SANTOS, Emmanoel dos. *Certo ou errado? Atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa* (Evanildo Bechara). 13/97, 123.

- SENNA, Homero (org.). *O mês modernista* (Evanildo Bechara). 9/1995, 11-113.
- SIMÕES, Manuel. *Il Canzoniere di D. Pedro, Conte di Barcelos* (Sílvio Elia). 6/1993, 101-104.
- TEIXEIRA, Lúcia. *As cores do discurso. Análise do discurso de crítica de arte* (Hilma Ranauro). 12/1996, 171-173.
- VARELA, Maria Helena. *Labirintos e mapas* (Antônio Basílio Rodrigues). 16/1998, 125-126.
- VERDELHO, Telmo. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas* (Evanildo Bechara). 11/1996, 119-121.
- VIEIRA, Antônio. *Sermão da Sexagésima* (Evanildo Bechara). 14/1997, 115.
- VIEIRA, Antônio. *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. A critical edition. Introduction and commentary by Frits Smulders* (Evanildo Bechara). 1/1991, 102-104.
- VOGHT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó* (Sílvio Elia). 13/1997, 95-105.

*

ÍNDICE DE TRANSCRIÇÕES PUBLICADAS EM
CONFLUÊNCIA
 N.ºS 1 A 16 (1991 A 1998)

- ALVES, Márcio Moreira. *Sobre a nossa unidade lingüística* (fragmento de *Língua e Cultura*). 11/1996, 71.
- CAMPOS, Agostinho de. *Fragmento do "Prefácio da Edição Brasileira" do livro Futuro da Língua Portuguesa no Brasil*. 9/1995, 99-102.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Variantes e variações*. 10/1995, 93-110.
- COSTA, Antônio Gomes da. *Salvar o português*. 6/1993, 97-98.
- KURY, Adriano da Gama (apres.). *Uma página (quase) inédita de Machado de Assis*. 1/1991, 78.
- O MUNDO PORTUGUÊS, 16/05/1996. *A unidade lingüística da comunidade luso-afro-brasileira*. 11/1996, 71.
- PIEL, Joseph M. *Sobre a formação de nomes de mulher hispano-visigodos*. 3/1992, 79-106.
- SENNA, Homero. *Machado de Assis e sua orfandade às avessas*. 16/1998, 104-105.

SILVA RAMOS. *Em ar de conversa*. 1/1991, 79-83.

SOUSA DA SILVEIRA. *Modificações da forma literária (Revista Brasileira – p.131-138)*. 1/1992, 67-72.

VASCONCELOS, Carolina M. de. *Julius Platzmann e os seus trabalhos sobre as línguas americanas*. 16/1998, 106-110.

*

ÍNDICE DE NOTAS E COMENTÁRIOS PUBLICADAS EM
CONFLUÊNCIA
N.ºS 1 A 16 (1991 A 1998)

24º Congresso Alemão de Romanística, por Eberhard Gärtner. 11/1995, 73-76.

Agostinho da Silva, por Sílvio Elia. 7/1994, 73.

Coimbra: 700 anos. 1/1991, 85.

Guilhermino César, por Sílvio Elia. 7/1994, 69-70.

José Rebouças Macambira, por José Rogério Fontenele Bessa, 3/1992, 107-109.

Joseph M. Piel, por Evanildo Bechara. 3/1992, 11-112.

Mário Soares e o 7 de setembro. 8/1994, 93-94.

O ensino da língua portuguesa na Universidade de Ciências Económicas de Budapeste, por Olga Zsoldos, 2/1991, 73-75.

SBLL Sociedade Brasileira de Língua e Literatura - XXVII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura – Mesa redonda: As atuais dimensões da crítica genética (25 de julho de 1995, 16h), por Philippe Willemart. 10/1995, 113-118.

Simpósio Internacional sobre a língua portuguesa em África e no Oriente, por Antônio Gomes da Costa. 10/1995, 111-113.

VI Reunião Internacional de Camonistas, por José Augusto C. Bernardo. 11/1995, 77-83.

*

ÍNDICE DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS PUBLICADOS EM
CONFLUÊNCIA
N.ºS 1 A 16 (1991 A 1998)

AAVV. *Colóquio Cuba-Brasil de Terminologia*. (16/1998, 118-119)

- ACADEMIA CEARENSE DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES DO RIO DE JANEIRO. *Anuário*, ano XI, nº 8. (13/1997, 87-88)
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Língua Portuguesa*, n.º 5. (5/1993, 80)
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Revista Brasileira*, fase VII, nº 10. (15/1998, 130-131)
- ACADEMIA CEARENSE DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Boletim informativo do 18.º aniversário*. (10/1995, 119)
- ACADEMIA CEARENSE DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Boletim Informativo*, 9.º ano. (3/1992, 119)
- ACADEMIA CEARENSE DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Revista da Academia Cearense de Língua Portuguesa*, n.º 9. (15/1998, 130)
- ACADEMIA LUSÍADA DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES. *Voz Lusíada*, n.ºs 7 e 8. (13/1997, 90)
- ACADEMIA LUSO-BRASILEIRA DE LETRAS. *Revista Luso-Brasileira de Letras*, n.º 3. (11/1996, 90)
- ACADEMIA LUSO-BRASILEIRA DE LETRAS. *Revista Luso-Brasileira de Letras*, n.º 4. (15/1998, 131-132)
- AGUIAR, Martinz. *Repasse crítico da Gramática Portuguesa*. (15/1998, 133-134)
- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil*. (16/1998, 116-118)
- ANPOLL. *Anais do VI Encontro Nacional da ANPOLL*, vol. 1, Letras; vol. 2, Lingüística. (8/1994, 95)
- ANPOLL. *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística*, n.º 1. (9/1995, 103-104)
- ANPOLL. *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística*, n.º 2. (11/1996, 93-94)
- ARAGÃO, Maria do Socorro S. de et alii. *O conto popular na Paraíba* (um estudo lingüístico-gramatical). (5/1993, 71)
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de e SOARES, Maria Elias (org.) *A linguagem falada em Fortaleza*. (15/1998, 128-129)
- ARAÚJO, Antônio Martins de. *A Jornada do Maranhão (Ortografia, morfossintaxe e estilo)*. (5/1993, 76-77)

- ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LINGUA. *Agália*, n.º 25. (3/1992, 118)
- ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA. *Agália*, n.º 45. (13/1997, 82-83)
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *A configuração do real em Euclides da Cunha*. (13/1997, 81)
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*. (10/1995, 119)
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*. (11/1996, 86-87)
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Ensaios de Lingüística, Filologia e Ecdótica*. (16/1998, 115)
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Lírica de Camões – Canções*, v. 3. (10/1995, 199)
- BARBOSA, Jorge Morais. *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*. (10/1995, 121)
- BARCELOS, Álvaro. *A linguagem da Baixada Goitacá*. (5/1993, 77-78)
- BARROSO, Henrique. *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo (visão funcional / sincrônica)*. (15/1998, 122-123)
- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. (1/1991, 88)
- BARTHES, Roland. *O grão da voz*. (1/1991, 88)
- BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino*. (16/1998, 120)
- BERARDINELLI, Cleonice e MENEGAZ, Ronaldo (org.). *Teatro de António Ribeiro Chiado (Autos e Práticas)*. (7/1994, 81-82)
- BERGO, Vittorio. *Erros e dúvidas de linguagem*. (13/1997, 80-81)
- BROCA, Brito, BARBOSA, Francisco de Assis e SENNA, Homero. *Escritores de Guaratinguetá*. (Seleção e apresentação dos textos por Moacyr Limongi Moreira). (13/1997, 83-84)
- CALADO, Adelino de Almeida (ed.). *Estória de Dom Nuno Alvrez Pereira e Livro da Virtuosa Benfeytoria* (In: *Acta Universitatis Conimbrigensis*). (11/1996, 99-100)
- CANIATO, Benilde Justo. *A solidão de mulheres a sós*. (13/1997, 84)
- CANTEL, Raymond. *La littérature populaire brésilienne*. (7/1994, 80)

- CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. (15/1998, 120)
- CASTRO, Ivo (Univ. de Lisboa). *Guia de estudo – História da Língua Portuguesa*. (11/1996, 100-102)
- CENTRO EDUCACIONAL DE NITERÓI. *Cadernos pedagógicos e culturais*, v. 1, n.º 1. (7/1994, 75)
- CHANDAIGNE, Michel. *Lisboa Ultramarina – “1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses.”* (6/1993, 100)
- CHAVES Jr. Eurípedes. *Nomes e expressões vulgares da medicina no Ceará*. (2/1991, 81)
- CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICOS. *Revista Philologus*, n.º 4. (12/1996, 165)
- CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICAS. *Philologus*, n.º 5. (14/1997, 107)
- COSTA, Marcos de Farias (dir.) *Dialética, revista de diálogo com a inteligência*, n.º 4. (13/1997, 77)
- CRUZE SOUSA. *Últimos sonetos*. (1/1991, 88)
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice do vocabulário do português medieval*, 3:D. (9/1995, 104)
- D’ALGE, Carlos. *O sal da escrita*. (14/1997, 108-109)
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Estudos sobre os crioulos indo-portugueses*. (16/1998, 114-115)
- DANTAS, Francisco de Assis. *A frase caótica (estrutura da prosa moderna)*. (3/1992, 118) de Antônio Vieira. (13/1997, 78-79)
- DE MAURO, Tullio. *Guida alla scelta della Facoltà universitaria*. (11/1996, 100-102)
- DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo*. (15/1998, 124)
- ELIA, Sílvio. *El português en Brasil*. História Cultural. (5/1993, 81)
- Estudos universitários de língua e literatura*. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho. (5/1993, 73-74)
- FACULDADES ASSOCIADAS IPIRANGA. *Lumen*, v. II, n.º 4. (12/1996, 165-166)
- FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. (15/1998, 126-127)

- FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva. *Brasil X Portugal. Um derby lingüístico*. (16/1998,116)
- FERREIRA, Carlota et alii. *Diversidade do português do Brasil*. (2/1991, 80-81)
- FERRONHA, António Luís et alii. *Atlas da Língua Portuguesa na História e no mundo*. (5/1993, 82-83)
- FREITAS, Horácio Rolim de. *A obra de Olmar Guterres da Silveira*. (13/1997, 77-78)
- FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia. Visão sincrônica*. (16/1998, 113)
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Critique textuelle portugaise*. (1/1991, 90)
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *História e antologia da literatura portuguesa, séculos XIII e XIV*. (14/1987, 107-108)
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *História e antologia da literatura portuguesa, séculos XIII-XIV*. (15/1998, 125-126)
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Obras completas de Rui Barbosa, v. XXXVI 1909, tomo III*. (7/1994, 78)
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Sobre Pré-Modernismo*. (1/1991, 89)
- GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. *Quinto Império* (número especial comemorativo da III Conferência Ibero-Americana). (6/1993, 100)
- GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. *Quinto Império*, n.º 3. (8/1994, 95)
- GALVÃO, Jesus Bello. *Apontamentos de leituras: I – Lendo João Ribeiro*. (5/1993, 74)
- GARCIA, Othon M. *Esfinge clara e outros enigmas*. (12/1996, 170)
- GÄRTNER, Eberhard (ed.). *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. (16/1998, 113-114)
- GONÇALVES, Magaly Trindade, AQUINO, Zélia Thomaz de e SILVA, Zina Bellodi. *Antologia de antologias: 101 poetas brasileiros “revisitados”*. (13/1997, 79-80)
- GONÇALVES, Magaly Trindade, AQUINO, Zélia Thomaz de e SILVA, Zina Bellodi. *Antologia de antologias: prosadores brasileiros “revisitados”*. (13/1997, 79-80)
- GONÇALVES, Francisco Rebelo. *Obra completa*. (15/1998, 132-133)

- HEYE, Jürgen (org.). *Flores verbais* – Homenagem lingüística e literária para Eneida do Rego Monteiro Bomfim, no seu 70.º aniversário. (11/1996, 88)
- I CONGRESSO NACIONAL DE SÓCIO E ETNOLINGÜÍSTICA. *Sociedade, Cultura & Língua*. (3/1992, 115)
- ISTITUTO UNIVERSITARIO ORIENTALE, *Sezione Romanza – Annali*, vol. XXIX. (1/1991,90)
- KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português*. (3/1992, 117)
- LIMA, Sônia Maria van Dijk e FIGUEIREDO JR. *Cartas de Gilberto Freyre*. (15/1998, 128)
- LIMA, Sônia Maria van Dijk. *Gênese de uma poética da transtextualidade*. (6/1993, 99)
- LIMA, Sônia Maria van Dijk. *Lendo Hermilo Borba Filho (Fisionomia e espírito de uma literatura)*. (5/1993, 75)
- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *A intensificação no português: o intensificador e sua expressão*. (13/1997, 91)
- LOPES, Edmilson Monteiro. *Análise crítica* [do Projeto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa], 2 v. (6/1993, 99)
- MACEDO, Antero de. *Amor sem mácula*. (11/1996, 86)
- MACEDO, José Tavares de. *Obras inéditas: Ensaio sobre o estudo histórico das línguas e Elementos de grammatica portugueza* (organização de Ivo Castro). (15/1998, 134-135)
- MACHADO, José Pedro. *Ensaaios literários e lingüísticos*. (11/1996, 95)
- MACHADO, José Pedro. *Palavras a respeito de palavras: notas lexicais*. (11/1996, 95)
- MAIA, Clarinda de Azevedo (Univ. de Coimbra). *Guia de estudo – História da Língua Portuguesa*. (11/1996, 100-102)
- MALVEIRA, Antônio Nunes. *O velho sertão da Bica*. (1/1991, 89)
- MARCONI, Marina de Andrade. *Linguagem na região de Franca*. (7/1994, 79)
- MARQUES, Núbia. *João Ribeiro sempre*. (15/1998, 127-128)
- MATOS, Francisco Gomes de. *Pedagogia da positividade. Comunicação construtiva em português*. (12/1996, 169-170)
- MEGALE, Heitor (mod.) *Demanda do Santo Graal*. (1/1991, 90)

- MELO, Gladstone Chaves de. *A excelência vernácula de Gonçalves Dias*. (5/1993, 79-80)
- MELO, Hélio. *Pronúncias, erudita e vulgar*. (10/1995, 119-120)
- MELO, Hélio. *Vozes de animais*. (3/1992, 114)
- MELO, D. Francisco Manuel de. *A Tuba de Calíope*. (1/1991, 90)
- METZELTIN, Michael, HOLTUS, Günter e SCHMITT, Christian. *Lexicon der romanistischen Linguistik*. (11/1996, 96-98)
- Miscelânea em homenagem ao Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo*. (10/1995, 122)
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. (10/1995, 120-121)
- MONGELLI, Lênia Márcia de M., MALEVAL, M^a do Amparo e VIEIRA, Yara Frateschi. *Vozes do trovadorismo galego-português*. (9/1995, 107-108)
- MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. *Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur*. (11/1996, 98-99)
- MONGELLI, Lênia Márcia et alii. *A Literatura Portuguesa em perspectiva*, v.1, Trovadorismo – Humanismo. (5/1993, 81-82)
- MONGELLI, Lênia Márcia. *Do Cancioneiro de D. Dinis*. (9/1995, 108)
- MONTEIRO SANTALHA, José-Martinho. *A cantiga “Disséron-m’hoj”, ai amiga, que nom*. (5/1993, 72-73)
- MOURA, Carlos Francisco. *O descobrimento do Japão pelos portugueses 1543*. (11/1996, 85-86)
- MOVIMENTO BARTOLOEANO. *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IV Centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dois Mártires*. (9/1995, 103)
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. (16/1998, 111)
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento* (A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira). (13/1997, 78-79)
- PEN CLUBE DO BRASIL. *Convivência* (número especial). (1/1991, 90)
- PESSANHA, Camilo. *Clepsidra e outros poemas* (ed. crít. de Bárbara Spaggiari). (16/1998, 118)
- PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. (16/1998, 112-113)
- PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. (16/1998, 111-112)

- PRETI, Dino. *A linguagem dos idosos*. (2/1991, 79-80)
- PUC – Campinas – Instituto de Letras. *Letras*, n.º 1 e 2. (9/1995, 106-107)
- REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, *Convergência Lusítada*, n.º 12. (11/1996, 92)
- RÉCTOR, Mônica e TRINTA, A. Ramos. *Comunicação do corpo*. (1/1991, 87)
- RESENDE, Antônio Martinez. *Latina essentia*. (11/1996, 95-96)
- Revista Lusitana – Nova Série*, 9. (2/1991, 77)
- RIBEIRO, Maria Aparecida. *História crítica da literatura portuguesa (Realismo e Naturalismo)*. (7/1994, 81)
- ROCHA LIMA, C. H. *Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira*. (5/1993, 70)
- SCHIAVO, José. *A autoria das Cartas Chilenas*. (7/1994, 79)
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. 11/1996, 87-88)
- SMULDERS, Frits (ed.). *Sermão pelo bom sucesso das armas [de Portugal] contra as de Holanda*, de P. Antônio Vieira. (11/1996, 102)
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE LÍNGUA E LITERATURA. *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*. (15/1998, 123)
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 109ª, n.ºs 1-6. (13/1997, 85)
- SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO SUPERIOR AUGUSTO MOTTA. *Augustus*, n.º 2. (13/1997, 85-86)
- SOCIETE INTERNACIONALE DE LINGUISTIQUE FONCTIONELLE. *Actas do XIX Colóquio Internacional de Linguística Funcional*. (10/1995, 122)
- SPAGGIARI, Barbara et alii. *O Renascimento italiano e a poesia lírica de Camões*. (5/1993, 75-76)
- SPINA, Segismundo e CROLL, Morris W. *Introdução ao Maneirismo e à prosa barroca*. (1/1991, 87)
- SPINA, Segismundo. *Estudos de língua e literatura*. (2/1991, 78-79)
- TELES, Gilberto Mendonça. *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*. (11/1996, 91)

- UNIVERSIDADE ABERTA - Delegação de Coimbra. *Discursos* (estudos de língua e cultura portuguesa), n.º 6. (7/1994, 76)
- UNIVERSIDADE ABERTA - Delegação de Coimbra. *Discursos* (estudos de língua e cultura portuguesa), n.º 4. (7/1994, 76)
- UNIVERSIDADE ABERTA – Delegação de Coimbra, *Discursos* (estudos de língua e cultura portuguesa, n.º 13. (13/1997, 91-92)
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *Cadernos da Católica – Série Letras*, n.º 3. 13/1997, 81-82)
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *Universa*, vol. 04 junho 1996 2, 7.º. (12/1996, 166)
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, Faculdade de Letras. *Máthesis (Miscelânea em honra de Monsenhor Celso Tavares da Silva)*. (12/1996, 168)
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, Faculdade de Letras. *Máthesis*. (11/1996, 87)
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Faculdade de Letras. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX. (2/1991, 77-78)
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Faculdade de Letras. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX. (12/1996, 166-167)
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Centro de Estudos Portugueses. *150 anos com Eça de Queirós – Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos*. (15/1998, 124-125)
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, FFLCH. *Filologia e Linguística Portuguesa – 1*. (13/1997, 89-90)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – Departamento de Letras. *Uniletras*, n.º 12. (2/1991, 78)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – Departamento de Letras. *Uniletras*, n.º 13. (3/1991, 113)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA . *Uniletras*, n.º 17. (11/1996, 93)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. *Uniletras*, n.º 15. (7/1994, 77-78)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. *Uniletras*, n.º 19. (16/1998, 121)

- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - S. José do Rio Preto. *Glotta*, n.º 12. (3/1992, 117)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - S. José do Rio Preto. *Glotta*, n.º 15. (9/1995, 105-106)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - S. José do Rio Preto. *Glotta*, n.º 16. (10/1995, 120)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA . *Alfa – Revista de Lingüística*, v. 37. (9/1995, 106)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Revista de Letras*, n.º 35. (12/1996, 165)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Assoc. de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano. *Estudos Portugueses*, n.º 6. (13/1997, 86-87)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – Curso de Letras. *Re-unir*, n.º 3. (9/1995, 107)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – Departamento de Letras. *Letras & Letras*, volumes 3 a 5. (3/1992, 113-114)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, *Letras & Letras*, v. 12, n.º 1. (12/1996, 167-168)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curso de Letras. *Letras*, n.º 45. (13/1997, 86)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Departamento de Letras Vernáculas. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro – Materiais para o seu estudo*. (3/1992,115)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Instituto de Letras. *Organon*, n.º 18. (3/1992, 116)
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Instituto de Letras. *Cadernos de Letras*, n.º 2. (3/1992, 114)
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Instituto de Letras. *Cadernos de Letras*, n.º 8. (9/1995, 107)
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Instituto de Letras, Núcleo de Estudos Galegos. *Actas das II Jornadas UFF de Cultura Galega*. (11/1996, 90-91)
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Instituto de Letras. *Gragoatá*. (13/1997, 88-89)

- UNIVERSIDADE GAMA FILHO. *Ciências Humanas*, n.º 18. (11/1996, 93)
- UNIVERSIDADE NOVA DELISBOA, Centro de História da Cultura. *Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias*. (15/1998, 129-130)
- UNIVERSITÀ DI MACERATA. *Quaderni di Filologia e Lingue Romanze*, n.º 10. (11/1996, 96)
- UNIVERSITÀ DI MACERATA. *Quaderni di Filologia e Lingue Romanze*, terza serie 6. (3/1992, 117)
- UNIVERSITÀ DI MACERATA. *Quaderni di Filologia e Lingue Romanze*, terza serie, n.º 11. (13/1997, 92)
- UNIVERSITÉ PAUL-VALÉRY, Centre de Recherche en Littérature de Langue Portugaise. *Quadrant*, n.º 10. (7/1994, 77)
- UNIVERSITE PAUL-VALÈRY, Centre de Recherche en Littérature de langue Portugaise. *Quadrant*, n.º 12. (11/1996, 89-90)
- VASCONCELOS, Eliane (org.) *Clarice Lispector – Inventário do Arquivo 5*. (7/1994, 78)
- VERDELHO, Telmo (Univ. de Aveiro). *Guia de estudo – História da Língua Portuguesa*. (11/1996, 100-102)
- VIANA, Chico. *O evangelho da podridão*. (9/1995, 104-105)
- VICENTE, Gil. *Triomphe de l'hiver & du printemps* (ed. crít., int., trad. fr. de Paul Teyssier). (13/1997, 92-93)
- VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de Lingüística Românica*. (12/1996, 168-169)
- WEHLING, Arno. *A invenção da História* (Estudos sobre o historicismo). (11/1996, 88-89)
- WILLERMART, Philippe (org.) *Gênese e Memória*, Anais do IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito e de Edições. (11/1996, 85)
- XXXIX SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – *Comunicações*, 2 v. (3/1992, 116)

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTONIO BASÍLIO RODRIGUES. Professor Assistente de Literatura e de Cultura Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Aposentado).

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Professor *Emérito* pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; nesta atua presentemente como Professor Visitante.

FÁTIMA GRANDIN ARMOND. Professora Assistente de Filologia Românica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora de Língua Portuguesa da rede pública estadual (RJ).

HILMA RANAURO. Professora Doutora Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Autora de livros e vários artigos de sua especialidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS. Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (aposentado). Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Princípios de Morfologia* (4.^a ed., Oficina do Autor, 1997).

JOSÉ LEMOS MONTEIRO. Professor Titular da UNIFOR e professor adjunto da UEC e UFC. Doutor em Letras pela UFRJ e autor de vários artigos e livros de sua especialidade entre os quais *Morfologia Portuguesa* (3.^a ed., Pontes), *A Estilística* (Ática) e *Pronomes Pessoais* (EUFIC).

MARIA CRISTINA DA FONSECA ELIA. Professora Adjunto aposentada da UFRJ e atualmente professora da Aliança Francesa.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Ex-diretor do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense e do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Membro da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro. Autor de várias obras de sua especialidade.